

ISSN 2318-8855

e revista 2019 v.8 n.8





Revista de Graduação em História
Edição Oito
Ano 8 | Março de 2020
Brasil – São Paulo

A revista *Epígrafe* é uma publicação eletrônica de caráter científico organizada por estudantes de graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). A revista é um instrumento sustentado pelos alunos, direcionado especialmente à publicação de artigos, ensaios, traduções e resenhas na área de História, que foram desenvolvidos essencialmente por graduandos. Além disso, há um espaço para a apresentação de entrevistas realizadas com grandes historiadores.

EQUIPE EDITORIAL

COMISSÃO EDITORIAL

Ana Carolina Alves Falconeris
Ana Clara Vieira Marques
Anna Maria Greco Carvalho
Gabriel Yukio Shinoda Oliveira
Letícia Oliver Fernandes
Marina de Almeida Spinola
Matheus de Paula Silva
Pedro Carvalho Silva
Pedro José de Carvalho

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Slemian - Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Eduardo Natalino dos Santos - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Flávio de Campos - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Gabriela Pellegrino Soares - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Henrique Soares Carneiro - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
João Paulo Garrido Pimenta - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Marcelo Rede - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Márcia Regina Berbel - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Lêda Oliveira Alves da Silva - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Mauricio Cardoso - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Miguel Palmeira - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Rafael de Bivar Marquese - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Rodrigo Monteferrante Ricupero - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

EXPEDIENTE

Diagramação: Ana Carolina Alves Falconeris, Anna Maria Greco Carvalho, Gabriel Yukio Shinoda Oliveira

Capa e ilustração: Vinícius Veneziani de Souza Oliveira

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-Reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandes

Pró-Reitoria de Graduação

Prof. Dr. Edmund Chada Baracat

Pró-Reitoria de Pesquisa

Prof. Dr. Sylvio Roberto Accioly Canuto

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

Vice-Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Epígrafe – Revista de Graduação em História

www.revistas.usp.br/epigrafe
revistaepigrafe@usp.br

Facebook: RevistaEpigrafe
Instagram: @revistaepigrafe
Twitter: @REpigrafe

EDITORIAL_005**Traduções***O selo de Jade Imperial Taiping e o Reino do Filho Chinês de Deus*_013**Victor Artuza****Artigos***O Coração das Trevas: Imperialismo, alteridade e a crítica romântica na obra de Joseph Conrad*_046**Luisa P. Moratelli***O declínio de Cam: A representação científica da mulher negra na arte do oitocentos*_065**Lívia Baranowski Tieri***Nordeste: Escrevendo uma História Ambiental*_086**Éverton Alves Aragão***Valentes Flecheiros: atuação das tropas indígenas na capitania de Pernambuco entre 1660-1700*_0110**Wesley de Oliveira Silva***Retórica do Arquivamento: patrimonialização, memória e esquecimento nos tombamentos do Centro Histórico Expandido de Campinas - SP*_138**Lucas Henrique Gregate***Religião e Esporte Midiatizado: o caso de Atletas de Cristo (1994-2005)*_173**João Guilherme Züge***Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014): a causa estadunidense enquanto comparação*_197**Vitor Emanuel Maia Ferreira****RESENHAS***Os Anarquistas Russos, os Sovietes e a Revolução de 1917 de Alexandre Skirda*_236**Davi Luiz Paulino****ENTREVISTA****José Carlos Sebe Bom Meihy**_245**Ricardo Santhiago**_283

A Epígrafe e suas epígrafes

**Matheus de Paula Silva
Pedro José de Carvalho Neto**

Matheus de Paula Silva
Pedro José de Carvalho Neto

O passado leva consigo um índice secreto pelo qual ele é remetido à redenção. Não nos afaga, pois, levemente um sopro de ar que envolveu os que nos precederam? Não ressoa nas vozes que damos ouvido um eco das que estão, agora, caladas? [...] Se assim é, um encontro secreto está então marcado entre as gerações passadas e a nossa.¹

Em algum momento de 2019, nossa Comissão Editorial brincou internamente com o fato de a Revista Epígrafe não ter uma epígrafe. Em evento realizado em novembro, o nosso convidado Prof. Dr. Elias Tomé Saliba, de forma acertada, começou sua fala justamente com uma epígrafe, que àquela altura foi uma citação do filósofo alemão Walter Benjamin: “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois.”².

Agora, aproveitando o lançamento de nossa oitava edição, gostaríamos de fazer uma breve reflexão a partir da epígrafe que abre esse texto, que, não coincidentemente³, também remete a Benjamin. Ali, em trecho retirado de sua segunda tese sobre a história, o autor nos convida a um novo olhar para o passado. Para ele, deve haver uma redenção das vítimas históricas do passado por meio da rememoração, que pode de dar por meio, sim, da emancipação dos oprimidos, mas, também, por meio da pesquisa histórica⁴. Em caminho parecido, Horkheimer nos diz

o que aconteceu aos seres humanos que morreram, nenhum futuro pode reparar. Jamais serão chamados para se tornarem felizes para sempre. [...] No

¹ BENJAMIN, Walter *apud* LOWY, Michel. Walter Benjamin : aviso de incêndio. São Paulo : Boitempo, 2005, p. 48.

² BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012, pg. 38-39.

³ Também, de forma não coincidente, a capa desta edição referencia indiretamente Benjamin, por meio de uma versão moderna do anjo da história, de Paul Klee, mais uma vez muito bem produzida por Vinícius Veneziani de Souza Oliveira, nosso ilustrador.

⁴ LOWY, Michel. *Op. Cit.*, p. 49.

A Epígrafe e suas epígrafes

meio dessa imensa diferença, somente a consciência humana pode se tornar o altar onde a injustiça sofrida pode ser abolida/ultrapassada.⁵

A nós, historiadores, aquilo que Horkheimer de *consciência humana* poderia ser revertido em *consciência histórica*. Aquilo que Sara Albieri chamou de

uma visão teórica que, que reconhece na condição humana um pressuposto histórico: pensamos e falamos historicamente, e esse é o meio pelo qual nos posicionamos na cultura. Assim identificamos o mundo ao nosso redor, assim construímos nossa identidade: sempre com a consciência do tempo, sempre elaborando algum tipo de narração que envolve o passado e remete ao futuro⁶

A partir dessas questões, nos inquietamos sobre de qual forma podemos redimir as vozes do passado por meio da escrita da história e atingir, por meio disso, uma consciência histórica ampla e irrestrita. Em busca de respostas, entendemos que a História Oral e a História Pública poderiam ser caminhos a seguir, daí que escolhemos para as entrevistas da edição justamente especialistas nessas áreas.

Quanto ao primeiro tema, convidamos o Prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy, professor aposentado do Departamento de História da Universidade de São Paulo, para a nossa já clássica entrevista de trajetória. Ele, um dos grandes nomes da História Oral no Brasil, com sua extrema simpatia nos brindou com sua história pessoal, sua trajetória acadêmica e inquietações que o levaram a marcar a área.

Na busca de ser um fórum importante para estudantes de história, concebemos ainda uma nova seção para a revista, a entrevista temática, na qual escolhemos como primeiro tema a História Pública. Para analisar o esse assunto, conversamos com o Prof. Dr. Ricardo Santiago, da Universidade Federal de São

⁵ HORKHEIMER, Max *apud* LOWY, Michel. Op. Cit., p. 49.

⁶ ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juliene Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 27-28.

Matheus de Paula Silva
Pedro José de Carvalho Neto

Paulo, autor de diversos livros na área. Santhiago refletiu conosco sobre a origem dessa área e, mais proondo questões do que dando definições, nos faz pensar sobre qual história (pública) queremos.

Já entrando na edição propriamente, a Epígrafe chega ao seu oitavo número com uma edição menor em número de artigos, mas com uma ampla variedade de temas, períodos e perspectivas. A diversidade regional marca a origem acadêmica dos autores: Universidade Federal de Pernambuco, Universidade de Campinas, Universidade Federal de Campina Grande, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Ouro Preto, sem contar nossa casa, a Universidade de São Paulo. Essa descentralização mostra que a Epígrafe conseguiu consolidar-se com um importante meio de publicação de trabalhos de graduandos de todo país.

Pela primeira vez, publicamos uma tradução comentada, feita por Victor Artuza no texto *O selo de Jade Imperial Taiping e o Reino do Filho Chinês de Deus*. A partir de um documento inédito em português, o autor comenta as relações do selo do título com a rebelião do líder religioso Hong Xiuquan contra o governo imperial chinês.

Em seguida, no artigo *O Coração das Trevas: Imperialismo, alteridade e a crítica romântica na obra de Joseph Conrad*, temos uma análise do romance de Joseph Conrad, o clássico Coração da Trevas, feita por Luisa P. Moratelli. Em uma análise detalhada, a autora trabalha as críticas do autor inglês ao imperialismo a partir do contexto da publicação da obra. Na mesma direção, mas utilizando as pinturas do oitocentos como fontes, Lívia Baranowski Tieri, no artigo *O declínio de Cam: A representação científica da mulher negra na arte do oitocentos*, utiliza a história bíblica de Cam como metáfora da representação da mulher negra na pintura desse período.

A Epígrafe e suas epígrafes

Em um levantamento original e engajado sobre a História Ambiental, Everton Alves Aragão faz um trabalhado de mão dupla no artigo *Nordeste: Escrevendo uma História Ambiental*. De um lado, mostra o potencial da região Nordeste como objeto da História Ambiental; e, de outro, apresenta a produção historiografia desse campo estudo sobre e no Nordeste. Ainda com o foco nessa região do país, o artigo *Valentes Flecheiros: atuação das tropas indígenas na capitania de Pernambuco entre 1660-1700*, de Wesley de Oliveira Silva, explora a atuação indígena na expansão do povoamento em direção ao interior durante o período colonial. O autor, utilizando-se de fontes primárias, explora a complexa relação entre a coroa portuguesa e os povos indígenas no século XVIII.

Com uma pesquisa igualmente baseada em arquivo, no caso um inventário do patrimônio histórico da cidade de Campinas, Lucas Henrique Gregate propõe o conceito de *não-patrimônio* para projetos de tombamento arquivados. Esse é somente um dos aspectos do artigo *Retórica do Arquivamento: patrimonialização, memória e esquecimento nos tombamentos do Centro Histórico Expandido de Campinas - SP* que, tal como indica o subtítulo, reflete também sobre profundas e complexas categorias históricas. Ainda temos o artigo *Religião e Esporte Midiatizado: o caso de Atletas de Cristo (1994-2005)*, um estudo original e perspicaz, no qual João Guilherme Züge trabalha com um elemento onipresente da sociedade: a mídia. Ele busca mostrar como essa instância contribuiu e moldou a identidade de um grupo, através da análise do jornal publicado pela associação de Atletas Cristãos.

Ainda tratando da história contemporânea, como os dois últimos textos, o artigo *Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014): a causa estadunidense enquanto comparação* de Vitor Emanuel Maia Ferreira mergulha numa fonte profícua àqueles

Matheus de Paula Silva
Pedro José de Carvalho Neto

interessados na história da educação no Brasil, mas igualmente na forma como a história do movimento negro brasileiro tem sido trazida para as escolas públicas.

Por fim, a edição conta ainda com uma resenha do livro de Alexandre Skirda *Os Anarquistas Russos, os Soviets e a Revolução de 1917*, escrita por Davi Luiz Paulino. A análise é centrada em um aspecto específico da obra: a luta pela memória na Revolução Russa e Ucraniana e qual o lugar que os anarquistas ocupam nela.

Comentando nossas atividades extra editoriais, com um projeto editorial bem estabelecido e conhecido em todo o país, pensamos que era um bom momento para tentar expandir nossas atividades, sobretudo no que tange alcance para fora da universidade. Desse modo, criamos dois novos canais de comunicação, o Instagram e o Twitter, com um projeto semanal de publicações sobre a revista ou assuntos afins.

No segundo semestre de 2019, a Revista Epígrafe participou da *II Semana de Ofícios do Historiador: extensão e divulgação em História*, organizada pela Centro Acadêmico da História - Luiz Eduardo Merlini. Na mesa “História em periódicos: entre a academia e a divulgação”, compartilhamos os desafios enfrentados por uma revista de graduação e quais foram nossas ideias para aumentar nosso público leitor, dentro e fora da academia. Também fizeram parte da mesa o professor Júlio Pimentel, da Revista de História, e estudante André Nogueira, da Revista Aventuras na História. Foi um momento importante para a troca de experiência e para realização de um balanço da atuação da Epígrafe até o momento.

Organizamos mais uma edição do nosso clássico *Seminário Permanente: Caminhos da Pesquisa*, tendo como convidado o já citado Prof. Dr. Elias Tomé Saliba, um dos titulares da cadeira de Teoria da História. Em uma sala lotada do

A Epígrafe e suas epígrafes

Departamento, o professor, em uma prosa formidável e bem-humorada, relembrou a sua rica e variada trajetória até o seu atual campo de pesquisa: a história do humor.

Nossas atividades podem não parecer muito na perspectiva daqueles que nos leem, mas na de “quem faz acontecer” chegar a oito edições em seis anos é uma enorme marca. É com ela, essa “marca”, que nós nos tornamos a revista de alunos de graduação com maior tempo de duração no Departamento de História da Universidade de São Paulo. Sem apoio financeiro e contanto com pontuais apoios institucionais, isso só foi possível por conta do intenso trabalho de nossos membros, todos voluntários, que mantêm a seriedade, organização e compromisso que nos largaram as antigas gerações. Com esse espírito que ficamos felizes em receber cinco novos membros nesse semestre.

Finalizando, assim, esse breve editorial, retomamos nossa reflexão inicial. Vivemos novos tempos que exigem novas práticas por parte do historiador; novas formas de olhar para o passado e para nossos objetos, ainda que essas formas sejam recuperadas de velhos textos.

Boa leitura a todos e todas!

Janeiro de 2020

traduções

O selo de Jade Imperial Taiping e o Reino do Filho Chinês de Deus

Victor Artuza*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v8i8p13-44

Resumo: Em meio a um período conturbado (século XIX), os manchus, detentores do domínio sobre a Dinastia Qing enfrentaram grandes dificuldades, seja pelas relações estabelecidas com o exterior ou pelas agitações internas, causadas por inúmeras revoltas. No entanto, uma delas merece especial atenção, seja por sua magnitude ou pela reverberação tanto no exterior como também na história da China. Esta seria a Rebelião Taiping, que através de seu líder, Hong Xiuquan, toma forma e se expande juntamente com a fé cristã, estabelecida pelo mesmo. Tal rebelião assume impactante extensão, na união de um cristianismo próprio e a crença de seus fiéis seguidores para com o seu líder – o “Filho Chinês de Deus”, que reivindicava o título de “Rei Celestial” – que constituíram o então “Reino Celestial Taiping”. Deste modo, a descrição e o aprofundamento no estudo da Rebelião pode ser obtido através do chamado Selo de Jade Imperial Taiping (太平玉玺), trazido aqui como um objeto que em primeira instância se traduz, para que seja passível da explicação analítica, suscitando assim um maior aprofundamento sobre as caracterizações e a compreensão do que foi esta rebelião.

Palavras-chaves: Dinastia Qing, Hong Xiuquan, Rebelião Taiping, Selo de Jade Imperial Taiping.

* Graduado em história pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), realizou um intercambio durante o período de graduação na Faculdade de Língua Estrangeira de Xi'An (西安外国语大学) na cidade de Xi'An(西安) - China. Atualmente realiza mestrado na área de Relações Internacionais na Universidade de Jinan (暨南大学) , na cidade de Cantão(广州) - China. E-mail: victor_artuza@yahoo.com.br

O Selo de Jade Imperial Taiping e o Reino do Filho Chinês de Deus

Introdução

A relação dialética, observada do ponto de vista cíclico da interação entre causa-consequência, da crise interna e externa presentes na China, é de essencial importância para a compreensão da situação em que se encontrava o país na primeira metade do século XIX. Sendo assim, a imposição por parte dos ingleses de tratados desvantajosos causavam certa indignação por grande parte dos chineses, do mesmo modo que a presença estrangeira¹ era um fator de agravamento de tal repulsa. O crescimento da população e a saída de prata do país foram fatores que igualmente influenciaram a crise externa e um maior avanço por parte dos países estrangeiros sobre a China, segundo a linha que Spence (SPENCE, 1996a, p. 175) define, foram norteadores deste período.

Do mesmo modo, contudo, que devem ser considerados no contexto das crises das relações exteriores da China, esses levantes devem também ser vistos como o ponto culminante de um padrão de protestos que começou com o Lótus Branco e continuou por crises menos dramáticas, mas mesmo assim significativas, tanto no Norte como no Sul da China. [...] (SPENCE, 1996a, p.176)

Este seria outro importante elemento defendido pelo autor, uma vez que a Revolta do Lótus Branco pôde ser vista como um “gatilho” em que acabou por direcionar o país a um “desgaste do tecido social”, representados por fatores como: a perca de produtividade do sal; a exploração de trabalhadores decorrentes de formações de sub-redes burocráticas; o aumento da violência e de dissidências para com o Estado, principalmente com cunhos religiosos, o que acarretava em um choque cada vez maior entre a dinastia Qing e setores sociais fundamentalistas. Ao mesmo tempo havia uma crescente formação de unidades paramilitares desenvolvidas por

¹Esta presença constituiu-se como um fator essencial para que Hong Xiuquan (洪秀全), o líder da Rebelião Taiping (太平), pudesse entrar em contato com a religião cristã e então erigisse sobre ela a estrutura do movimento.

mandarins; esferas públicas sendo cada vez mais utilizadas para interesses particulares e a corrupção crescente dentro de órgãos governamentais que contribuíam para a implosão de muitas revoltas, como ainda afirma Jonathan Spence (SPENCE, 1996a, p.176).

Por consequência deste aumento da instabilidade e dos choques para com o aparelho estatal, várias revoltas acabaram eclodindo, também houve a formação das Tríades (ou Sociedades do Céu e da Terra), as quais tinham um forte caráter anti-manchu. Portanto, esta época se caracteriza como um momento muito conturbado na história da China, um período de difícil manutenção do poder por parte do manchus em plena dinastia Qing, o que iria corroborar para a queda do que seria a última dinastia chinesa. Logo, Fairbank e Goldman resumiriam de forma muito concisa e apropriada esse período, o qual colaboraria para o surgimento e a duração, por cerca de 13 anos da Rebelião Taiping:

Após 1850 o regime Qing estava quase destruído por rebeliões generalizadas. A incapacidade do imperador para subjugar os bárbaros Britânicos em 1842, apesar da Guerra do Ópio travada somente em meia dúzia de lugares na costa, tendo abalado o prestígio imperial. Em 1846-1848, além disso, desastres e fome estavam difundidas entre a população expandida da China. Não era uma surpresa que uma grande revolta se iniciaria em 1850. (FAIRBANK; GOLDMAN, 2001, p. 206, tradução própria).²

Hong Xiuquan, o Filho Chinês de Deus

A partir do contexto citado acima, comprehende-se melhor as razões que

² No original: "After 1850 the Qing regime was almost overwhelmed by widespread rebellions. The emperor's inability to subdue the British barbarians in 1842, even though the Opium War was fought at only half a dozen places on the seacoast, had shaken imperial prestige. In 1846-1848, moreover, flood and famine were widespread among China's expanded population. It is not surprising that a great uprising finally commenced in 1850."

O Selo de Jade Imperial Taiping e o Reino do Filho Chinês de Deus

proporcionaram que a Rebelião Taiping, figura central abordada pelo selo³, acontecesse e viesse a adquirir tamanha magnitude. Entretanto, o que se deve atentar é para a figura desempenhada por seu principal líder, Hong Xiuquan (洪秀全), o qual exerce papel central na rebelião, uma vez que o surgimento do movimento se dá em função deste, assim como sua representação no selo. Portanto, entender como sua vida vincula-se ao que foi esta rebelião é aqui fundamental para uma melhor compreensão de quem foram os Taiping e quais eram seus objetivos.

Hong, nascido em 1814, veio de uma pobre família de origem Hakka⁴, estabelecida em Guangdong, onde era professor de seu vilarejo⁵. Seu nome verdadeiro era Hong Huoxiu. Realizou o exame público⁶ – o qual possibilitava a quem passasse obter o mais baixo nível do ranking oficial de intelectual⁷ – por quatro vezes seguidas. Em 1836, em sua segunda tentativa neste exame, foi para a cidade de Guangzhou, onde entrou em contato com um missionário protestante e com um discípulo chinês deste. Eles o entregaram tratados escritos por Liang Afa⁸, que eram manuscritos, excertos, traduções de partes da Bíblia, em chinês, mas naquele momento, Hong ignorou-os, sem porém jogá-los fora, e sim conservando-os consigo.

No Festival Qingming⁹, Hong visitou o local onde ficava sua terra natal, e

³ O Selo de Jade Imperial Taiping, o qual será analisado posteriormente.

⁴ Hakka (客家, Kejia) é um grupo étnico chinês, de origem Han que havia migrado da região centro-norte, do país, para a região sul.

⁵ Considerado já entre os habitantes locais um cargo de grande importância.

⁶ Também chamados de exames imperiais. Eram sistemas de exames, realizados pelas dinastias Ming e Qing, para que se pudesse ter acesso à uma carreira “pública”, dentro de órgãos públicos, ou seja, do Estado.

⁷ O que já era considerado um cargo de prestígio, pois uma vez dentro da estrutura estatal, com um cargo dentro do governo (um cargo público), além de trazer grande honra para sua família conseguiria ajudar com as despesas da casa e à sustentar sua família (que naquele período se referia principalmente à mãe, pai, avós, irmãos e irmãs).

⁸ Liang Afa, um cristão chinês de Cantão, um dos primeiros missionários cristãos chineses.

⁹ Festival em que se reverencia os mortos.

quando estava voltando para casa, adoeceu em Guanlubu. O estado em que se encontrava era muito grave, fazendo com que Hong acreditasse que seria seu fim, chamando a todos da família, e os fazendo crer que assim seria¹⁰. Neste período, a doença o levou a ter sonhos. Nestes sonhos, Hong, estando no “Céu” ou “paraíso”, prostrava-se na frente de um homem de barbas douradas, usando uma túnica preta de dragão, que o chamava de filho, este homem dizia-lhe que na terra os demônios estavam enganando as pessoas, disfarçando-se delas, e as pessoas faziam oferendas e os reverenciavam, deste modo propagando o caos e magoando “o Pai”. Para ajudá-lo, Hong obedece a ordem deste de exterminar os demônios, expurgá-los da terra. Para esta tarefa, “seu pai” lhe dá dois presentes, uma espada e um selo, e então Hong, com a ajuda de seu irmão mais velho, que carregava o selo, ia aniquilando os demônios. Nestes mesmos sonhos, Hong recebia de seu pai um novo nome, Hong XiuQuan, onde Quan (全), que significa “completo” ou “o todo”, refletia assim toda a conjuntura do poder de Hong. Era mister que o nome fosse trocado, uma vez que seu antigo nome, Hong Huoxiu, era considerado um taboo, já que huo (火) fazia parte do nome de seu pai Yue-huo-hua. (SPENCE,1996b. p.65-68)

Ficou doente deste modo por volta de 40 dias, depois de melhorar um pouco, tinha períodos de alucinações – levantando-se, agitando-se muito e gritando furioso, como se lutasse com alguém – e períodos em que brigava com parentes – principalmente com seu pai, dizendo não ser seu verdadeiro pai. Então, como seu “pai verdadeiro”, Deus o Pai, lhe deu um novo nome, começou a utilizá-lo, obrigando os familiares a também o utilizarem e não o chamassem mais pelo antigo nome, assim

¹⁰ Pois assim que a doença começa a dar indícios, seu corpo fica fraco indo para cama e tendo sonhos, os quais eram relacionados com a crenças chinesas, principalmente no Budismo, e que em sua interpretação eram o anúncio do fim, ou seja de sua morte.

O Selo de Jade Imperial Taiping e o Reino do Filho Chinês de Deus

descreve Spence (SPENCE, 1996b, p. 68 e 69). A seguir, o autor ainda enuncia:

Por ora lentamente Hong Xiuquan se acalma. Sua família e amigos começam a utilizar seu novo nome, Sua esposa, Lai, carrega sua filha. Ele retorna a seus textos Confucionas, e assim logo inicia novamente os preparativos para os exames. Ele reassume seus deveres de ensino no vilarejo próximo. O sonho está além da interpretação, e portanto pelo senso comum não tem nenhum sentido. (SPENCE, 1996b, p.69, tradução própria.)¹¹

Então, logo depois de retomar sua antiga vida, Li Jingfang¹² pede emprestado os tratados em chinês, que estavam em posse de Hong. Após sua leitura, Li devolve-os à Hong e pede a ele que os leia, assim o fazendo (SPENCE, 1996b). Hong, portanto, analisa a situação em que se encontrava, juntando pouco a pouco, “todos os fatores” que rodeavam sua vida: a situação local e nacional, seja pelo maior avanço estrangeiro – como por exemplo a Guerra do Ópio, a qual em seu primeiro desfecho (1842) , impõe o tratado de Nanjing, transformando Guangzhou em um porto comercial –, ou pela crise interna – como por exemplo a corrupção dentro das estruturas estatais –; Os tratados de Liang Afa; E principalmente aos sonhos, que há um tempo atrás tinha tido, no qual podia-se identificar a presença de Jesus Cristo, “filho de Deus”, e “Deus o Pai”¹³.

Mesmo assim, decide tentar pela quarta vez o exame público, fracassando uma última vez. Logo:

Comparado com a vez passada, Hong Xiuquan parecia um pouco mais calmo,

¹¹ No original: “Yet slowly Hong Xiuquan calms down. Family and Friends grow used to his new name, His wife, Lai, bears him a baby girl. He returns to his Confucian texts, and begins to prepare yet again for the examinations. He resumes his teaching duties at a nearby village. The dream is beyond interpretation, and therefore by common consent it can have no meaning.”

¹² Um amigo e parente distante de Hong XiuQuan.

¹³ Para uma análise mais detalhada deste “fatores” que influenciaram o pensamento de Hong, a mudança de mentalidade com relação a realidade que o cercava, ver: SPENCE, Jonathan D. *The Key*. In: _____. *God's Chinese Son: The Taiping Heavenly Kingdom of Hong Xiuquan*. New York: W.W. Norton & Company, 1996b, p. 70-86.

ele somente derrubou os clássicos confucianos de sua casa no chão¹⁴. Ao mesmo tempo, fez um juramento que, de agora em diante não mais participaria dos exames imperiais dos Qing: "Eu mesmo irei organizar os exames imperiais que escolherão, entre todos, os melhores intelectuais"¹⁵." Estas eram palavras em um momento de acesso de raiva, que por falhar repetidas vezes no exame imperial, demonstrava conjuntamente o desespero e fúria de Hong Xiuquan. E talvez ele próprio nem tenha percebido que tais palavras de revolta, 10 anos depois, inesperadamente iriam se tornar realidade. (HISTÓRIA GERAL DA CHINA (中国通史), 2016, 4min e25 s., tradução própria.)¹⁶

Neste momento, Hong percebe o quanto os manuscritos, em sua percepção, aproximavam-se da realidade que o cercava e que aqueles sonhos que tivera tempos atrás eram realmente "Deus o Pai" que tinha entrado em contato com o próprio Hong Xiuquan. Tal explicação é apresentada por Spence, neste seguinte, longo, porém muito completo, trecho:

A coleção de tratados é longa, cheia de estranhos termos e estranhos nomes, e existe muitas coisas que Liang¹⁷ não explica. Mas Hong sente que a chave tinha aberto sua mente e seu coração. O homem com barbas douradas com quem ele sonhara, e para quem ele lutou com os demônios, é Deus o Pai, o Senhor Ye-huo-hua, quem criou o Céu e a Terra. O irmão mais velho que fazia cintilar o selo dourado sobre os demônios, lutando ao lado de Hong, mas que o repreendeu severamente é Jesus o Salvador, filho de Deus, morto na cruz e que retornou novamente para o Céu. Os retentores que receberam Hong e o ajudaram em suas batalhas celestiais eram os anjos que viviam com Deus. Os textos desenrolados diante de seus olhos ou explicados à ele ponto à ponto são as palavras de Liang, ou as palavras de outros textos sagrados transcritos ou resumidos por Liang. O único mal, Yan Luo, é o diabo serpente demoníaca

¹⁴ A simbologia por traz deste ocorrido, apesar de sutil nos revela muito. Um total "abandono" de uma tradição chinesa que se fundamenta no estudos dos clássicos chineses, a uma renúncia e afastamento dos ideias pregados tanto pelo governo, como por uma tradição cultural chinesa, representando assim uma ruptura entre Hong para com sua crença e conservadorismo advindo da tradição chinesa.

¹⁵ Isto significava que ele queria se tornar imperador, pois somente o imperador tinha o poder de mudar os exames imperiais e por consequência, indiretamente, escolher os intelectuais que fariam parte de seu governo.

¹⁶ No original: "相比上一次洪秀全显得略为平静，他只是把家里的经书都丢在了地上。同时发誓从此以后再也不参加清朝科举。上等我自己来开科去天下士罢" 这是洪秀全在屡次落第的绝望和愤怒中所说的一句气话。或许他自己也没有想到这句气话在十几年后竟然变成了现实".

¹⁷ Liang Afa.

O Selo de Jade Imperial Taiping e o Reino do Filho Chinês de Deus

que arruinou a vida feliz do homem e da mulher em seus primeiro idílico jardim. A espada a qual Hong lutou contra os demônios era a espada que guardava o portão leste do Paraíso. Deus fala diretamente com a humanidade, como ele fez com Moises no Monte Sinai, e como ele fez com Hong. Jesus viveu e caminhou sobre a Terra. A que quase dizimou todas as coisas vivas é um sinal do próprio destino de Hong. Seu nome Huo, de fogo, era taboo pelo fato de ser o nome do meio de Deus o Pai. Seu novo nome Quan – “completo” ou “todo” – começa, termina, e reverbera sobre os textos sagrados. Os exames confucianos são vaidades inúteis, espalhando falsas esperanças, gerando falsos procedimentos. Os estrangeiros, a despeito do ópio e da ira de alguns deles, tem boas intenções e irão salvar a terra da morte. Ídolos são malignos, e os dias de festa que marcam o início do ano chinês não reflete os ritmos da adoração ao alto Deus. O pecado destrói o mundo, incentivado por falsos padres, os lúbricos, os pornógrafos. Os rituais de limpeza os quais Hong participou quando passou pelo Céu eram previsões de seu batismo. Existem, ainda, legiões de demônios para exterminar na Terra, pois o mal se infiltrou em toda a raça humana. E desde que Jesus é Filho de Deus, e também irmão mais velho de Hong, então Hong é literalmente o Filho Chinês de Deus. (SPENCE, 1996b, p.88-89, tradução própria)¹⁸

Este trecho compila muitas valiosas informações, as quais analisadas por

¹⁸ No original: “The collection of tracts is long, full of strange terms and stranger names, and there are many things that Liang does not explain. But Hong feels the key has opened up his head and heart. The man with the golden beard of whom he dreamed, and for whom he fought the demons, is God the Father, the Lord Ye-huo-hua, who created Heaven and earth. The elder brother who shone the golden seal upon the demons, fought at Hong's side, yet scolded him severely is Jesus the Savior, son of God, killed on the cross and returned again to Heaven. The retainers who welcomed Hong and helped him in his heavenly battles are the angels who live with God. The texts unrolled before his eyes or explained to him point by point are the words of Liangs, or the words of other sacred texts that Liang transcribed or summarized. The evil one, Yan Luo, is the demon devil serpent who ruined the happy life of man and woman in their first idyllic garden. The sword with which Hong fought the demons is like the sword that guarded the eastern gate of Paradise. God does speak directly to mankind, as he did to Moses on Mount Sinai, and as he has to Hong. Jesus too has lived and toiled upon the earth. The raging flood that almost swept away all living things is a sign of Hong's own destiny. His name Huo, of fire, was tabooed because it was the middle name of God the Father. His new name Quan – “complete” or “whole” – begins, closes, and reverberates throughout the sacred texts. The Confucian examinations are worthless vanities, spreading false hopes, engendering false procedures. The foreigners, despite the opium and the wrath of some of their number, have good intentions, and perhaps will save the land from death. Idols are evil, and the festival days that mark the working Chinese year do not reflect the rhythms of worship due the highest God. Sin ravages the world, encouraged by false priests, the lustful, the pornographers. The cleansing rituals that Hong went through in Heaven were foretellers of his baptism. There are legions of demons still to slay on earth, for evil has infiltrated all the human race. And since Jesus is the son of God, and also Hong's elder brother, then Hong is literally God's Chinese son”.

Spence explicitam o contexto como também contribuem para o entendimento da relação entre Hong e a teologia cristã (a qual este teve acesso). Primeiramente, a partir do trecho é possível observar como todo o contexto e as explicações dos tratados de Liang Afa caracterizaram para Hong a veracidade de seus sonhos, uma vez que o conteúdo dos manuscritos continham partes em que Deus diretamente se comunica com as pessoas, realçava assim a veracidade dos sonhos – pois como Deus já havia se comunicado com outros (como citado no trecho: Moises) , por que não poderia ter se comunicado com Hong, através de seus sonhos, conferindo-lhe seu verdadeiro nome, seu verdadeiro eu? – que o próprio “Filho Chinês de Deus”, ou como futuramente se chamaria, “Deus Celestial” tivera.

Em segundo lugar, na descrição do autor, Hong, ao descrever Deus e conjuntamente toda a mitologia cristã, funde-os à mitologia chinesa (ou contrariamente, funde a mitologia chinesa à cristã). Uma vez que compara e de certa forma recoloca cada entidade cristã em um posto semelhante para com as entidades chinesas – como por exemplo o Diabo, substituindo-o pelo Yan Luo (阎罗), mantendo o nome chinês, mas as principais características advindas do cristianismo (mesmo que seja difícil definir por inteiro as características que esta concepção de “Diabo” carrega).

Um terceiro aspecto retirado do trecho é com relação até onde os manuscritos continham as palavras diretas dos textos sagrados, ou se elas eram interpretações do próprio Liang Afa, não havendo como discerni-las somente a partir da leitura destes tratados, acarretando divergências para com a teologia cristã pregada pelo ocidente. Um quarto aspecto abordado seria o relacionamento com os estrangeiros, uma vez mal vista entre os chineses, no entanto diante de tais “provas” que agora Hong possuía, eles (para Hong): “tem boas intenções, e talvez irão salvar a terra da morte.”

O Selo de Jade Imperial Taiping e o Reino do Filho Chinês de Deus

(SPENCE, 1996b, p.88-89, tradução nossa)¹⁹, já que conjuntamente os preceitos cristãos advinham dos mesmos. O quinto ponto, que pode ser extraído da análise do autor, é o objetivo que Hong teria de eliminar os incontáveis demônios presentes na Terra. Este fator seria essencial, pois iria influenciar a caracterização da dinastia Qing (e dos manchus), sendo esta a representação de tais demônios e que Hong, e mais futuramente os Taiping, teriam o objetivo de aniquila-los.

“Sociedade dos Veneradores de Deus”

Destarte Hong, agora “Filho Chinês de Deus”, começa a pregar, formando a chamada “Sociedade dos Veneradores de Deus”, erigindo assim em pouco tempo um grande número de seguidores, os quais seguiam-no devido as suas fortes convicções religiosas. O movimento então cresceu rapidamente e ganhou atenção de outras partes interessadas no enfraquecimento e no extermínio dos Qing.

Entre tais grupos estavam: As Tríades, que se opunham aos manchus; os estrangeiros que inicialmente enxergavam este movimento, de bases cristãs, como algo positivo – seja pelo fato da expansão da fé cristã ou da possibilidade de “tirar de campo” os Qing, os quais dificultavam a compra de produtos estrangeiros (como por exemplo o ópio).

Outro grupo importante eram os Hakka, ou Kejia(客家), (grupo étnico a qual Hong pertencia) por serem um povo considerado “estrangeiro”, ou seja, detinham uma posição de estranhamento para com os outros povos da região – principalmente no sul, já que haviam imigrado do norte e mantinham suas tradições e costumes considerados estranhos aos povos daquela região²⁰ -. Neste período, os Hakka

¹⁹ No original: [...] have good intentions, and perhaps will save the land from death. [...]

²⁰ Importante salientar aqui que existem grandes diferenças culturais entre o Norte e o Sul na China, uma vez que seus grupos étnicos e as culturas e costumes que carregam são muito divergentes entre si.

passavam por condições péssimas de vida e que por fim, muito possível por este motivo, seguiram, em sua grande maioria, os passos de Hong.

Já em 1847 Hong e seus seguidores foram para a região chamada de montanha dos Cardos, onde se juntaram a um amigo de Hong, que havia participado da criação da “Sociedade dos Veneradores de Deus”. Juntos, então, foram adquirindo adeptos entre as tribos montanhosas do Yaos e Zhuangs, constituindo a base da formação que daria força à Rebelião (por agruparem mineradores, prestamistas, entre outros com funções importantes para a formação do futuro governo Taiping). Assim Gernet aponta:

[...]A rapidez com que o movimento que iria dar origem aos Taiping alastrou na província do Guangxi e alcançou as províncias do Guangdong, do Médio e do Baixo-Yangzi explica-se, ao mesmo tempo que pela miséria e pela injustiça, pelo trabalho subterrâneo aí realizado pelas organizações clandestinas filiadas na Sociedade da Tríade (Sanhehui), também conhecida pelo nome de Sociedade do Céu e da Terra (Tiandihui). (GERNET, 1974, p. 90.)

Rapidamente a “Sociedade dos Veneradores de Deus” se expande, adquirindo um grande contingente de seguidores. Entre eles “The chief military leader was an illiterate charcoal burner named Yang²¹, who had the wit to receive God's visitations and speak with His voice in a way that left Hong sincerely speechless.” (FAIRBANK; GOLDMAN.2001, p.208); e o jovem Shi Dakai (石达开), filho de terratenentes e um general astuto. Estes seguidores iriam se tornar líderes importantes para a rebelião, os quais viriam a desempenhar papéis fundamentais com a implementação de táticas e estratégias militares. Juntando isto às alianças que aos poucos vão se estabelecendo, esta sociedade começa a determinar seus territórios sob sua influência.

No ano de 1850, com por volta de 20 mil seguidores, a “Sociedade dos

²¹ Yang Xiuqing(杨秀清)

O Selo de Jade Imperial Taiping e o Reino do Filho Chinês de Deus

Veneradores de Deus" começou a instituir bases burocráticas, financeiras, e militares, as quais ofereciam autonomia à rebelião, que vinha se estruturando. Assim, no final deste mesmo ano houve uma tentativa governamental de atacar o território sobre o domínio da sociedade liderada pelo "Filho Chinês de Deus", tendo o objetivo de recuperar a região, sem obter sucesso no entanto. Em outubro de 1850 Hong funda o Reino Celestial Taiping (太平天国 – Taiping Tianguo)²², auto declarando-se Rei Celestial deste novo reino.

Reino Celestial Taiping

Muitas regras foram impostas sobre o novo reino, demonstrando que pouco a pouco a rebelião se radicalizava. Entre os regulamentos estavam a imposição: da segregação obrigatória entre os sexos – em que mulheres podiam se alistar no exército (havia um grande e forte exército formado por estas mulheres Taipings); da absoluta proibição do consumo de ópio, álcool e da prostituição. Deste modo, o movimento era extremamente puritano, devendo-se seguir toda a teologia Taiping à risca, quem desobedecesse as regras seria punido pública e severamente.²³

Ambos nacionalistas e comunistas tentaram resgatar do movimento Taiping algum protótipo positivo da reforma social e do nacionalismo anti manchu. Os Taipings eram contrários a todos os males usuais – apostila, ópio, tabaco, idolatria, adultério, prostituição, enfaixar os pés; e eles davam especial atenção à mulheres, que mantinham e muitas vezes serviam nos exércitos e corriam nos palácios no lugar dos eunucos. [...] (FAIRBANK; GOLDMAN.NET, 2001, p. 210-211, tradução própria.)²⁴

²² Taiping(太平)significa grande paz, optou-se por manter o termo original, por ser mais habitualmente usado.

²³ Em seu incrível trabalho Spence relata sobre várias punições, a maioria públicas, cada uma divergindo de acordo com a regra/lei que havia sido infringida. SPENCE, Jonathan D. God's Chinese Son: The Taiping Heavenly Kingdom of Hong Xiuquan. New York: W.W. Norton & Company, 1996b.

²⁴ No original: "Both Nationalists and Communists of a later day have tried to salvage from the Taiping movement some positive prototype of anti-Manchu nationalism and social reform. The Taipings were against all the usual evils – gambling, opium, tobacco, adultery, prostitution, footbinding;

Foi criado também um tesouro público, já que tudo era partilhado, à ninguém era permitido ter luxo, e o dinheiro era dividido entre todos de “forma igualitária”. E agora os Taiping deveriam parar de fazer tranças e começar a deixar o cabelo crescer, isto fazia com que eles chamassem mais atenção, sendo chamados de “rebeldes cabeludos”. Este caráter significava uma rebeldia à dinastia Qing, já que todos eram obrigados à ter tranças, um estilo de cabelo advindo da cultura manchu.²⁵

A cristandade Taiping que foi se formando, em parte emprestada do próprio cristianismo, em parte reinventada a modo que se enquadrasse na sociedade chinesa e, em certas medidas, nas vontades de Hong, foram constituindo as bases religiosas da rebelião (FAIRBANK; GOLDMAN, 2001, p.208).

Cristianismo Taiping metade emprestado e metade recriado para os propósitos chineses um cheio repertório de preces, hinos, e rituais, e pregados pela fraternidade e irmandade de toda a humanidade sob a paternidade de um verdadeiro e único Deus. Ao contrário de uma política pacifista do Taoísmo e o sobrenatural do Budismo, o Velho Testamento Protestante oferecia um chamado ao triunfo para o povo militante em marcha contra seus oponentes. Os cadáveres originais dos reais fieis Hakka que estavam em valente batalha e mais atenciosos em frente ao povo comum. E não é de admirar! Os ensinamentos de Hong criaram uma nova seita Chinesa organizada para a Guerra. Utilizou verdadeiras técnicas desenvolvidas durante os 1800 anos da história de cristianismo para inculcar uma fé ardente em cada indivíduo e assegurar seu ou sua performance em seus serviços. Cristianismo Taiping era um exclusivo amálgama de ideias e práticas ocidente-oriente equipadas para a ação militar, algo semelhante que não foi visto até a China emprestar e ressignificar o Marxismo-Leninismo um século depois. (FAIRBANK; GOLDMAN,

and they gave special scope to women, who supported and sometimes served in the army and ran the palaces in place of eunuchs.[...]

²⁵ As famosas tranças da dinastia Qing eram o estilo de cabelo utilizado pelos chineses, no tempo em que os manchus reinavam, uma vez que esse era um costume destes. Este estilo de cabelo se caracterizava pelos homens rasparem a frente da cabeça e deixarem uma trança ou “rabicho” (um termo tanto pejorativo utilizado pelos brasileiros durante o séc. XIX), sendo que a trança se diferenciou durante o tempo em que os Qings reinaram. Chamadas de “rabo de vaca”, “rabo de porco” e “rabo de rato”, eles representam a grossura da trança, do mais grosso ao mais fino, do mais antigo ao mais recente, respectivamente.

O Selo de Jade Imperial Taiping e o Reino do Filho Chinês de Deus

2001, p.208, tradução própria.)²⁶

Desta forma, o cristianismo Taiping se demonstrava como um amalgama de ideias e conceitos orientais e ocidentais, um certo sincretismo religioso como já citado, pois inclui muitas divindades chinesas com divindades cristãs, um novo e totalmente diferente tipo de cristianismo. Este fato é de extrema importância para se entender como Hong se auto afirmava, como os Taiping se auto afirmavam, e como se erigiam as estruturas do Reino Celestial, e que serão representadas no selo.

Não se sabe ao certo quando um confronto aberto com os Qing surgiu, porém, foi em 1850 que os confrontos se intensificaram, e como consequência, no ano seguinte esta situação já não seria mais a mesma. Neste sentido, os Qing começam a investir contra agora o recém formado “Reino Celestial Taiping”. Estes embates eclodiram na fronteira entre Guanxi e Guandong até 1851. Data em que os Taiping tomam a cidade de Yongan, juntamente com um grande abastecimento tanto de dinheiro, como de comida e novos “adeptos”. Tal significativa conquista, na visão de Spence, seria a primeira grande conquista dos Taiping, a conquista de uma cidade a qual serviria como o primeiro posto Taiping²⁷. Já no ano seguinte, os Taiping tentam avançar sobre Guilin, capital de Guangxi, como também Changsha, porém, ambos os casos resultaram em fracassos.

²⁶ No original: “Taiping Christianity half-borrowed and half-recreated for Chinese purposes a full repertoire of prayers, hymns, and rituals, and preached the brotherhood and sisterhood of all mankind under the fatherhood of the one true and only God. Unlike the political passivity of Daoism and the otherworldliness of Buddhism, the Protestant Old Testament offered trumpet calls to a militant people on the march against their oppressors. The original corps of Hakka true believers were the bravest in battle and the most considerate toward the common people. And no wonder! Hong's teaching created a new Chinese sect organized for war. It used tried and true techniques evolved during 1,800 years of Christian history to inculcate an ardent faith in each individual and ensure his or her performance in its service. Taiping Christianity was a unique East-West amalgam of ideas and practices geared to militant action, the like of which was not seen again until China borrowed and sinified Marxism-Leninism a century later”.

²⁷ Talvez aqui é que o conflito entre Taiping e Qing tenha se tornado aberto.

“[...] Nesse ponto, as proclamações taipings tornaram-se mais belicosas, numa tentativa de recrutar novos contingentes [...]” (SPENCE, 1996, p. 182.) Sejam por causa das forças exercidas pelos grupos aliados, com a intenção de atacar diretamente os governantes manchus, ou pela expansão da fé cristã. Criando a crença cada vez maior em que os manchus representariam os demônios, deixando a humanidade entregue ao pecado, e os Taiping seriam detentores da indispensável missão de expurgar este mal.

No mês de dezembro do ano de 1852 adentraram Yuezhou, que fica em Dongting, contudo, esta, diferentemente das outras, era uma cidade rica e antiga, o que implicava na aquisição de grandes quantidades de suprimentos e de dinheiro. Depois deste ocorrido, houveram sucessivos êxitos, e em 1853, os Taiping avançaram sobre a cidade de Nanjing.

Capital Celestial

O avanço sobre Nanjing fora uma grande conquista, já que naquela época esta era a capital da mais rica província do sul da China, centro da intelectualidade, ou seja, uma cidade não somente rica, porém importante política e economicamente. Em sua invasão, todos os manchus foram mortos, mesmo aqueles que não o foram em batalha, foram queimados, esfaqueados ou afogados. O fim da invasão se deu com o estabelecimento de Hong no antigo palácio cede da dinastia Ming, localizado dentro da cidade. Foi nesta grande cidade que o Reino Celestial Taiping fixou sua capital, nomeada pelos revoltosos de Tianjing (天景), Capital Celeste ou Capital Celestial, que durou 11 anos, de 1853 a 1864, sob o reinado do “Rei Celestial”, Hong Xiuquang

O Selo de Jade Imperial Taiping e o Reino do Filho Chinês de Deus

A partir disso, os exames imperiais dentro do Reino Celestial foram restituídos por Hong, diferenciavam-se somente por serem baseados na teologia cristã. Contudo, sua similaridade com os exames realizados pelos Qing era gigantesca, permitindo que as pessoas pudessem adentrar setores dentro da estrutura governamental. No entanto, a principal diferença era com relação à possibilidade de ascensão de mulheres a cargos dentro da burocracia.

Mesmo após o estabelecimento da Capital Celeste, continuou-se o esforço de se expandir o império numa tentativa de gradualmente aumentar o domínio Taiping. Despachando-se tropas em maio de 1853, com o objetivo de atacar Beijing, numa tentativa de destruir assim o “Covil dos Demônios”, nome dado para a cidade pela presença dos manchus, a pretensão deste avanço era o de “expurgar o mal da terra” (SPENCE, 1996b). Em seguida, foram também planejadas várias investidas das tropas Taiping sobre Shanghai, o que deixava tanto os manchus, quanto os estrangeiros apreensivos, pois além de ser um porto muito importante, era também, após a Guerra do Ópio, um entreposto de domínio estrangeiro, o que também tornava-o um potente alvo de ataque para outros grupos rebeldes.

Assim, por volta de 1860-1861, o Selo de Jade Imperial Taiping deve ter sido criado, como Spence enuncia em seu principal trabalho sobre a Rebelião Taiping (SPENCE, 1996b). O selo era normalmente, utilizado nos documentos oficiais do Reino Celestial Taiping – que representavam Hong Xiuquan, quando não advindos diretamente do próprio – e poderiam ser decretos, cartas, correspondências, entre outros. Deste modo, a presença do selo em qualquer documento, além de “atestar” sua veracidade, oficializar suas intenções (que dependeriam do documento em questão), carregava um valor considerável muito grande pela questão do poder que representava.

Derroca do Reino Celestial Taiping

No entanto, mesmo estabelecendo um reino poderoso, o qual teria o poder de destituir o comando dos Qing, não conseguiram fazer frente à Dinastia Qing e foram brutalmente derrotados. Isto deveu-se a vários fatores que juntos contribuíram para a derrocada da Rebelião Taiping, para que aos poucos o poder Taiping fosse se desintegrando, deixando-os “enfraquecidos”, e assim os Qing pudessem pôr um fim a tal “potente inimigo”.

Primeiramente a desintegração do poder, aconteceu pelo fato de muitos líderes, os chamados reis, morrerem em ofensivas, dois nas campanhas de 1852, como também pelo afastamento entre os líderes, como Yang Xiuqing, o qual foi morto por ordens do “Rei Celestial”, após ter convencido os Taiping de que era a própria encarnação do Espírito Santo, o qual fazia com que Hong perdesse autoridade, já que suas ordens eram superadas pelas de Yang. E Shi Dakai, que em desacordo com o Rei Celestial, após o assassinato do Rei do Leste, foge e tenta estabelecer um reino independente em Sichuan, mas é morto por tropas manchus em 1863.

Com isso, Hong aos poucos ia perdendo prestígio, principalmente em Nanjing, para onde se mudou, deixando de lado seu avanço contra os manchus e destruindo sua reputação de líder religioso sério (SPENCE, 1996a, p. 184). Hong teria abandonado sua missão de destruir os demônios e então ficara isolado em seu palácio, no qual muitas pessoas não o viam, até mesmo seu próprio filho, Guifu. Em seu isolamento, ele passava a maior parte do tempo revisando os textos bíblicos, colocando-se em alguns trechos das escrituras sagradas, auto afirmado-se como Rei Celestial e centralizando seu papel dentro da teologia cristã, entre os Taiping.

O Selo de Jade Imperial Taiping e o Reino do Filho Chinês de Deus

Em segundo lugar, os Taiping foram aos poucos perdendo apoio de grupos aliados, principalmente por causa de seus radicalismos. Para com as Tríades seria em detrimento do ascetismo e puritanismo dos “rebeldes de cabelo longo”, que por sua vez, dificultava o comércio de ópio, já que seu consumo era vedado. Isto os afastava dos Taiping porque o comércio de ópio era a principal “atividade econômica” das Tríades.

Já os estrangeiros, devido principalmente ao estabelecimento da Capital Celeste, para onde missionários cristãos foram enviados, começam a formular uma posição diferente do que inicialmente tinham para com o movimento, porque os missionários cristãos enviados ao Reino Celestial visualizaram o fervor religioso dos Taiping com certa repulsa, pois a religião cristã (pregada pelo ocidente) tinha sido deturpada, e neste sentido, os revoltosos blasfemavam as doutrinas cristãs. A questão da proibição do ópio também afetava os comerciantes estrangeiros. E após os avanços dos Taiping sobre Shanghai, os estrangeiros, com medo de perderem este importante entreposto, apoiaram a dinastia Qing contra os rebeldes.

Em terceiro, os Taiping eram mal vistos pelos povos locais. Necessariamente com relação aos Hakkas (principal etnia participante do movimento), que eram vistos como tão estranhos quanto os estrangeiros pelos outros povos da região. Outra questão seriam as normas impostas pelo movimento, principalmente as que impunham a segregação entre os sexos, cujas quais não eram bem aceitas pela maior parte dos habitantes sob o domínio Taiping.

Um quarto fator da derrocada do Reino Celestial seria com relação às mudanças ocorridas dentro do governo dos Qing. O governante manchu que reinou, durante o maior tempo de vigência da Rebelião Taiping, era Xiangfeng (咸丰), de 1851

até 1861, quando foi “deposto” por um golpe por Cixi (慈禧), esta, quando assume o poder em 1861, traz mudanças importantes ao império. Uma delas estaria ligada à encarregar Zeng Guofan (曾国藩) como líder das tropas Qing contra os Taipings.

Zeng Guofan era um intelectual chinês e confuciano fervoroso, que estabeleceu mudanças nos regimentos imperiais. Instituiu comandantes com caráter similar ao dele, os quais eram de confiança, prontamente estes mesmos comandantes escolhiam os integrantes de suas tropas, “selecionados a dedo”, listando-os homem à homem, o que possibilitou criar-se uma rede de confiança e formar tropas mais fortes e unidas. (FAIRBANK; GOLDMAN. China, 2001, p.212.) Neste sentido, a estrutura formativa das tropas Qing se modifica, significando assim uma transformação dos enfrentamentos entre ambos os lados, o que foi refletido a partir de 1854, quando Zeng retoma Wuhang, e em 1858, Zhejiang, estes indicam pequenos e pontuais avanços, demonstrando agora a eficácia das tropas Qing. Contudo, o avanço dos Qing sobre os Taiping só começa a ser sistemático após 1860, (GERNE, 1974, p.93) o que resultaria no cerco à “Capital Celeste” em 1864.

Portanto, os Taiping vão perdendo territórios, e os avanços Qing cada vez mais os deixavam acuados, até que em 1864, Hong Xiuquan morre em seu palácio²⁸. Neste mesmo ano, as três tropas comandadas por Zeng cercam Nanjing e mesmo assim os rebeldes, agora sem seu Rei Celestial, ainda tentam resistir aos “demônios invasores”, mas os revoltosos não obtém sucesso. Portanto, chegava ao fim o Reino Celestial em julho de 1864, quando as tropas de Zeng adentram Nanjing e rapidamente dominam-na. Para a surpresa das tropas Qing, não houve nenhum rendimento por parte dos Taiping, pois eles optaram por se suicidar à render-se aos

²⁸ Este fato é um tanto obscuro, não sabendo-se exatamente quais foram as causas da morte de Hong.

O Selo de Jade Imperial Taiping e o Reino do Filho Chinês de Deus

então “demônios manchus”. Sendo assim, aqueles que não morreram na defesa da cidade, “facultativamente” “se juntavam e se queimavam” em grandes fogueiras dentro da própria cidade (SPENCE, 1996a, p. 187). E assim:

O Reino Celestial Taiping seguiria o mesmo caminho que Cartago – somente o nome sobreviveu. Os registros são tendenciosos por causa que os imperialistas destruíram a maioria dos escritos Taiping, exceto por alguns preservados sobretudo por estrangeiros (alguns foram achados somente neste século nas bibliotecas francesas e britânicas). Líderes de habilidade surgiram nos últimos anos, mas era tarde. A causa para a qual muitos tinham dado suas vidas deveriam ter tido muito à oferecer, mas somente em comparação com a já esgotada e velha ordem dos Manchus. (FAIRBANK; GOLDMAN, 2001, p.213, 214, tradução própria.)²⁹

Muitos dos registros ou documentos Taiping foram destruídos, mas alguns sobreviveram. E a partir daí, estudos podem ser realizados numa tentativa de cada vez mais entender o que foi a Rebelião Taiping. Um dos artefatos que sobreviveram foi o Selo de Jade Imperial Taiping, este é essencial para o entendimento da rebelião, uma vez que contém traços do longo percurso transcorrido por esta rebelião. Muito do que foi explicitado acima, ao mesmo tempo que pode servir como base para o entendimento do selo, pode também ser melhor explicado pelo mesmo, já que o selo reúne diversificadas informações, as quais são essenciais dentro do discurso e da teologia apresentada pelos Taiping.

²⁹ No original: “The Taiping Heavenly Kingdom went the way of Carthage – only the name survived. The record is biased because the imperialists destroyed most Taiping writings, except for those preserved mainly by foreigners (some were found only in this century in French and British libraries). Leaders of ability emerged in the final years, but too late. A cause for which so many gave their lives must have had much to offer, but only in comparison with the effete old order under the Manchus”.

Selo de Jade Imperial Taiping



Imagen 1 – Impressão do Selo de Jade Imperial de Hong Xiuquan (太平玉玺/ Taiping Yuxi).
Fonte: (LUO (罗), Suizu (隨祖), 1981).

Em prol de explicar de forma um tanto detalhada o Selo de Jade Imperial Taiping, preocupar-se-á inicialmente em expor as características do selo, depois apresentar-se-á a tradução de seu conteúdo, para que então assim possa-se analisá-lo. No entanto se faz mister explanar sobre a escolha de como se traduziu o nome do selo, traduzindo de 太平玉玺 para Selo de Jade Imperial Taiping, tendo assim, como objetivo traduzir para um nome que tivesse uma boa sonoridade e que ao mesmo

O Selo de Jade Imperial Taiping e o Reino do Filho Chinês de Deus

tempo carregasse o sentido que este contém. Outro fator a se mencionar é que, como nas dinastias chinesas era comum o uso de selos de jade – os quais carregam esse sentido de serem imperiais, pelo fato de serem sempre relativos à alguma dinastia e não um selo de jade “comum” – e pela presença do nome da rebelião no selo, foi mantido o nome Taiping.

Portanto, para entender este documento, é indispensável saber que este selo era usado, como já dito antes, em muitos dos documentos “oficiais” do Reino Celestial Taiping, principalmente aqueles que levavam o nome do “Rei Celestial”. Igualmente tinha a função de dar validade, demonstrando a veracidade do documento, outro motivo (interpretativo) seria o de demonstrar o poder que o selo carregava, como também ser um veículo que propagava a figura de Hong e da fé cristã Taiping pregada por ele.

Outro aspecto importante à analisar são as características do selo, como o tamanho, já que mede aproximadamente 20 centímetros de comprimento, 20 centímetros de largura e 10,1 centímetros de altura, juntamente como as figuras no entorno – há um mar, com fortes ondas na parte inferior; na lateral, dois dragões; mais acima destes, a representação de nuvens; por fim, na parte superior, duas fênix de adorno, e no centro destas, o Sol, as quais as fênix estão expostas (LUO (罗), Suizu (隨祖). 1981, p.30). Todos, dragões e fênix, estão olhando em direção ao Sol – o Sol aqui pode representar muitas coisas: pode representar as bênçãos de Deus sobre a rebelião; outra característica seria atribuída ao próprio Hong, já que em vida ele se dava o título: “洪日” (Hongri) uma vez que 日 (ri) pode carregar o sentido de sol; consequentemente, tudo que é representado no selo estar em direção ao Sol representaria o respeito e fé ao seu líder; igualmente pode-se entender esta simbologia como sendo que o Reino Celestial Taiping já fazia parte do “Reino dos

Céus". Outro fator seria concernente à questão que os dragões e as fênix representariam à sociedade chinesa, e como estes estão inclinados em direção ao Sol, sua salvação poderia ser concretizada.

O fato de o selo ser formado de Jade³⁰, toda a simbologia trazida em seus adornos, e igualmente por ser um selo imperial, representariam a importância do selo, do poder que este carregava, não somente perante os Taiping, como também perante os Qing, uma vez que somente o imperador poderia ter um selo, ainda mais um selo de Jade, desta forma, Hong desafiava o império manchu e o próprio imperador da China. Neste sentido, tais informações indicariam uma estruturação do modelo de cristandade propagado pelos Taiping, como estes sendo libertadores, que salvarão o mundo, e mesmo os chineses poderiam ser “libertos” das garras dos demônios manchus.

Concernente ao conteúdo mais evidente do selo, em sua escrita, fundamentalmente existem três formas de se ler o Selo de Jade Imperial Taiping, cada uma baseada em um aspecto importante, seja perante a leitura de um selo, seja para com as convicções que a rebelião trazia e suas características.

Primeiramente, de acordo com a base fundamental da escrita (LUO (罗), Suizu (隨祖). 1981, p.30), seguindo uma tradição milenar da escrita clássica chinesa, da famosa caligrafia chinesa (书法), onde a ordem de escrita e leitura tem peso até hoje na educação e história cultural da China, igualmente na interpretação e conhecimento da escrita antiga (古文 - guwen). Tal ordem principalmente se baseia da seguinte

³⁰ Pedra preciosa que na China antiga carrega grande valor e grande significado, uma vez que em sua mitologia uma caracterização do palácio que os principais deuses ocuparia seria referente a este tipo de material, o chamado “Palácio de Jade”.

O Selo de Jade Imperial Taiping e o Reino do Filho Chinês de Deus

forma: de cima para baixo, do meio para os lados e da esquerda para a direita poder-se-ia ler: “太平玉玺/Taiping Yuxi; 天父上帝/Tianfu Shangdi; 恩和輯睦/Enhe Jimu; 天王洪日/Tianwang Hongri; 天兄基督/Tianxiong Jidu; 救世幼主/Jiushi Youzhu; 主王與篤/Zhuwang Yudu; 八位萬歲/Bawei Wansui; 真王貴福 /Zhengwang Guifu; 永定乾坤/Yondding Qiankun; 永錫天祿/Yongxi Tianlu.”

A segunda maneira é ler primeiro as partes que contenham: “天父Tianfu; 天兄 Tianxiong; 天王Tianwang” e depois a frase restante, que está na parte superior do selo: “恩和輯睦/Enhe Jimu” Em seguida, lê-se a segunda parte, mais a baixo, contendo as oito “frases” na vertical, seguindo ainda a ordem de dentro para fora e da esquerda para a direita (LUO (罗), Suizu (隨祖). 1981, p.30).

Tal forma também traz características importantes, uma vez que divide o selo em duas partes, a primeira sendo principalmente uma espécie de “classificação do selo”, e a segunda que traz o seu “conteúdo” propriamente dito. Por outro lado, também exalta as três figuras mais importantes dentro da teologia cristã dos Taiping, uma vez que Deus (天父Tianfu), Jesus (天兄Tianxiong) e Hong Xiuquan (天王Tianwang) são “anunciados” primeiro, podendo ser uma forma respeitosa de representa-los ou por homenageá-los. Por fim, o selo seria lido desta maneira: 太平玉玺/Taiping Yuxi; 天父上帝/Tianfu Shangdi; 天兄基督/Tianxiong Jidu; 天王洪日/Tianwang Hongri; 恩和輯睦/Enhe Jimu; 主王與篤/Zhuwang Yudu; 救世幼主/Jiushi Youzhu; 真王貴福 /Zhengwang Guifu; 八位萬歲/Bawei Wansui; 永錫天祿/Yongxi Tianlu; 永定乾坤 /Yondding Qiankun

Há um consenso entre os estudiosos da Rebelião Taiping nos quais definem um terceiro modo de leitura do selo, muito divergente dos anteriores. Primeiramente, é necessário explicar que Hong Xiuquan acreditava que, no céu, Jesus Cristo certamente estaria sentado ao lado direito de Deus, e como Hong identificava que Jesus Cristo era

seu irmão mais velho, ele próprio deveria estar ao lado direito de Jesus Cristo. Neste sentido, dever-se-ia ler primeiramente: “天父上帝/Tianfu Shangdi; 天兄基督/Tianxiong Jidu; 天王洪日/Tianwang Hongri”, como a primeira parte, e logo em seguida, continuar lendo (seguindo a ordem já estabelecida por essa primeira parte) de dentro para fora, da esquerda para a direita (LUO (罗), Suizu (隨祖). 1981, p. 30). A leitura final seria: “太平玉玺/Taiping Yuxi; 天父上帝/Tianfu Shangdi; 天兄基督/Tianxiong Jidu; 天王洪日/Tianwang Hongri; 主王輿篤/Zhuwang Yudu; 救世幼主/Jiushi Youzhu; 真王貴福/Zhengwang Guifu; 八位萬歲/Bawei Wansui; 永錫天祿/Yongxi Tianlu; 永定乾坤/Yondding Qiankun; 恩和輯睦/Enhe Jimu.”

Se por um lado esta última leitura, além de ser a mais aceita entre os estudiosos da rebelião, apresenta-se de forma concreta, já que Hong demonstrava uma forte religiosidade e a simbologia para ele era muito importante, tanto porque quando se trata de religião a simbologia se faz de extrema importância, quanto para exaltar a legitimidade da rebelião. Por outro lado, não deve-se descartar às outras duas interpretações, já que dentro da sociedade chinesa, e como também da mentalidade da época, tais interpretações deveriam ser utilizadas, assim estas se tornariam plausíveis. Pessoas que não participassem ou os seguidores provavelmente liam (ou pelo menos visualizavam) o selo seguindo à primeira ou segunda interpretação, uma vez que não possuíam uma mentalidade como a de Hong, sendo que a maior parte dos seguidores (advindos das camadas mais simples) não deveriam possuir um nível tão elevado de estudo.

Assim apresenta-se certa pluralidade de modos de leitura, o que consequentemente traz duas escolhas para a interpretação, uma envolvente e outra excludente. Logo, tais leituras poderiam ser opostas, ou seja, seus sentidos sendo excludentes; ou

O Selo de Jade Imperial Taiping e o Reino do Filho Chinês de Deus

pelo contrário, tais leituras incorporam-se, adicionando-se mutualmente novos sentidos e significados? Tal questão é passível de discussão e coloca-se aqui com a função de problematizar tal questão.

Deve atentar-se para o fato que em todas as leituras “太平玉玺/Taiping Yuxi” é sempre lido primeiro, já que é o nome do selo. Assim, pode-se ler esta frase como sendo: “Selo de Jade Imperial Taiping”, tendo como função nomear o selo.

“天父上帝/Tianfu Shangdi” é traduzido como “Deus o Pai” que se refere ao deus cristão, em que Hong desejava aqui demonstrar a forte relação que tinha com ele, ao se estabelecer legitimamente como “Rei Celestial”; “天兄基督/Tianxiong Jidu” traduz-se: “Irmão Jesus” em que demonstrava que Jesus Cristo era o irmão mais velho de Hong. Logo em seguida, “天王洪日/Tianwang Hongri”, lê-se: “Rei Celestial, Hong”, onde “Rei Celestial” era o título usado pelo próprio Hong Xiuquan, dada à ele pelo próprio “Pai” (detido através dos sonhos que tivera com este), estabelecendo-o como governante do Reino Celestial Taiping.

“主王與篤/Zhuwang Yudu” tem o sentido de: “Governante fiel ao povo”, aqui, o governante, representado por Hong, é tido como sendo fidedigno, uma vez que se faz fiel ao seu povo e à manutenção da ordem Taiping, respeitando as vontades divinas; já “救世幼主/Jiushi Youzhu” como: “Jovem Regente, Salvador” indicando que o primogênito de Hong, Guifu, traria a Salvação do mundo; “真王貴福 /Zhengwang Guifu;” seria: “Guifu, futuro rei” designando que Guifu, era o verdadeiro e único herdeiro ao trono.

Na área existe certa polêmica quanto à tradução que carrega: “八位萬歲/Bawei Wansui”, já que há duas maneiras controversas de se traduzi-las, primeiramente pode se revelar como: “Os Oito Poderes”, estes eram oito entidades de grande importância

para a rebelião, estas eram: Deus; Jesus Cristo; o próprio Hong; seu primogênito, Guifu; o seu terceiro e o seu quarto filhos; e dois importantes líderes: Yang Xiuqing, Líder do Leste e Shi Dakai, o Líder do Oeste (LUO (罗), Suizu (隨祖). 1981, p. 31).

A segunda tradução, que é totalmente oposta a primeira, trazendo o seguinte sentido: “Vida longa à Hong”, em que Wansui (萬歲)³¹ seria um título que poderia ser usado somente pelo imperador, enquanto os reis só poderiam utilizar Qiansui (千岁)³², neste sentido, o único que poderia utilizar o título Wansui (萬歲) era Hong. Isto também baseia-se na caracterização que os radicais do nome de Hong (洪): “氵, 𠂔[u11], 八” estão fortemente presentes em um documento do Reino Celestial Taiping, o Chao Tianchao Zhutu (朝天朝主圖)³³, estes radicais representariam seu nome, formando assim a seguinte frase: “洪秀全正位萬歲” (Hong Xiuquan Zhengwei Wansui), que significaria que Hong ostenta o lugar de Wansui, ou seja, imperador (LUO (罗), Suizu (隨祖). 1981, p. 31).

Ambas as formas de se ler o selo – que incidem diretamente na tradução – apresentam-se de forma plausível uma vez que ambos os sentidos são validos, e se analisados do ponto de vista da rebelião, também concretamente podem se verificar, deixando assim uma dúvida, mas também uma dupla, talvez ambígua leitura. Uma das hipóteses que pode-se ter é o segundo sentido como determinante do empoderamento sobre a figura do Rei Celestial, que talvez somente após a rivalidade criada dentro do Reino Celestial Taiping a interpretação seria adotada para definir absolutamente seu lugar, “rebaixando” ou até “retirando” o papel dos outros líderes Taiping para com a representatividade do movimento. No entanto, a primeira interpretação

³¹ Na tradução literal significa 10 mil anos.

³² Na tradução literal significa 1 mil anos.

³³ Um sistema de terras agrícolas que tinha por base uma grande reforma agrária.

O Selo de Jade Imperial Taiping e o Reino do Filho Chinês de Deus

seria válida para ordenar o movimento, erigindo e estabelecendo sua liderança, como também a cadeia de comando.

“永锡天祿/Yongxi Tianlu” significaria: “Sempre ofertar bênçãos”, trazendo o sentido em que Hong estaria sempre abençoando o Reino Celestial Taiping, já que era irmão de Jesus, poderia dar benção divina ao reino; “永定乾坤 /Yondding Qiankun” estabelece: “Ordem Eterna entre o Céu e a Terra”, neste sentido, o reino e principalmente Hong Xiuquan trariam uma ordem infindável para o mundo, o qual seria representado pelo “o Céu e a Terra”, segundo a tradição cristã. “恩和輯睦/Enhe Jimu” é traduzido como: “Gratidão, Harmonia e Paz”, já que deveria se ter gratidão a Deus, preservar a harmonia e a paz entre as pessoas, porquanto que todos são iguais perante Deus.

A partir deste ponto, feitas as traduções, pode-se agora iniciar-se a análise mais detalhada do selo, definindo a rebelião a partir do mesmo, como também confrontando as informações extraídas dele e outras obtidas a partir de outras fontes. Desse modo, as informações contidas no selo podem tanto adicionar, aprofundar ou até trazer novas percepções, contrastando ou convergindo com as informações obtidas através destas outras fontes, como por exemplo dos documentos oficiais (tais como cartas, decretos, entre outros).

Logo, um ponto a ser analisado seria concernente ao conhecimento que se tinha da religião cristã, já que Hong teve somente acesso aos tratados de Liang Afa e mais tarde à Bíblia cristã, mas notadamente há um certo sincretismo, já que as bases do cristianismo Taiping se dão em uma junção de entidades cristãs com entidades chinesas, sejam elas advindas do taoísmo, budismo, etc. Outra questão seria que mais tarde, Hong, acreditando ser irmão mais novo de Jesus Cristo, tem

uma percepção diferente quando mais tarde consegue acesso a outros textos sagrados, já que no final de sua vida passou a maior parte do tempo confinado em seu palácio modificando as traduções da Bíblia com o objetivo de que sua figura, como irmão de Jesus, fizesse-se presente dentro dos textos sagrados.

Neste sentido, inicialmente o uso dos tratados o fazem delinear as bases teológicas do cristianismo Taiping, o qual posteriormente, com seu extremo fundamentalismo religioso – uma vez que sua fé já estava formada – acreditava na teologia Taiping, ignorando ou não aceitando que novas informações sobre o cristianismo fossem admitidas, ou que a teologia Taiping fosse revista. Isto estava aliado à questão que obtivera contato direto com Deus (uma vez que nos sonhos os quais tivera com esse, quando estava doente) e o mesmo o ensinara o que seria o verdadeiro cristianismo, propagado pelos Taiping.

Um segundo ponto é a posição que Hong detinha, já que o mesmo era a centralização do poder, mas também de toda a simbologia e teologia cristã dentro da Rebelião Taiping, sendo interessante de ser analisada. Talvez esta caracterização do “Rei Celestial” – que pode ser tida através das interpretações aqui propostas para o selo – em que este era o líder supremo, sempre deveria estar acima dos outros líderes do movimento. Por este motivo, as traduções que visam o sentido de indicar uma valorização da figura do “Rei Celestial” foram escolhidas. Um exemplo deste choque entre Hong e outra liderança pode ser exemplificado quando do aumento da crença em que Yang seria a encarnação do Espírito Santo. Uma tentativa de oposição a isso seria a de reafirma-se como líder, apresentando que seu primogênito, Guifu, seria o verdadeiro e único herdeiro ao trono, o que assim pode-se colocar em confronto com uma das interpretações de “八位萬歲”, que exaltaria as imagens dos reis da rebelião (o

O Selo de Jade Imperial Taiping e o Reino do Filho Chinês de Deus

que incluiria Yang Xiuqing), porém, por outro lado, isto poderia representar a reafirmação da posição de cada um ao seu devido posto.

A determinação e o fervor religioso são facilmente observados no selo, além de ser um modo de legitimar tanto a rebelião quanto ao próprio Hong, também é possível perceber um modo de se impor o forte regimento de condutas radicais à população, pela valorização destas, frente à Deus, já que era este, que por meio de Hong, manifestava suas vontades. Deste modo, a simbologia e a ideologia por traz da Rebelião Taiping podem ser consideradas e melhor entendidas.

Assim, o Selo de Jade Imperial Taiping serve como um documento, não só que demonstra a complexidade e o modo como se organizou a Rebelião Taiping, mas como também para que se possa entender mais profundamente sua ideologia, sua mentalidade, quais eram os objetivos da rebelião e principalmente de Hong Xiuquan, o qual através do selo pode ser tido como figura principal do movimento (porém, não somente através deste, já que é a vida de Hong que influencia à organização de tal movimento). E como visto acima, o selo carrega importantes informações, essenciais para uma compreensão melhor.

Portanto, a Rebelião Taiping ocupou uma posição de importância na história da Dinastia Qing, seja por suas dimensões ou por suas consequências, ou por refletir e influenciar nas fraquezas do poder manchu, que consequentemente iriam abalar as bases chinesas, pondo um fim não só à Dinastia Qing, como também no período dinástico.

Logo, as influências sobre a História da China são exorbitantes, contendo um significado muito fundamental na formação da China contemporânea, pois analisando tal movimento, pode-se atentar para muitas características desse período.

Por fim, a tentativa aqui de se analisar o selo, na pretensão de encaixá-lo na posição que continha em seu devido contexto, foi explanada, resultando em um conhecimento melhor sobre a história da China, para se compreender a história de um país e uma cultura tão distantes da cultura brasileira. Espera-se assim que este artigo seja um incentivo à academia brasileira para se aventurar aos estudos, tão pouco realizados no país, da dispare e rica história da China.

Referências Bibliográficas

FAIRBANK, John K.; GOLDMAN, Merle. **China**: A New History. Enlarged Edition. London: The Belknap Press of Harvard University Press. 2001.

GERNET, Jacques. **O Mundo Chinês**: Um civilização e uma história. Tradução de José Manuel da Silva Lopes. Edição Cosmos. Lisboa – Rio de Janeiro. 1974.

HISTÓRIA GERAL DA CHINA (中国通史). Equipe de Direção: Li Dongyan(李东艳), Liyajun(黎亚军), Teng Zhongbin(滕忠彬), Chen Shiping(沈世平), Wei Shengze(魏圣泽), Yan Fei(闫非), Zhong Yixuan(钟艺萱), Tian Bo(田波), Song Chunlai(宋春来), Li Qianru(李倩茹), Jiang Junjie(蒋俊杰), Yang Jing(杨景), Liu Linghao(刘领浩), Marc C. Pingry, Sigal Bu-jman, René Seegers. Produção: Zhao Li (赵力), Liu Yutao (刘羽涛). China: Produtora Dianying Pingdao Jiemu Zhongxin(电影频道节目中心), 2016. 1 Vídeo(45min.). Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=q78LNmCNQkc&index=97&list=PLinivvyLwn6b14N30QhqD5jpvcvAwkOzY>. Último acesso em 04 de setembro de 2019.

LUO (罗), Suizu (隨祖). **Taiping Tianguo de Liangfang Yuxi**(太平天国的两方玉玺) Pe-quim(北京), Zijincheng (紫禁城), 1981.

O Selo de Jade Imperial Taiping e o Reino do Filho Chinês de Deus

SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna:** quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.

_____. **God's Chinese Son:** The Taiping Heavenly Kingdom of Hong Xiuquan. New York: W.W. Norton & Company, 1996b.

Imagens

Imagen 1: LUO (罗), Suizu (隨祖). Taiping Tianguo de Liangfang Yuxi(太平天国的两方玉玺) Pequim(北京), Zijincheng (紫禁城), 1981.

artigos

O Coração das Trevas: Imperialismo, alteridade e a crítica romântica na obra de Joseph Conrad

Luisa P. Moratelli *

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v8i8p46-64

Resumo: O objetivo do trabalho é explicitar as relações entre a obra *O coração das trevas*, escrito por Joseph Conrad e publicado em formato de livro em 1902, com o contexto histórico do Imperialismo, bem como a crítica realizada por Conrad a este contexto. Dessa forma, serão discutidas as relações raciais entre colonizador e colonizado, as representações de europeus e africanos e as noções de alteridade presentes no livro. Para isso, em um primeiro momento será apresentado um breve resumo do romance, bem como de seu autor, para depois partir para a discussão acerca do fenômeno imperialista do final do século XIX e início do XX, que concerne tanto ao contexto de publicação de *O Coração das Trevas* quanto ao próprio enredo do romance. A partir disso, será aprofundada a crítica realizada por Conrad às práticas imperialistas e de que maneira ela pode ser enquadrada no pensamento crítico romântico. Por fim, tendo como base textos de autores africanos, será apresentada a crítica pós-colonial feita à obra, colocando autor e obra em seu contexto e apresentando o alcance e limites da crítica de Conrad. A análise da obra em conjunto com a bibliografia sobre o tema permitirá demonstrar que: a) é possível enquadrar a obra e a crítica de Joseph Conrad ao Imperialismo no Romantismo Resignado, conforme a definição de Lowy e Saire; b) essa crítica realizada por Conrad chega apenas até certo ponto, qual seja, a exploração colonial em si, mas não alcança as questões raciais, intrínsecas ao Imperialismo.

Palavras-chaves: Congo; imperialismo; literatura; pós-colonial; crítica romântica

* Graduanda em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal do Paraná. Tem interesse pelos estudos em História da África. E-mail: luisapmoratelli@gmail.com

O Coração das Trevas: Imperialismo, alteridade e a crítica romântica na obra de Joseph Conrad

Obra e autor

Joseph Conrad, nascido em 1857 na Polônia, foi, antes de se tornar um escritor, um marinheiro durante vinte anos. Ingressou na marinha francesa em 1874 e, após ser banido, ingressou na marinha inglesa em 1879, tornando-se um cidadão britânico em 1886. No ano de 1890, Conrad participou de uma expedição ao rio Congo inicialmente como capitão de um vapor belga, assumindo tarefas secundárias e posteriormente entrando em contato principalmente com o comércio de marfim. Além de viajar ao Congo, Conrad também esteve na Austrália e em algumas ilhas do Caribe, para em 1894 abandonar a carreira de marinheiro e dedicar-se à literatura. Suas viagens inspiraram seus romances, e a viagem ao Congo foi retomada na obra *O Coração das Trevas*.

Enquadrada no que pode ser chamado de romance colonial, a obra narra, através da metanarrativa, a história de Charlie Marlow e sua empreitada ao continente africano a bordo de um navio mercante belga – Marlow narra esses eventos do seu passado a colegas seus, a bordo de outro navio, *Nellie*, no Rio Tâmisa. Ao chegar no Posto Central do Congo Belga, o personagem descobre que seu navio estava quebrado, e passa três meses o consertando para então sair para sua missão: resgatar o chefe do Posto Interno, sr. Kurtz, prodígio comerciante de marfim, cuja condição de saúde – física e mental – estava péssima. Assim, Marlow narra sua viagem, as condições de vida no Congo, a empreitada imperialista e a exploração colonial, as relações entre colonizador e colonizado e a figura de Kurtz, uma representação da ganância europeia.

Imperialismo e o Coração das Trevas

A primeira fase do Imperialismo do século XIX e XX costuma ser colocada na baliza temporal de 1880 a 1935, tendo início poucos anos antes da importante Conferência de Berlim, que ocorreu em 1885. Apesar da ocupação europeia ter iniciado anteriormente com as primeiras investidas da França na região da atual Argélia, até os anos 1880 o território africano ainda era em sua maioria – pelo menos 80% – governado pelos seus próprios reis e chefes de clãs (BOAHEN, 2010, p. 3). Tal situação muda a partir deste ano, quando se iniciou uma rápida ocupação do território e instauração do sistema colonial, que dura até 1910 – período em que ocorrem “as mudanças mais rápidas, mais espetaculares e também mais trágicas” (BOAHEN, 2010, p. 2). Após 1910, tem-se um período de consolidação e exploração do sistema colonial.

Dez anos antes da baliza mencionada acima, em 1870, os europeus “descobrem” o Congo – ou mais especificamente, seu interior – e, através dos relatos das viagens de Savorgnan, de Brazza e Henry Morton Stanley, o território passa a compor o imaginário do Velho Mundo, tornando-se um objeto de agudo interesse político (WESSELING, 2008, p. 83). Esses exploradores africanos, um novo tipo de herói europeu, tornam-se as primeiras celebridades internacionais, e provocam uma grande comoção na Europa, insuflando uma “esperança de que a África se tornasse uma fonte de matérias-primas para abastecer a Revolução Industrial, da mesma forma como o continente fora a fonte da matéria-prima – escravos – que abastecer a agricultura as colônias” (HOCHSCHILD, 1999, p. 37). Conforme esses exploradores realizam seus relatos, o imaginário dos europeus é cada vez mais influenciado por essa ânsia da conquista, constituindo parte da “cultura imperial” europeia (SAID, 2011).

O Coração das Trevas: Imperialismo, alteridade e a crítica romântica na obra de Joseph Conrad

O Rei Leopoldo II, da Bélgica, país extremamente pequeno entre o Império Alemão e a França de Napoleão III, é um destes cujo imaginário é afetado por esses relatos. A pequena extensão de seu país faz com que, desde jovem, o rei dos belgas voltasse suas atenções para o exterior, sempre buscando oportunidades imperiais – tendo viajado para os Balcãs, Egito, Índia, Birmânia, as Índias Orientais, entre outros. O objetivo e sonho de Leopoldo era compartilhado por poucos cidadãos e políticos belgas, pois existiam alguns empecilhos práticos a sua realização, como a inexistência de uma frota mercante ou marinha. Leopoldo não desistiu de seu projeto imperial e acompanhou de perto as expedições de exploradores no continente africano, “o lugar mais lógico para um aspirante a colonialista” (HOCHSCHILD, 1999, p. 52).

Esse contato com os exploradores influencia Leopoldo a convocar a Conferência Geográfica de 1876, em Bruxelas, cujo resultado foi a fundação da Associação Internacional Africana, de caráter filantrópico, que seria substituída posteriormente pela Associação Internacional do Congo (AIC). A filantropia foi percebida por Leopoldo como uma alternativa a seu objetivo imperial, já que suas intenções puramente lucrativas não tinham convencido os demais políticos belgas. Assim, através da Associação, que havia sido bem recebida em toda a Europa, Leopoldo cumpriria objetivos imperiais econômicos, através do disfarce da cristianização, da civilização e do combate à escravidão africana (HOCHSCHILD, 1999, pp. 53-56).

Dessa forma, Leopoldo direciona seu olhar para a região do Reino do Congo, lugar onde iria focar seus investimentos. Os europeus, porém, já haviam entrado em contato com a costa da região desde 1482, com a primeira expansão marítima

portuguesa. Ali se fixaram, ao longo dos anos, diversos assentamentos, que aumentaram em número no século XIX, sendo que diversos países estabeleceram empresas e postos comerciais de produtos agrícolas na costa e no delta do Rio Congo (WESSELING, 2008, p. 85). De acordo com Henk Wesseling,

O padrão comum era o de os europeus consolidarem suas respectivas esferas de influência na costa e depois estenderem sua autoridade ao interior. Com toda a probabilidade, teria sido esse o caso aqui também, se não tivesse ocorrido um fenômeno extraordinário: o surgimento, na década de 1880, do nada, por assim dizer, de uma colônia europeia no interior africano. Aí o rei belga, Leopoldo II, fundou, não como rei, mas como indivíduo privado, um estado cujas fronteiras conseguiu que as potências reconhecessem (WESSELING, 2008, p. 86).

Tal reconhecimento ocorre durante a Conferência de Berlim, cujos temas principais circundariam as intenções de Leopoldo no Congo. Assim, sem prolongar o debate acerca da Conferência, podemos apontar três resultados desta: a liberdade de comércio na bacia e no estuário do Congo; a liberdade de navegação no Congo e no Níger; a definição das formalidades a serem cumpridas ao se tomar posse de novo território na costa africana (WESSELING, 2008, p. 129). Com a presença de diversos países, a Conferência foi uma experiência de diplomacia multilateral, que “não se reunira para dividir a África, mas para abri-la ao livre comércio e à civilização, no espírito de cooperação e harmonia europeias” (WESSELING, 2008, p. 134). O processo de “partilha” da África, de delimitação de territórios e ocupação do interior, diferentemente, seria realizado por meio de diplomacia bilateral, de acordos estabelecidos entre países interessados nas regiões determinadas. Ao final da Conferência de Berlim, Bismarck recebe o reconhecimento da AIC sobre as resoluções realizadas, discursando: “o novo Estado do Congo é chamado a tornar-se um dos principais guardiães da obra que temos em vista, e eu faço votos a seu próspero desenvolvimento e à realização das nobres aspirações de seu ilustre fundador”

O Coração das Trevas: Imperialismo, alteridade e a crítica romântica na obra de Joseph Conrad

(BRUNSCHWING, 2004, p. 46).

Assim, podemos relacionar o contexto descrito acima com o discurso construído acerca desse processo imperialista, tendo como base a discussão apresentada por Edward Said, a partir da análise de produções culturais como os romances europeus do século XIX. Dessa forma, *O Coração das Trevas* pode ser considerado como um dos “discursos africanistas e indianistas, como foram chamados, parte integrante da tentativa europeia geral de dominar povos e terras distantes” (SAID, 2011, p. 9). Said vê nesses romances – incluindo o de Conrad – a presença dos discursos civilizatórios europeus e as noções de raças “submissas” e/ou “inferiores”, amplamente difundidas e aceitas no século XIX.

O imaginário colonialista se mostra presente na obra logo nas primeiras páginas. Marlow, ao iniciar sua narrativa aos companheiros do navio *Nellie*, resgata sua infância:

Ora, quando eu era menino, era apaixonado por mapas. Passava horas olhando a América do Sul, a África ou a Austrália, e me abandonava a todas as glórias da exploração. Naquele tempo, havia muitos espaços vazios na Terra e, quando via um que me parecesse especialmente convidativo num mapa (mas quase todos parecem assim), colocava o dedo em cima e dizia: ‘quando crescer, vou até lá’ [...]. Mas havia um – o maior, o mais vazio, por assim dizer – pelo qual eu tinha um anseio muito forte. A verdade é que naquela época já não era mais um espaço vazio. Havia-se enchido, desde a minha meninice, de rios, de lagos, de nomes. Havia deixado de ser um espaço vazio com um mistério encantador [...]. Tinha virado um lugar de trevas. Mas havia nele um rio, em especial, um rio extremamente grande, que se podia ver no mapa como uma imensa serpente desenrolada com a cabeça no mar [...]. E, enquanto eu olhava para o mapa do lugar numa vitrine de loja, ele me hipnotizou como uma serpente faz com um pássaro (CONRAD, 2002, p. 17).

Como Marlow, “ainda criança, Joseph Conrad sonhava explorar territórios desconhecidos. Os espaços brancos nos mapas pareciam cheios de possibilidades.

Ele apontava para regiões inexploradas da África e jurava que um dia haveria de visitá-las" (JOHNSON, 2013, p. 96). Mais uma vez, podemos traçar paralelos entre Conrad e Marlow. O imperialismo, hipnotizante como uma serpente, atrai autor e narrador para sua empresa.

Aliadas a esse imaginário "hipnotizante" temos as teorias psicológicas, "que comumente se classificam como darwinismo social, cristianismo evangélico e atavismo social, porque seus adeptos acreditam na supremacia da 'raça branca'" (BOAHEN, 2010, p. 24). Seja por uma crença distorcida na evolução das espécies, por um ímpeto missionário ou por justificativas sociológicas de um desejo pelo domínio, o argumento civilizador e o "fardo do homem branco" se fazem presentes ao longo de *O Coração das Trevas*. O fardo estaria, então, relacionado à primitividade da terra e do povo africano, e a missão seria retirá-lo dessa situação, levando-o ao nível europeu de desenvolvimento. Na obra, podemos ver isso através de uma fala da tia de Marlow, que, ao lhe conseguir uma oportunidade na África, "falava de 'libertar aqueles milhões de ignorantes de seus modos repulsivos'" (CONRAD, 2002, p. 23).

O sistema colonial, então, devia girar em torno dessa ideia. Além do objetivo comercial – no caso do Congo, da exploração do marfim e, depois, da borracha – toda a estrutura deveria estar relacionada à missão civilizadora: "cada posto deve ser como um farol na estrada apontando para coisas melhores, um centro de comércio, claro, mas também de humanização, aperfeiçoamento, instrução" (CONRAD, 2002, p. 53). Discurso que supõe primazia e centralidade do Ocidente, colocando-o como paradigma absoluto e totalizante, aplicável a todos os povos e contextos (SAID, 2011, p. 61). Esse aspecto será retomado mais à frente, quando for abordada a crítica pós-colonial feita ao romance.

O Coração das Trevas: Imperialismo, alteridade e a crítica romântica na obra de Joseph Conrad

Dessa visão de uma missão civilizadora surgem as relações de alteridade entre europeus e africanos nativos. Para além de uma sujeição à superioridade branca por parte dos nativos, os europeus são colocados como responsáveis por esses outros indivíduos. São seus tutores, seus guias, rumo à civilização. No romance, isso fica evidente em diversos momentos, mas dois, em especial, chamam a atenção. O primeiro, quando Marlow faz um “elogio” ao foguista do seu vapor. O africano retira-se de seu lugar “selvagem” e assume uma função “útil”, prestando serviço ao europeu colonizador, que, claro, o treinou:

E, de vez em quando, eu tinha de procurar o selvagem que era foguista. Era um espécime melhorado; sabia acender uma caldeira vertical. Ficava ali, abaixo de mim, e dou minha palavra, sua visão era edificante como a de um cão-chorro metido numa paródia de calções e chapéu de pluma, andando sobre as patas traseiras. Alguns meses de treinamento bastaram para aquele sujeito realmente excelente. Ele olhava de soslaio para o manômetro e para o medidor do nível da água com um esforço de intrepidez evidente – e tinha os dentes limados, também, o pobre diabo, e a carapinha de sua cachola raspada em padrões estranhos e três cicatrizes ornamentais em cada bochecha. Podia ter ficado aplaudindo e batendo os pés no chão, na margem, mas ali estava ele trabalhando duro, escravo de uma bruxaria desconhecida, cheio de conhecimentos úteis (CONRAD, 2002, pp. 58-59).

Em outro momento, após um ataque dos nativos, o assistente de bordo de Marlow, um nativo, é atingido por uma flecha e morre. Esse evento ativa no europeu um sentimento de culpa e responsabilidade pelo rapaz, e até mesmo uma relação de parentesco entre os homens:

Era uma espécie de sócio. Pilotava para mim – eu tinha de cuidar dele, me preocupar com as suas deficiências, e assim se criou um vínculo sutil do qual só tive consciência quando ele bruscamente se rompeu. E a profundidade íntima daquele olhar que ele me lançou quando recebeu o ferimento persiste até hoje em minha lembrança – como um direito de parentesco distante afirmado num momento supremo (CONRAD, 2002, p. 78).

É interessante pensar essas relações entre colonizador e colonizado a partir da obra de Albert Memmi (2007), na qual ele irá dissertar sobre a forma como o colonizador vê a si mesmo e como isso influencia na construção de uma imagem do colonizado. Segundo o autor, o colonizador que aceita a sua condição como tal se torna um colonialista – o que não o impede, entretanto, de tomar consciência da relação injusta que o une ao colonizado. Essa dupla tomada de consciência – de si e da relação injusta com o outro – o faz, segundo Memmi, “aplicar-se sem trégua à absolvição de si mesmo” (MEMMI, 2007, p. 92), absolvição que será realizada a partir do prolongamento da distância entre ele e o colonizado. Os aspectos do imaginário e da missão civilizadora se imbricam, então, na relação de alteridade, que opera uma “reconstrução ideal dos dois protagonistas do drama colonial” (MEMMI, 2007, p. 92), o conhecido e o exótico, o civilizado e o bárbaro. Dessa forma, “a situação colonial fabrica colonialistas assim como fabrica colonizados” (MEMMI, 2007, p. 93).

Esses três aspectos - o imaginário, a missão civilizadora e as relações de alteridade -, em especial os dois últimos, serão o foco da crítica realizada tanto por Edward Said quanto por Chinua Achebe, autores utilizados para abordar a crítica pós-colonial ao romance.

O Romantismo como tendência histórica e a noção de Progresso

Antes de partir para as análises de Achebe e Said, buscaremos explicar o conceito de Romantismo com a intenção de relacionar com essa tendência a crítica apresentada em *O Coração das Trevas*, que será abordada com maior cuidado posteriormente. É importante destacar que não se trata do movimento literário romântico, mas do romantismo como tendência histórica. Para isso, serão utilizadas as interpretações de Michael Lowy e Robert Sayre (2015) acerca desse fenômeno. De

O Coração das Trevas: Imperialismo, alteridade e a crítica romântica na obra de Joseph Conrad

acordo com os autores, o romantismo deve ser analisado levando em conta toda sua extensão e multiplicidade, com o objetivo de defini-lo como uma estrutura mental coletiva. Ele “representa uma crítica da modernidade, isto é, da civilização capitalista, em nome de valores e ideais do passado (pré-capitalista, pré-moderno). Pode-se dizer que desde a sua origem o romantismo é iluminado pela dupla luz da estrela da *revolta* e do ‘sol negro da *melancolia*’” (LOWY e SAYRE, 2015, pp. 38-39).

Trata-se, então, de um fenômeno cultural, especificamente moderno, como resposta a um sistema capitalista generalizado, e que não se restringe ao campo da literatura, mas abarca também o aspecto político, filosófico e social, e da própria historiografia. Assim, o romantismo é uma visão de mundo baseada em uma crítica da modernidade – e uma autocritica, já que é realizada por aqueles que estão inseridos nesse contexto – e da sociedade burguesa, capitalista e industrial, associada a uma nostalgia de um passado não capitalista. A crítica romântica à modernidade reage a cinco características principais dessa sociedade, quais sejam: a) o desencantamento do mundo b) a quantificação do mundo c) a mecanização do mundo d) a abstração racionalista e) a dissolução dos vínculos sociais. A crítica romântica acompanha o surgimento e o fortalecimento da sociedade capitalista, e por isso é encontrada em diversas expressões culturais e em diversos autores do Século XIX, período marcado por esse fortalecimento do capital. Entre essas expressões, a literatura e, novamente, não necessariamente relacionada com o movimento literário romântico, mas incluindo também outros movimentos.

Por conta desse caráter abrangente, os autores veem uma dificuldade em definir o fenômeno, e para solucionar essa dificuldade, desenvolvem uma tipologia –

definindo tipos ideais weberianos – para tentar explicar os vários tipos de romantismo, já que, segundo eles, não existe uma única tendência romântica. Lowy e Sayre apresentam seis tipos ideais de romantismo e os diferenciam entre si primeiro de acordo com o posicionamento adotado frente à sociedade capitalista; e segundo dentro do espectro político, da direita para a esquerda. São eles o romantismo Restitucionalista; Conservador; Fascista; Resignado; Reformador; Revolucionário e/ou Utópico (subdividido em diversas tendências: Jacobino-democrática, Populista, Socialista utópico-humanista, Libertária, Marxista). Não é o objetivo desse artigo dissertar sobre cada tipo ideal, mas sim atentar para o mais relevante na análise do romance *O Coração das Trevas*.

O tipo que nos interessa aqui é o “Romantismo Resignado”, apresentado pelos autores como a tendência mais comum aos romancistas do século XIX. Para eles, os românticos resignados são levados a concluir, “apesar de lamentar profundamente, que a modernidade constitui um estado de fato, ao qual é preciso se resignar” e aceitam, mesmo a contragosto, o capitalismo, realizando, porém, uma crítica intensa da civilização industrial (LOWY e SAYRE, 2015, p. 98). Esse romantismo pode, também, “dar lugar a uma visão trágica do mundo ou a uma ação reformista, cujo desejo é remediar alguns dos males mais flagrantes da sociedade burguesa” (LOWY e SAYRE, 2015, p. 98). Segundo Lowy e Sayre, “se incluem nesse tipo de romantismo muitos escritores cuja obra pertence ao que Lukács chamava de ‘realismo crítico’: Dickens, Flaubert, Thomas Mann” (LOWY e SAYRE, 2015, p. 98), ou seja, o movimento literário realista, no qual podemos enquadrar também *O Coração das Trevas*.

Para analisar a obra de Conrad, consideramos importante tratar sobre as noções de progresso do século XIX, para a qual tomaremos como base a obra de Paolo Rossi (2000). De acordo com Rossi, não é no século XIX que surgem ideias de

O Coração das Trevas: Imperialismo, alteridade e a crítica romântica na obra de Joseph Conrad

um desenvolvimento progressivo da natureza humana, mas é nesse século que se estabelece uma teoria do progresso que passa a ditar as leis da história. Ou seja, o progresso se torna um paradigma do desenvolvimento histórico no período. Alguns princípios regem esse paradigma, quais sejam: a história é regulada por leis que determinam os fenômenos individuais; o progresso é visto como lei da história; há ao longo do tempo um aumento da capacidade humana de intervir sobre o mundo e de conhecer o mundo; o progresso moral e político são dependentes desse aumento de capacidade; a luta é a mola do progresso. Porém, isso não quer dizer que a ideia de progresso seja a predominante no contexto: como vimos, o romantismo é uma das tendências que criticam essa sociedade burguesa industrial progressista. Dessa maneira, a crítica romântica na obra de Joseph Conrad se expressa principalmente através da crítica às noções de progresso do Século XIX, que influenciam a concepção de civilização e a empreitada imperialista.

A crítica de Joseph Conrad ao Imperialismo

Podemos apontar duas principais tendências interpretativas com relação ao livro de Conrad: uma que reconhece em sua obra uma crítica profunda ao imperialismo – que vê Conrad como um homem à frente de seu tempo – e outra que tem como prioridade apontar os traços de racismo na escrita do romance – e vê o autor como um homem de seu tempo. Nesse artigo, será priorizada a segunda interpretação, mas cabe mencionar rapidamente a primeira, a fim de poder apontar trechos na obra que se contraponham a esta. Para pensar essa tendência, será utilizado o artigo de Raquel Gryszczenko Alves Gomes (2008), que defende esse posicionamento com base teórica na obra de Hayden White e da “teoria pós-

moderna de práxis historiográfica', que 'tem propagado a ideia de que o procedimento correto de análise é o de 'tomar o texto pelo texto'. É uma análise que prima pelo linguístico, pelo sintático, pelo epistemológico" (GOMES, 2008, p. 10).

De acordo com a autora, Conrad apresenta um narrador que estava a par desse universo do "outro" africano, era sensível à ausência da lógica de mercado no território africano e reconhecia que o barbarismo não é inerente a esse território, mas àqueles engajados na exploração colonial. Assim, a linguagem utilizada pelo autor na obra tem o objetivo de se fazer entender no contexto europeu – é através da linguagem racista que Conrad procura tecer sua crítica ao imperialismo e a denunciar essa prática. Gomes defende que Conrad é um autor à frente de seu tempo linguística e ideologicamente, "uma vez que se engaja publicamente na oposição à ação imperialista europeia na África, no auge desta profunda articulação econômica, política e militar" (GOMES, 2008, p. 20). De certa forma, então, podemos aproximar essa defesa de Conrad como crítico ao imperialismo com o romantismo como foi definido acima.

Partindo para a nossa interpretação do romance, o que vemos em *O Coração das Trevas*, para além dos três aspectos que foram mencionados anteriormente, é realmente um posicionamento relativamente crítico do narrador Marlow – que pode, de certa forma, ser estendido ao autor, a partir dos paralelos estabelecidos entre eles – à situação em que se encontra. Ao longo de toda a obra, o Imperialismo é apresentado com um viés duplo, uma "via de mão dupla": é um fenômeno que deve ser criticado, mas também é um fenômeno que é necessário.

A conquista da terra, que significa, em grande medida, tirá-la de quem tem a cor de pele diferente ou o nariz um pouco mais achatado que o nosso, não é uma coisa bonita, quando examinamos bem. O que a redime é a ideia apenas. Uma ideia por trás dela; não um pretexto sentimental, mas uma ideia; e uma

O Coração das Trevas: Imperialismo, alteridade e a crítica romântica na obra de Joseph Conrad

crença altruísta na ideia – alguma coisa que você pode criar, venerar e oferecer sacrifícios a ela... (CONRAD, 2002, p. 16)

Marlow não ignora as mazelas do Imperialismo: “não é uma coisa bonita, quando examinamos bem”. Provavelmente seja esse o grande elogio feito à obra ao longo do século XX e que é retomado por Raquel Gomes, o reconhecimento do Imperialismo como um fenômeno negativo e a exposição, ao longo da narrativa, da exploração dos africanos, das más condições de vida. Um desses momentos é logo no começo da obra, quando Marlow chega ao continente e tece comentários sobre essa prática:

Um tilintar fraco de correntes às minhas costas me fez voltar a cabeça. Seis negros avançavam numa fila, galgando penosamente trila. Eles andavam aprumados e devagar, equilibrando pequenos cestos cheios de terra sobre as cabeças, e o tilintar acompanhava o ritmo de seus passos. Traziam nos quadris trapos pretos enrolados cujas pontas curtas às suas costas balançavam de um lado para outro como caudas. Eu podia ver cada costela, e as articulações de seus membros pareciam nós amarrados numa corda; cada um trazia um colar de ferro no pescoço e todos estavam interligados por uma cadeia cujos ventres balançavam entre eles retinindo compassadamente (CONRAD, 2002, p. 28).

Apesar disso, desse reconhecimento, há “uma ideia” que redime toda essa exploração, que pode ser compreendida como a ideia de progresso e a missão civilizadora. Como visto nos trechos anteriores que tratavam sobre o “fardo do homem branco”, a ideia de levar a civilização e libertar “aqueles milhões de ignorantes” está presente ao longo da obra. Essa “crença altruísta na ideia” permite a redenção da exploração.

Chinua Achebe, romancista nigeriano e importante pensador africano do século XX, vai tratar esse viés duplo apresentado por Conrad como uma expressão da tradição liberal inglesa. Essa tradição “requer que todos os ingleses decentes ficassem

profundamente chocados com as atrocidades na Bulgária ou no Congo do Rei Leopoldo dos Belgas ou qualquer outro lugar" (ACHEBE, 1988, p. 255)¹. Segundo Achebe, esse liberalismo toma diferentes formas na mente europeia, mas quase sempre deixa de lado a questão fundamental da igualdade entre brancos e negros (ACHEBE, 1988, p. 255). Há uma noção de parentesco, como apresentado anteriormente, que segundo o romancista também expressa essa tradição inglesa: os africanos são vistos como parentes, distantes e primitivos, e isso permite aos europeus a sua condução à civilização. Marlow afirma:

Era irreal, e os homens eram... Não, eles não eram inumanos. Bem, vocês sabem, isso era o pior de tudo – essa suspeita de eles não serem inumanos. [...] Mas o que apavorava era exatamente a ideia de humanidade deles – como a sua –, a ideia de seu parentesco remoto com essa gritaria selvagem e impetuosa. (CONRAD, 2002, p. 57).

Edward Said argumenta que se trata de um posicionamento ao mesmo tempo imperialista e anti-imperialista. Como abordado anteriormente, a centralidade e a primazia da Europa e do Ocidente, colocada como paradigma para todas as outras regiões, cria o sentimento de missão civilizadora. A Europa é a detentora da liberdade e da igualdade, e isso não se aplica às relações entre a Europa e os outros povos: a tese europeia, em oposição à antítese africana. A simultaneidade imperialista e anti-imperialista não é paradoxal, pois Conrad é "progressista quando se tratava de apresentar com destemor e pessimismo a corrupção autoconfirmadora e autoenganosa do domínio ultramarino" (SAID, 2011, p. 19), ou seja, o reconhecimento do Imperialismo tratado acima; e "profundamente reacionário quando se tratava de conceder que a África ou América do Sul pudesse algum dia ter uma história ou cultura independentes" (SAID, 2011, p. 19), ou seja, um sentimento de tutela e avanço

¹ Tradução própria, no original: "[...] which required all Englishmen of decency to be deeply shocked by atrocities in Bulgaria or the Congo of King Leopold of the Belgians or wherever".

O Coração das Trevas: Imperialismo, alteridade e a crítica romântica na obra de Joseph Conrad

europeu em relação à África.

Ao mesmo tempo, a crítica de Conrad se estende à ganância europeia e às suas ambições. Kurtz, comerciante de marfim na África e comandante do Posto Interno, que, ao adentrar tão profundamente no “coração das trevas”, perde completamente o juízo, enlouquece com o empreendimento imperialista e é idolatrado pelos nativos. Podemos compreender essa figura como uma materialização da ambição europeia. No Posto Central, Marlow tem a impressão de que “a palavra marfim pairava no ar, era sussurrada, suspirada. Podia-se pensar que estavam orando por ela. Uma epidemia de voracidade imbecil pairava sobre tudo aquilo, como a exalação de algum cadáver. Caramba! Nunca vi uma coisa tão irreal em toda a minha vida” (CONRAD, 2002, p. 38), demonstrando o anseio pela riqueza e pela exploração da colônia. No romance, por vezes parece que o problema maior é de que forma o imperialismo afeta os próprios europeus, como os torna gananciosos e os prejudica, e podemos pensar nisso justamente por meio da figura do sr. Kurtz. Achebe irá defender que a África é apresentada no romance como um pano de fundo, um cenário para a desintegração da mente de sr. Kurtz:

Qual é, em parte, o ponto. África como cenário e cenário que elimina o africano como fator humano. A África como um campo de batalha metafísico desprovido de toda a humanidade reconhecível, na qual o europeu errante entra em perigo. Ninguém pode ver a arrogância absurda e perversa em reduzir assim a África ao papel de adereços para o desmembramento de uma mente europeia mesquinha? Mas isso nem é o ponto. A verdadeira questão é a desumanização da África e dos africanos que essa atitude eterna promoveu e continua a promover no mundo. E a questão é se um romance que celebra essa desumanização, que despersonaliza uma parte da raça humana, pode ser chamado de uma grande obra de arte. Minha resposta é: não, não pode. Não duvido dos grandes talentos de Conrad [...]. Sua exploração das mentes dos personagens europeus é muitas vezes penetrante e cheia de discernimento. Mas tudo isso foi mais do que totalmente discutido nos últimos cinquenta

anos. Seu racismo óbvio, no entanto, não foi abordado. E já é hora! (ACHEBE, 1988, p. 256)²

Conclusões

A partir do que foi discutido, podemos enquadrar a obra *O Coração das Trevas*, de Joseph Conrad, com algumas ressalvas, dentro da crítica romântica definida por Sayre e Lowy, aproximando-se mais do que eles definem como “romantismo resignado”. Como os próprios autores defendem, existem algumas obras que não se encaixam perfeitamente na definição dada por eles, o que é característico da construção de tipo ideal realizada (LOWY e SAYRE, 2015, p. 86). O romance em questão pode ser um exemplo desses “desvios” da tipologia. Conrad não apresenta em sua obra uma “nostalgia do passado” tão expressiva – se é que ela está presente. Podemos pensar que o passado se faz relevante no que se refere à noção de primitividade dos africanos, mas se trata de um passado que deve ser mais ignorado do que resgatado, que deve entrar no caminho do progresso. O progresso, também, é outro aspecto que é criticado, por um lado, como uma ganância prejudicial aos europeus, mas que por outro lado é entendido como necessário, inevitável. Essa inevitabilidade do progresso é o que mais aproxima o autor da tendência “resignada”: a modernidade está concretizada, não há possibilidade de retorno ao passado – talvez aí a explicação para uma ausência da nostalgia que define o romantismo. Por

² Tradução própria, no original: “Which is partly the point. Africa as setting and backdrop which eliminates the African as human factor. Africa as a metaphysical battlefield devoid of all recognizable humanity, into which the wandering European enters at his peril. Can nobody see the preposterous and perverse arrogance in thus reducing Africa to the role of props for the break-up of one petty European mind? But that is not even the point. The real question is the dehumanization of Africa and Africans which this age-long attitude has fostered and continues to foster in the world. And the question is whether a novel which celebrates this dehumanization, which depersonalizes a portion of the human race, can be called a great work of art. My answer is: No, it cannot. I do not doubt Conrad's great talents [...]. Its exploration of the minds of the European characters is often penetrating and full of insight. But all that has been more than fully discussed in the last fifty years. His obvious racism has, however, not been addressed. And it is high time it was!”

O Coração das Trevas: Imperialismo, alteridade e a crítica romântica na obra de Joseph Conrad

fim, trata-se de uma crítica dentro de seu tempo, que pouco leva em conta as questões raciais e o racismo do período.

Por isso as obras de Said e Achebe se fazem importantes para trazer para o debate as questões raciais do imperialismo e evidenciá-las dentro da obra de Conrad, mostrando a existência de suas críticas, mas uma limitação nelas. Para Said,

A limitação trágica de Conrad é que, mesmo podendo enxergar com clareza que o imperialismo, em certo nível, consistia essencialmente em pura dominação e ocupação de territórios, ele não conseguia concluir que o imperialismo teria de terminar para que os 'nativos' pudessem ter uma vida livre da dominação europeia. Como indivíduo de seu tempo, Conrad não podia admitir a liberdade para os nativos, apesar de suas sérias críticas ao imperialismo que os escravizava (SAID, 2011, p. 72)

Sendo assim, podemos concluir que a obra de Conrad reconhece os males da exploração imperial, mas esse reconhecimento não o impede de escrever *O Coração das Trevas* a partir de concepções racistas, já que o autor, inserido nesse contexto, desconhecia o racismo como fator central dentro de empreitada imperialista.

Referências Bibliográficas

ACHEBE, Chinua. An Image of Africa: Racism in Conrad's 'Heart of Darkness'. In: CONRAD, Joseph; KIMBROUGH, Robert. **Heart of Darkness: An Authoritative Text, Backgrounds and Sources, Criticism.** Londres: W. W Norton And Co., 1988. p. 251-261.

BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **História Geral da África Volume VII:** África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: Unesco, 2010.

BRUNSCHWING, Henri. **A partilha da África Negra.** São Paulo: Perspectiva, 2004.

CONRAD, Joseph. **O coração das trevas.** São Paulo: Iluminuras, 2002. Tradução de: Celso M. Paciornik.

GOMES, Raquel Gryszczenko Alves. O lugar das trevas: Leituras e releituras de O Coração das Trevas em tempos de pós-modernismo. **Veredas da História**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-22, 2008.

HOCHSCHILD, Adam. **O fantasma do Rei Leopoldo:** uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

JOHNSON, Celia Blue. "Coração das trevas". In: **Conversando com Mrs. Dalloway**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2013.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. **Revolta e melancolia.** São Paulo: Boitempo, 2015.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ROSSI, Paolo. **Naufrágios sem espectador:** a ideia de progresso. São Paulo: Unesp, 2000.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TAG: novembro de 2016 Vitória. Porto Alegre: Impressos Portão, nov. 2016.

WESSELING, Hendrik Lodewijk. O Congo e a criação do Estado Livre: 1882 - 1885. In: _____. **Dividir para dominar:** a partilha da África 1880 – 1914. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 83-146.

O declínio de Cam: A representação científica da mulher negra na arte do oitocentos.

Lívia Baranowski Tieri*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v8i8p65-85

Resumo: A grande maioria das reproduções femininas nas artes possuem um papel específico: a propaganda da perfeição doméstica e sexual perante uma sociedade machista. Porém, à mulher negra ficou relegado somente a representação sexual e, a partir do século XIX, com a ascensão das ideias científicas e biológicas, também a etnológica e a racial. Analisaremos neste artigo, então, como o cientificismo contribuiu para a construção da figura da mulher negra no Oitocentos e como a arte - usando de seu caráter épico e pedagógico - foi fundamental para validar o discurso de raça e de gênero, que visava deixar em evidência o espaço que era relegado aos negros e, mais duramente, às mulheres negras, sempre as colocando em papel de inferioridade e hipersexualização. Das aquarelas de Debret, os deformes antropológicos, a latência sexual subtendida e a ocultação dos males físicos e sociais da escravidão; ao orientalismo de Delacroix e Manet, a demonização pela cor e a influência libertina e imoral das negras; e, por fim, o realismo idealista de Modesto Brocos, que marcou a mudança de discurso artístico do último quartel do século XIX e que via na mulher negra a chave para o futuro harmonioso e branqueado do Brasil.

Palavras-chaves: Raça, Gênero, Debret, Orientalismo, Modesto Brocos.

* Graduanda em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). E-mail para contato: baranowskilivia@gmail.com

1. Introdução

A arte é o espelho daquele que observa, do homem inserido em seu tempo e cultura, que absorve o reflexo imposto pela imagem de maneira crítica e subjetiva (FREITAS, p. 16). A arte é a canalização do ser social, a afluência torpe dos arquétipos que, motivados à dominação do outro, extrapolam o ficcional e dão vida aos caracteres dos séculos. O ocidental, aquele que tem o domínio da representação, em sua maioria, é homem e branco. Atingido pelas impulsões de seu tempo, transpõe em suas obras a mentalidade afluente, passando para o público aquilo que eles querem ver. O conflito entre artista e observado, entre imposição e submissão; a mulher como o observado. A figura feminina sempre ensejou os desejos de cada mentalidade. O lugar da mulher nas artes e na sociedade. Ao mesmo tempo em que o caráter sexual era marcado nas pinturas, o doméstico também o era; na linha tênue entre pecado e obrigação. A mulher era posta em “seu lugar”, lugar este estipulado por um mundo governado por homens (BITTENCOURT, p. 61). Se à mulher branca poderiam ser dados os dois tipos de representação, a sexual e a doméstica, à mulher negra só era dado a sexualização e todas as suas consequências profanas. Antes mesmo do cientificismo e o conceito de raças tomarem o mundo ocidental no século XIX, a figura da negra era atrelada aos desejos carnais e ao “exótico” sendo explorado. Sua figura era sensualmente representada, fazendo quase sempre alusão à vênus, colocando, assim, um tom de mistério e luxúria, fatores que as separavam das mulheres brancas, castas e presas ao ninho de espinhos do lar. O olhar do ocidental dirigido à mulher negra é sempre de curiosidade antropológica, arrancando-lhe a alma e a transformando em mero objeto de estudo, catalogando o nu (BITTENCOURT, p. 85). Por mais que a mulher negra fosse categorizada por uma alusão divina - vênus negra -, a sua representação fugia do esotérico. O final do século XVIII, século das

luzes e, sobretudo, da razão, marcou o fim dos pressupostos religiosos sobre os africanos. O fardo dos descendentes de Cam, amaldiçoado por ter espiado o bêbado Noé, foi durante séculos a justificativa para a escravidão africana¹. A pele negra, a lascívia e a barbárie seriam provenientes da maldição que fora lançada aos descentes de Cam, que seriam castigados pela servidão; portanto, a justificativa da escravidão se pautaria na “cura” e na “salvação” pela fé católica. Porém, com o iluminismo e com o cientificismo, a maldição de Cam foi quebrada pela razão e já não mais servia de argumento para o crime ocidental. A legitimação agora era outra, talvez mais forte, palpada no certo, no racional, no biológico. Desse modo, surge o conceito de raça. A raça superior, aquela que escravizava, era biologicamente superior àquela escravizada. Por isso, o seu “direito” de escravizar. Como a arte serviu muitas vezes como instrumento do pensamento dominante, o cientificismo da raça adentrou nas camadas da tela e refletiu os seus dogmas. A partir do século XIX, a representação negra passou a ter um significado adjunto: a inferioridade racial. Contudo, ao longo do Oitocentos, a maneira de vislumbrar e captar a mulher negra foi se modificando, se adaptando às ressignificações de um conceito e dos acontecimentos históricos. Trataremos, enfim, de três movimentos artísticos e de suas perspectivas acerca das mulheres negras: começaremos com neoclassicismo do viajante Debret que, em terras inóspitas e exóticas, catalogou antropologicamente os negros da Guanabara, usando do biológico e do científico para atiçar a curiosidade dos europeus; passaremos para o Orientalismo de Delacroix e Manet, que utilizavam da orelha de Darwin para instigar o caráter luxurioso da mulher negra (LOTIERZO, p. 35); junto com o encerramento do século, abordaremos Modesto Brocos e a sua obra *A Redenção de*

¹ A lenda de Cam passou por diversas versões e alterações. Algumas fontes aludem a uma briga entre Cam e seu irmão Abel, que seria a causadora da maldição contra Cam e seus descendentes, porém, a versão mais aceita é a utilizada neste artigo (*gênesis 9:25*).

Cam, que reflete as convicções eugenistas da sociedade brasileira em fins do século XIX, onde a pauta urgente era o embranquecimento da população que viria, segundo o idealista Brocos, da miscigenação, sendo essa miscigenação dependente da mulher negra.

2. A ciência a favor do aviltamento

2.1 Debret e sua *voyage pittoresque* ao exótico

Com a abertura dos portos, em 1808, o então paraíso proibido fora desvelado para os europeus insaciados de aventura. O empirismo viajante pela América rendeu diversas curiosidades para os gabinetes da nobreza europeia, animais dissecados, objetos indígenas, entre outros artefatos. Porém, a diligência do europeu não estava apenas em meros objetos, mas, sim, no cotidiano selvagem do Novo Mundo e de seus habitantes exóticos e primitivos. Sendo assim, a arte foi o instrumento da desocultação do Outro; um meio de tomar posse pelo saber “superior”, catalogando objetos, lugares e pessoas. Esta catalogação fazia parte de uma literatura de viagem - enormemente influenciada por Humboldt e Goethe -, que era vendida aos montes no Velho Mundo. Todos os viajantes tinham algo em comum: o intento da civilização. Não era o oposto a Debret. Jean-Baptiste Debret chegou em terras tropicais em 26 de março de 1816, compondo a Missão Artística Francesa, que tinha como missão construir e administrar a Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro (LEENHARDT, p. 25). Artistas e escultores se depararam com um mundo totalmente oposto ao que estavam acostumados no velho e insípido continente. A paisagem paradisíaca, o clima tropical e quente que dava vazão ao pitoresco e ao sublime. A natureza era hostil e acolhedora, fruto de admiração e medo. Porém, se a natureza era pitoresca, a civilização era horrível. As ruas eram sujas, a população era torpe e maleducada, a

escravidão era tão latente que estava inserida em todas as camadas da sociedade; o Brasil, era, então, o espelho deformado de Portugal. A população negra do começo do Oitocentos detinha maior porcentagem em relação à população branca. Os escravizados não estavam apenas nos grandes engenhos, mas por toda a cidade. Para Debret e, especialmente, para o neoclassicismo, a escravidão era algo retrógrado e malvisto. E talvez por isso que esse tenha sido o tema mais retratado pelo artista; as barbáries cometidas contra os negros (que eram açoitados em praça pública diariamente) não fugiram aos olhos de Debret (LEENHARDT, p. 30). Contudo, essa retratação se desvincilhou da realidade. Não nos esqueçamos que Debret trabalhava para a corte portuguesa, que buscava incessantemente a aprovação das cortes estrangeiras; desse modo, foi dado um ar de civilidade à escravidão e mascarada a dor agonizante dos negros. As representações negras de Debret seguiam a lógica científica: eram catalogadas, inventariadas e classificadas (PESAVENTO, p. 45). Nesta linha “cataloguista”, Debret criou uma galeria de tipos, pautada, sobretudo, nos fenótipos. Em baixo de cada imagem estava a nação de origem: bantos, angolas, guiné etc. O reconhecimento das diversas nações abria um debate acerca da diversidade cultural da colônia, que sofria uma tentativa de supressão pela recente instauração da corte lisboeta no Rio de Janeiro. Segundo Sandra Jatahy Pesavento,

(...) a atribuição do registro linguístico de “nações” implica uma classificação de pertencimento e individualização dos grupos, uns face aos outros. Ou seja, tratava-se do reconhecimento de diferentes identidades, étnicas e culturais entre os negros da África, a se contraporem umas às outras. Tratava-se ainda, por parte daquele que registrava as diferenças assinaladas, de estabelecer identidades dentro neste mosaico de alteridades que as sucessivas levas de escravos trazidos ao Brasil apresentava. (PESAVENTO, p. 50)

Nas suas catalogações, a mulher negra não perdia o caráter lascivo e sexual. O modo com que o pintor as representava beirava ao coquetismo, com seus olhares atravessados, os ombros nus, os seios à mostra, os penteados elaborados à moda

francesa (que eram sinônimo de sensualidade), as joias que representavam a luxúria e os vestidos concomitantes com a moda vigente. Debret não tivera muita preocupação em vestir os escravos homens em trajes da moda, porém, a maioria das escravizadas aparecia finamente vestida na moda regencial em voga na França bonapartista, em contraposição aos trapos que vestiam fora das aquarelas (PESAVENTO, p. 40). Essa preocupação em vestir as escravizadas em trajes europeus mostra o caráter alegórico ao qual essas mulheres eram submetidas, como se vestidas como as damas brancas pudesse ganhar um valor maior; porém, ainda não eram equivalentes às damas brancas, pois sua sensualidade ainda era exorbitante e contrastada com o vestuário ocidental e civilizado. O outro deveria se encaixar nos moldes, porém, não cabia na forma.



Figura 1: Jean-Baptiste Debret. Escravas negras de diferentes nações. 1816-1831. Aquarela. *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*.

Em 1831, Debret retorna à França. Além dos quadros históricos pintados a serviço da corte, todo seu trabalho de quinze anos no Brasil foi condensado na sua grande (e talvez única) obra *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil* (1834) que saciou,

mesmo que momentaneamente, a procura do exótico e das curiosidades tropicais. Essa obra foi uma das pioneiras do cientificismo artístico e seu legado foi ajudar a perpetuar, cada vez mais, a imagem libidinosa da mulher negra (PESAVENTO, p. 45). E essa imagem, fruto do olhar masculino, teria seu ápice no romantismo e no orientalismo de Delacroix e Manet.

2.2 As cores do erotismo em Delacroix e Manet

Em 1832, Eugène Delacroix embarcara em uma expedição rumo ao Marrocos (GUARALDO, 2011). A expedição possuía um caráter diplomático, o que não impediu que a viagem se tornasse uma grande inspiração artística para o artista². O interesse pelo mundo “não-europeu” - chamado genericamente de Orientalismo -, que teve início na colonização da África do Norte pela França em 1801, era uma das vertentes do Romantismo, que buscava no pitoresco oriental uma fuga do mundo caótico europeu (GUARALDO, 2011). Junto com o desejo do pitoresco estava o desejo pela mulher oriental. Alvo de incitações carnais, a mulher oriental varria os sonhos eróticos do século XIX; belas mulheres envoltas em sedas transparentes e joias, verdadeiras odaliscas no grande harém do sultão. Era este fruto do imaginário masculino que Delacroix buscava retratar, o fruto proibido do oriente. Porém, a viagem por Marrocos mostrou que a realidade era outra: as odaliscas do harém estavam trancafiadas nos palácios, longe do olhar de estrangeiros e, claro, longe das telas. Ele se depara então com a grande população negra nativa que, para os artistas que iam em frequentes expedições para a África do Norte, se mostrava “difícil” de retratar. A dificuldade em retratar os nativos provinha dos tons de pele e da luminosidade e, desse modo, para que os artistas conseguissem reproduzir os tons

² A expedição, que contava também com o conde de Mornay, tinha como objetivo o encontro com o sultão Abder-Rahman.

locais, se realizam estudos etnográficos que se alinham às pesquisas da Sociedade Etnológica de Paris, que na colônia africana se empenhava em distinguir “tipos puros e miscigenados”. Delacroix, para retratar a cor local, usa contrastes complementares de amarelo e azul, verde e vermelho, e laranja e violeta - essa última combinação se tornou marca distintiva da pintura orientalista. O uso dos contrastes complementares serviu para demarcar uma cor considerada “primitiva” associando-a ao caráter etnológico, pois essa técnica era considerada rudimentar e, para o artista, a cor era análoga à índole do africano. As mulheres nativas, além de serem rebaixadas pela cor e pelos contrastes complementares, eram rebaixadas (ao olhar do homem branco) pela raça e pelo gênero. Vistas como criaturas servis, eram sempre retratadas na posição de subalternidade, servindo as odaliscas e as cortesãs francesas, sempre de forma pejorativa e sexual (LOTIERZO, p. 190). A mulher negra não ocupava o lugar da fantasia. As odaliscas, delírio do homem francês, foram imaginadas, inventadas e branqueadas; as negras marroquinas eram pintadas com uma proporção “anormal” para os moldes europeus: quadris muito largos e seios muito grandes exibidos sem pudor. A obra de Delacroix que mais exprime essa tendência do Orientalismo é *Les femmes d'Algier dans leurs appartements* (Figura 2), onde o pintor retrata, ou melhor, imagina, três mulheres argelinas fumando narguilé enquanto são servidas por uma negra. Na pintura a negra está de costas, dando evidência aos quadris largos; a orelha esquerda está a mostra, aludindo à orelha de Darwin; e os contrastes complementares estão presentes em sua vestimenta. Essas características são típicas do Orientalismo, é a alegoria da sexualidade exacerbada com a qual o homem branco define a mulher negra, sempre pintada com os traços indefinidos, como se ela não possuísse identidade. Ela também se encontra à margem do quadro, contrastando nitidamente com as três mulheres brancas que estão ao centro da tela e da reflexão

da luz. Aplicando o chiaroescuro³ renascentista, Delacroix vale-se da mulher negra como branqueadora da mulher branca, ou seja, o contraste das cores e a presença da mulher negra na pintura embranquece ainda mais a mulher branca. O pintor, então, se utiliza de seu papel como homem branco para dominar todas as mulheres do quadro e tornar a mulher negra não apenas objeto sexual, mas também objeto branqueador (LOTIERZO, p. 195).



Figura 2: Eugène Delacroix. *Les femmes d'Algier dans leurs appartements*. 1834. Óleo sob tela. 114 cm x 146,4 cm. Museu do Louvre.

Ainda seguindo os moldes orientalistas, Édouard Manet, em 1863, pinta a Olympia (figura 3). Utilizando dos mesmos moldes de Delacroix, Manet transpõe o orientalismo para os moldes naturalistas e ambientando-se na Europa retrata, ao invés das odaliscas, as cortesãs parisienses. Porém, a representação da negra continua quase a mesma. Ela ainda é retratada como subalterna e as características sexuais (como a orelha de Darwin) ainda se fazem presentes. Contudo, em Olympia,

³ Técnica renascentista, o chiaroescuro é o contraste entre a luz e a sombra.

além de renunciar ao chiaroscuro, as feições da negra estão ainda mais apagadas, o contraste com a mulher branca, ainda o centro da tela, é ainda mais evidente e, talvez o mais importante, quando para Delacroix a mulher negra embranquecia as mulheres brancas, a negra retratada por Manet torna a branca menos branca. O “tornar menos branca” é aqui sinônimo de prostituição, ou seja, a presença da negra no quadro seria o atestado de que a Olympia seria prostituta, além da nudez em evidência (LOTIERZO, p. 187).



Figura 3: Édouard Manet. *Olympia*. 1863. Óleo sob lona. 130,5 cm x 190 cm. Museu de Orsay.

Manet sintetiza em Olympia a patologização científica da mulher negra, onde a anomalia encontra sua forma perfeita no corpo negro e feminino (LOTIERZO, p. 185). A anomalação da negra não é algo recorrente apenas em Manet, ela é também uma característica presente em Delacroix e em diversos artistas do Oitocentos, e é totalmente inspirada em uma negra que sofreu os abusos de uma sociedade cientificamente racista: Sara Bartmaan, a “Vênus Hotentote”. Sara era a antítese europeia. Natural de uma tribo no sul da África, os Khoisan (na época chamados de

hotentotes, pela fonética das línguas da região)⁴, foi escravizada na sua terra por um holandês que logo a vendeu, perante muita insistência, para um inglês, Alexander Dunlop. O motivo de tamanha insistência por parte do inglês era o tipo físico de Sara: hipertrofia nas coxas e nas nádegas, seios abundantes e sua pequena estatura. Era uma mina de ouro na época dos “grandes” zoológicos humanos e dos freak shows, onde passara a viver trancafiada em uma pequena cela, onde se humilhava diariamente para entreter a elite europeia que estava faminta pela desgraça do outro. O espetáculo de Baartman era estritamente vinculado à noção da fêmea selvagem, que possuía uma sexualidade perigosa e incontrolável (FERREIRA, 2010). Durante a apresentação forçada, o mestre de cerimônias - o carcereiro - mandava-a sentar, levantar, sair e adentrar a cela, de maneira repetitiva e de forma a depreciar sua imagem, colocando-a como um animal selvagem que só era domado pelo homem branco superior, dono da razão e do intelecto. Em 1815, depois da abolição da escravidão na Inglaterra, Sara era analisada por cientistas no Jardin du Roi, em Paris. Seu corpo nu foi parar nas páginas da História Natural dos Mamíferos, onde agora o seu corpo não era apenas motivo de escárnio, era também uma ponte direta com os macacos, colocando-a como matriz de uma espécie natural (FERREIRA, 2010). Não se sabe ao certo como Sara faleceu, porém, nem o descanso eterno a livrou da maldade e da ganância dos homens. Seus ossos e suas genitálias - que também eram um “atestado do primitivismo” por possuírem lábios avantajados - ficaram expostos no Museu Natural da França até 1994, quando o então presidente da África do Sul, Nelson Mandela, requisitou ao governo francês sua ossada, para que ela finalmente descansasse no lugar de onde nunca deveria ter sido arrancada. Sara Baartman,

⁴ No Oxford Dictionary, hotentote significa: “alguém de cultura e intelecto inferior”. Sintetiza o pensamento biológico racista do XIX, onde grupos vistos como étnica e antropologicamente inferiores eram subjugados pela raça superior.

então, inspirou quase que completamente os pintores pósneoclassicistas, que passaram a representar a mulher negra analogamente à Sara: nádegas e coxas avantajadas (salientada pela posição da negra nos quadros de Delacroix, de costas e inclinada), e seios abundantes. A animalização de Baartman transpassara os salões e os freak shows e foram parar nas Academias Reais de Arte e nas escolas de Belas Artes, onde o racismo podia ser exposto em forma de arte e de cultura. Manet e Delacroix exprimem a mentalidade da época e a tornam evidente, seja pelo uso das cores e dos tons, das feições diluídas, da hipersexualização e, ao mesmo tempo, da abominação do corpo da mulher negra, vista como infértil. De 1834 até 1880, esse discurso artístico ficou em voga, até que os interesses eugênicos resolvem mudar a narrativa. A infertilidade sensual se metamorfoseia na fertilidade divina.

2.3 A Redenção de Cam e o realismo idealista de Brocos

Londres, 1911. Os ideais eugênicos entravam em seu ápice e um Congresso reúne os cientistas e estudiosos do mundo todo para questionar a decadência das raças. O antropólogo João Baptista de Lacerda é enviado pelo então presidente Hermes da Fonseca para representar o Brasil no congresso, já que o governo buscava vender uma imagem positiva do país, que viria do futuro branqueado do país. Lacerda, em sua conferência, aborda a questão da mestiçagem no Brasil com o intuito de contrapor a ideia de degeneração mestiça que fora defendida por Arthur de Gobineau anos antes. Lacerda apresentou um texto que tratava do processo de branqueamento da população brasileira, defendendo que os mestiços brasileiros possuíam acurada inteligência e afeição para as letras e para a cultura - apesar de serem “moralmente voluptuosos e pouco afeitos ao trabalho braçal” (SOUZA; SANTOS, 2012). O brasileiro, para Lacerda, aceitava a união entre negros e brancos, pois sabia que o branqueamento do país era gradual e seria proveniente de uniões

inter-raciais. Para demonstrar e convencer a plateia do progresso do Brasil, Lacerda apresenta o quadro *A Redenção de Cam* (figura 4), de Modesto Brocos. O quadro, pintado em 1895, retrata uma família composta pelo pai, pela mãe, pela avó e pelo bebê. A família, típica alusão da mestiçagem progressista, comemora o nascimento do bebê branco que está sentado no colo de sua mãe mestiça, enquanto sua avó negra agradece os céus pela “dádiva” recebida, enquanto o pai o olha satisfeito pela sua contribuição. O galego Modesto Brocos é conhecido pela sua representação das mulheres negras brasileiras, que seguiam o molde realista e que se inseriam no cotidiano do labor pós-abolição. Seus quadros costumavam tratar um assunto em âmbito de discussão nacional, como a inserção dos negros (especificadamente das mulheres) na sociedade depois de 1888. Porém, o seu realismo transcendeu para um idealismo que beirava o religioso com *A Redenção de Cam*. Ele resgatou a apologia religiosa à justificativa da escravidão e a ressignificou para esperançar o futuro, aludindo ao caráter redentor da maldição bíblica. A pintura, então, mostra que a avó - provavelmente ex-escravizada - se redimiu perante aos céus, que em troca lhe concedeu um neto branco. Por mais que a avó seja um fator redentor da maldição ela não é o agente determinante do branqueamento, mas sim, o pai imigrante. Para exteriorizar a redenção, Brocos dessexualiza a mulher negra, aludindo a sua modesta imagem à redenção e à Virgem Maria, mostrando que uma vida livre da luxúria, que era intrínseca à mulher negra, poderia vencer a fatalidade divina. É importante salientar que a *Maldição de Cam* possuía um teor sexual subtendido.

À luz desse tipo de consideração, a imagem de Cam, além de remeter à escravidão e/ou à pele escura, passava também a indexar alusões a uma sexualidade incontida, ou mesmo tabu, à animalidade e à degeneração aos olhos do ocidente. Nas transformações do mito que partem de uma dimensão sexualizada, tudo se passa como se determinadas características de ordem moral fossem inatas, entrando para os traços hereditários da população camita. Desse modo, o corpo se torna aos poucos o indício de atributos comportamentais e psíquicos que se considera recorrentes em uma

determinada linhagem. (LOTIERZO, p. 255)

A mulher negra não é vista aqui como um objeto de satisfação carnal, ela é vista como possuidora de uma fertilidade agraciada pelo divino, uma fertilidade reprodutora do embranquecimento. A mulher negra representaria a forte confiança, que provinha ainda do império, no branqueamento que, segundo mostra a obra, poderia vir apenas depois de três gerações. Esse “otimismo” de Brocos é a confirmação de seu idealismo; a dialética entre realidade e idealismo é o mecanismo instituidor de sua arte, já que para o artista a imaginação é necessária para buscar o sentido da cena. Esse paradoxo podia trazer dúvidas enquanto um debate acerca de um futuro possível ou de um futuro que era o esperado pelo pintor. Esse realismo idealista que possuía alicerce religioso era assentado em uma hipótese, que era derivado de uma crença (LOTIERZO, p. 258).

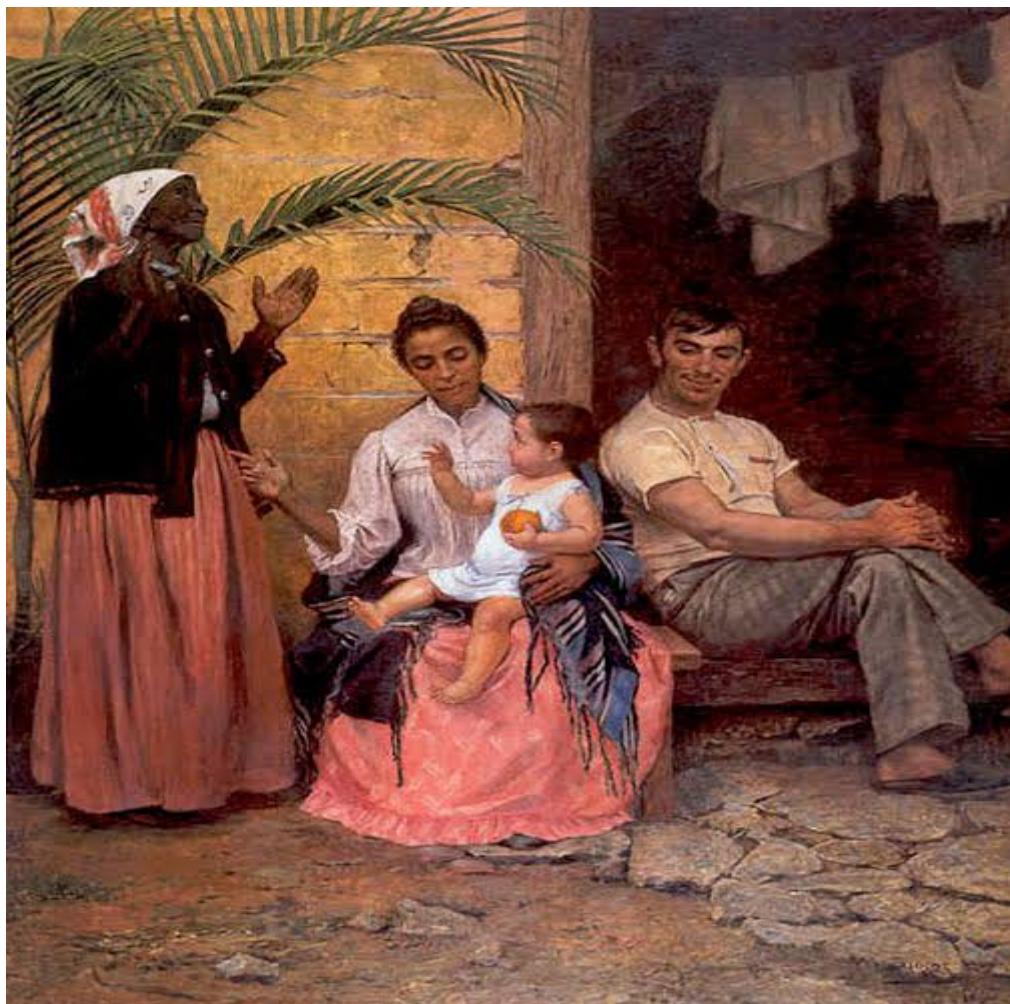


Figura 4: Modesto Brocos. *A Redenção de Cam*. 1895. Óleo sob tela. 199 cm x 166 cm. Museu Nacional de Belas Artes

A estética do quadro e a perfeição de traços é um algo marcante na obra. Porém, fica em segundo plano quando se trata da disposição dos personagens em cena, deixando a questão discutida no centro da tela. A família é posicionada em triângulo e cada qual em um lugar estratégico (LOTIERZO, p. 240). A avó está posicionada no canto esquerdo da tela, lado este que na crença católica é aludido ao mau, relembrando a sua ligação com a maldição, está descalça e pisando no barro, o que significaria a incivilidade da velha mulher. Seus braços estirados para cima agradeceriam aos céus pela cor do neto, que estaria livre do seu sofrimento. A mãe, colocada também ao centro da tela, pisa em dois chãos: o de barro e o de pedra; isso

O declínio de Cam

atrela a sua mestiçagem, que é ambígua e por isso carrega traços de incivilidade e civilidade. A sua mão direita aponta à sua mãe, mostrando ao filho o passado condenado, porém extirpado. Isso se evidencia no gesto de benção que provém do bebê, que sabe que esse passado ficou para trás, livrando sua avó do pecado de ser negra, e segurando em sua mão esquerda uma laranja, símbolo da fertilidade. No canto direito da tela está o pai; imigrante latino, está relaxadamente sentando em uma cadeira, com os pés calçados e pisando no chão de pedra. O símbolo perfeito da civilidade e pureza europeia. O seu olhar confiante e seguro para o filho sintetiza tudo o que a obra nos quer dizer: a imigração latina é essencial para o futuro do Brasil. O homem branco já superou o voyeurismo e agora ele está inserido dentro da tela, como agente principal do progresso, ajudando a acabar com o mau que a linhagem negra de sua esposa carregava. Todos os personagens estão inseridos em seu meio e ele determina o seu caráter e suas funções; o homem, que está dentro de casa, teria a função de trazer o sustento para a casa, enquanto à mãe seria relegada ao cuidado do bebê e a avó estaria condenada a encarar a sua sina rústica e selvagem. A alusão religiosa da obra não está apenas em seu título, mas também na disposição da família. Ela é análoga a Sagrada Família, sendo o bebê o menino Jesus (SOUZA, 1996). Essa analogia também pode ser vista como um referencial promissor, já que a ligação com a sagrada família poderia induzir a um futuro prometido e abençoado. O abandono da sexualização da negra tem como propósito mostrar que o abandono da sua promiscuidade iria trazer benções que acarretariam na sua redenção, já que agora ela está representada pela Nossa Senhora em alusão ao seu caráter materno e reprodutor, mesmo ainda estando ligada à incivilidade. É desse modo que A redenção de Cam deposita, sobre a mulher negra outrora associada à sexualidade ilícita e patológica, o peso da maternidade orientada ao embranquecimento, dependente dos auspícios da moral cristã, mas também de uma constituição biológica supostamente

decisiva – fé e ciência, crença e tautologia, idealismo e realismo atravessam a cena. Por todos os ângulos, uma tal função social é vista pelas lentes do sacrifício heróico: para ser aceita nesse universo nacional, ela deve abrir mão de sua cor ou raça, deixando a vida terrena para os brancos (SOUZA, op. cit., p. 240). O realismo idealista de Brocos pode então ser visto como a sua intenção de documentar o cotidiano das camadas populares, ao mesmo tempo que explora uma certa qualidade intrínseca das coisas para demonstrar a sua transcendência (LOTIERZO, p. 265). O branqueamento da população seria então algo intrínseco das raças, que sempre sofreria intervenção da raça mais forte, a branca, de modo que os anseios racistas da população seriam atendidos. Essa obra é carregada de sentimentos racistas. Por mais que Brocos coloque uma imagem positiva para a época no quadro, ela explicitamente alude ao destino dos negros: o seu gradual desaparecimento. A sua teoria foi refutada com o tempo, porém seus ideais racistas ainda reverberam em uma sociedade que ainda acredita na democracia racial e que, por meio dela, ignora a desigualdade social que é diretamente proveniente da escravidão e dos pensamentos racistas e eugênicos dos séculos XIX e XX. Merece destaque o fato de que os negros estavam praticamente banidos da arte brasileira de então, sendo costumeiramente retratados por estrangeiros, como Debret e Brocos (COLI, 2014). A arte nacional, sem um rumo definido após o fim do império e de sua criação mitológica, vivia em um dilema: como retratar a realidade de uma sociedade latina e miscigenada usando os moldes europeus? Tal questionamento só seria respondido décadas depois, com o vanguardismo modernista, demorando para se livrar dos tipos europeus e ignorando, sistematicamente, a sua gente.

3. Considerações finais

O século XIX foi marcado pelo racismo biológico e étnico, que transcendeu as

O declínio de Cam

mentalidades e atravessou as telas. A imagem da mulher negra, porém, fora mantida; a Maldição de Cam fora agregada ao racismo biológico, colocando a sexualidade agora como um mau étnico. A representação da mulher negra na arte ficou relegada a luxúria e a infertilidade, que poderia ser fator de degeneração da sociedade e, principalmente, da mulher branca. Esse papel sensual foi fruto de um voyeurismo masculino europeu, que objetificava para poder dominar. Vimos como Debret catalogou etnologicamente as negras, inserindo-as nos moldes europeus apenas para as diferenciar mais; elas possuíam uma natureza distinta e selvagem que, mesmo em contato com os costumes civilizados, era exorbitante. Essa relegação à marginalidade fica mais evidente nas obras de Delacroix e Manet, onde a negra é colocada como um elemento de degeneração, sempre à margem da tela, a ponto de ter seus traços diluídos e a sua cor e “molde” sexuais ressaltados. Esse molde sexual é reprimido na tela de Modesto Brocos para dar espaço a uma idealização de um futuro dependente do desprendimento pecador da mulher negra, onde ela assume um caráter maternal ao mesmo tempo que fatídico, pois significaria o fim de sua raça. A mulher negra estava condenada à luxúria e ao pecado e depois à sua própria extinção. Essa representação racista e machista não ficou presa no passado, ela ainda se faz presente nos dias atuais. A representatividade negra nas mídias nacionais cumpre apenas uma cota, deixando para os brancos um protagonismo despótico, relegando aos negros papéis secundários. A mulher negra ainda é excessivamente sexualizada, tanto nos meios midiáticos e artísticos. O século XIX ainda se faz muito presente nos nossos dias e o espectro do racismo nos ronda incessantemente.

Fontes

Jean-Baptiste Debret. *Escravas negras de diferentes nações*. 1816-1831.

Eugène Delacroix. *Les femmes d'Algier dans leurs appartements*. 1834.

Édouard Manet. *Olympia*. 1863.

Modesto Brocos. *A Redenção de Cam*. 1895

Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Renata. **Modos de negra e modos de branca: o retrato “Baiana” e a imagem da mulher negra na arte do século XIX**. Campinas, 2005 (Dissertação, Mestrado em História da arte, UNICAMP).

COLI, Jorge. Fabricação e promoção da brasiliidade: arte e questões nacionais. **Perspective** [Online], Fevereiro/2013, posto online no dia 01 setembro 2014, consultado o 23 abril 2018. URL: <http://journals.openedition.org/perspective/5541>; DOI:10.4000/perspective.5541

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Algo além do moderno:** a mulher negra na pintura brasileira no início do século XX. Rio de Janeiro. IV, n. 2, abr. 2009.

FERREIRA, Jonatas; HAMLIN, Cynthia. Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados. **Estudos Feministas**, dezembro/2010, p. 823-835

FREITAS, Artur. História e imagem artística: por uma tríplice abordagem. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº34, jul. - dez. 2004, p.3-21.

GUARALDO, Laís. Delacroix no Marrocos e a inversão do exótico. **Projeto História:** junho/2011, p.103.

LEENHARDT, Jacques. Jean-Baptiste Debret: um olhar francês sobre os primórdios do império brasileiro. **Sociologia&Antropologia**, Vol. 03.06, novembro/2013, p. 509-523.

LIMA, Heloisa Pires. **A presença negra nas telas: visita às exposições do circuito da Academia Imperial de Belas Artes na década de 1880**. Rio de Janeiro, v. III, n. 1, jan. 2008.

LOTIERZO, Tatiana Helena Pinto. **Contornos do (in)visível**: A redenção de Cam, racismo e estética na pintura brasileira do último oitocentos. São Paulo: dissertação de mestrado apresentado ao departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP – 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma cidade sensível sob o olhar do "outro"**: Jean Baptiste Debret e o Rio de Janeiro (1816-1831). Fênix - Revista de História e Estudos Culturais, Vol.4, 2007.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 3, p. 745-760, set.-dez. 2012.

SOUZA, J. B. A. de. Mãe negra de um povo mestiço: devocão a Nossa Senhora Aparecida e identidade nacional. **Estudos Afro-Asiáticos** (29), março de 1996.

Imagens

Figura 1: Jean-Baptiste Debret. Escravas negras de diferentes nações. 1816-1831. Aquarela. Voyage Pittoresque et Historique au Brésil.

Figura 2: Eugène Delacroix. Les femmes d'Algier dans leurs appartements. 1834. Óleo sob tela. 114 cm x 146,4 cm. Museu do Louvre.

Figura 3: Édouard Manet. Olympia. 1863. Óleo sob lona. 130,5 cm x 190 cm. Museu de Orsay.

Figura 4: Modesto Brocos. A Redenção de Cam. 1895. Óleo sob tela. 199 cm x 166 cm. Museu Nacional de Belas Artes.

Nordeste: escrevendo uma História Ambiental*

Éverton Alves Aragão**

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v8i8p86-109

Resumo: Este artigo identifica e localiza o Nordeste brasileiro no campo da História Ambiental em uma perspectiva temporal a partir do paradigma dos historiadores e de seus trabalhos publicados. Utilizamos, em nossa pesquisa, livros, teses, dissertações, monografias e artigos, para auxiliar este balanço e na identificação de possíveis temáticas para a História Ambiental no Nordeste. Essas produções, em sua maioria, foram resultadas das recentes mudanças sociais e das medidas governamentais, que promoveram entre os historiadores novos olhares epistemológicos para o *verde* (PONTING, 1995) e para a *paisagem* (SCHAMA, 1996). Nesse sentido, observamos que desde a publicação dos primeiros trabalhos de História Ambiental no Brasil – já na década de 1980, há estudos que se enquadram – suas temáticas e potenciais objetos de estudos estão concentrados no eixo Sul-Sudeste do país, devido ao apoio econômico às pesquisas e à solidez da questão ambiental nessas regiões. Todavia, o Nordeste possui características que o distinguem do restante do território nacional – a exemplo de seu clima, vegetação, fauna etc. Essa região, portanto, se mostra com novos desafios teóricos, necessidades e possibilidades de diálogo intelectual – que vagarosamente estão sendo abertos nos últimos anos.

Palavras-chaves: História, História Ambiental, Nordeste, Teoria.

* Este artigo é uma versão adaptada da apresentação desenvolvida em 2018 para o XVIII Encontro Estadual de História ANPUH-PB: História desafios do ensino, da pesquisa e da extensão no tempo presente. No ST 7 – Teoria e História da Historiografia –, produção feita a partir de recentes pesquisas orientadas pelo professor Dr. José Otávio Aguiar (UFCG). A quem tanto admiro por fazer da História Ambiental um campo presente e atuante no Nordeste brasileiro. Estendo meus agradecimentos a Marcos Saulo de Assis Nóbrega pela orientação que tem sido essencial à minha formação, agradeço também à Karolliny Miranda pela paciência e por sua voraz presteza histórica.

** Graduando em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, campus I). Desenvolve pesquisas interdisciplinares na área de História Ambiental, História da Ciência e da Circulação de Plantas sob orientação da professora Dra Juciene Ricarte Apolinário. Atua como pesquisador no grupo: História, Meio Ambiente e Questões Étnicas, da Universidade Federal de Campina Grande, coordenado pelo professor Dr. José Otávio Aguiar. Contato: everton01588@gmail.com

Nordeste: escrevendo uma História Ambiental

Introdução: dos objetivos e tema

Um Nordeste/ onde nunca deixa de haver/ uma mancha dágua:/ um avanço de mar,/ um rio, um riacho,/ o esverdeado de uma lagoa. (Carlos Pena Filho, Um Nordeste, 2000).

Neste artigo não pretendo escrever as estruturas metodológicas de uma história ambiental ou ecológica, dimensão acadêmica já estruturada em vários países – inclusive no Brasil. Antes, desejo objetivar o despertar de uma história ambiental e ecológica no Nordeste brasileiro. Não que essa não tenha sido feita no Nordeste, mas ao fato de não ter sido, ainda, referenciada e amplamente discutida.

Não farei uma revisão completa da produção da disciplina – pelo fato de ser bastante rica. Remeterei ao longo do artigo alguns textos de revisão historiográfica, como livros, teses, dissertações, monografias e artigos. Não me responsabilizarei por essa revisão completa, pois, parto de recentes incursões nesse campo, e isso se deve ao fato de ser essa a produção apresentada.

Há pouco mais de dois anos, quando ingressei no curso de História da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, conheci alguns conceitos e expressões interdisciplinares que ligavam a História a disciplinas como a Geografia e a Biologia. Para um amante do mundo natural e da história humana, esse encontro foi espetacular.

Busquei artigos e livros que exploravam a temática, me aprofundei em diversos temas – que, inclusive, trabalhavam o semiárido do Nordeste brasileiro. Entretanto, ao longo das pesquisas, me pareceu escasso (quase nulo) um material que me norteasse epistemologicamente sobre uma história ambiental no e para o Nordeste¹.

¹ Afara as várias citações, em livros e artigos (que tratam sobre história ambiental), da obra Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil, de Gilberto Freyre.

Minha ambição não é maior que a construção desse quadro.

Para tanto, situo-me em meu quadrante de graduando – isso ficará evidente ao longo da leitura. Se os leitores que a partir desse texto se julgarem bem informados ou cogitarem críticas, terei tido sucesso. Não procuro convencer historiadores e historiadoras, e outros cientistas sociais, a incorporar variáveis ambientais aos seus estudos sobre a sociedade humana². Outros já fizeram esse trabalho. Todavia, é importante apresentar o que esses historiadores ambientais já refletiram sobre o lugar da história ambiental³.

Uma das principais premissas de um historiador ou historiadora ambiental é que os eventos da história se revelam no tempo, mas também no espaço. De tal forma pontuou a historiadora Verena Winiwarter, “tudo o que acontece não tem somente um ‘quando’, mas também um ‘onde’, determinando a sua qualidade e a sua importância” (2010, p. 2). Esse campo da história preocupa-se, então, com as interações entre a natureza e as sociedades humanas do passado, dá importância ao lugar, e tenta associar a história humana aos sistemas naturais (WINIWARTER, 2010, p. 2). Este balanço historiográfico, o qual me proponho a fazer, iniciará na primeira metade do século XX, porém, ao longo do texto, reduzirei minhas análises aos últimos dez anos (2008-2018) – devido ao aparecimento, relativamente cedo, desse campo no Nordeste. E como toda pesquisa, também terá um recorte espacial: o Nordeste. Por esse fato, a epígrafe inicial é um recorte do poema Um Nordeste, de Carlos Pena

² Semelhante aos desejos de José Augusto Drummond em seu artigo A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa (1991).

³ Quando pontuamos a terminologia história ambiental, nos referimos também a uma história ecológica, a uma história do verde, a qualquer tipo de história que busque relacionar as interações entre sociedade e natureza ao longo do tempo.

Nordeste: escrevendo uma História Ambiental

Filho. Porém, não há apenas um Nordeste. Há vários Nordestes. Pouco tempo atrás dizia-se que tínhamos: um Nordeste (litorâneo, da exuberante mata atlântica) que se movimenta a partir da cana-de-açúcar, e outro Nordeste (do sertão, castigado pelas secas) que se relaciona com o algodão e o gado. Hoje, entretanto, vemos um Nordeste multifacetado, que evoca uma série de imagens, tanto das suas características geográficas, quanto culturais, sociais e econômicas. Contudo, o conceito de Nordeste é vário, perceptível a mudanças e análises (ver, por exemplo, Albuquerque Jr. (1999)). Diante disso, me concentrarei em tópicos que ainda não foram mencionados ou não desenvolvidos por outro historiador. Uma vez que os estudos de ambiente não necessariamente foram feitos apenas pela epistemologia da história ambiental, em seu início, mas sim por alguns trabalhos de sociologia, história agrária e econômica – quando a produção universitária no Brasil e, principalmente, no Nordeste era limitada. A partir desses tópicos, acrescento às atuais e futuras discussões, no primeiro momento, o caminho traçado pela história ambiental, com ênfase no Nordeste. Desde as contribuições de autores e pesquisadores da primeira metade do século XX aos dias atuais. Posteriormente, na terceira parte, tratarei sobre as possibilidades de temas, fontes e linhas de pesquisa. Por fim, no terceiro e último espaço, frisarei a atual situação da história ambiental no Nordeste.

O caminho da história ambiental no Nordeste

A história ambiental, em escala internacional, surgiu da pesquisa e da escrita de um grupo relativamente pequeno, mas altamente produtivo, de historiadores e biólogos norteamericanos, vindos de diferentes temas e especialidades, assim pontuou o historiador José Augusto Drummond, sobre o alvorecer dessa dimensão histórica. Esse grupo foi construído entre as décadas de 70 e 80 do século passado.

Sobre o nascimento desse grupo, Drummond destaca que: “eu considero uma nova modalidade de estudo, ligando explicitamente a história natural à história social e examinando as interações entre ambas”. (DRUMMOND, 1991, p. 181). Cerca de 15 anos depois, as influências da Environmental Review e da American Society for Environmental History – respectivamente, a revista e a associação profissional desse grupo – adentraram no território brasileiro. Porém, os nomes ligados a essas incursões iniciais passaram a se concentrar nas regiões Sul e Sudeste do país, relegando assim um espaço acadêmico para a história ambiental no Nordeste. Esse pioneirismo do eixo Sul/Sudeste impossibilitou, até determinado momento, que pesquisas florescessem em solo nordestino, sobre o qual farei comentário em outra seção. Por hora, basta dizer que, a falta de espaço impediu que no Nordeste se formassem historiadores que buscassem assimilar essa proposta “estrangeira”. Portanto, é evidente que nessa região o campo não foi consolidado durante a primeira leva de historiadores ambientais brasileiros. Todavia, tratando sobre o caso Nordeste, é indispensável pensar que: para traçar o caminho da história ambiental no Nordeste, temos que nos desfazer da busca de um elo perdido, de uma estaca zero, pois não é possível caracterizar o ponto de partida dessa história ambiental em solo nordestino. Mesmo assim, alguns historiadores ambientais consideram a relevância das obras de historiadores, cientistas sociais e ensaístas como prospecções iniciais nas relações entre sociedade e meio natural, e, ainda que esses não tenham se declarado “historiadores ambientais”, acrescentaram a ela (DRUMMOND, 1991, p. 192-193). Isso quer dizer, então, que no Nordeste, esse esforço de compreensão foi iniciado por estudiosos há dezenas de anos e continuado, com maior densidade, por vários intelectuais e escritores do século XX (NETO, 2010, p. 139). Seguindo esse raciocínio podemos apontar que, uma dessas intromissões dinâmicas, entre natureza e sociedade, foi a do sociólogo Gilberto Freyre, que publicou em 1937 o livro Nordeste

Nordeste: escrevendo uma História Ambiental

- aspectos da influência da Cana sobre a Vida e a paisagem do Nordeste do Brasil, “cujos quatro capítulos iniciais são verdadeiros ensaios de história ambiental”. (DRUMMOND, 1991, p. 193). Nessa obra, Freyre propõe uma análise impressionista da ecologia social dessa região (DUARTE, 2004, p. 125). Além disso, mostra as relações entre proprietários de engenhos com as terras, as águas, as matas e os animais. Outro sociólogo, Djacir Menezes, publicou o livro *O outro Nordeste: formação social do Nordeste*, em 1937. Assim como Nordeste (2004), *O outro Nordeste* (1937) procura tratar, também, o drama vivido por um pedaço do Nordeste, esse por sua vez é marcado pelo traço algodoeiro e pastoril – um quadro bem diferente daquele pintado por Gilberto Freyre. Porém, ainda que para Menezes sejam importantes as conexões existentes entre o homem e o meio físico, o que deve ser destacado são os aspectos socioeconômicos que envolvem essas conexões. (ANCANJO, 1996, p. 77). O geógrafo Josué de Castro, em *Geografia da fome* (1946), teve por propósito estudar e realizar uma sondagem de natureza ecológica sobre o fenômeno da fome no Brasil, orientado pelos princípios geográficos da localização, extensão, causalidade, correlação e unidade terrestre. A obra de Manuel Correia de Andrade – geógrafo – é outro exemplo do estudo conjunto e histórico da “terra” e do “homem”, como ele mesmo explora em *A Terra e o Homem no Nordeste* (1963). Nele, o autor elabora, nos principais capítulos de sua obra, a história das relações dos homens com o seu ambiente natural; dos homens entre si no processo produtivo no uso dos recursos naturais e na busca de sua subsistência ou do processo de acumulação de capital. (NETO, 2010, p. 143). E assim por diante, João Cabral de Melo Neto (*Morte e Vida Severina* e *O Rio*), Rachel de Queiroz (*O Quinze*), José Lins do Rego (*Fogo Morto*), Jorge Amado (*Terras do Sem-Fim*), José Américo de Almeida (*A Bagaceira*), Graciliano Ramos (*Vidas Secas*), José Condé (*Terra de Caruaru*), entre outros que trouxeram

contribuições ao debate da natureza no Nordeste⁴. No campo historiográfico, podemos apontar, a partir d'A historiografia acadêmica paraibana (2011), escrito por Rosa Maria Godoy Silveira, que as novas tendências teóricometodológicas (principalmente, mas não exclusivamente, os Annales – terceira geração –, a História Social Inglesa e abordagens vindas da Antropologia), passaram a infletir nos cursos de pós-graduação e nas pesquisas históricas. Tais tendências, que começaram a ser recepcionadas no país, nos anos de 1980, instituíram-se como linhas predominantes cuja visibilidade maior se constata a partida da década seguinte. (SILVEIRA, 2011, p. 250). Essas linhas favoreceram os primeiros passos do fazer ambiental nos cursos de História no Nordeste. Alguns nomes são ligados a essas linhas, como é o caso de José Otávio Aguiar (UFCG), Edson Heley Silva (UFPE) e Eurípedes Antônio Funes (UFC), em conjunto com Kenia Sousa Rios (UFC). O atual estágio da história ambiental na Universidade Federal de Campina Grande concentra-se no berço do grupo de pesquisas ligado à linha Cultura Poder e Identidades, do Mestrado em História, e à linha Sociedade e Recursos Naturais, do Mestrado e Doutorado Interdisciplinar em Recursos Naturais da UFCG. A partir do ingresso do Prof. Dr. José Otávio Aguiar na instituição, juntamente com a contribuição de outros professores pesquisadores do Brasil, formou-se uma nova geração de alunos que optaram por uma história ambiental, sendo orientados por ele e pela Profa. Dra. Juciene Ricarte Apolinário. Por meio deles, realizaram-se várias pesquisas em programas de iniciação científica e extensão, do curso de Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Em profundo diálogo somou-se as contribuições do Prof. Dr. Edson Silva, da

⁴ Mas, é claro, não devemos vincular os trabalhos destes e outros autores citados com a história ambiental propriamente dita. Eles são exemplos do trato das questões ambientais pelas ciências humanas, mas estão vinculados a outros contextos teórico/metodológicos.

Nordeste: escrevendo uma História Ambiental

Universidade Federal de Pernambuco, que busca associar os estudos indígenas com as relações e conceituações da história ambiental. Tendo recorte o semiárido e agreste pernambucano, realiza pesquisas e projetos (além de orientações) nessa perspectiva da história. Mais ao norte, no Ceará, é visível a atual contribuição da Profa. Dra. Kenia Rios e do Prof. Dr. Eurípedes Funes. Realizando pesquisas sobre os rios e as secas, promovem o debate socioambiental e histórico dos processos que cicatrizaram esse estado. A partir do projeto Rio Jaguaribe: História, Memória e Paisagem e Seca e Oralidade, ambos coordenados pela Kenia Rios, foram publicados livros e artigos, bem como tem possibilitado o direcionamento de novos orientandos para as relações entre história e natureza.

Possibilidades de temas, linhas de pesquisa e fontes

Muitos já pensaram condutas metodológicas para a história ambiental (ver: WORSTER (1991); DRUMMOND (1991); MARTINEZ (2011)). Essas formas de se fazer história foram pensadas com destreza, a partir das inquietações de vários historiadores, de inúmeros lugares do mundo. Não caberia contemplar, portanto, o grau de complexidade e os recursos metodológicos presentes nestas abordagens, pois, seus alicerces ainda que pensados fora do Nordeste servem, até o momento, de bases para uma história ambiental em solo nordestino. Aqueles que anseiam por esse caminho da história no Nordeste, e a fazem, se utilizam oportunamente dessas condutas, como já expressado. Porém, em âmbito mais restrito, mas não menos relevante e necessário, o Nordeste reserva algumas especificidades – paisagísticas, territoriais, climáticas, entre outras. São justamente através dessas especificidades que se torna suscetível o desbravamento de novos caminhos nessa região (pensemos isso mais detalhadamente em outra seção). Nesse sentido, tendo em vista o fato de que há essas adaptações metodológicas para âmbito do Nordeste, não há

necessidade de verticalizar as nossas observações nesta direção, basta que estejamos cientes e atentos às conceituações já elaboradas. Recordo das condutas metodológicas, primeiro, por estarem amplamente difundidas entre os historiadores ambientais. Em segundo lugar, para propor que, seria substancialmente mais produtivo se os historiadores conferissem maior atenção à historiografia nordestina sobre o meio ambiente e, às possibilidades de temas que as fontes potencializam para novos diálogos entre os pesquisadores das diversas partes do Brasil. Nesse sentido, mencionarei, observações pontuais com a finalidade de indicar e exemplificar possibilidades de trabalho a partir da história do meio ambiente no Nordeste.

Secas e recursos hídricos: A região Nordeste encontra-se com 72,24% de seu território dentro do polígono das secas, segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Somasse a isso o fato de que a maior parte dos rios presentes na região são intermitentes. Nota-se que, desde o período colonial, o Nordeste envolve grandes desafios ambientais, no que diz respeito aos longos períodos de estiagem. Nestes estudos, é importante levar consideração o manejo dos recursos hídricos e os riscos de aumento da salinização das águas da região.

Devastação ambiental: Os estudos sobre a perda e fragmentação dos habitats pelo desmatamento é outra oportunidade de aproximação do conhecimento histórico com o meio ambiente. A exploração excessiva de espécies de plantas e animais vem sendo cicatrizada desde o início da presença europeia no Nordeste. Também, a utilização inadequada de agrotóxicos, um problema constante pelo uso excessivo. Essas e outras formas de ações antrópicas são campos oportunos para um historiador ambiental.

Economia e meio ambiente: Um dos maiores desafios na tentativa de integração de modelos econômicos e ecológicos tem a ver com a conciliação das diferentes escalas temporais e espaciais de abordagem. No que diz respeito ao tempo, os ecologistas adotam frequentemente modelos, preocupando-se com o

Nordeste: escrevendo uma História Ambiental

longo prazo, em termos das implicações ecológicas da atividade humana. Por sua vez, os economistas tendem a ignorar o longo prazo, acreditando que perturbações futuras no sistema são praticamente impossíveis de prever. Nesse sentido, podemos pontuar a pesca artesanal, as possibilidades de plantio e cultivo, a caça às baleias e outros animais, assim como a relação entre a pobreza e degradação ambiental urbana. **Movimentos ambientais e unidades de conservação:** Os problemas ambientais e sociais no Brasil são facilmente identificáveis e encontram-se bem mapeados, não apenas pela academia, mas pelas ações e movimentos da sociedade civil, ONGs, historiografia e cientistas sociais, e pelas políticas públicas nas distintas esferas governamentais. (MARTINEZ, 2011, p. 27-28). Os atores e atrizes que estiveram imbuídos nesses movimentos sociais são suscetíveis de análises histórico-ambientais. Para mais, as possibilidades de diálogos que a conservação dos solos e de reservas de Mata Atlântica oferece para o historiador com as comunidades locais e grupos sociais. Atualmente, no Nordeste, as opções de pesquisa feitas pelos historiadores e historiadoras se concentram no estudo das secas, dos recursos hídricos, das relações étnicas e ambientais das populações indígenas. Há um grande esforço em se concentrar nos estudos coloniais e, de se fazer leituras históricas dos escritos de viajantes e naturalistas, apesar de não ser uma regra, pois existe uma enorme variação no que se refere ao recorte temporal e temático. Ao falarmos das pesquisas desenvolvidas no Nordeste, não podemos esquecer do papel fundamental dos grupos de pesquisa que agregam e reúnem pesquisadores de diversas áreas das ciências do homem e das ciências da natureza e da vida, quais sejam, primordialmente, historiadores dedicados aos estudos das relações entre história, sociedade, e natureza, mas também, etno-biólogos, biogeógrafos e geógrafos físicos, filósofos, sociólogos etc. No que se refere à institucionalização desses grupos, é necessário perceber as estratégias feitas para enfrentar tal dominância do Sul nisto.

Por exemplo, os programas de pós-graduação em sociologia e história agrária sobre a formação econômica e territorial eram formas encontradas de alguns historiadores trabalharem as perspectivas ambientais. Todos esses temas e linhas de pesquisa abrem possíveis ligações transversais entre história e outras disciplinas das ciências naturais. E, possibilitam uso de diversas fontes, como os relatos e relatórios de viagem, literatura, inventários de recursos naturais, leis e documentos governamentais etc⁵. Os olhares dos viajantes estrangeiros (naturalistas, negociantes, missionários, militares etc.) é fundamental. Houve muitos trabalhos de ciências naturais, de coleta, observação, mapeamento do interior nordestino na época colonial e imperial. Podemos citar: o português, filho de inglês, Henry Koster; o francês, de Nantes, Louis-François de Tollenare; também o botânico, Manuel Arruda da Câmara; J. B. von Spix e C. F. Phil von Martius; e, já na transição entre os séculos XIX e XX, o alemão Konrad Guenther⁶ . Acresce-se a essas fontes o vasto Projeto Resgate que iniciou seu programa colocando em CD-ROMs, todas as matérias relacionadas ao Brasil no Arquivo Histórico Ultramarino, o principal arquivo colonial de Portugal⁷ . Veja-se os livros manuscritos de sesmarias e datas de terra do arquivo da antiga capitania de Pernambuco na Biblioteca do Estado, as cartas econômico-políticas sobre a agricultura e comércio da Bahia, 1821 (Reeditadas pelo Governo do Estado da Bahia no ano de 1924). Contamos, de igual forma, com a Coleção das leis do Império do Brasil, coleção essa publicada pela Imprensa Nacional, que inclui Cartas de Leis,

⁵ Ver, mais detalhadamente, José Augusto Drummond, A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa (1991).

⁶ Ver, por exemplo, as dissertações de Raíssa Barbosa da Costa, As Cores da Mata Branca: Os Sertões das Caatingas de Manuel Arruda da Câmara e Henry Koster (1793-1815), e Victor Rafael Limeira da Silva, Alfred Russel Wallace: o natural e o humano no contexto das Ciências Naturais oitocentistas (1848-1852).

⁷ Atualmente, esse material pode ser encontrado na plataforma digital da Biblioteca Nacional.

Nordeste: escrevendo uma História Ambiental

Decretos, Alvarás, Cartas Régias, Leis e Decisões imperiais. A publicação digitalizada comprehende o período de 1808 e 1889 e pode ser encontrada no website da câmara dos deputados. Além dos acervos jornalísticos, como a coleção do Diário de Pernambuco. Sendo assim, é ainda no Nordeste que podemos historiar a interação entre as sociedades humanas e os distintos elementos da natureza, através da grande variedade de fontes pertinentes a esse estudo – característica da história ambiental. Os tantos nomes que Gilberto Freyre pontuou – Castro Alves, Joaquim Nabuco, Pedro Américo, Nina Rodrigues etc., etc. – (FREYRE, 2004, p. 184), mais as mulheres que poderiam ser citadas: Margarida Maria Alves e Nísia Floresta, Maria Quiteria, Rachel de Queiroz e Maria Bonita, Zabé da Loca e Marinês, com suas formas de musicar o Nordeste e a sua natureza.

A emergência no Nordeste

Tratar da emergência da história ambiental no Nordeste não é tarefa simples. Porque essa emergência não diz respeito ao surgimento dessa disciplina no Nordeste – e, ainda que fosse, também seria uma tarefa árdua. Nesse tópico, trato da emergência no Nordeste evidenciando uma situação crítica, na verdade, trata-se de um apelo urgente no Nordeste também se pode fazer e é feita história ambiental. Metaforicamente, todo caso emergencial é antecedido por sintomas. No caso do Nordeste, a sintomática recorrente da desvalorização da história ambiental está intimamente relacionada com o pioneirismo das regiões Sul e Sudeste neste ramo da história. É possível apontar quatro elementos para o entendimento desse pioneirismo:

- a) O primeiro esforço em trazer a novidade “estrangeira”, que foi a revista Environmental History – fundada em 1976 – e suas discussões, para o Brasil, foi do historiador José Augusto Drummond em 1991, em seu artigo intitulado por A História

Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Ele estava iniciando seu doutorado nos Estados Unidos e lá já realizava pesquisas na área de Environmental Science.

b) Foi no eixo Sul-Sudeste onde primeiro se financiou pesquisas na área de história ambiental, pois foi onde pesquisadores de outros países – os chamados brasilianistas –, em especial dos Estados Unidos, encontram fontes e suportes acadêmicos para realizarem suas pesquisas. Entre eles, alguns foram capazes de pesquisar e combinar a história social e história natural. É o caso do historiador Warren Dean, que em 1987 produziu o trabalho pioneiro em história ambiental do Brasil: *Brazil and the struggle for rubber – a study in environmental history*.

c) A solidez da questão ambiental foram fatores chaves para o pioneirismo dessa parte do Brasil. Foi lá que os movimentos ambientalistas surgiram no Brasil, de alguns fatores internos e externos que convergiram entre as décadas de 60 e 70 do século XX – promovendo o advento da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), Associação Catarinense de Preservação da Natureza e Associação Paulista de Proteção à Natureza, algumas das primeiras associações ecológicas do Brasil. Atualmente, podemos referenciar a historiadora ambiental Regina Horta Duarte – professora titular do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais –, um nome que se comunica com o público mais amplo e, principalmente, jovem. Entre suas recentes produções dentro da temática ambiental temos o livro *História & Natureza* (2013). Nele, a historiadora aborda a questão ambiental a partir de uma perspectiva histórica das relações entre as sociedades humanas e o meio natural. Apesar da temática do livro ser de cunho historiográfico, o material apresentado permite conversar com um público mais amplo do que o pertencente aos meios acadêmicos. Além do livro, para o público amplo, há o canal na plataforma Youtube, chamado As Quatro Estações, dirigido pela mesma historiadora. Entretanto,

Nordeste: escrevendo uma História Ambiental

ativo há quatro anos e contendo cerca de setenta vídeos – atualmente –, apenas um deles trata sobre uma temática totalmente voltada para a região Nordeste – que é uma apresentação do livro Nordeste, de Gilberto Freyre. A representatividade do Nordeste é quase que nula nesse quesito. Até o presente momento não conheço nenhum historiador ou historiadora que busque divulgar para um público amplo seus trabalhos e as recentes pesquisas nesse campo, seja por meio de livros ou através de plataformas digitais⁸. Entretanto, alguns professores universitários no Nordeste erguem a bandeira da história ambiental dentro das próprias Universidades – já citados no primeiro tópico. Porém, mesmo no cimo da haste, essa bandeira não ultrapassa os restritos muros das universidades – pelo fato de não haver um número considerável de financiamentos de pesquisas de iniciação à docência e à pesquisa. Defende-se a relevância de uma preparação de novos historiadores ambientais para dentro das salas de aula. Não que esse espaço seja um lugar inconveniente para isso, mas deve-se buscar outros meios para o diálogo social. Por exemplo, mídias e plataformas digitais, imersão de historiadores ambientais em projetos e associações ecológicas ou preservacionistas. Iremos dedicar um possível caminho para essa problemática. O próprio ambiente físico do Nordeste é um marco para iniciarmos esse caminho. Pois, nessa região notamos características distintas do restante do território brasileiro. Uma dessas características é o relevo nordestino. Nele notamos a existência de dois antigos e extensos planaltos, o Borborema a e a bacia do rio Parnaíba. É possível destacar quatro preponderantes aspectos climáticos: equatorial úmido, litorâneo úmido, tropical e semiárido. A vegetação nordestina vai desde a

⁸ Há o grupo de História Ambiental, localizado na Plataforma do Facebook, criado pelos cursos de pós-graduação de História e de Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande. Tendo cerca de 950 membros, porém, os integrantes são da graduação ou da pós-graduação, o alcance no que diz respeito ao público amplo é baixo.

Mata Atlântica, no litoral, até a Mata dos Cocais, no Meio Norte, com ecossistemas como os manguezais, a caatinga, o cerrado, as restingas, dentre outros (é o caso dos Brejos de altitude)¹¹, que possuem fauna e flora exuberantes, diversas espécies endêmicas. Além do mais, é possível considerar sua hidrografia como um recorte carregado de movimentos históricos. Assim pontuou Gilberto Freyre

No Nordeste da cana-de-açúcar, a água foi e é quase tudo. Sem ela não teria prosperado do século XVI ao XIX uma lavoura tão dependente dos rios, dos riachos e das chuvas (FREYRE, 2004, p. 58).

No entanto, mesmo tendo essas características ambientais, que distinguem o Nordeste do restante do território do país, é perceptível o maior número de eventos, com a temática de história ambiental, que se localizam no eixo Sul-Sudeste do país.

QUADRO I: CONGRESSOS E EVENTOS REALIZADOS NO EIXO SUL-SUDESTE NO ANO DE 2018⁹

Evento	IV Seminário de História Ambiental: Meio Ambiente e Cultura	III Seminário Sul Brasileiro sobre a Sustentabilidade da Araucária	VII Seminário Temático do Grupo de Trabalho de História Ambiental ANPUH-SP	XIV Simpósio ANPUH Regional Rio Grande do Sul ST 13. História Ambiental: o passado e o futuro das sociedades	XVII Simpósio ANPUH Regional Santa Catarina
Local	São Paulo	Rio Grande do Sul	São Paulo	Rio Grande do Sul	Santa Catarina

Tabela 1: Eixo Sul-Sudeste Fonte: Éverton Alves Aragão, 2018.

⁹ Quadros elaborados pelo autor a partir das informações contidas na publicação sobre os Eventos de história ambiental e ruralidades em 2018, publicado em 20 de abril de 2018, do blog *A voz da primavera*, editado e publicado pela Doutora Elenita Malta Pereira, e da comunidade de História Ambiental do Facebook.

Nordeste: escrevendo uma História Ambiental

Even-to	VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais	XXIV Encontro Regional da AN-PUH -SP ST 20 - História, Sociedade e Natureza	III Conferência Internacional Agricultura e Alimentação em uma sociedade urbanizada (AgrUrb)	V Simpósio International de História Ambiental e Migrações	XXI Encontro Regional da AN-PUH - MG	IV Congresso International História, Regiões e Fronteiras (CIHRF)
Local	Santa Catarina	São Paulo	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Minas Gerais	Rio Grande do Sul

Tabela 2: Eixo Sul-Sudeste Fonte: Éverton Alves Aragão, 2018.

Sem levar em consideração o 3º World Congress of Environmental History (Congresso International de História Ambiental), que ocorreu na Universidade Federal de Santa Catarina, de 22 a 26 de julho de 2019.

QUADRO II: CONGRESSOS E EVENTOS REALIZADOS NO NORDESTE NO ANO DE 2018¹⁰

Evento	II Congresso Internacional Mundos Indígenas ¹¹	XVIII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB ¹²	Waterlat Globalcity IX	III Congresso Latinoamericano de Ecologia Política	I Congresso Nacional da Diversidade do Semiárido (CONADIS)
Local	Paraíba	Paraíba	Paraíba	Bahia	Rio Grande do Norte

Tabela 3: Nordeste Fonte: Éverton Alves Aragão, 2018.

¹⁰ Fonte: *Idem*.

¹¹ Realização de um minicurso, com a seguinte proposta: *História Ambiental e História Indígena: Possibilidades de Pesquisa no Semiárido Brasileiro*.

¹². Realização de um minicurso, com a seguinte proposta: *Introdução à História Ambiental: estado da arte e possibilidades de pesquisa no Brasil*.

Observamos a partir das tabelas que 55% dos eventos se concentram no eixo Sul-Sudeste do país. Logo, mais de a metade. Resta para o Nordeste apenas 25% dos eventos (de menor importância e mais restritos) que ocorrem em território nacional. Já os internacionais somam 20% na contagem - divulgados através dos mesmos meios. Quanto às regiões Centro-Oeste e Norte não foi encontrada nenhuma divulgação de evento.



Gráfico I: Eventos de História Ambiental em 2018, Fonte: Éverton Alves Aragão, 2018

Como então atravessar essa pedregosa situação? O primeiro passo seria buscar parcerias e formas de associações entre historiadores ambientais e projetos ecológicos. Tais como o projeto Floram, Águas de Areia, Cílios do Jaguaribe, Capivara Capibaribe etc. – tendo em vista que nesses projetos há geógrafos, biólogos, engenheiros, podemos acreditar que esses projetos podem ser espaços para a atuação de historiadores ambientais. Considero, entretanto, que podemos contornar essa situação a partir de apoios e financiamentos por parte de institutos – o Instituto Nacional do Semiárido, por exemplo. Nesse sentido, uma ação conjunta entre historiadores e espaços históricos como o Museu do Homem do Nordeste, localizado na cidade de Recife, em Pernambuco. Também de museus ecológicos e parques

¹³ No que tange as regiões Norte e Centro-Oeste, não foi possível encontrar fontes suficientes.

Nordeste: escrevendo uma História Ambiental

arqueológicos – como o Parque Nacional da Serra da Capivara, no estado do Piauí. Incrementaria uma participação efetiva na conscientização social e um estímulo ligado ao verde da história humana (PONTING, 1995). Essas e outras associações facilitariam a disseminação de uma história ambiental em uma região onde o verde é restrito às estações chuvosas, porém, onde há, como em qualquer outro lugar, uma natureza que se liga ao homem por meio dos estratos da memória (SCHAMA, 1996). Em segundo lugar, devemos arar um terreno para novos pesquisadores. Devemos, portanto, divulgar e dar acesso a teses, dissertações e livros, que tratam sobre a história ambiental no Nordeste. Nesse sentido, espero que esse material possa favorecer novas intromissões, por parte de graduandos – que semelhante a mim tenham dificuldades em iniciar suas pesquisas. Diversos outros textos poderiam ser citados, mas esse artigo é apenas um início de vários diálogos que irão se suceder daqui para a frente – com as devidas pausas de ponderação e orientações. Apenas concluo que, no sentido mais profundo, o desafio atual é de superar as rígidas divisões políticas e geográficas, em favor de uma leitura integrativa, fundada nas parcerias e debates entre essa parte do território brasileiro com outras.

Considerações finais: que história os historiadores estão fazendo

No passado, os historiadores poderiam ser acusados de conhecer somente os grandes feitos, dos “grandes homens”. Mas hoje, é claro, não é mais assim – ou pelo menos pretendemos que não seja. Cada vez mais os historiadores e historiadoras se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. Carlo Ginzburg já escrevia sobre isso em seu prefácio à obra *O queijo e os vermes* (2006). E isso foi, sem dúvidas, uma ruptura importante para os modos de se fazer história(s): as mulheres souberam aproveitar dessas recentes (e ainda vagas) introduções, a história dos negros e indígenas de igual forma ganham

novos olhares a partir dos novos estudos desses historiadores; enfim, podemos dizer que “os excluídos da história” ganharam voz. Se pesarmos por meio de um olhar retrospectivo, avançamos um passo largo e muito importante no ato de historiar. É verdade, são outros tempos. Novos diálogos surgem diariamente no âmbito acadêmico, a história que antes não dialogava com a antropologia, há algum tempo já há um processo de relação interdisciplinar. É nesse cenário que passamos a nos inquietar com outras coisas além de propriamente a “história”, uma dessas, ainda que não totalmente agrupada com essas novas sensibilizações dos historiadores, e também sociólogos, mas ao mesmo tempo é um assunto tão próximo a nós (como que o oxigênio que respiramos), trata-se de algo vulgarmente conhecido por natureza¹⁴. Sabendo disso, é fundamental superarmos alguns preconceitos acadêmicos. Não há como negar, historiadores e historiadoras, somos sem dúvidas aqueles conhecidos como factíveis à mudança, sempre dispostos a quebrar estereótipos e preconceitos historicamente construídos. Mas, nem sempre seguimos o mesmo caminho, nem sempre fazemos aquilo que socialmente nos compete. Ainda, muitos, pejorativamente, situam a natureza como puro objeto inanimado, crentes de uma falsa imunidade humana. Ou pior, muitos ainda consideram que história ambiental é área reclusa do Eixo Sul-sudeste do país. Acreditam que essa narrativa histórica não pode ser feita a partir das relações com o meio ambiente do outro lado do país – pois, para eles, esse lado não possui natureza(s). Para esses, mantenho pensamento firme, mantenho em mente que preconceitos (acadêmicos) também

¹⁴ O conceito de natureza é múltiplo, ou seja, a palavra natureza pode possuir vários significados. Podemos dizer que desde a antiguidade a natureza em seu significado, seu simbolismo, vem sendo pensado e repensado por inúmeros intelectuais – filósofos, biólogos, geógrafos etc. –, de Aristóteles até Darwin, e mais, muitos outros discutem sobre o conceito de natureza. Logo podemos perceber que não se trata de algo uniforme e homogêneo. Apesar de ter o sentido amplo de ser aquilo que se relaciona com o mundo físico, concreto, estabelecido naturalmente – como a vida –, veremos que a natureza é também construção cultural.

Nordeste: escrevendo uma História Ambiental

podem ser historicamente desconstruídos. No mais, espero ter apresentado a história ambiental produzida no Nordeste, e com isso facilitado futuras prospecções daqueles que desejem se verticalizar na área, com ênfase no Nordeste. A pretexto de conclusão, defenderei sua relevância para a historiografia e sociedade nordestinas. Além de que, desejo que pesquisadores de outras regiões – como o Norte – busquem uma visão de conjunto e historiográfica sobre as recentes incursões nesse campo em suas respectivas localidades.

Fontes

SOBRENOME DO AUTOR, Nome do autor. Título da obra. Cidade de publicação: Editora, ano de publicação.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, J. O.; RODRIGUES, A. F. (Org.) ; SILVA, E. H. (Org.). **Natureza e Cultura nos Domínios de Clio: História, Meio Ambiente e Questões Étnicas.** 1. ed. Campina Grande/ PB: EDUFCG - Editora da Universidade Federal de Campina Grande/ PB, 2012. v. 1. 267 p.p.

_____.; BURITI, Catarina Oliveira. **Fontes Literárias, Natureza e Cultura: Por uma História Ambiental do Bioma de Caatinga.** In: APOLINÁRIO, J. R.. (Org.). Cenários Históricos e Educativos: Sertão, Questões Indígena e Espaços de Saber. 1ed. Campina Grande-PB: Eduepb, 2011, v1, p.1-315.

_____. **História ambiental urbana e as mobilizações de Ongs em defesa do meio ambiente e contra a verticalização: o caso de Campina Grande, PB (1996-2015).**

Projeto História, São Paulo, v. 58, pp.210-239, Jan.-Mar. 2017.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.**

Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALVES, Gutierre Farias. **Abertura política e os debates socioambientais: propostas da APAN (associação paraibana amigos da natureza), em João Pessoa no período de 1978-1985.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, 2017.

ARCANJO, José Estevão Machado. **O gordo e o magro: o Nordeste segundo Gilberto Freyre e Djacir Menezes.** Revista de Ciências Sociais, v. 27, n. 1/2, 1996, pp. 73-83.

BARBOSA, Jose Aécio Alves. **História Ambiental e Fauna cinegética em fragmentos urbanos de Floresta Atlântica: uma abordagem interdisciplinar e conservacionista.** Tese (Doutorado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, 2019.

BURITI, Catarina de Oliveira. **Análise das políticas hídricas: uma abordagem histórica, socioeconômica e institucional das secas nos Cariris Paraibanos (1909-2016).** Tese (Doutorado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, 2017

_____. **Imaginário social, Semiárido e representações da Natureza na obra Vidas Secas: Interfaces entre literatura, ambiente e história.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, 2010.

Nordeste: escrevendo uma História Ambiental

_____.; BARBOSA, H. A. **Um século de secas: por que as políticas hídricas não transformaram o Semiárido brasileiro?**. 1. ed. Lisboa-Portugal: Chiado Editora, 2018. v. 1. 305 p.

CARVALHO, M. J. M.. **Os caminhos do rio: negros canoeiros no Recife na primeira metade do século XIX**. Afro-Asia (UFBA), Salvador, v. 19-20, n.1, p. 75-93, 1997.

DUARTE, Regina Horta. **“Com açúcar, com afeto”: impressões do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre**. Tempo, Rio de Janeiro, nº 19, 2004, pp. 125-147.

_____. História & Natureza. – 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. “Com açúcar, com afeto”: impressões do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre. **Tempo** vol.10 no.19 Niterói Jul./Dec. 2005.

DRUMMOND, José Agusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8. 1991, p. 177-197.

FILHO, Carlos Pena. **Melhores poemas Carlos Pena Filho**, seleção de Edilberto Coutinho, 4^a ed., São Paulo, Global, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil. 7^a edição – São Paulo: Global, 2004.

FUNES, E. A.; RIOS, Kênia Sousa (Org.); CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente (Org.); MAIA Neto, Emy Falcão (Org.). **Natureza e Cultura** - Capítulos de História Social. 1a.. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013. v. 01. 206p.

MAIA NETO, Emy Falcão. **Cartografias da água: territorialidade, políticas e usos da água doce em Fortaleza (1856-1926)**. 2015. 268f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2015.

MARTINEZ, Paulo Henrique. ***História ambiental:*** um olhar prospectivo. Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia, v.24, n.1, jan./jun. 2011.

NETO, Leonardo Guimarães. ***Repercussões iniciais de A terra e o homem no Nordeste.*** Maceió, vol. 3, Edição Especial, p. 137-152, ago. 2010.

OLIVEIRA, Edivania Granja da Silva. ***Os índios Pankará na Serra do Arapuá:*** relações socioambientais no Sertão Pernambucano. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, 2014.

PAULA, Karuna Sindhu de. ***Travessia por terceira margens de um rio: natureza e cultura 18 no rio Jaguaribe-CE.*** 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

PONTING, Clive. ***Uma história verde do mundo.*** Tradução de Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SCHAMA, Simon. ***Paisagem e memória.*** Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WINIWARTER, Verena. Abordagens sobre a História Ambiental: um guia de campo para os seus conceitos. ***Abordagens Geográficas*** – volume 1, número 1, 2010: out.nov., p. 1- 21.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. ***Estudos Históricos***, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

Tabelas e Gráficos

Tabela 1: Eixo Sul-Sudeste Fonte: Éverton Alves Aragão, 2018.

Tabela 2: Eixo Sul-Sudeste Fonte: Éverton Alves Aragão, 2018.

Tabela 3: Nordeste Fonte: Éverton Alves Aragão, 2018.

Gráfico I: Eventos de História Ambiental em 2018, Fonte: Éverton Alves Aragão, 2018

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

Wesley de Oliveira Silva*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v8i8p110-137

Resumo: O final do século XVII foi marcante para a história das capitâncias do norte da América portuguesa. Isso porque nesse período foi vivenciada a expansão das fronteiras oeste adentro, região mais ou menos desconhecida onde habitavam vários grupos ameríndios de diferentes culturas. Para tal, a administração portuguesa aproveitou bastante a mão de obra bética indígena aldeada para alcançar seus objetivos, que dentre muitos se destacam a conquista da terra, da gente que nela vivia e também a instalação dos currais de gado. Desta maneira, o presente artigo tem como intensão analisar a atuação de tropas indígenas que saíram dos aldeamentos da capitania de Pernambuco entre 1660-1700, utilizando como fonte alguns relatos de cronistas e documentações encontradas na Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional e no Arquivo Histórico Ultramarino.

Palavras-chaves: Grupos ameríndios; Tropas indígenas; Aldeamentos.

* Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade de Pernambuco. E-mail: wesley.oliveira18@outlook.com. Agradeço à professora Kalina Vanderlei Silva pelas orientações.

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

Introdução

O século XVII foi significativo para a expansão das fronteiras da América portuguesa. Nesse período foi vivenciada a conquista do interior das capitâncias do norte, motivada por fatores como a instalação dos currais de gado, o principal responsável pelo alargamento da fronteira oeste, e também a busca por metais preciosos, uma realidade presente desde o século XVI, mas que se intensifica em decorrência da procura de minas de salitre no século XVII (PUNTOMI, 2002, p. 29).

Se por um lado essa expansão significou o nascimento da sociedade colonial sertaneja, por outro ocasionou inevitavelmente diversos e esparsos conflitos travados contra vários grupos indígenas que viviam nos sertões das mesmas capitâncias, como os Anaio¹, os Tarairiu, os Hoés Hoés, os Carnijó, os Chocó, os Cariri², dentre muitos outros (cf.: PUNTOMI, 2002; sobre os Tarairiú, cf.: LOPES, 1999 e RICARDO, 2000). Muitos desses grupos, embora apresentassem muitas semelhanças entre si, tinham diferenças culturais perceptíveis, como a língua e, dependendo da *nação*³, a forma de organização social. O conflito contra todos esses grupos indígenas foi chamado de *Guerra dos Bárbaros*⁴, tendo

¹ Utilizamos a grafia dos etnônimos em maiúsculo e sem flexão de gênero ou número, seguindo as orientações da Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais (1956).

² Todos esses grupos habitavam regiões específicas. Os tarairius, por exemplo, habitavam nas ribeiras dos rios Jaguaribe, Apodi, Açu, Piranhas, Sabuji e Seridó, vales onde se desenrolou a Guerra do Açu. Já os cariris, habitavam as ribeiras do Rio São Francisco.

³ Nação é um termo que encontramos bastante nas documentações. Era empregado pelos portugueses para diferenciar indistintamente os diversos grupos indígenas.

⁴ É importante enfatizar que a própria nomenclatura do conflito sugere um equívoco: uma guerra travada por uma confederação de todos os indígenas que viviam nos sertões contra a sociedade colonial. A noção de “confederação” dos indígenas já foi desconstruída pela historiografia, pois, do ponto de vista indígena, tão união não ocorreu. Portanto, a grafia do termo virá destacada, usada apenas para situar todas as séries individuais de conflito que ocorreram no recorte temporal escolhido

iniciado em meados do século XVII e finalizado na terceira década do século XVIII.

Pela seriedade do conflito e a numerosidade de inimigos, a administração portuguesa mobilizou todo o seu contingente militar para lutar contra os muitos levantes que só cresciam com o passar dos anos. Conflitos esses sucedidos em diversas regiões do interior das capitâncias do norte⁵. Por isso, tanto a estrutura régia regular, que eram as milícias de serviço gratuito e o exército português profissional, localizadas nas vilas açucareiras, quanto as forças irregulares, constituídas pelas tropas particulares de sesmeiros, companhia de sertanistas e, principalmente, as tropas indígenas, foram arregimentadas (SILVA, 2009, p. 306).

Mesmo com o envio de tropas burocráticas e milícias, foram as tropas indígenas o maior contingente bélico que marcharam durante a *Guerra dos Bárbaros*. A única força indígena institucionalizada era o Terço de Camarão, as demais unidades de flecheiros que saíam dos aldeamentos eram fornecidas de forma irregular. De acordo com Kalina Vanderlei Silva (2010, p. 142-143), as diferenças entre tropas regulares e irregulares estavam em sua estrutura: as tropas regulares eram institucionalizadas dentro dos moldes da estrutura militar lusa, o que não acontecia com as tropas irregulares, que lutavam em qualquer conflito que fossem arregimentadas. As tropas de *flecheiros* que saíam dos aldeamentos são ótimos exemplos de tropas irregulares, e foram amplamente empregadas durante toda a *Guerra dos Bárbaros* (SILVA, 2010, p. 142-143). São essas tropas de indígenas que o presente artigo busca analisar.

⁵ Os primeiros levantes contra os indígenas ocorreram no Recôncavo Baiano, gerando a Guerra do Recôncavo. Posteriormente, alastram-se para as margens do rio São Francisco e os sertões de outras capitâncias, como Pernambuco, Paraíba e Rio Grande. Foi no Rio Grande que ocorreu a Guerra do Açu.

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

Os grupos indígenas do sertão

No início dos conflitos, os ameríndios, habitualmente referenciados como *flecheiros* por causa de sua destreza no uso do arco e da flecha, eram arregimentados dos aldeamentos encontrados na faixa litorânea (os primeiros construídos) e enviados para qualquer local que fosse solicitado socorro. No caso da capitania de Pernambuco, para dar um exemplo, os indígenas saíam de aldeamentos como a Aldeia de Nossa Senhora de Ipojuca (ou de Caeté), na região do Recife, e da Aldeia de Nossa Senhora da Escada, onde hoje se localiza a atual cidade de Escada; ambos aldeamentos abrigavam populações tupi desde antes da *Guerra dos Bárbaros*, e sua população falava a língua geral, ou seja, uma junção do português com o tupi (ABNRJ, v. 28, p. 419-422). Ao decorrer do prolongamento da guerra, muitos grupos foram aldeados e outros exterminados.

À vista disso, a política da administração portuguesa consistia em fazer alianças com determinados grupos ameríndios e os colocava para combater outros grupos insurretos, logo aldeando ambos, os insurretos e os aliados (SILVA, 2009, p. 309). Ainda assim, o aldeamento não excluiu o fato de que os indígenas agissem dentro desses espaços, seja reivindicando ações que eram submetidos ou mesmo criando estratégias de sobrevivência e inserção na hierarquia da sociedade colonial. Sobre essa questão, Geysa Kelly (2004) identificou uma ressignificação e reconstrução da cultura indígena, afirmando que dentro dos aldeamentos a assimilação e interação com os portugueses fizeram com que os indígenas criassem estratégias para sobreviver etnicamente. Maria Regina Celestino (2013) também observou que dentro dos aldeamentos os indígenas procuravam meios de sobrevivência e acomodação de sua cultura, metaforseando-se, ou seja, transformando seu modo de vida. Cristina Pompa (2003, p. 86) concorda com essas perspectivas, afirmando também que nesse

processo de aldeamento surgiu uma cultura híbrida na medida em que os religiosos iam traduzindo seu material, possibilitando um melhor entendimento para os indígenas.

A falta de informações detalhadas que temos das características dos grupos indígenas sertanejos é explicada por muitos fatores: (a) pela diversidade de línguas e etnias, (b) pela belicosidade de alguns grupos, (c) pelo isolamento e contato posterior com as frentes de colonização, (d) pelo desaparecimento de vários grupos (por causa da guerra) antes de qualquer tipo de registro de sua existência. É importante também destacar que, quando ocorreu, esses registros eram feitos sem terem a preocupação em entender a cultura desses povos, sendo escritos de forma etnocêntrica, sempre considerando os indígenas como selvagens, incultos, exóticos (MEDEIROS, 2000, 16).

Por causa dos aldeamentos de ameríndios de diversos grupos étnicos, bastante coisa foi documentada. Isso explica o porquê os grupos de língua cariri, tal como outras *nações* que viviam nas margens do rio São Francisco, podem ser facilmente identificados nas documentações, como os Chocó. Deve-se acrescentar aqui o fato de que alguns grupos também foram relatados quando se aliaram aos holandeses ou se destacaram durante a *Guerra dos Bárbaros*, e isso também fez com que fossem bastante documentados, como os Janduí e os Hoés Hoés, respectivamente (SILVA, 2010, p. 146 e SILVA, 2009, p. 307).

O padre Fernão Cardim, que foi reitor do Colégio Baiano da Companhia de Jesus entre 1587 e 1592 e do Colégio do Rio de Janeiro de 1594 a 1598, enumerou uma grande lista descrevendo o nome e características de alguns grupos indígenas que viviam nos sertões. Segundo Cardim, alguns grupos indígenas viviam de forma sedentária, habitando em casas e fazendo roças; já outros viviam de forma

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

seminômade, alguns habitantes de cavernas, outros em cafuas debaixo do chão e também grupos que habitavam em pedras. Além da semelhança e diferença das línguas que esses grupos falavam, o padre também descreve algumas características culturais dessas “nações”, como a prática do canibalismo ou ausência dela. É interessante notar que com essas descrições Cardim tentou individualizar esses grupos (MEDEIROS, 2000, p.56).

Outro cronista que relatou algumas características desses grupos foi Urbain Souchu de Rennefort, um ex-tesoureiro que, depois de extinto o cargo que ocupava, foi nomeado a secretário do Conselho Soberano da França Oriental, vinculado à Companhia das Índias Ocidentais. Em um espaço de vinte anos, escreveu obras, de certo modo, com um tom de denúncias sobre suas experiências coloniais. Uma dessas obras foi *Histoire des Indes Orientales*. De 29 de março a 10 de novembro Urbain Souchu de Rennefort esteve em Pernambuco, onde fez algumas descrições sobre os indígenas:

Há um terceiro grupo de habitantes, que os portugueses denominam tapuias, maiores e mais fortes do que os índios de que tratamos acima. Os tapuias são idólatras; quando algum deles cai doente sem possibilidade de recuperar-se, matam-no, antes que fique muito abatido, e comem a sua carne. Também costumam devorar os estrangeiros e os inimigos que que capturaram. As suas habitações geralmente estão a mais de 40 léguas do litoral. Organizam-se em aldeias como os outros brasileiros, diferindo destes somente pelo fato de serem maiores e praticarem a antropofagia. Têm-se conhecimento da existência de 76 nações, as quais estão sujeitas a tantos senhores quantos forem os chefes de aldeia. Antes de os europeus virem para o Brasil, resta gente guerreava entre si. Durante a querela entre portugueses e espanhóis, lutaram ora de um lado, ora de outro, segundo a sua predileção. As armas que utilizam nestas ocasiões são o arco e a flecha, os dardos e os porretes feitos de uma madeira muito resistente. Antes de conhecerem os instrumentos de cobre, trazidos pelos portugueses, serviam-se dos ossos da coxa humana como trombetas. Os tapuias são muito temidos pelos outros índios, pois cem

destes não são capazes de resistir a trinta daqueles. É habitual defumarem a carne que consomem, fazendo pequeno fogo embaixo de uma fileira de varas, suspensa cerca de 3 pés do solo por quatro forcados, sobre a qual estendem a carne (FRANÇA, 2009, p. 83-84).

O relato de Urbain nos fornece uma rica fonte de informação, mesmo que genérica, dos indígenas que viviam nos sertões. O cronista relatou características sociais e culturais, tendo um certo foco na forma em que esses povos guerreavam. Neste caso, os grupos que foram observados por Urbain não praticavam o canibalismo da mesma forma que vários grupos tupis, e não apenas o sentido era diferente, mas a forma que o corpo era ingerido também. Além de comer a carne dos indivíduos do seu próprio grupo, que eram os parentes mortos, os indígenas relatados por esse cronista guardavam os ossos, moíam e misturavam o pó com a farinha de milho, cozinhavam e serviam em cerimônias específicas, como o casamento e o batizado. Urbain também relatou que quando os indígenas iam comer a carne dos seus parentes, gritavam e lamentavam-se (FRANÇA, 2009, p. 83-84).

No caso dos tupis, a antropofagia estava ligada intimamente a guerra. Por terem interagido mais com os colonos, os Tupinambá, os Caeté, os Potiguar e os Tupiniquim acabaram sendo muito documentados. Sabemos hoje em dia muito sobre sua cultura, especialmente como se organizavam socialmente e também seus rituais antropofágicos. A maioria dos grupos tupis, embora compartilhassem uma mesma identificação étnica, baseada em uma ancestralidade comum a todas as aldeias, eram inimigos ferrenhos. O que unia os tupis era sua crença em um parentesco original, mas que também os distanciavam de outros grupos indígenas, a quem consideravam como inimigos primordiais (SILVA; LEÃO, 2018, p. 163-164).

Um dos sentidos da guerra entre os tupis era a vingança, ou melhor, a guerra era feita para vingança. Uma guerra efetuada para despejar sobre os inimigos uma vingança ancestral. E uma guerra que permitisse a prática do canibalismo, pois os capturados em batalha eram comidos em rituais antropofágicos. E isso fazia com que

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

a guerra e a vingança formassem com a base cultural de toda a sociedade tupi. No entanto, diferente da cultura das “nações” indígenas que viviam nos sertões (e que temos registros), somente homens guerreiros eram comidos. A crença tupi consistia na valorização do desempenho bélico de um homem, tendo a crença em que as habilidades, a coragem e a força do guerreiro eram transferíveis. Essa crença era compartilhada por todas as nações tupis, por isso, era considerado um elogio ser devorado pelos inimigos (SILVA; LEÃO, 2018, p. 163-164; cf. PERRONE-MOISÉS, 2000 e FAUSTO, 1992).

Outros cronistas que descrevem características de grupos que viviam nos sertões são capuchinos italianos (Dionigi de Carli, Giovanni Antonio Cavazzi, Girolamo Merola da Sorrento e Antonio Zucchelli da Gradiasca) que passaram um período do século XVII em Pernambuco. Dionigi de Carli, por exemplo, publicou em 1674 um livro em que descrevia muitas características dos indígenas, e, de certa forma, seu texto confirma o que Urbain também relatou:

Os portugueses, até o presente, não conseguiram subjugar os originários do Brasil, um povo muito bárbaro e muito esquivo. Tapuias ou caboclos é o nome que lhes dá e a sua cor é pardo escuro. Andam sempre nus e com um arco grande, com cerca de 1 vara e meia, com a flecha esta feita em parte de cana e em parte de uma madeira duríssima, afiada na ponta em formato de serra, de modo que, ao penetrar na carne, faça uma ferida maior e mais dolorosa e seja mais difícil retirar de fato, quando são certeiros, abrem uma ferida no inimigo maior do que a causada por uma descarga de fuzil. Estes tapuias, sempre que pode, comem carne humana, e se falta-lhes a carne dos seus inimigos próximos, comem a dos estrangeiros que conseguem capturar na sua região. [...] Quando algum deles cai doente, dão-lhes alguns dias para que se restabeleça, caso, passado esse tempo, a cura não venha, eles, para evitar que padeça com tormentos; matam-no impiedosamente e comem-no. A mesma graça ou a mesma barbarização concedem aos seus pais e aos velhos que não podem mais ir à caça, os quais as próprias crianças o matam e comem, em companhia dos parentes mais próximos da vítima, convidados para o cruel

festim. Pagam, assim, com à morte àqueles que lhes deram a vida e metem para dentro das suas entranhas as entranhas de onde saíram. Em suma, é uma gente pagã miserável, mergulhada na mais completa idolatria. Os outros habitantes do *Novo Mundo*, bons ou maus, são cristãos ou, pelo menos, são tidos como tal (FRANÇA, 2009, p. 86-87).

A descrição feita por Dionigi de Carli também nos apresenta importantes informações sobre a antropofagia praticada pelos grupos que viviam nos sertões. Embora o texto esteja banhado de etnocentrismo, ele aborda muitas características de como era efetuado o ritual antropofágico daqueles indígenas que ele observou. Não é possível, por essa crônica, saber qual ou quais são grupos indígenas que Dionigi está falando, mas, com muita clareza, tanto ele quanto Urbain relatam o endocanibalismo como um traço cultural dos grupos que viviam nos sertões, algo que difere e muito da cultura tupi. Percebe-se, com essas crônicas até aqui vistas, abruptas diferenças culturais entre grupos indígenas que viviam no Brasil. Diferenças que estão muito longe de se resumirem apenas a língua falada por esses povos.

Como os relatos dos cronistas anteriormente citados são sobre grupos indígenas avistados na capitania de Pernambuco, concluímos que o endocanibalismo⁶ era um traço cultural de pelos alguns grupos de indígenas que viviam nos sertões. Isso porque, também no século XVII, o holandês Joannes de Laet, para citar um exemplo, ao descrever características de *nações* que eram aliados dos holandeses, relatou que grupos como os Janduí, os Akykeuma, os Juckerijou, os Pajoke, os Keririjou, os Aponorijou, praticavam o endocanibalismo. Também conseguimos identificar que vários grupos que viviam nas margens do rio São Francisco, como os cariris, por exemplo, também praticavam essa mesma prática cultural (MEDEIROS,

⁶ Canibalismo praticado entre as pessoas de um mesmo grupo.

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

2000, p. 64-70).

Falando de outros traços culturais, geralmente todos os grupos se dividiam em aldeias e, de acordo com todos os relatos e bibliografias até aqui mencionadas, todos viviam de forma seminômada, descendo para o litoral em época de safras de caju (HERCKMANS, 1886, pp. 239 – 288). Eram exímios caçadores, praticavam rituais de casamentos, exerciam a agricultura do milho, mandioca, fumo, legumes e abóboras, a divisão do trabalho entre os sexos também se organizava na base do homem como guerreiro e da mulher como agricultora e depilavam todo o corpo. Todos esses traços culturais são bastante parecidos com os tupis (Cf. MEDEIROS, 2000; GALINDO, 2004).

No entanto, percebemos que muita coisa se difere dos tupis no que diz respeito a vestimenta e uso de adornos. Segundo o padre Antônio Pinto, as mulheres casadas dos grupos que ele observou se vestiam com vestidos convenientes e embelezavam o rosto com riscos feitos com dentes finos de ratos, colocando cinzas de madeira nas partes que saíam sangue, misturando com suco de jenipapo. Os riscos viravam escarificações de tonalidades azuladas que, quando secavam, nunca mais saíam (MEDEIROS, 2000, p. 69). Outras particularidades sobre esse traço cultural são também relatadas pelo já citado Urbain:

As suas crianças não recebem nenhum nome até os dez anos de idade, quando tem lugar uma cerimônia em que, além do nome, recebem furos no lábio inferior e em suas orelhas. Ao casarem, recebem furos na bochecha. No começo do mês de julho, depois que o milho é colhido e replantado, o chefe da aldeia manda chamar todos aqueles que estão em idade de casar. Ao reunirem-se, o senhor caminha à frente, em companhia de uns padres que denominam caraíbas, seguidos dos pais e mães dos noivos. Os jovens que vão casar e as crianças são os últimos; vêm pintados e cobertos por uma plumagem colorida (FRANÇA, 2009, p. 86-87).

Podemos perceber que todas as informações até aqui postas sobre a cultura dos grupos encontrados nos sertões variam e se aproximam dependendo do que é falado. Não temos a certeza, por exemplo, se o padre Antônio Pinto relatou características culturais desses indígenas antes ou depois da redução, ou seja, se o uso de vestimentas era realmente um traço cultural de algum grupo indígena ou se essa característica foi adotada depois do contato com os europeus. Sabemos que Urbain relatou aspectos de um grupo que permitiu a redução e certo estavam aldeados, uma vez que existiam padres dentro da aldeia. Certamente o relato dos cronistas estavam baseados nas informações derivadas de muitos missionários que se debruçavam sobre os sertões em busca da realização de missões. E se formos colocar como exemplo a capitania de Pernambuco, com a intensificação da guerra nas margens do rio São Francisco, a partir da segunda metade do século XVII, ocorreram várias missões e aldeamentos de grupos indígenas encontrados nessa região, como os já citados cariris, mas também oriz e umãs. De toda forma, juntamente com os relatos sobre as maneiras de se vestir e a antropofagia, um outro traço cultural dos indígenas que foi amplamente relatado pelos cronistas do momento é a preparação e forma que eles guerreavam.

De modo geral, a maneira que os grupos indígenas de cultura tupi ou não guerreavam não são muito dessemelhantes. Essa diferença pode ser observada se formos comparar formas de organização social ou cultural, mas no que diz respeito as armas usadas, havia muita pouca diferença. E não apenas isso: a própria guerra mostra como esses grupos, embora culturalmente diferentes, tinham muito em comum. Para dar um exemplo, o caso da captura de inimigos para os rituais de canibalismo (seja qual for sentido em que ele viria a ser praticado) é um dos aspectos que podemos enxergar como um traço em comum.

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

Iniciando pelas armas, o arco e a flecha estavam entre os principais armamentos utilizados nas batalhas de “nações” tupis ou não. No caso dos tupinambás, por exemplo, os arcos eram feitos de diversos materiais diferentes, como “*peças de boa madeira e tecido de palma*”, e diferentes tipos de flechas, inclusive “*projéteis incendiários e os de ‘gazes nocivos’ [...] compostos com fumaça de pimenta, e usados especialmente para desalojar os inimigos escondidos em paliçadas*”, os arcos eram usados com exímia habilidade por guerreiros que treinavam desde a infância. Alguns cronistas chegaram a referir que a habilidade dos guerreiros tupinambás com os arcos era tão grande que chegavam a suplantar a dos arcabuzeiros coloniais (SILVA; LEÃO, 2018, p. 163-164).

Se tratando dos grupos não tupi, poucas diferenças podem ser apontadas, isto é, baseando-se aqui nos relatos de cronistas. Como foi visto na crônica de Urbain, não percebemos um grande destaque no uso do arco e a flecha, mas sempre essas armas são citadas primeiro, o que insinua uma predileção. Já Dionigi de Carli dá um grande foco ao uso dessas armas, relatando a composição das armas (arcos de madeira, com cerca de uma vara e meia, com flechas feitas de partes de cana ou de uma madeira duríssima), as habilidade dos guerreiros e também a decorrência do impacto causado pela flecha ao acertar o corpo do inimigo: *ao penetrar na carne, faça uma ferida maior e mais dolorosa e seja mais difícil de retirar de fato, quando são certeiros, abrem uma ferida no inimigo maior do que a causada por uma descarga de fuzil.*”(FRANÇA, 2009, p. 86-87).

Os tupinambás, por exemplo, segundo Florestan Fernandes, embora a exímia habilidade dos guerreiros tupinambás com armas de tiro tenha permitido a grande fama de *flecheiros*, as armas prediletas dos tupinambás eram o tacape. Era a única

arma utilizada nos rituais antropofágicos, e certamente sua predileção deriva do fato de que os guerreiros tupinambás não queriam matar seus inimigos durante o conflito, mas sim aprisionar para os rituais antropofágicos. Sendo assim, o tacape como “arma de choque” serviria muito bem para esse propósito (SILVA; LEÃO, 2018, p. 167-168)

Alguns grupos indígenas que viviam nos sertões de Pernambuco, como os Janduí, também usavam arsenais parecidos, como clavas chatas de madeira dura, semelhantes aos espadões, assim também como propelsores de dardos e machados lícitos. Eram temidos por outros indígenas por sua destreza em guerra, força, velocidade, além de usarem a “guerra de surpresa”, que muito intimidava os colonos: “...na guerra não dão quartel a ninguém, nem apresentam batalhas à cara descoberta, senão com súbitas avançadas e depois por detrás das árvores fazem os seus tiros; usam muito de gritarias para meterem medo”(LOPES, 1999, p. 140-141).

Na crônica de Urbain percebemos as mesmas características abordadas até aqui em questão da destreza dos guerreiros Janduí, na qual Urbain atribui que “os tapuias são muito temidos pelos outros índios, pois cem destes não são capazes de resistir a trinta daqueles” (FRANÇA, 2009, p. 86-87). Como Urbain não descreve o nome do grupo observado, pode ser que, através das abordagens feitas até aqui, o grupo que ele esteja relatando seja os Janduí, não apenas porque naquele momento os Janduí ainda eram inimigos dos colonos, e por isso indígenas, provavelmente tupis aliados aos colonos, lutavam contra essa *nação*, mas porque as descrições feitas são muitos semelhantes a todos os relatos referentes aos Janduí durante esse período.

Os Janduí também incorporaram armamentos europeus no seu arsenal, como armas de fogo, em cujo manejo eram destros e empunhavam montados (SILVA, 2009,

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

p. 307-308). Também não é novidade que outros grupos indígenas, como os potiguaras, também incorporaram cavalos e armas de fogo. Na maior parte dos casos, os diversos grupos indígenas possuíam os mesmos armamentos, especialmente aqueles que tivessem o objetivo de nocautear o inimigo, pois todos necessitavam aprisionar seus oponentes em combate.

Falando nas táticas de batalha, embora já tenha sido abordado o caso dos Janduís, os grupos tupis, como tupinambás e potiguaras, também usavam a praticavam a guerra de emboscada, ou guerra surpresa. Esse tipo de tática consistia, como o segundo nome sugere, atacar o inimigo inesperadamente. Os potiguaras navegavam grandes distâncias em suas canoas, com grande número de guerreiros, “surpreendendo o adversário: agarram homens, mulheres e meninos e levam-nos de regresso às suas tabas onde são os prisioneiros executados, moqueados e finalmente devorados” (LOPES, 1999, p. 55; SILVA; LEÃO, 2018, p. 168-171).

Agora vamos abordar outros inimigos, os quilombolas que habitavam Palmares. O quilombo dos Palmares era uma organização política comumente classificada como uma confederação de mocambos. Os mocambos eram povoações de escravos fugitivos, porém, abrigavam também uma população mestiça não apenas por causa dos diferentes povos africanos, mas por abrigar indígenas, pardos e até brancos. Mocambos foram os principais focos de resistência para fugitivos do período colonial, e suas povoações geralmente recebiam o nome de seus líderes, como é o caso de Andalaquituche e Macaco, sendo esta última capital do quilombo. Entretanto, Palmares não foi o único foco de resistência do período colonial; ganhou destaque por causa da sua longevidade e porque se localizava no coração da América

portuguesa do século XVII, a região canavieira do, hoje em dia, Nordeste brasileiro. Palmares teve seu auge no século XVII, especificamente na década de 1670. Tinha uma área com cerca de 200 km que encravados nos atuais estados de Pernambuco e Alagoas, e sua capital, da Cerca Real de Macaco, situada na Serra da Barriga, talvez abrigasse 30 mil moradores (cf. CARNEIRO, 1988).

Os quilombolas, geralmente vindos na calada da noite, se instalavam em Palmares e ocupavam os ofícios que sabiam fazer, ou seja, os que vinham das lavouras, trabalhavam nas roças, os da cidade que conheciam algum serviço mecânico, se instalavam com tendas de ferreiros, por exemplo. Praticavam o comércio – escambo – com os moradores vizinhos. Trocavam produtos de terra, peixes, animais de caça por armas de fogo, roupas, ferramentas, entre outros. As *entradas* ao quilombo dos Palmares ocorreram porque, vezes ou outras, as trocas acabavam em conflitos armados. Muitas vezes os quilombolas destruíam canaviais, currais de gado, e isso provocava cada vez mais a ira dos colonos que clamavam por sucessivas expedições pela destruição do quilombo, que passou mais de cinquenta anos resistindo (CARNEIRO, 1988, p. 3-5).

E nessas expedições marchavam os *flecheiros*. Durante o século XVII, usar a força bélica indígena para combater os *bárbaros* nos sertões virou uma constante. Arregimentados para quaisquer conflitos, os indígenas aldeados impressionam por serem os mais numerosos dentre os que marchavam para as batalhas e também por causa das suas estratégias. Por fim, é preciso identificar a atuação desses guerreiros, especificamente os que habitavam na capitania de Pernambuco, contra os grupos indígenas dos sertões e também contra o quilombo dos Palmares.

“ÍNDIOS DE GUERRA”: ATUAÇÃO DOS FLECHEIROS

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

Os indígenas que viviam em aldeamentos localizados na capitania de Pernambuco, seja qual fosse suas origens étnicas, uma vez aldeados, poderiam ser recrutados para qualquer conflito que se desenrolava nos sertões das capitâncias do Norte. Isso ocorreu com os grupos tupis que viviam na costa oriental, com os Janduí que se encontravam em aldeamentos espalhados pelo sertão dessa capitania, como também da Paraíba, Itamaracá e Rio Grande, os Cariri que viviam nas margens do rio São Francisco, com diversos povos de cultura jê e também vários de línguas isoladas. Em suma, todos foram gradativamente aldeados ao decorrer dos conflitos que se seguiam desde meados do século XVII e só finalizaria, nessa região, nas primeiras décadas do século XVIII (SILVA, 2009, p. 307-308).

Esse período foi marcado por conflitos sangrentos e pelo desaparecimento de muitos grupos indígenas que viviam nos sertões das capitâncias do norte. Alguns grupos como os Janduí, por exemplo, eram ferrenhos inimigos da colonização, mas talvez por causa do desgaste durante os vários anos de guerra, passaram a ser aliados e, consequentemente, aldeados. Esses conflitos foram provocados por vários motivos, destacando-se a expansão por causa da instalação dos currais de gado, o principal responsável pela expansão da fronteira oeste, e também a busca embriagada por metais preciosos, uma realidade do século XVI que se intensifica bastante, em decorrência da procura de minas de salitre, no século XVII (PUNTONI, 2002, p. 29).

Podemos identificar a atuação dos *flecheiros* que viviam em aldeamentos na capitania de Pernambuco desde 1660, quando as campanhas contra Palmares, a partir da restauração do Brasil em 1654, se tornaram mais preocupantes para o governo-geral. Além de não reconhecer a extensão do Estado Palmarino, protegidos

pela extensa e impenetrável floresta, as *entradas*⁷ ganharam força e se intensificaram ao decorrer dos anos. Essas *entradas* nada mais eram do que repetidas represálias ao quilombo, ou seja, ataques diretos que procuravam o destruir, usando tropas regulares, paulistas e *flecheiros* (CARNEIRO, 1988, p. 8).

Em 1667, por exemplo, o governador da capitania de Pernambuco, Bernardo de Miranda Henriques, organizou uma expedição contra Palmares, sob o comando do Mestre de Campo Zenóbio Accioly de Vasconcelos, então coronel. Embora não se saiba muito sobre essa entrada, a tímida expedição adentrou quarenta léguas da barra do rio Panema até a Serra do Comunaty, em Pernambuco. Durante a expedição, acamparam durante três dias e se depararam com um outro quilombo, que depois de muitos combates, “*Ihe ateou fogo, destruindo-o*” (CARNEIRO, 1988, p. 68).

Nos anos que se seguiam, os governadores da capitania de Pernambuco organizaram várias *entradas* ao quilombo, obtendo vitórias e derrotas. Um desses triunfos ocorreu em 1674, quando o recém-chegado governador Pedro de Almeida organizava, em outubro deste ano, uma expedição que contava com soldados pagos, brancos, indígenas, homens pardos e pretos do Terço de Henrique Dias. O objetivo da expedição era extinguir “parte dos negros”, e os capturados em batalha seriam repartidos entre os homens da tropa. A batalha gerou resultados positivos, na qual incendiaram fortificações dos quilombolas e provocaram a morte de muitos (CARNEIRO, 1988, p. 74).

Podemos identificar de forma muito simples a atuação dos *flecheiros* nesses

⁷ Expedições de caráter expansionista, organizadas pela sociedade colonial (administração ou pelos paulistas) para propósitos de conquista, seja da terra, da gente ou de ambos.

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

conflitos: as arregimentações de grupos aldeados provam o quanto a força bélica indígena gerou resultados positivos, e expedições que utilizavam esses guerreiros normalmente atingiam muito sucesso, lembrando que como os pagamentos dos indígenas eram muito menos custosos em comparação à outras tropas, já que eram dados *resgates*, isso beneficiava muito as campanhas de *entrada* a Palmares, uma vez que a guerra contra o quilombo era um peso enorme para os cofres da Coroa. Em 1694, por exemplo, calculava-se que o gasto com a guerra contra Palmares consumia 400 000 cruzados a Fazenda Real e mais de um milhão aos moradores da região (CARNEIRO, 1988, p. 48).

Em 02 de outubro de 1692, o governador-geral Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho escreveu uma carta para o Mestre de Campo Mathias Cardoso, dando algumas ordens acerca de estratégias que deveriam ser utilizadas para a destruição de Palmares. Na carta o governador menciona que “para que logo socorra” a capitania de Pernambuco, já havia mandando enviar para Mathias Cardoso pólvora, munições indígenas e soldados pretos. Além de tudo isso, também foi ordenado o descolamento de vários índios da mesma capitania para que assentassem uma aldeia na fronteira dos Palmares (DHBN, v. 38, p. 294-295).

Ou seja, lutando ao lado dos paulistas e de outras tropas e sendo deslocados de local para que os aldeamentos servissem como barreiras, os indígenas assumiam um papel central em todo o processo de destruição do quilombo dos Palmares. As aldeias usadas como barreiras acabavam possibilitando, fora uma excelente defesa das urbes portuguesas, o salvamento de canaviais ou mesmo o impedimento da expansão de Palmares, dado que, ao serem colocadas nas fronteiras, os quilombolas seriam barrados de avançar para as direções geográficas onde as aldeias estavam

assentadas. Inclusive, essa estratégia de usar aldeamentos como barreiras foi esboçado na década de 1670 como solução para este conflito. E sobre isso o Conselho Ultramarino disse:

Convinha fazer-se esta guerra, assim pela Bahia como por Pernambuco, e que no meio destes palmares se situasse por duas partes a gente de guerra, e Índios indo pela Bahia duzentos homens brancos e todo o mais gentio manso que os pudesse acompanhar para carregar o apreste e mantimento de sua jornada; porque o gentio da repartição da Bahia sofre este serviço o que não tem o de Pernambuco por ser guerreiro e não acostumado a carregar, e aquele no arraial que se formar e servir também para a planta dos mantimentos e a carruagem e que das capitania de Pernambuco devem ir outros duzentos brancos e dos Índios de Guerra negros e mulatos foros, outros tanto que he o poder bastante para se dar esta guerra (AHU, cód. 265, fl. 14v/15 apud SILVA, 2009, p. 319-320).

Observa-se que o Conselho Ultramarino fez consideráveis distinções regionais entre os indígenas: enquanto tratou os indígenas da Bahia como *mansos*, os de Pernambuco foram cognominados como *índios de guerra*. Isso se deveu ao fato de que, com o fim da Guerra do Recôncavo, os indígenas da Bahia foram encarregados dos trabalhos braçais, eram considerados como *índios de carga* por serem *mansos*; já os indígenas pernambucanos não estariam acostumados a esse tipo de serviço, sendo mais convencional utiliza-los em guerra (SILVA, 2009, p. 320).

De toda forma, quando se fala dos combates aos palmarinos, a utilização da força bélica indígena não foi tímida. Em carta escrita para o governador da capitania de Pernambuco em 1691, o governador-geral João de Lencastre afirmava:

Amigo e Senhor. [...] Sua Majestade, que Deus guarde, deseja segurar os povos [indígenas] dessas capitania criando novas povoações de aldeias no Açu, Jaguaribe e Piranhas [...] considero que, como o Mestre de Campo Domingos Jorge Velho fica ocioso depois de se haverem vencido os negros dos Palmares, poderá ter conveniência em se acomodar naquele sertão com a sua gente, e assentar melhor que ninguém as duas aldeias, escusando mandar-se para elas vinte soldados pagos com um cabo, como Sua Majestade dispõe, e ficarem com a sua assistem cia tão seguros os moradores, e os currais que são muitos

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

por aqueles campos, como reprimidas as hostilidades dos Bárbaros aos quais facilitará menos formidavelmente por meio dos seus índios a se reduzirem a uma paz fixa, querendo eles antes a amizade dos Paulistas, do que experimentar o rigor da guerra que lhe costumam fazer no caso, que os Bárbaros não queiram a nossa, comunicação, os obrigue pelas armas [...] (SILVA, 2009, p. 320).

Aqui, mais uma vez, enxergamos a ampla participação dos indígenas durante o processo de conquista dos sertões: eram persistentemente usados como mão de obra bélica. Nos intensos combates ocorridos desde a década de 1660 até os anos finais da década de 1690, quando o quilombo dos Palmares foi destruído e as últimas perseguições aos negros que ainda resistiam “nos matos” eram concluídas, indígenas foram utilizados incessantemente. Mas a atuação dos indígenas não parava por aí. Depois de destruir Palmares, erram arregimentados para onde fosse necessário apoio.

Outro grande momento em que podemos identificar uma vigorosa atuação de *flecheiros*, durante a segunda metade do século XVII, é nos muitos conflitos ocorridos durante a *Guerra dos Bárbaros*. Primeiramente é preciso evidenciar que todas as guerras ocorridas nesse período só são vistas como um único conflito se aqui considerarmos somente o ponto de vista da administração portuguesa. Partindo do ponto de vista indígena, não apenas os combates ocorreram de forma independente um dos outros como também os grupos indígenas não lutaram conjuntamente. E, a partir disto, a *Guerra dos Bárbaros* só existiu como um conflito unificado do ponto de vista político e militar régio (SILVA, 2009, p. 306-307).

Os primeiros embates contra indígenas se deram no Recôncavo Baiano, e

iniciaram na segunda metade do século XVII recebendo o nome de guerra do Recôncavo. Posteriormente, uma série de conflitos ocorreram na região do Rio São Francisco, pelos interiores das capitâncias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará. Todas essas capitâncias estavam sob jurisdição do governo de Pernambuco, e foi a guerra do Açu quem a administração colonial revestiu mais importância, dado sua duração e amplitude, superando qualquer guerra contra indígenas efetuada nesse período (SILVA, 2009, p. 306-307).

Um grupo indígena que foi combatido no interior de Pernambuco, especificamente entre o rio Pajeú e Buíque, foram os Hoés Hoés. Para a guerra, foram arregimentados da Aldeia do Ararobá os Cariri, também tropas de Chocó, Carnijó e Carapotó, todos sob o comando do capitão-mor João de Oliveira Neves. E ainda para reforçar todo esse contingente, o governador de Pernambuco ordena que todos os indígenas da Aldeia Urumaru e outros indígenas do Pajeú, sob o comandado do capitão Antônio Gomes Brandão com as ordenanças do próprio Pajeú (SILVA, 2010, p. 146). Fica muito claro o uso de indígenas aldeados contra outros grupos que não eram aliados. Conseguimos identificar que os Hoés Hoés foram aldeados, pois encontramos o nome do grupo referenciado em uma carta datada de 1759, juntamente com outros grupos (Pipipan, Paraquió, Xucuru), sendo presos por terem praticado uma revolta na ribeira do rio Moxotó (AHU_ACL CU - Cod. 1919).

E nem sempre os aldeamentos conformavam os colonos, mesmo com a grande importância dos mesmos na defesa de engenhos, vilas e cidades. Um caso assim ocorreu com os cariris em 1672. A procura de escravos, os moradores que viviam em um local chamado Canabrava, a setenta léguas da aldeia de Uracapá (situada em uma ilha onde hoje se localiza o atual município de Cabrobó em Pernambuco), os cariris, mesmo sendo aliados, foram atacados. Os moradores convenceram o governador a

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

fazerem guerra contra os indígenas que, menos armados, perderam a batalha. Cerca de 180 guerreiros foram mortos na batalha, e tomaram para si 500 cativos, dentre mulheres e crianças. O destino dos cativos foi definido na Bahia, local onde foram levados e “distribuídos” (PUNTONI, 2002, p. 120).

Os cariris foram um dos muitos grupos indígenas que passaram de inimigos a aldeados. Usados nas batalhas contra os Anaio, durante os conflitos ocorridos no rio São Francisco, contra grupos indígenas que viviam no interior de Pernambuco, como os hoés hoés, certamente também foram arregimentados para lutar contra janduís e outros grupos indígenas durante a guerra do Açu. Os conflitos ocorridos nas margens do rio Açu, na capitania do Rio Grande, se iniciaram em meados do século XVII entre os tarairius e os colonos que viviam nos interiores dessa capitania. Na medida em que cresciam os sucessos dos indígenas, os colonos, que até então usavam forças militares particulares, passaram a solicitar o apoio da Câmara de Natal e, através desta, o socorro do Governo Geral (PUNTONI, 2002, p. 116-122).

Ao arregimentar grandes contingentes de indígenas para lutar nesses conflitos, os indígenas acabaram sendo tão importantes que decidiram o rumo desses combates. Por exemplo, em 1688, o governador-geral Mathias da Cunha escreveu a seguinte carta para o Provedor da Fazenda do Rio Grande:

Por alguns moradores desta cidade serem também interessados nas terras e currais dessa Capitania ordenei a Câmara dela que concorresse também para esta guerra com 300\$000 em dinheiro dos quais se mandou cento a um Governador das Armas Paulista, que marcha do Rio de São Francisco pelo sertão com 300 brancos, e índios armados (além de dois capitães-mores da jurisdição de Pernambuco que têm mais de 600) a conquistar os bárbaros pelas campanhas interiores da Paraíba., Rio Grande e Ceará: e os 200 para se empregarem em farinhas que Vossa Mercê irá remetendo a ordem do Coronel

Antônio de Albuquerque da Câmara pelos avisos que ele lhe fizer. E porque não houve modo para se remeterem ao Almoxarife dessa capitania Vossa Mercê com intervenção do capitão-mor os busque lá, e vá remetendo as farinhas ao dito coronel, e saque letra a vista, dos ditos 200\$000 sobre o Senado da Câmara desta cidade, o qual no mesmo ponto os mandará contar ao procurador, ou pessoa mostradora que for da dita letra com carta de Vossa Mercê para se lhe dar credito, e com ela e recibo nas costas da dita letra, se fizerem papeis correntes ao Tesoureiro que aqui a pagar. E aí se carregue o dinheiro ao Almoxarife pelo Escrivão da Fazenda e se lhe dará conhecimento em forma dele pelos recibos do dito Coronel que há de mandar despender as farinhas pela sua gente. E esta carta mostrará Vossa Mercê ao Capitão-mor, e Câmara dessa Capitania para terem entendido este socorro que também da Bahia se lhe manda (DHBN, v. 3, p. 273-275).

Um contingente grande de indígenas que tinham aldeias localizadas na jurisdição de Pernambuco é arregimentado nessa carta: além dos seiscentos *flecheiros* que estavam sob o comando de dois soldados burocráticos, certamente o número de indígenas que estavam sob o comando de dos paulistas também eram muito grandes, mesmo que a carta não tenha especificado uma quantidade aproximada. De toda forma, sabemos que durante os conflitos ocorridos durante a *guerra dos bárbaros* os indígenas foram usados abundantemente como braço bélico, e no caso dos combates realizados no rio São Francisco não foram diferentes.

Embora o pagamento dos indígenas fosse dado em *resgates*, durante as expedições era preciso que o Governo geral provesse os mantimentos das tropas, seja em armas ou em comida. Na citação acima, quantidades específicas são destinadas para o mantimento de tropas e para compra de farinhas que deveriam ser usadas para alimentar as tropas. Muitas vezes, esse mantimento não era distribuído para as tropas, tanto regulares quanto irregulares, o que causavam diversas “revoltas da farinha” e deserções, por exemplo (cf. SILVA, 2001). O governador-geral já alertava um tenente, na Bahia durante a guerra do Recôncavo, que os indígenas “é gente que não atura sem comer” (DHBN, v. 10, p. 122).

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

Outro interessante caso em que podemos perceber uma forte atuação de indígenas aldeados na capitania de Pernambuco ocorreu em 1688, quando o governador-geral manda carta para o governador de Pernambuco solicitando o apoio dos *flecheiros* aldeados de Pernambuco:

Depois da última carta que tenho escrito a Vossa Senhoria recomendando-lhe os socorros do Rio Grande, chegaram a este Governo novos avisos do Capitão-mor daquela Capitania Agostinho Cesar, e dos Cabos Domingos Jorge Velho, e Antônio de Albuquerque da Câmara significando uns, e outros o aperto em que ficavam as nossas fronteiras pelo grande poder, e atrevimento dos Bárbaros e falta com que ambos se achavam de gente, armas, munições, e mantimentos. Bem creio do zelo a atividade de Vossa Senhoria que lhe terá mandado dessa Capitania tais socorros, que não só os anime, mas antes convertam a defensa em mais viva guerra aos Bárbaros. Mas porque a importância de se não perderem as nossas forças obriga a que de todas as partes sejam socorridas, me resolvi a mandar-lhe formar quarenta arrobas de pólvora fina, e cento e vinte de chumbo, que vão nesta sumaca de João Alvares a entregar nesse Recife a ordem do Provedor da Fazenda João do Rego Barras, para ele remeter daí a Paraíba, em outra embarcação por esta em que vão não ter Pratico: e o Capitão-mor Amaro Velho mandar comboiar por terra pela distancia ser mais breve dos quartéis das Piranhas, a entregar tudo aos ditos dois Cabos para entre si o dividirem igualmente e por terra mando dois troços de gente um de cento e cinquenta homens brancos, e até trezentos reconduzidos das Aldeias, e vizinhanças de uma, e outra banda do Rio de São Francisco pela parte do sertão, a entregar ao Mestre de Campo dos Paulistas Domingos Jorge Velho, e outro das Aldeias, e Ribeiras do mesmo Rio de duzentos brancos, e trezentos índios juntos na Villa do Penedo para Antônio de Albuquerque da Câmara, a quem a exemplo do Paulista fiz agora Governador de toda a gente que tiver a sua ordem [...] (DHBN, v. 3, p. 123).

Com essa citação fica ainda mais nítido o grande auxílio militar que os indígenas, muito numerosos, ofereciam nos inúmeros conflitos feitos nesse período. Com o fim das guerras travadas nas margens do rio São Francisco, muitos grupos indígenas, antes inimigos, que viviam nessa região eram aldeados e usados para batalhar contra outras nações. Foi o caso dos cariris, procás, coripós, tamanqueús, oriz e muitas outras “nações”. Provavelmente esses indígenas que são mencionados

nessa carta citada pertenciam a alguns desses grupos.

Não se pode negar a forte presença dos indígenas nos muitos conflitos ocorridos a partir da segunda metade do século XVII. Se por um lado a destruição do quilombo Palmares ou o término da *guerra dos bárbaros* significou o fim de muitos gastos e empecilhos que a administração colonial teve que lidar nesse período, certamente as tão almejadas vitórias não seriam possíveis sem a imprescindível serventia dos *valentes flecheiros* que assoberbavam as tropas que lutavam nessas guerras. São eles que deram os rumos dos embates, e sua atuação não pode ser simplesmente relegada e desvalorizada.

Considerações finais

Ao analisar a ação militar indígena durante a chamada *Guerra dos Bárbaros*, buscamos evidenciar que o estudo do conflito, assim como todos os aspectos militares, pode ampliar bastante o entendimento da sociedade. Essa é uma das propostas da chamada Nova História Militar, que “permite entender as estruturas sociais complexas e, ao mesmo tempo, compreender que instituições e fenômenos militares têm a sua historicidade, portanto são historicamente construídos” (MOREIRA, 2011, p. 15).

Durante a pesquisa, pode-se observar que muita coisa ainda precisa ser analisada, como as estratégias militares indígenas e as que os indígenas foram submetidos. O uso de aldeamentos como barreiras defensivas, para dar um exemplo, é dificilmente trabalhado pelos historiadores. E através de tudo o que foi analisado, os aldeamentos saem da pequena esfera de espaços de somente doutrinação e passam a ser pensados também como locais construídos para diversos propósitos, tanto para a administração portuguesa quanto para os próprios indivíduos aldeados.

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

Diante disso, é preciso uma pesquisa de maior fôlego que procure analisar todas essas questões, e o estudo do conflito, como visto neste artigo, pode dar muitas respostas, desenvolvendo ainda mais o tema abordado nessa pesquisa e explorando melhor as fontes, facilmente encontradas tanto na coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional quanto no Arquivo Histórico Ultramarino.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas:** identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2013.

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (ABNRJ), v. 28, Rio de Janeiro, 1906.

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares.** São Paulo: Companhia Editora Nacional.1988.

CARTA para Francisco Berenjel de Andrade sobre a guerra do Gentio do Rio Grande.

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, v. 3, p. 273-275, 1671 -1692.

CARTA para o Tenente de General da Artilharia Pedro Gomes. **Documentos Históricos da Biblioteca Nacional**, v. 10, p. 122, 1648-1661.

CARTA para o mestre de Campo Mathias Cardoso em resposta do estado em que estava aquela Campanha. **Documentos Históricos da Biblioteca Nacional**, v. 38, p. 294-295, 1692-1698.

CARTA do conselho Ultramarino, **Arquivo Histórico Ultramarino** (AHU), AHU_ACL_CU - Cod. 1919.

FAUSTO, C. **Fragmentos de História e Cultura Tupinambá** – Da etnologia como instrumento crítico de conhecimento crítico de conhecimento etno-histórico. In: M. Carneiro da Cunha (Org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Andanças pelo Brasil Colonial:** catálogo comentado (1503-1808) / Jean Marcel Carvalho de França e Ronald Raminelli. – São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GALINDO, Marcos. **O Governo das Almas.** 1. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2017.

HERCKMANS, Elias. **Descrição geral da Capitania da Parahyba.** In: Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, tomo V, nº 31, pp. 239 – 288, 1886.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte.** Dissertação para obtenção de título de Mestre em História. – Recife, UFPE, 1999.

MEDEIROS, Ricardo Pinto. **O Descobrimento dos Outros:** Povos Indígenas do Sertão Nordestino no Período Colonial. Recife, Tese de Doutorado em História, Programa de Pós-Graduação em História - UFPE. 2000.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferri. **A Nova História Militar, o diálogo com a História Social e o Império Português.** In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011, p. 15.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **A vida nas aldeias tupis da costa.** Lisboa: Oceanos, v. 42, abril./jun. 2000.

VALENTES FLECHEIROS: ATUAÇÃO DAS TROPAS INDÍGENAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO ENTRE 1660-1700

SILVA, Geyza Kelly Alves da. **Índios e Identidades:** Formas de inserção e sobrevivência na sociedade colonial (1535-1716). Dissertação para obtenção de grau de Mestre em História. Recife. UFPE. 2004.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Flecheiros, Paulistas, Henriques e os Homens do Litoral:** Estratégias Militares da Coroa Portuguesa na 'Guerra dos Bárbaros' (sec XVII). CLIO. Série História do Nordeste (UFPE), v. 27-2, p. 305-333, 2009.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **"Nas solidões vastas e assustadoras"** – os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. – Recife: Cepe, 2010.

SILVA, Kalina Vanderlei. **O Miserável Soldo & A Boa Ordem da Sociedade Colonial –** Militarização e Marginalidade na Capitania de Pernambuco nos Séculos XVII e XVIII. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife. 2001.

SILVA, Carlos Teixeira da; LEÃO, Karl Schurster Souza (org). **Por que a guerra?:** das batalhas gregas à ciberguerra – uma história da guerra entre os homens / organização Francisco Carlos Teixeira da Silva, Karl Schurster Souza Leão. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução:** missionários, tupi e tapuia no Brasil colonial. São Paulo: EDUSC, 2003.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos Bárbaros:** povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo. Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp. 2002.

Retórica do Arquivamento: patrimonialização, memória e esquecimento nos tombamentos do Centro Histórico Expandido de Campinas – SP

Lucas Henrique Gregate*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v8i8p138-172

Resumo: Ao fim do século XIX e começo do século XX, Campinas, localizada no oeste paulista, passava por profundas mudanças: um dos principais centros do comércio cafeeiro oitocentista viu um incipiente esforço modernizador se instaurar conforme a industrialização se concretizava no município. Com isso, a cidade passou por uma substancial mudança de seu centro enquanto novas construções aos moldes da linguagem arquitetônica eclética se popularizavam. Tais transformações marcam tanto a organização espacial, quanto a história de Campinas. Nesse contexto, o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC), o departamento de história da Unicamp e a FAPESP deram início, em 2005, à produção do Inventário do Centro Histórico Expandido de Campinas, com o objetivo de catalogar esses imóveis e servir-lhes como ferramenta de preservação. No entanto, a maioria dos estudos de tombamento abertos através do Inventário foram desfigurados e arquivados. A presente pesquisa, através de estudo documental desses processos renegados, visitas de campo aos imóveis e do debate historiográfico em relação ao arquivo, ao patrimônio, à memória e ao esquecimento, passou a tratar o inventário também como ferramenta historiográfica. Como resultado, construiu-se o termo *não-patrimônio* como sugestão de categoria dos estudos patrimoniais para caracterizar os processos de estudo de tombamento arquivados, mas plenamente funcionais enquanto fontes narrativas da História.

Palavras-Chave: Arquivos; História de Campinas; Inventários; Memória e Esquecimento; Patrimônio Histórico

*Graduando em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Aluno de Iniciação Científica, sob orientação da Profª. Drª. Cristina Meneguello, no Grupo de Pesquisa *Políticas de Memória, Arte e Patrimônio*. Agradeço ao CNPq pelo fomento ao projeto que serviu de base a este artigo, à universidade pública, gratuita e de qualidade, que acolheu a mim e a inúmeros alunos e pesquisadores em suas iniciativas pela ciência e pela sociedade, à minha orientadora por sua gentileza e esforço e a todos meus amigos e familiares que sempre me apoiaram e incentivaram. E-mail: luccas1980@hotmail.com.

Lembranças perdidas: histórias não contadas?

Uma importante condição para o lembrar é nossa capacidade de esquecer.¹

G. J. Withrow

Em seu livro *The Natural Philosophy of Time*, o matemático britânico Gerald James Withrow discorre sobre o que ele mesmo definia como a ciência do tempo e levanta os debates que delimitam as perguntas e as (várias) respostas sobre o que é o passado. Em um primeiro e desprevenido olhar, estranha-se o fato de se ver um pesquisador oriundo das *hard sciences* se aventurando em, supostamente, longínquos campos. No entanto, uma visão mais atenta logo entrega que tal objeto de estudo é, na verdade, tão complexo e sublime que atraiu e atrai até hoje os olhares de inúmeros ensaístas e pensadores, das mais diversas áreas do conhecimento. Dentre eles, um dos mais conhecidos é o historiador e geógrafo estadunidense David Lowenthal, que fez do tempo seu material epistemológico para escrever um dos cânones da área: *Como conhecemos o passado*.

Em sua obra, Lowenthal percorre diversos caminhos para esmiuçar os significados filosóficos, historiográficos e sociológicos daquilo que designamos como o pretérito. Mas acima de tudo, ele busca identificar e relacionar os mecanismos com os quais podemos acessá-lo, sendo eles: a *memória*, a *história* e o *fragmento* (LOWENTHAL, 1998, p. 66). Logo, é imprescindível ter essas categorias bem assimiladas, uma vez que elas delineiam todo o caminho inicial desta pesquisa:

Memória e história são processos de introspecção (*insight*); uma envolve componentes da outra e suas fronteiras são tênues. Ainda assim, memória e

¹ É importante salientar que essa obra se aloca dentro dos debates sobre o tempo e a memória como objeto de estudo da filosofia, aos moldes do que propõe Santo Agostinho no capítulo VIII (*O milagre da memória*) em suas *Confissões* e Nietzsche ao longo de sua bibliografia intelectual.

história são normalmente, e justificadamente, diferenciadas: a memória é inevitável e indubitável *prima-facie*; a história é contingente e empiricamente verificável. (LOWENTHAL, 1998, p. 66).

Assim, cabe evidenciar que, como ressalta o pesquisador norte-americano, memória, apesar de ser um processo intrínseco, não possui significado homônimo ao termo história. Enquanto este se relaciona à narrativa e à verossimilhança, aquele se encontra no campo da lembrança e no sentido de identidade, adquirido ou inato, que o próprio presente demanda do tempo passado.

Mas como a epígrafe deste capítulo já meticulosamente entrega, a própria ideia de memória só existe através de sua paridade com o esquecimento: “esquecer muito não é apenas desejável; é inevitável” (LOWENTHAL, 1998, p. 96). Portanto, é possível apontar que no emaranhado das lembranças, às quais o acesso se dá não de maneira metódica, mas sim esporádica e pontual, existem imensos calabouços de memórias perdidas e esquecidas. Esse fato possibilita a alteração, imposta ou natural, das próprias recordações enquanto memórias para o uso narrativo.

Compete, enfim,ressaltar a última categoria de Lowenthal: o fragmento. Não por acaso, esse mecanismo foi deixado por último, visto que em comparação com seus outros dois congêneres, é o mais frágil. Também chamado de relíquia ou vestígio, o fragmento é definido como resíduo dos processos históricos e mnemônicos, desgastável enquanto estrutura, finito em sua essência. Porém, justamente por isso, competente em seu ofício: a qualquer instante pode ser ressignificado, assim como a memória e a história, no entanto, dos três, é o único que visivelmente demonstra as camadas justapostas de suas transformações, sendo imprescindível na tentativa de reconstrução do passado.

Diante desse contexto, pode-se inferir que o próprio ideal de *cidade*, enquanto lugar de memória, é, em si, um fragmento. No âmago do que se entende por urbano,

Retórica do Arquivamento

coexistem dinâmicas arquitetônicas, pertencentes a diferentes recortes temporais que, desuniformemente, indicam vestígios de diferentes tempos passados: são palimpsestos da memória, onde os espaços são os pergaminhos raspados e reescritos pelas rupturas e continuidades ao longo de sua ocupação.

Como dito previamente, a história, como ferramenta de acesso a esses tempos, constitui-se da elaboração de uma narrativa verossímil, calcada em aspectos experimentalmente comprovados, por isso, revisitáveis. É aqui que esses vestígios arquitetônicos – desde os monumentos às simples edificações – se transformam em documentos. *Objeto-fonte*.

Dessa forma, se são documentos as construções, existe a necessidade de definir onde eles são armazenados: um arquivo. O historiador colombiano Jorge Ramírez Nieto vai assim o descrever:

No caso específico dos arquivos de arquitetura, apresenta-se um paradoxo, em que o lugar onde os vestígios significativos fundamentais do presente e do passado se acumulam é a própria cidade. [...] A cidade é o grande e labiríntico arquivo onde residem as imagens arquitetônicas, que, quando interpretadas, têm a capacidade de testemunhar com sua presença as nuances da cultura. Em suma, a própria cidade é igual ao arquivo onde os documentos fundamentais são reunidos para referência histórica. [...] Toda obra de arquitetura - em si e em relação aos contextos - é passível de ser questionada como fonte e documento histórico.² (NIETO, 2011, pp. 264-265, tradução própria)

Assim, é plausível afirmar que cabe ao observador ditar o que é uma *relicquia*,

² No original: "En el caso específico de los archivos de arquitectura se presenta una paradoja, en la cual, el lugar donde se acumulan los vestigios significativos fundamentales del presente y del pasado es la ciudad misma. [...] La ciudad es el amplio y laberíntico archivo donde residen las imágenes arquitectónicas que, al interpretarlas, tienen la capacidad de testimoniar con su presencia los matices de la cultura. En síntesis, la ciudad en sí misma el archivo donde se reúnen los documentos fundamentales para su referencia histórica. [...] Toda obra de arquitectura - en sí misma y en relación a los contextos - es susceptible de ser cuestionada como fuente y documento histórico."

ou seja, o que é historicizável dentro de um sistema urbano-arquitetônico, já que é dele que surge a iniciativa de atribuir um valor historiográfico – ou não – ao objeto sob análise. Nesse sentido, tem-se que por mais frágeis que os vestígios possam parecer, a partir do momento em que possuem relevância historiográfica, cultural, social ou artística atribuída, eles passam a ser elementos a serem analisados e preservados: tornam-se, assim, *patrimônios*.

Contudo, ao se voltar ao início deste artigo, encontra-se o primeiro entrave no debate sobre a acepção de patrimônio: se a memória existe como par dicotômico do esquecimento, quais são os critérios utilizados para eleger quais vestígios tornar-se-ão patrimônios e serão memorados? Ou de outro lado, quais deles serão entregues ao oblívio e às intempéries? Uma consulta rápida ao artigo 216 da Constituição Brasileira de 1988 nos auxilia a obter algumas conclusões:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988, p. 35).

Percebe-se que, com o parágrafo primeiro, torna-se papel do Estado determinar, depois de estudos e análises, quais bens serão patrimonializados ou não. A partir desta constatação, surge o primeiro cisma entre termos que dividem a

mesma origem latina (*archivum*): arquivo e arquivamento. Polissêmico, o termo arquivo, como já explanado, pode representar tanto o lugar, quanto a coisa. Mas nos dois casos, se relaciona ao *lembra*: “os arquivos certamente não têm o poder de substituir as ausências, mas eles podem [...] inscrevê-las em um espaço de efetividade entre o *presente* e o *ausente*.” (COMBE, 2011, p. 9)

Em contrapartida, o arquivamento, dentro do debate patrimonial, relaciona-se ao *esquecer*: quando um estudo de tombamento vai para o arquivo, por desígnio do poder público, significa que o vestígio, o imóvel, perdeu o pleito ao título de “bem”.

Em um primeiro momento, é natural pensar que, consequentemente, esse fato retire também a qualidade de objeto-fonte do fragmento. No entanto, um dos objetivos da presente pesquisa foi apresentar evidências que comprovassem justamente o contrário: mesmo não tombados, esses imóveis oriundos de processos arquivados são fontes históricas e historiográficas tão pertinentes quanto os próprios patrimônios. Contudo, para realização dessa análise, é necessário destrinchar o processo de crivo pelo qual os vestígios passam até serem outorgados como patrimônios oficiais: o estudo de tombamento.

Seja por iniciativa do próprio Poder Público ou da esfera civil, o imóvel que pleiteia ser patrimônio – levando em consideração as exceções que aparecem devido a práticas juridicamente imperfeitas, por imposição do poder executivo – deve passar por um estudo de tombamento, que levantará todos os subsídios documentais, imagéticos e arquitetônicos para o subsequente debate sobre seu valoração enquanto patrimônio.

Nesse sentido, mecanismos de catalogação e registro tornam-se cada vez mais

importante dentro da práxis do tombamento, sendo o inventário uma das principais ferramentas. No entanto, é simplório afirmar que apenas esse instrumento é capaz, por si só, de criar uma força de conservação:

Ocorre [...] que as informações e registros não possuem valor em si mesmos. Somente contribuem para a produção de conhecimento no campo da preservação à medida que se articulam a determinadas questões previamente colocadas pelos técnicos envolvidos no processo. (FRANCISCO, 2008, p. 6)

Logo, pode-se afirmar que existe uma dupla qualificação do inventário. Ao mesmo tempo em que se constitui em uma ferramenta de preservação, é, também, uma ferramenta historiográfica, que agrupa uma série de bens, de acordo com os recortes e escolhas daqueles que o produziram. Nesta pesquisa, ambas as qualificações foram investigadas.

Inventários como ferramentas historiográficas e de preservação: o caso do Centro Histórico de Campinas

Os inventários, enquanto mecanismos historiográficos e de preservação, possuem a característica de serem *sui generis*, isto é, únicos em sua feição. Nas palavras da historiadora e antropóloga Silvana Rubino: "inventários específicos requerem metodologias particulares". (RUBINO, 2005, p. 8).

Assim, pretendendo debater num âmbito geral as políticas patrimoniais brasileiras e, mais especificamente, a dualidade do sistema memória-esquecimento presentes nas escolhas pelo tombamento ou pelo arquivamento, a presente pesquisa selecionou o Inventário do Centro Histórico Expandido de Campinas, realizado entre 2005 e 2008, para produzir um estudo de caso. Tal escolha foi feita por se entender que ele permeia e é permeado por todos os aspectos das questões levantadas até então, além de exemplificar claramente o papel do Estado e de seus representantes,

tanto como agentes de preservação, quanto de detração do patrimônio.

A ideia do Inventário do Centro de Campinas iniciou-se em 2004, no âmbito do edital do Programas de Políticas Públicas da FAPESP, com o projeto capitaneado pela docente Silvana Rubino (IFCH – Unicamp) a membros da Coordenadoria Setorial de Patrimônio Cultural (CSPC), braço técnico do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC), denominado “Inventário como ferramenta para a preservação do patrimônio cultural”. Efetivamente, os trabalhos tiveram início em 2005 (FRANCISCO, 2008, p. 7).

No entanto, visando tornar o Inventário factível, os técnicos e pesquisadores envolvidos no processo precisaram, primeiramente, estabelecer dois recortes iniciais: o espacial e o temporal, tão caros à história-ciência. O recorte espacial escolhido, nomeado pela equipe como “Região Central de Campinas”, selecionava a região central de Campinas e trechos de bairros adjacentes para estabelecer o perímetro a ser utilizado. Esta área foi escolhida por apresentar alguns imóveis já tombados, mas sobretudo várias construções preservadas precariamente, protegidas apenas pelas áreas de entorno geradas pelos edifícios patrimonializados. Além disso, a região também foi escolhida por estar registrada na primeira planta cadastral de Campinas, produzida na gestão do prefeito Orosimbo Maia, em 1929. Além disso, uma parte dessa região já havia sido legalmente disposta, conforme ditou o Decreto 10.424 de 1991, que descrevia o “Centro Histórico” de Campinas. (CAMPINAS, 1991, p. 1)

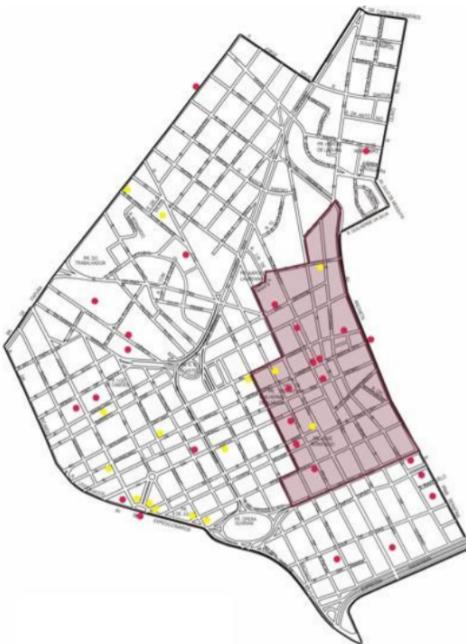


Imagen 1: Planta Cadastral de 1929 e perímetro do Centro Histórico, em destaque. Fonte: FRANCISCO, 2008.

Na imagem acima, os pontos em vermelho representavam os bens já tombados pelo CONDEPACC e os amarelos, os em estudo de tombamento antes do surgimento do Inventário. O perímetro do Centro Histórico Expandido, como posteriormente ficou localizado a região abordada no estudo, era delimitada da seguinte forma:

Partindo da extremidade inferior do mapa, temos, no sentido anti-horário: Avenida Aquidaban, Rua Irmã Serafina, Avenida Anchieta, Rua Guilherme da Silva, Avenida Julio de Mesquita, Rua Olavo Bilac, Rua Carlos Guimarães, Avenida Orosimbo Maia, Rua Jorge Krug, Avenida Barão de Itapura, Rua Dr. Ricardo, Rua Lidgerwood e Avenida dos Expedicionários. (FRANCISCO, 2008, p. 9).

Com o recorte espacial estabelecido, a equipe de técnicos e pesquisadores da CSPC passou a debater o recorte temporal. De acordo com o histórico da dinâmica de urbanização local e pela presença majoritária de arquitetura de linguagem eclética do final do século XIX e começo do XX, ficou decidido que seriam estudados imóveis cuja construção fora realizada entre 1872 e 1929. Esses dois marcos limítrofes foram escolhidos, respectivamente, devido à chegada da primeira ferrovia à cidade –

pertencente à Companhia Paulista de Estradas de Ferro (POZZER, 2007, p. 71) – e ao levantamento da planta cadastral previamente citada.

Intitulada de Princesa d'Oeste paulista, Campinas havia se tornado, a partir da segunda metade do Século XIX, um grande polo cafeeiro:

O café, com crescente aceitação na Europa, e melhores preços que o açúcar, tornava-se a produção hegemônica do local, acentuando, especialmente, após a implementação das ferrovias na década de 1870, a riqueza e o prestígio da cidade. (BADARÓ, 2006, p. 139)

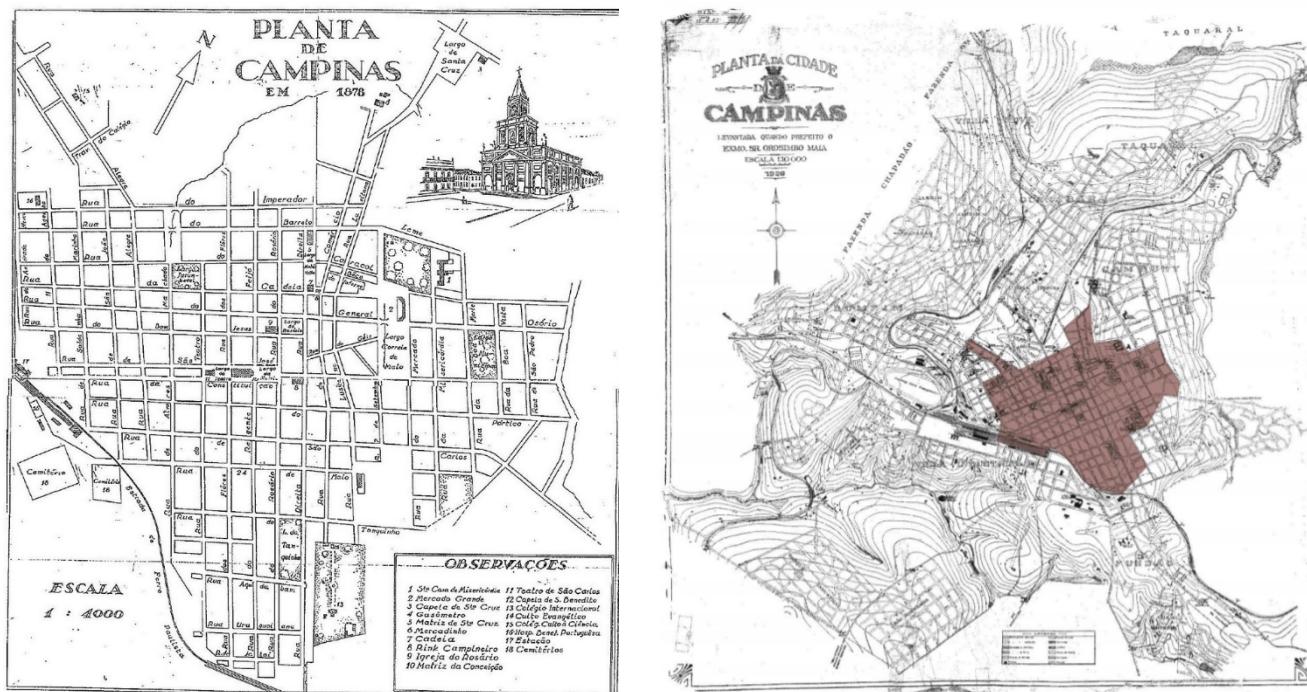
Com a entrada do novo capital, Campinas viu rapidamente sua economia se dinamizar, alavancada pelas locomotivas e pelo grão: “comércio, serviços diversos, casas bancárias, filiais das casas comissárias de exportação, olarias, fundições e indústria rudimentar instalaram-se na cidade, financiadas pelo capital cafeeiro” (BADARÓ, 2006, p. 139). Como efeito, o município passou por inúmeras intervenções arquitetônicas e reformas urbanas, em resposta às demandas da nova burguesia que foi se formando na cidade.

Além disso, com a gradativa abolição do regime de escravatura, deu-se início um vertiginoso aumento das relações de trabalho assalariadas, sobretudo de mão-de-obra europeia. A Lei de Terras de 1850, que havia mercantilizado o acesso ao espaço, possibilitou que o mercado imobiliário se estabelecesse em Campinas, além de facilitar a instalação de indústrias e comércio ao longo da cidade. Em troca, no entanto, abandonou-se a antiga necessidade legal de ocupação efetiva da terra e marginalizou-se aquele que não dispunha de meios para a sua obtenção.

Todos esses aspectos contribuíram para promover a transformação pela qual o município passava. De eminentemente rural, Campinas converteu-se em uma cidade comercial e industrial que, após grandes surtos de febre amarela – sendo o maior

deles em 1889 – também pregava a assepsia e a racionalização da malha urbana. (BADARÓ, 2006, p. 143).

Mediante influência de engenheiros-arquitetos como Ramos de Azevedo, que viveu e trabalhou continuamente em Campinas entre 1880 e 1886, mas periodicamente voltou à cidade e, sobretudo, devido ao emprego dos conhecimentos e técnicas dos arquitetos anônimos e não diplomados que vieram como imigrantes para o país³, Campinas presenciou um alargamento de sua zona central, cada vez mais dominada pela arquitetura eclética de origem europeia, fossem em pequenas construções como casas ou em monumentos como templos religiosos e solares de barões.



³ Trabalhos pioneiros sobre a temática, as teses *Pândegos, râbulas, gamelas: os construtores não diplomados entre a engenharia e a arquitetura (1890-1960)* do historiador Lindener Pareto Junior e *Construtores anônimos em Campinas (1892-1933): fortuna crítica de suas obras na historiografia e nas políticas de preservação da cidade* da arquiteta e urbanista Rita de Cássio de Francisco irão abordar a questão dos arquitetos não diplomados e esquecidos pela historiografia tradicional, respectivamente, nas cidades de São Paulo e de Campinas.

Imagen 2: Comparação dos traçados urbanos de Campinas em 1878 (à esquerda, escala 1:4000) e em 1929 (à direita, escala 1:10000). A área em destaque da segunda imagem corresponde à sobreposição do primeiro mapa no segundo. Fonte: FRANCISCO, 2013, pp. 13-14.

Dando continuidade à iniciativa de descrição do objeto de estudo desta pesquisa, chega-se ao debate sobre a ideia de *centro*. Corriqueiramente confundido com a própria concepção de cidade, os centros não necessariamente são dispostos no núcleo geográfico dos municípios: “Com o crescimento das cidades, diluiu-se a localização do “centro” como coordenada espacial, vigorando a idéia de centro cívico, comercial e, especialmente, de repositório e expressão física de experiências coletivas” (MENEGUELLO, 2005, p. 2).

Dessa forma, pode-se assumir que o centro, atribuído de valor histórico, se relaciona com a própria ideia de memória. Uma memória de natureza pública e identitária. Contudo, conforme dita a Carta de Petrópolis, cunhada em 1987 durante o 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização dos Centros Históricos, é imprescindível distinguir a origem dessa valoração de histórico: ele surge justamente da confluência de inúmeros fatores críticos e únicos no centro e de maneira alguma da ausência de história em outros espaços da cidade.

É importante também atentar para outro aspecto da análise desse centro: vê-lo apenas como reminiscência do passado é vê-lo pela metade. Sob a ótica da historicidade e da preservação, a população local, as dinâmicas socioculturais do presente e as formas atuais de ocupação são tão patrimonializáveis quanto o caráter antiquário que uma região possa apresentar e são, também, parte significativa na construção de um inventário.

Os embates pela memória

Durante os três anos – entre 2005 e 2008 – em que duraram os trabalhos, os pesquisadores da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC), entidade técnica do CONDEPACC, analisaram uma enorme quantidade de documentações referentes ao histórico dos imóveis do recorte espacial selecionado. Inicialmente, foram catalogadas cerca de 6935 fichas que continham informações sobre requerimentos por rua, número do imóvel e ano, que foram digitadas e armazenadas em um banco de dados inicial na plataforma *Microsoft Access*. Além disso, foi produzido um modelo de ficha que seria utilizada para descrever a situação física dos imóveis que seriam visitados em campo, entre 2006 e 2007. Inicialmente foram averiguadas cerca de 760 construções, das quais 300 foram selecionadas para análises detalhadas, que poderiam vir compor novos processos de estudo de tombamento (FRANCISCO, 2008, p. 12).



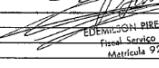
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
COORDENADORIA SETORIAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL
FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO FISCAL N° 08/231
FISCALIZAÇÃO - SMC - CSPC DATA 18/06/08
PROJETO 45239 INTERESSADO CSPC - SMC
ENDERECO DO IMÓVEL Rua M. Bv. Jafunava Nº 1351/1352
BAIRRO Centro ENVIOLÓRIA Condomínio 22
OCUPAÇÃO () COMERCIAL () RESIDENCIAL () INDUSTRIAL () INSTITUCIONAL

Conforme determinações de Sra. Coordenadora de capa SMC. Daisy Senna Ribeiro, na presente obra, comparecei no local supracitado para verificar o que segue:
-(X) O nº não existe
-(X) Não existe
-(X) Outras, especifique Vídeo Bingo.

-Lançamento referto ao inventário central.
-Legenda:
- (X) Marcar com "X" a opção correta.
- Marcar com "O" a opção a ser cancelada.

Sendo o que tenho a declarar no momento


EDILSON G. PIRES GOMES
Fiscal Serviço Público
Matrícula 92.303

ESTAÇÃO CULTURA - Praça Marechal Floriano Peixoto, 500 - CENTRO - CAMPINAS - SP CEP 13013-100
Fone: (0XX19) 3705 8026 - INFORMAÇÕES: <http://www.campinas.sp.gov.br/cultura/patrimonio>, ou ligue (0XX19) - 3705 8063
Fone: RSS - RELATÓRIO FISCAL - 27/03/08

Imagen 3: Modelo de ficha pré-inventário. Fonte: CONDEPACC/CSPC, 2008

Levando-se em consideração tanto a própria unicidade de caracterização metodológica de uma iniciativa desse porte, quanto a complexidade técnica envolvida em sua produção, a presente pesquisa decidiu levantar depoimentos – que se encontrarão na continuidade deste artigo – de técnicos-pesquisadores envolvidos no Inventário do Centro Histórico Expandido de Campinas, como também de especialistas na área da preservação patrimonial e analisá-los sob à ótica da História Oral.

Nesse sentido, seguiu-se, como descrito pela professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-presidente da Associação Internacional da História Oral, Dra. Marieta de Moraes Ferreira, a abordagem desse campo que “privilegia o estudo das representações e atribui um papel central às relações entre memória e história, buscando realizar uma discussão mais refinada dos usos políticos do passado.” (FERREIRA, 2002, p. 328).

Além disso, tais depoimentos advêm de profissionais diretamente envolvidos na produção historiográfica acerca do tema do patrimônio cultural, sua preservação e seus aspectos políticos, portanto formando – guardadas as devidas proporções – um painel de especialistas, que, por sua vez:

[...]pode fazer parte de um projeto de pesquisa em dois momentos distintos: (1) como parte de uma fase preliminar, em que contribui para o estabelecimento de bases para a investigação; ou (2) como parte da coleta de dados propriamente dita, seja como estratégia única de investigação, ou, como é cada vez mais comum, combinada com outras. (FARIAS et al., 2013, p. 186).

Nessa perspectiva, foi realizada uma entrevista com uma das técnicas e pesquisadoras da CSPC envolvidas na elaboração e divulgação do projeto do Inventário, Rita de Cássia Francisco (doutora em arquitetura e urbanismo pela

FAU/USP e atualmente na Coordenadoria Setorial de Arquivo Municipal desenvolvendo políticas e pesquisas na área). Sobre as motivações iniciais do Inventário, foi questionado:

Pergunta: Qual era o intuito principal na formulação do Inventário? Dentro do CONDEPACC e da CSPC já existia a ideia de se abrir os processos de estudo de tombamento antes do trabalho técnico e de visitas se iniciar?

R. Francisco: Não existia na CSPC uma ideia, propriamente dita, de abrir novos estudos de tombamento. O que existia, por parte de alguns técnicos, dentre os quais eu me incluía, era a necessidade de uma revisão de estudos anteriormente abertos, em cuja resolução de tombamento estavam previstos imóveis “indicados para preservação”. Esses imóveis, situados na área envoltória dos bens tombados⁴, na prática tinham as mesmas restrições que eles, mas sem nenhum tipo de estudo mais detalhado ou de regulamentação. Um exemplo era a resolução 04/90, relativa ao Complexo Ferroviário da Fepasa, com dezenas desses imóveis listados para preservação. Quando houve o contato da Professora Silvana Rubino, para realização de um inventário em parceria com o IFCH/Unicamp e com financiamento pela linha de Pesquisa em Políticas Públicas da FAPESP, foi consenso que seria uma excelente oportunidade para efetuar essa revisão de um modo mais abrangente, tendo como recorte a região central da cidade, onde a maioria desses tombamentos se concentrava. Além disso, o inventário teria como principal objetivo contribuir para o estabelecimento de critérios e parâmetros delineadores das políticas públicas de preservação do patrimônio.

Assim, retoma-se a ideia do inventário enquanto ferramenta de preservação.

⁴ A arquiteta e urbanista se refere ao Decreto 10.424 de 1991 da Prefeitura de Campinas, que estabeleceu a formação incipiente do Centro Histórico.

Como citado por Rita Francisco, os trabalhos empreendidos pelos técnicos da CSPC objetivavam criar uma plataforma que gerasse critérios e métodos para se designar as políticas patrimoniais em Campinas. Seguindo essa linha, mesmo não sendo seu propósito inicial, em 27 de novembro de 2008, durante a 367º reunião do CONDEPACC, foram abertos os estudos de tombamento provenientes do encerramento dos trabalhos do Inventário. Subdivididos em 29 conjuntos arquitetônicos, 197 imóveis – dentre os aproximadamente 300 analisados – deram origem a 29 processos de estudo de tombamento, protocolados sob os números 10/08 ao 39/08 (CAMPINAS, 2008, pp. 4-7).

Durante sete anos, esses 29 processos ficaram sob estudo de tombamento dentro do CONDEPACC. No dia 19 de novembro de 2015, durante a 449º reunião do Conselho, por fim, os processos gerados a partir do Inventário tiveram seus resultados decretados: em uma brusca mudança do que havia sido proposto pelos técnicos durante a realização do Inventário e do que foi argumentado durante a assembleia que deu início aos estudos, de acordo com os critérios de “documentação levantada, estado de conservação e representatividade do período temporal proposto no inventário - momento da inversão do capital cafeeiro para o capital industrial” (CAMPINAS, 2015, pp. 12-13), apenas 28 imóveis foram tombados como patrimônios da cidade.

Fica patente que houve uma descaracterização da proposta inicial, que subdividia os imóveis em conjuntos arquitetônicos, uma vez que processos inteiros foram arquivados e, em outros casos, desmembrados e diminuídos em quantidade de bens. Essa escolha, segundo Rita Francisco:

[Foi] absolutamente equivocada. Todos os estudos durante os trabalhos do

inventário foram conduzidos pelo olhar para os conjuntos arquitetônicos. Por meio deles pretendíamos dar visibilidade a antigos padrões urbanísticos de ocupação, características de implantação e tipologia predominante das edificações. Ou, até mesmo, em última instância, à repercussão das políticas de preservação na vida dos imóveis anteriormente incluídos como preservados, como citei anteriormente, em áreas envoltórias dos tombamentos. Quando você desmembra esses conjuntos em processos individuais, perde todo esse contexto, e, em minha opinião, perde também a justificativa para o tombamento (o que dependendo do ponto de vista, pode ser visto como positivo, pois ao enfraquecer essa justificativa, facilita o processo de arquivamento). Desde o começo dos trabalhos, sempre foi afirmado que a importância desses imóveis estava na escala urbana, nos conjuntos, e não nas edificações em si. (FRANCISCO, 2019).

Calha afirmar que essa escolha não foi uníssona dentro do CONDEPACC. Vários membros não concordaram com a medida e logo após o tombamento dos 28 imóveis, a conselheira Regina Márcia Moura Tavares, antiga professora de História da Cultura da PUCCAMP e especialista em patrimônios imateriais e cultura lúdica da infância, pediu a abertura de novos estudos de tombamento de 84 dentre os imóveis do Centro Histórico Expandido que haviam sido arquivados. Eles deram origem a um único processo, o de nº 07/15, que no ano seguinte, 2016, foi transformado em 84 processos individuais (CAMPINAS, 2016, pp. 5-6), encerrando de vez o uso do princípio dos conjuntos arquitetônicos para a categorização dos imóveis e revertendo a proposta para uma forma tradicional e individualizada de compreender o tombamento.

Por agora, visando entender melhor as justificativas, as condições e as circunstâncias que levaram a essa enorme alteração, nessa pesquisa escolhemos quatro processos total ou parcialmente arquivados durante a 449º reunião para análise, constituindo-se de visita aos locais, verificação documental e comparação de resoluções.

Caso 1) Processo nº 12/08: *Imóvel da Rua Ferreira Penteado, 720/728/730.*

Esse estudo de tombamento difere da maioria dos outros por se tratar de um único imóvel, que fora arquivado. Pôde-se observar através da visita de campo, que o imóvel, a antiga “Pharmacia João Merz”, hoje é um pequeno centro comercial que abriga lanchonetes e assistências técnicas de aparelhos eletroeletrônicos. Com as fotografias que virão a seguir, é possível afirmar também que tanto a estrutura do edifício, quanto seus elementos ornamentais originais estão em bom estado de conservação, necessitando apenas de reparos na pintura.

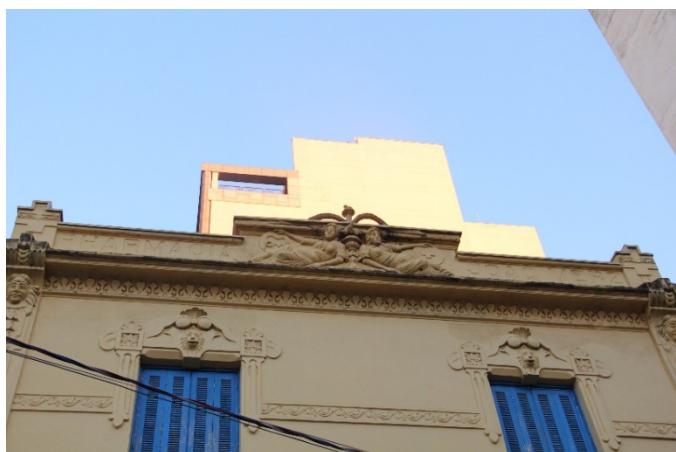


Imagen 4: Fotografias do imóvel. Fonte: Autor, jun. 2019

De acordo os próprios requisitos do CONDEPACC, esse imóvel apresenta claros

aspectos do recorte temporal adotado: os grãos e as flores do café são elementos presentes em adornos ao longo de toda a construção. Além disso, ao se colocar as fotografias frente à pesquisa documental, encontrou-se, no Diário Oficial de Campinas de Novembro de 1899, na seção da *Junta Commercial*, a concessão do contrato “para o comércio de pharmacia, productos chimicos e pharmaceuticos e mais acessorios, na praça de Campinas, com o capital de 80:000\$000 (80 contos de réis), sob a firma Bolliger & Merz” (SÃO PAULO, 1899, p. 3001) a Rosetta Bolliger e João Merz.

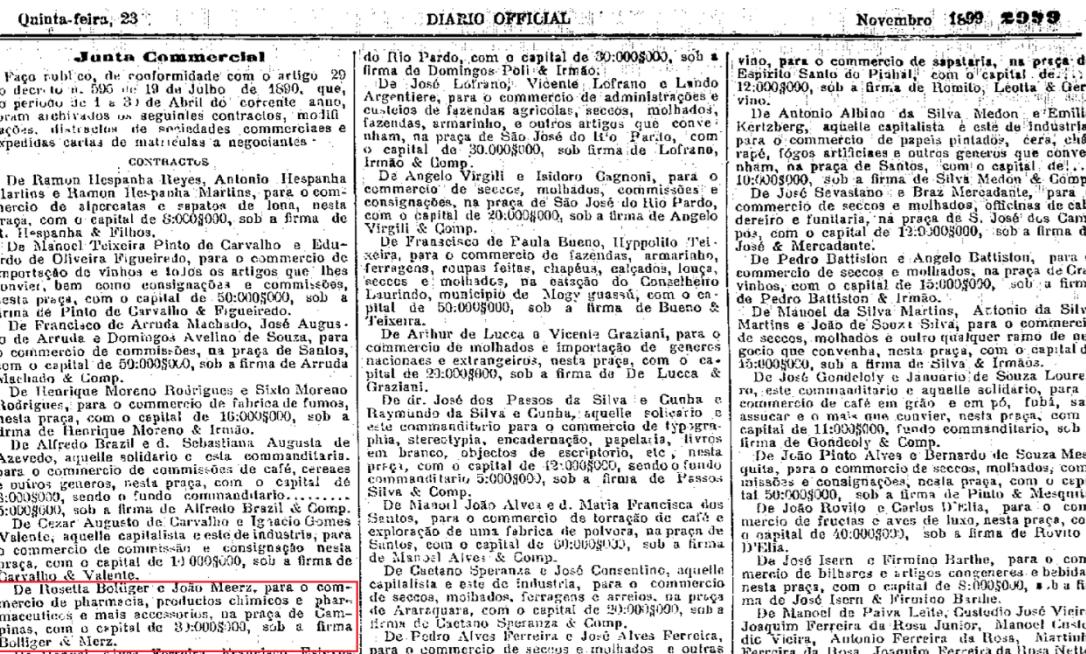


Imagen 5: Contrato firmado na Junta Commercial do Estado de São Paulo concedendo alvará a Rosetta Bolliger e João Merz. Fonte: Estado de São Paulo, 1899

Levando-se em consideração o enriquecimento e as novas formas de urbanização que Campinas presenciou com a chegada do século XX, o imóvel da rua Ferreira Penteado, que demandou uma grande quantia para ser efetivado enquanto negócio, pode ser considerado um exemplo de dinamização econômica que viria abastecer uma cidade cada vez mais enriquecida. Além disso, faz parte da história

regional, numa Campinas tomada de assalto pelos sucessivos surtos de febre amarela e que precisava conter a propagação e os flagelos da doença com todos os meios possíveis de profilaxia.

Caso 2) Processo nº 20/08: *Imóveis situados no entorno do Largo do Rosário*

Esse processo inicialmente contava com dez imóveis pertencentes ao mesmo conjunto arquitetônico, que compreendia bens envoltórios na Praça Visconde de Indaiatuba, popularmente conhecida como Largo do Rosário devido à presença da antiga Igreja do Rosário, demolida em 1954, como consequência do plano de reformas urbanas proposto e parcialmente executado pelo engenheiro e urbanista Prestes Maia.

Em sua chancela, no entanto, de acordo com o Resolução Nº 144/2015 da prefeitura, apenas cinco foram tombados, sendo o restante do pedido recusado. Foram arquivados os estudos dos seguintes imóveis: Rua Barão de Jaguara, 1164; Avenida Campos Salles, 992/994/998; Avenida Campos Salles, 1002; Rua General Osório, 1167 esq. Rua Lusitana e Rua Lusitana, 1117 (CAMPINAS, 2015, pp. 12). Com o mesmo objetivo do processo anterior, visitou-se os prédios cujo tombamento não foi efetivado, além de ter sido realizada pesquisa documental.

Para compor a análise, foi escolhida a construção da Rua Lusitana, número 1117, hoje um estabelecimento comercial. O prédio apresentava plenas condições estruturais. Tal constatação já havia sido feita pela própria ficha catalogada no Inventário, que o indicou como inalterado, o que contrasta com as prerrogativas do CONDEPACC e com o subsequente arquivamento desse imóvel, dado que o estado de conservação era um dos alegados pré-requisitos para a cessão do tombamento.



P3	<input type="checkbox"/> Reta <input type="checkbox"/> Arco pleno <input type="checkbox"/> Arco abatido <input type="checkbox"/> Arco ogival	<input type="checkbox"/> Moldura <input type="checkbox"/> Sobrevega <input type="checkbox"/> Friso <input type="checkbox"/> Atnofada <input type="checkbox"/> Outro	<input type="checkbox"/> Metalica <input type="checkbox"/> Madeira <input type="checkbox"/> Outra	<input type="checkbox"/> Vidro <input type="checkbox"/> Madeira <input type="checkbox"/> Metalica <input type="checkbox"/> Outra	<input type="checkbox"/> De abrir folha(s) <input type="checkbox"/> De correr <input type="checkbox"/> De enrolar <input type="checkbox"/> Outro																																				
Respiro <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 10%;">Características e localização</th> <th style="width: 10%;">Verga</th> <th style="width: 10%;">Ornamento</th> <th style="width: 10%;">Esquadria</th> <th style="width: 10%;">Vedação</th> <th style="width: 10%;">Sistema de abertura</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>R1</td> <td><input checked="" type="checkbox"/> Reta <input type="checkbox"/> Arco pleno <input type="checkbox"/> Arco abatido <input type="checkbox"/> Arco ogival</td> <td><input type="checkbox"/> Moldura <input type="checkbox"/> Sobrevega <input type="checkbox"/> Friso <input type="checkbox"/> Atnofada <input type="checkbox"/> Outro</td> <td><input checked="" type="checkbox"/> Metalica <input type="checkbox"/> Madeira <input type="checkbox"/> Outra</td> <td><input checked="" type="checkbox"/> Metalica <input type="checkbox"/> Madeira <input type="checkbox"/> Outra</td> <td><input checked="" type="checkbox"/> Fixo <input type="checkbox"/> Outro</td> </tr> </tbody> </table>						Características e localização	Verga	Ornamento	Esquadria	Vedação	Sistema de abertura	R1	<input checked="" type="checkbox"/> Reta <input type="checkbox"/> Arco pleno <input type="checkbox"/> Arco abatido <input type="checkbox"/> Arco ogival	<input type="checkbox"/> Moldura <input type="checkbox"/> Sobrevega <input type="checkbox"/> Friso <input type="checkbox"/> Atnofada <input type="checkbox"/> Outro	<input checked="" type="checkbox"/> Metalica <input type="checkbox"/> Madeira <input type="checkbox"/> Outra	<input checked="" type="checkbox"/> Metalica <input type="checkbox"/> Madeira <input type="checkbox"/> Outra	<input checked="" type="checkbox"/> Fixo <input type="checkbox"/> Outro																								
Características e localização	Verga	Ornamento	Esquadria	Vedação	Sistema de abertura																																				
R1	<input checked="" type="checkbox"/> Reta <input type="checkbox"/> Arco pleno <input type="checkbox"/> Arco abatido <input type="checkbox"/> Arco ogival	<input type="checkbox"/> Moldura <input type="checkbox"/> Sobrevega <input type="checkbox"/> Friso <input type="checkbox"/> Atnofada <input type="checkbox"/> Outro	<input checked="" type="checkbox"/> Metalica <input type="checkbox"/> Madeira <input type="checkbox"/> Outra	<input checked="" type="checkbox"/> Metalica <input type="checkbox"/> Madeira <input type="checkbox"/> Outra	<input checked="" type="checkbox"/> Fixo <input type="checkbox"/> Outro																																				
Óculo <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Seteira <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não																																									
GRAU DE ALTERAÇÃO <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%;"> <input checked="" type="checkbox"/> Inalterado Tipo de intervenção: <input type="checkbox"/> Conservação/Manutenção <input type="checkbox"/> Restauro <input type="checkbox"/> Reforma </td> <td style="width: 50%;"> <input type="checkbox"/> Com alterações Ações executadas: <input type="checkbox"/> Ampliação <input type="checkbox"/> Adequação <input type="checkbox"/> Alterações em vãos <input type="checkbox"/> Supressão de ornatos <input type="checkbox"/> Alteração no revestimento <input type="checkbox"/> Demolição parcial <input type="checkbox"/> Reconstrução parcial <input type="checkbox"/> Outras </td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;"> <input type="checkbox"/> Descaracterizado </td> </tr> </table>						<input checked="" type="checkbox"/> Inalterado Tipo de intervenção: <input type="checkbox"/> Conservação/Manutenção <input type="checkbox"/> Restauro <input type="checkbox"/> Reforma	<input type="checkbox"/> Com alterações Ações executadas: <input type="checkbox"/> Ampliação <input type="checkbox"/> Adequação <input type="checkbox"/> Alterações em vãos <input type="checkbox"/> Supressão de ornatos <input type="checkbox"/> Alteração no revestimento <input type="checkbox"/> Demolição parcial <input type="checkbox"/> Reconstrução parcial <input type="checkbox"/> Outras	<input type="checkbox"/> Descaracterizado																																	
<input checked="" type="checkbox"/> Inalterado Tipo de intervenção: <input type="checkbox"/> Conservação/Manutenção <input type="checkbox"/> Restauro <input type="checkbox"/> Reforma	<input type="checkbox"/> Com alterações Ações executadas: <input type="checkbox"/> Ampliação <input type="checkbox"/> Adequação <input type="checkbox"/> Alterações em vãos <input type="checkbox"/> Supressão de ornatos <input type="checkbox"/> Alteração no revestimento <input type="checkbox"/> Demolição parcial <input type="checkbox"/> Reconstrução parcial <input type="checkbox"/> Outras																																								
<input type="checkbox"/> Descaracterizado																																									
ESTADO DE CONSERVAÇÃO <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;">Sistema construtivo</td> <td><input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável</td> <td style="width: 10%;">Sistema construtivo</td> <td><input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável</td> <td style="width: 10%;">Sistema construtivo</td> <td><input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável</td> </tr> <tr> <td>Alvenarias</td> <td><input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável</td> <td>Cobertura</td> <td><input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável</td> <td>Revestimento</td> <td><input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável</td> </tr> <tr> <td>Elementos decorativos</td> <td><input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável</td> <td>Barrado inferior</td> <td><input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável</td> <td>Escada</td> <td><input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável</td> </tr> <tr> <td>Varanda</td> <td><input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável</td> <td>Ajardinamento</td> <td><input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável</td> <td>Janelas</td> <td><input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável</td> </tr> <tr> <td>Portas</td> <td><input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável</td> <td>Óculo ou seteira</td> <td><input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável</td> <td>Respiros</td> <td><input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável</td> </tr> <tr> <td>Gradil</td> <td><input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td style="text-align: center;">Patologias</td> </tr> </table>						Sistema construtivo	<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Sistema construtivo	<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Sistema construtivo	<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Alvenarias	<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Cobertura	<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Revestimento	<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Elementos decorativos	<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Barrado inferior	<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Escada	<input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Varanda	<input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Ajardinamento	<input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Janelas	<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Portas	<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Óculo ou seteira	<input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Respiros	<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Gradil	<input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável				Patologias
Sistema construtivo	<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Sistema construtivo	<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Sistema construtivo	<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável																																				
Alvenarias	<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Cobertura	<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Revestimento	<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável																																				
Elementos decorativos	<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Barrado inferior	<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Escada	<input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável																																				
Varanda	<input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Ajardinamento	<input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Janelas	<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável																																				
Portas	<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Óculo ou seteira	<input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável	Respiros	<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável																																				
Gradil	<input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Irrecuperável				Patologias																																				

Imagen 6: À esquerda, o imóvel na Rua Lusitana, 1117. Fonte: Autor, jun. 2019.

Imagen 7: À direita, a ficha inventarial do edifício. Fonte: CONDEPACC/CSPC, 2008

Caso 3) Processo nº 27/08: *Imóveis do entorno das Praças Bento Quirino e Antonio Pompeu*

O processo referente ao conjunto arquitetônico das praças Bento Quirino e Antonio Pompeu foi um dos alterados pelo CONDEPACC. Inicialmente com oito imóveis, apenas um foi tombado: o da Rua Bento Quirino, 1416. Na pesquisa, selecionamos dois edifícios para compor a análise. O imóvel localizado no endereço Rua Benjamin Constant, 1344, também se mostrava em bom estado de conservação. É hoje um prédio institucional, comportando o Pensionato Centro-Social Sagrada Família.

Na ficha de catálogo da edificação, consta também que seu grau de alteração é

Retórica do Arquivamento

nulo. Cabe ressaltar que na visita realizada em junho de 2019, o prédio apresentava intervenções visuais ao longo de sua fachada, mas que estas não alteravam seus aspectos arquitetônicos. Isso qualificaria a construção dentro dos padrões previamente colocados pelo CONDEPACC para compor a decisão pela patrimonialização.



Imagen 8: Edifício da Rua Benjamin Constant, 1344. Novamente os ornamentos que remetem ao café e à arquitetura eclética aparecem. Fonte: Autor, jun. 2019.

Ainda sob o mesmo processo, foi também visitado o imóvel de requerimento

arquivado na Rua Dr. Quirino, 1410. Foi averiguado que ele se encontrava em reforma.

De acordo com a documentação oficial levantada, na 463º reunião do CONDEPACC, ocorrida em dezembro de 2016, ficou decidido que todos os imóveis relacionados pelo já citado Decreto Municipal 10.424 de 1991, que designa o Centro Histórico da cidade, que ainda não fossem tombados, saíam, a partir daquele momento, da lista de indicações para preservação e poderiam agora ser demolidos ou reformados sem prévio consentimento do órgão (CAMPINAS, 2016, pp. 4-5). Entretanto, o tombamento do imóvel 1410 da rua Dr. Quirino surgiu em novo processo de estudo de tombamento (Nº 69/15), dentre os 84 da reunião sobre a finalização do Inventário. Assim, ele demanda consulta no CONDEPACC no que diz respeito a reformas. Essa confusa sobreposição jurídica torna-se mais uma questão a ser debatida nas conclusões.



Imagen 9: Edifício em reforma da Rua Dr. Quirino, número 1410. Fonte: Autor, jun. 2019.

Caso 4) Processo nº 29/08: *Imóveis do entorno da Praça Luís de Camões*

Por fim, o conjunto referente às adjacências da Praça Luís de Camões apresenta um seguimento anômalo se comparado aos outros processos arquivados: ele foi debatido e teve sua resolução publicada antes da reunião que encerrava os processos abertos do Inventário, mesmo pertencendo a eles.

Durante a reunião de número 440 do CONDEPACC, que aconteceu em dezembro de 2014, foi colocado em votação o processo nº 29/08. Alegando que as discussões sobre os estudos de tombamento do Centro Expandido eram “muito complexas” (CAMPINAS, 2014, p. 7), alguns membros do conselho alegaram que um dos principais problemas encontrados nessa empreitada era a questão das áreas de entorno, que obrigava a preservação de construções sem ao menos estudos de tombamento. Até aquele momento, de acordo com a Resolução Nº 15/94 de Campinas, as áreas envoltórias aos edifícios tombados eram constituídas por um perímetro de 300 metros e impediam modificações em edifícios presentes nessas cercanias.

De acordo com a fala de Rita Francisco, um dos objetivos do Inventário e dos subsequentes processos abertos era justamente acabar com essa situação, uma vez que concederia a esses prédios aporte jurídico que garantiria, enfim, sua preservação legal.

Colocados à mesa, os imóveis do entorno da Praça Luís de Camões deram início a uma acalorada discussão de como seria realizado o tombamento dos processos do Centro e sobre essas regiões de cercanias protegidas, conforme se

observa na leitura das atas. Como resultado, o seguinte procedimento foi apresentado como a metodologia que concederia ou não a chancela de patrimônio:

[...]feito por meio da identificação do período temporal, na sequência a classificação por categoria, seguido por característica ou função, chegando à análise arquitetônica e na subsequência os estudos (Histórico/Arquitetônico) sobre o objeto. Finalizamos com a identificação de ocorrências de particularidades do mesmo. (CAMPINAS, 2014, p. 4)

E, assim, dos 46 imóveis do processo, quatro foram tombados. A grande maioria dos restantes foi arquivada e alguns poucos geraram novos estudos de tombamento. É coerente afirmar que o estudo de número 29/08, por ter sido o primeiro dos processos desmembrados, tenha servido como jurisprudência argumentativa ou, ao menos, de modelo processual para o arquivamento dos outros pleitos, inclusos os não abrangidos por essa pesquisa. Além disso, a partir desta reunião, começou-se a retificar áreas envoltórias⁵, adotando-se como tal apenas o perímetro do próprio lote do bem.

No caso escolhido, o imóvel da Rua 11 de Agosto, 443/445 foi uma das poucas construções de estudo arquivadas que tiveram novos processos abertos, sob o Nº 08/14. Mas, na 468º reunião do CONDEPACC, a maioria do conselho chegou à conclusão que:

Recomenda-se o arquivamento dos imóveis situados à rua Onze de Agosto, Nºs 443/445. Por entender-se que eles em nada acrescem à inteligibilidade da formação urbana, social, econômica e cultural da cidade de Campinas. (CAMPINAS, 2016, p. 5)

⁵ Um exemplo é o caso da retificação da Resolução 15/94, publicada em 15 de maio de 2015. Nela, foi decretado que “[o CONDEPACC] RESOLVE: Retificar a Resolução 15/94 em seus artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, suprimindo o limite envoltório de 300 (trezentos) metros e os imóveis indicados para preservação ali contidos. A área envoltória [...]fica delimitada ao próprio lote”. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y4z5l72x>>. Acesso em 3 ago. 2019.

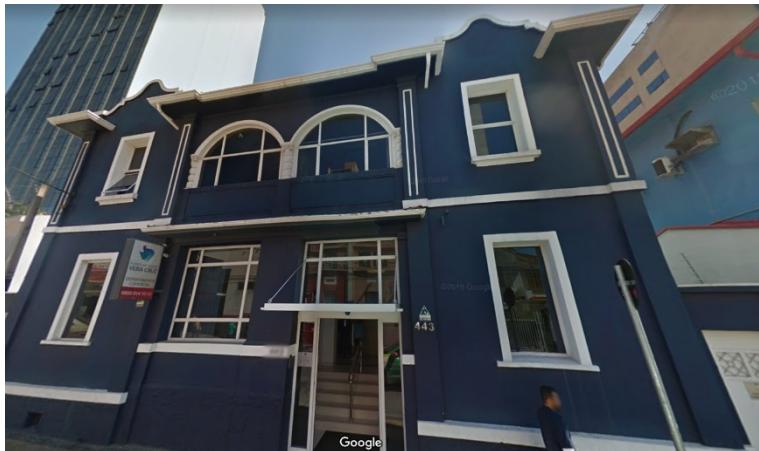


Imagen 10: À esquerda, fotografia do imóvel da Rua 11 de Agosto, 443/445. Fonte: Google Maps, set. 2018.

Imagen 11: À direita, com processo arquivado e sem novo estudo de tombamento aberto, o edifício em estado de demolição. Fonte: Autor, jun. 2019.

Considerações finais: Os *não-patrimônios* e os Órgãos de Preservação

Vistos os dados levantados, tornou-se possível propor certas conclusões. Criado em 1987, oficialmente pela Lei Municipal nº 5885 e por demanda popular e de figuras conhecidas da cidade, o CONDEPACC, enquanto órgão de preservação, é um representante do Estado, encarregado de gerenciar quais políticas públicas serão as diretrizes acerca do debate patrimonial. Prerrogativa essa dada pela Constituição de 1988. Todavia, no próprio excerto já citado da Carta Magna do país, a participação civil é também um direito assegurado – além de ser imprescindível para o gerenciamento, a preservação e, sobretudo, a representatividade – quando o assunto é o patrimônio histórico e cultural. Questionada sobre a difusão dos resultados do Inventário, além do engajamento da comunidade, Rita Francisco respondeu que

“infelizmente, não existiu nenhuma iniciativa [do Poder Público] nesse sentido” (FRANCISCO, 2019).

Além disso, ao longo da pesquisa, foram encontrados inúmeros erros crassos na documentação oficial que comprometem o acompanhamento e as consequências dos processos: mudança na quantidade das fichas e do próprio número de imóveis atribuídos ao Inventário foram constantes, links sem funcionamento, imóveis alocados, ao mesmo tempo, nas categorias de tombados e em estudo de tombamento. Por fim, até mesmo na resolução oficial que designa os imóveis tombados, cita-se a reunião 499º como a responsável pela decisão de patrimonialização. O CONDEPACC, até o mês de agosto de 2019, só havia feito 484 reuniões.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos
Coordenadoria Setorial de Documentação

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Município - DOM.

RESOLUÇÃO N° 144/2015 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

(Publicação DOM 18/12/2015 (<http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/1386708454.pdf>) p.5)

Claudiney Rodrigues Carrasco, Secretário Municipal de Cultura, no uso de suas atribuições legais, conforme artigo 10 (/index/visualizaratualizada/id/89679#art-10) da Lei Municipal 5.885 de 17 de dezembro 1987 e Decreto Municipal 9.585 (/index/visualizaratualizada/id/91438) de 11 de Agosto de 1988, baseando-se em decisão do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, Condepacc, do qual é presidente, conforme ata nº 499 de 19 de novembro de 2015,

Imagen 12: Erro presente na resolução N° 144/2015, que designou os 28 bens tombados a partir do Inventário. Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas, 2015.

Todas essas situações levam a se indagar sobre a própria situação do CONDEPACC e, em um âmbito geral, o papel dos órgãos de preservação no cumprimento de suas atribuições, já que deles partem a escolha de outorgar o esquecimento a esses vestígios. Sobre isso, o antropólogo José Reginaldo Gonçalves,

Retórica do Arquivamento

em seu livro de 1996, *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*, com o qual o título deste trabalho dialoga, afirma:

Embora haja um lamento constante em relação a esse processo de fragmentação e perda, ele, na verdade não é apenas um fato exterior ao discurso, mas algo que coexiste com o esforço de preservação tal como aparece nos discursos sobre patrimônio cultural. (GONÇALVES, 1996, p. 25).

Logo, é primordial para a continuidade e evolução do debate sobre o patrimônio brasileiro se entender os órgãos de preservação, em todas suas esferas executivas, como a própria materialização do sistema memória-esquecimento: isto é, a partir deles, pelo menos em primeira instância, que surgem as políticas e iniciativas que transformam os imóveis em bens a serem preservados, dotados de memória que passa a ser pública. No entanto, em mesma intensidade, é deles que partem as decisões que transformam possíveis bens em vestígios oficialmente rejeitados.

Mas não sem história. O professor Dr. Marlon Salomon afirma:

Patrimônio é outro nome que se dá ao testemunho vivo do passado. Voz viva que testemunha sempre *o mesmo, a identidade*, pois o patrimonial apaga aquilo que se encontrava arquivado, por exemplo, em um espaço, e que permitia transformá-lo em documento da história. Ele deixa de arquivar alguma coisa para expressar um traço ou uma marca incessantemente visível e visibilizada. [...]Trata-se de substituir a história documental/monumental pela história patrimonial. Não mais transformar o documento em monumento; doravante, trata-se de transformar o documento em patrimônio. (SALOMON, 2011, pp. 37-38).

Nesse trecho, Salomon dialoga com outro cânones sobre as definições da área: *História & Memória*, de Jacques Le Goff, seguindo sua linha argumentativa, mas especificando o que deveria ser uma historiografia pautada no patrimônio.

Contudo, isso ainda exclui de tal história os fragmentos que não receberam do Estado esse título. Através dos casos aqui apresentados, viu-se que, acima de tudo, o

patrimônio é um campo de embates. Especificamente, embates por uma memória. Desde sua construção, sua ocupação e seu estado atual, um imóvel é relíquia que carrega consigo lembranças e marcas diversas que, quando viram patrimônio, são filtradas e escolhidas como dominantes.

Entretanto, mesmo sem essa chancela, as construções cujos estudos de tombamento foram arquivados apresentam também tais marcas que, apesar de serem marginalizadas, caracterizam uma plena e funcional narrativa histórica.

Dessa forma, o presente artigo, enquanto um trabalho inicial sobre as questões debatidas, escolheu nomear esses *bens arquivados* como *não-patrimônios*. Essa sugestão de nomenclatura carrega consigo a chaga da escolha pelo esquecimento, mas, ao mesmo tempo, eleva o imóvel ao patamar de documento. Assim, deixa-se de apenas exaltar a história do vencedor para também se rememorar a história do vencido. Questionadas sobre a validação dessa designação e de sua valoração, a executiva pública junto à Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico, da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, Deborah Neves e a especialista cultural da prefeitura de Campinas, Rita de Cássia Francisco, respectivamente, responderam:

Sem dúvidas há valor historiográfico (*nos não-patrimônios*). Por meio deles é possível identificar quais foram as políticas (ou não) e critérios adotados para o reconhecimento de bens como patrimônio cultural ao longo dos 50 anos de existência do órgão. Essas práticas podem ter se alterado ou não ao longo do tempo, sendo, portanto, possível identificar as permanências e impermanências da prática de preservação. Não obstante, é possível acessar documentos inéditos ou pouco difundidos, como fotografias, plantas, documentos e os próprios Pareceres Técnicos exarados tem valor para o debate patrimonial. É possível traçar a história não só do órgão, mas da cidade, da economia, das dinâmicas urbanas etc. Costumo dizer que os processos arquivados contam mais sobre o patrimônio que os processos de tombamento, especialmente os mais antigos.

Eu acredito que os processos arquivados contam tanto sobre a política de preservação na cidade quanto os realmente efetivados e são fundamentais para entender melhor quais os agentes e forças envolvidos no processo. Em

Retórica do Arquivamento

2005, consultando o arquivo onde ficavam os processos de tombamento arquivados localizei um processo de um imóvel industrial agora já demolido. O processo de tombamento nunca chegou a ser aberto, visto que o conselheiro indicado como relator chegou a pedir demissão do Conselho, alegando “[...] uma aberração relatar para tombamento tal imóvel”. Hoje, tanto tempo se passou da criação do Condepacc, houve tantas transformações positivas no âmbito do alargamento do conceito de patrimônio. Mas, infelizmente, por aqui, as razões para estabelecimento desses não-patrimônios são muito conduzidos pelo sabor da ocasião, e não por critérios metodológicos, e daí a importância de se estudar esses processos arquivados.

Portanto, vê-se uma clara necessidade de se considerar os não-patrimônios como categoria legítima do estudo patrimonial. Para tanto, é urgente tratá-los como documentação a ser preservada. Como medida cautelar contra o desgaste do tempo e de eventuais descasos gerenciais, é preciso cuidado com as informações acerca dos não-patrimônios. Torna-se necessário, então, junto aos órgãos de preservação, garantir o devido acesso e conservação dos dados que constituem a história desses bens recusados.

Se só é possível lembrar quando se esquece, só existe patrimônio porque nem tudo o é. Nisso, o jogo de palavras entre arquivo e arquivar é uma linha tênue que os diferencia. Logo, é papel da História, enquanto ciência empírica, tratar ambos como objetos de estudo.

Fontes

CAMPINAS. Prefeitura Municipal. Encerramento do processo nº 07/15 do CONDEPACC e abertura dos processos individuais dos estudos do Centro Histórico. ***Diário Oficial de Campinas Nº 11.310 - Ano XLV***, mar. 2016. pp. 5-6. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y5kn85k8>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

CAMPINAS. Prefeitura Municipal. Resultados do processo nº 29/08 e mudança nas regras de áreas envoltórias. **Diário Oficial de Campinas Nº 11.092 - Ano XLV**, abr. 2015. pp. 5-6. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y5wtfgk4>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

CAMPINAS. Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos. Aprova no tombamento de 28 imóveis do “Inventário do Centro Histórico de Campinas”. **Resolução nº 144/2015**. Campinas, SP, 2015. 14 p. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y4f3onf5>>. Acesso em: 2 jul. 2019.

CAMPINAS. Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre a regulamentação das áreas envoltórias de bens tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural e o Centro Histórico. **Decreto Nº 10.424**. Campinas, SP, 1991.

CAMPINAS. Secretaria Municipal de Cultura. CONDEPACC. **ATA 367**. Campinas, SP, 2008. 8 p. Disponível em: <<https://bit.ly/2HuE5yS>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

CAMPINAS. Secretaria Municipal de Cultura. CONDEPACC. **ATA 440**. Campinas, SP, 2014. 16 p. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yxged22a>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

CAMPINAS. Secretaria Municipal de Cultura. CONDEPACC. **ATA 449**. Campinas, SP, 2015. 16 p. Disponível em: <<https://bit.ly/2ES2Kli>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

CAMPINAS. Secretaria Municipal de Cultura. CONDEPACC. **ATA 463**. Campinas, SP, 2016. 8 p. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y67eeth2>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

CAMPINAS. Secretaria Municipal de Cultura. CONDEPACC. **ATA 468**. Campinas, SP, 2017. 3 p. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yy5fw97k>>. Acesso em: 1 ago. 2019.

CAMPINAS. Secretaria Municipal de Cultura. CONDEPACC. **Processo nº 18/08. Volumes I-III**. 497 p. Disp. em <<https://tinyurl.com/y2oj9x9q>>. Acesso em 3 ago. 2019.

CAMPINAS. Secretaria Municipal de Cultura. CONDEPACC. **Processo nº 27/08. Volume I.** 342 p. Disp. em <<https://tinyurl.com/y44x4fuw>>. Acesso em 3 ago. 2019.

CAMPINAS. Secretaria Municipal de Cultura. CONDEPACC. **Processo nº 29/08. Volumes I-III.** 754 p. Disp. em <<https://tinyurl.com/y3s67shx>>. Acesso em 3 ago. 2019.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Diário Oficial de 23 de novembro de 1899 referente à Junta Commercial.** p. 3001. Disponível em <<https://tinyurl.com/y34ug3yx>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

FRANCISCO, R. C. **Entrevista concedida ao autor.** Campinas, 25 jul. 2019.

NEVES, D. R. L. **Entrevista concedida ao autor.** Campinas, 24 jul. 2019.

Referências Bibliográficas

1º SEMINÁRIO BRASILEIRO PARA PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS. **Carta de Petrópolis.** Petrópolis, RJ, 1986. 2 p. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yyyofuxz>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

BADARÓ, R. S. C. Campinas: A transição da cidade rural para cidade industrial. In: Lilia Medrano; João Miguel de Godoy (orgs). **Campinas – visões de sua História.** Campinas: Ed. Átomo. 2006. pp. 133-160.

BRASIL. Constituição (1988). **TÍTULO VIII, CAPÍTULO III, SEÇÃO II – DA CULTURA, Art. 216.** Disp. em: <<https://tinyurl.com/y3nf9zky>>. Acesso em: 13 de mai. 2019.

COMBE, S.; SALOMON, M. (org.). **Saber dos Arquivos.** 1. Ed. Goiânia, GO: Edições

Ricochete, 2011. 112 p.

FARIAS et al. Painel de Especialistas e Estratégia Multimétodos: Reflexões, Exemplos, Perspectivas. *Psico/UFRN*. v. 44, n. 2, pp. 184-192, abr./jun. 2013

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro , v. 3, n. 5, p. 314-332, dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2002000200314&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 jan. 2019.

FRANCISCO, Rita de Cássia. *Construtores anônimos em Campinas (1892-1933)*: fortuna crítica de suas obras na historiografia e nas políticas de preservação da cidade. 2013. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Acesso em: 27 dez. 2019.

FRANCISCO, R. C. *Inventário como ferramenta de preservação: a experiência da cidade de Campinas/SP*. Revista CPC, São Paulo. n. 6. pp. 1-25, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda*: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Ministério da Cultura/Sphan, 1996.

LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. *Projeto História* (17). São Paulo: EDUC, pp. 63-201, 1998.

MENEGUELLO, Cristina. *O coração da cidade*: observações sobre a preservação dos centros históricos. Revista IPHAN, 2005.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A problemática do imaginário urbano: reflexões para um tempo de globalização. *Revista Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, vol. 55,

1998.

NIETO, Jorge Ramírez. Sobre Archivos, Imágenes y documentos em la investigación de la historia de la arquitectura. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). *Arquitetura e documentação: Novas perspectivas para a história da arquitetura*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2011.

POZZER, G. P. *A antiga estação da Companhia Paulista em Campinas*: estrutura simbólica transformadora da cidade. (1872-2002). 2007. 285 p. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

RUBINO, Silvana Barbosa. *Inventário como ferramenta de preservação*: produção técnica, 2005. Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Políticas Públicas da Fapesp. Campinas, Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2005.

UNESCO. 19º Sessão, 1976. *Recomendação de Nairóbi*. Nairóbi, Quênia, 1976. 14 p. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y5zlq6dw>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

Imagens

Imagen 1: FRANCISCO, R. C. *Inventário como ferramenta de preservação: a experiência da cidade de Campinas/SP*, 2008, p. 8.

Imagen 2: FRANCISCO, R. C. *Construtores anônimos em Campinas (1892-1933)*: fortuna crítica de suas obras na historiografia e nas políticas de preservação da cidade, 2013. p. 45.

Imagen 3: CAMPINAS. *Processo nº 18/08.* 2008. p. 18.

Imagen 4: AUTOR. *Fotografias do imóvel na Rua Ferreira Penteado, 720/728/730.* jun. 2019.

Imagen 5: ESTADO DE SÃO PAULO. *Diário Oficial de 23 de novembro de 1899, referente à Junta Commercial.* p. 3001.

Imagen 6: AUTOR. *Fotografia do imóvel na Rua Lusitana, 1117.* jun. 2019.

Imagen 7: CAMPINAS. *Ficha inventarial do imóvel na Rua Lusitana, 1117.* 2008, p. 86.

Imagen 8: AUTOR. *Fotografias do imóvel na Rua Benjamin Constant, 1344.* jun. 2019.

Imagen 9: AUTOR. *Fotografias do imóvel na Rua Dr. Quirino, 1410.* jun. 2019.

Imagen 10: MAPS, Google. *Fotografia do imóvel na Rua 11 de Agosto, 443/445.* set. 2018.

Imagen 11: AUTOR. *Fotografia do imóvel na Rua 11 de Agosto, 443/445.* jun. 2019.

Imagen 12: CAMPINAS. *Erro presente na resolução Nº 144/2015,* 2015. p. 1.

Religião e Esporte Midiatizado: o caso de Atletas de Cristo (1994-2005)

João Guilherme Züge*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v8i8p173-196

Resumo: Tendo como base teórica a História Cultural, o presente trabalho visou analisar o papel da mídia e, mais especificamente, do esporte midiatizado na constituição da identidade de Atletas de Cristo (ADC), no período entre os anos de 1994 e 2005. A organização paraeclesiástica, composta por atletas evangélicos (protestantes históricos, pentecostais e neopentecostais), tem como intuito central o proselitismo entre esportistas, sobretudo através da lógica do testemunho na mídia. Essa proposta passou a ser, então, como buscamos evidenciar neste artigo, profundamente marcada pela lógica midiática, tanto de maneira discursiva, quanto na estrutura e manutenção do próprio grupo. Esse papel da mídia foi analisado a partir de um conjunto de 12 edições do Jornal de Atletas de Cristo, principal veículo de expressão do grupo no período em questão. Dentre os resultados obtidos neste breve estudo de caso está uma possível contribuição para o estudo do papel do esporte midiatizado na construção identitária deste grupo religioso.

Palavras-chave: Atletas de Cristo, Midiatização do esporte, Identidade Religiosa, Atletas Evangélicos.

*Graduando do curso de História – Licenciatura e Bacharelado, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), bolsista de Iniciação Científica do CNPq e integrante da Linha de Pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na história. Email: joaozuge14@gmail.com.

Os Atletas de Cristo

"Deus me trouxe aqui para ser uma testemunha viva a todos os povos e nações da Terra, que vão estar assistindo aos jogos através dos meios de comunicação de massa." (JORNAL DE ADC, jul/1994, p. 5). Essa foi a resposta de um dos seis atletas de Cristo que integraram a seleção brasileira na Copa do Mundo de 1994 à pergunta: "porque vocês acham que estão na Copa?". A magnitude do evento esportivo que estava por ocorrer, descrita entusiasticamente pelos atletas, com "transmissão de 52 jogos ao vivo para 180 países, uma multidão de 3 bilhões de espectadores ligados na telinha" (JORNAL DE ADC, jul/1994, p. 2), aparecia, de fato, aos olhos destes como uma oportunidade única para prestar seu testemunho. Não apenas a chance de conquistar o tetracampeonato pela Seleção, mas usar da "linguagem universal" do futebol, e quem sabe da própria conquista, para alcançar os quatro cantos do globo com a mensagem cristã. E é justamente este entrecruzamento entre o intuito religioso do grupo e os suportes midiáticos ligados ao esporte que se encontravam ao seu alcance, que buscaremos analisar.

Essa ideia de prestar testemunho ao mundo constituiu uma das bases para a criação do grupo no final dos anos 1970. Com o nome de "Atletas em Ação", surgiu de uma iniciativa no interior da Mocidade Para Cristo (MPC)¹, a partir de João Leite, jogador do Clube Atlético Mineiro, Abrahão Soares, o ex-jogador de basquete amador e então diretor da MPC. Foi, contudo, em 1981 que Atletas de Cristo no Brasil (ADC)

¹ A MPC é uma organização paraeclesiástica originária dos EUA, sua formação remonta à década de 1940; um de seus primeiros missionários contratados foi o, então jovem, Pr. Billy Graham (evangelista carismático). Ainda na década de 1940 iniciou trabalhos no Brasil, contudo, se consolidou apenas em 1954 com a vinda de Paulo e Jane Overholt. A MPC no Brasil atuou junto a escolas, realizando conferências e publicando literaturas. Em 1964, a sede foi transferida de São Paulo para Belo Horizonte (MG), quando se iniciou o envolvimento do Pr. Abrahão Soares, que viria a se tornar o primeiro presidente brasileiro da MPC em 1977, e um dos fundadores de "Atletas em Ação", em 1978, que viriam a se tornar os "Atletas de Cristo" em 1983.

Religião e Esporte Midiatizado

surgiu, desmembrando-se da MPC e ganhando um novo nome. A iniciativa foi oficializada em 1983, a partir da união de membros de diversas igrejas evangélicas², envolvendo atletas como Baltazar e Isaías, ambos jogadores de futebol, além de Eliana Aleixo, então jogadora de vôlei, os quais, com o apoio de outros líderes locais, exerceram papel importante na fundação e na estruturação do grupo.

Atletas de Cristo se autodenominava, em sua formação, uma sociedade civil-religiosa cuja finalidade é “edificar atletas crentes, edificando-os na fé cristã, envolvendo-os e treinando-os, preparando-os para o confronto com outras filosofias e estilos de vida e para um testemunho que possa influenciar e alcançar multidões para Cristo” (ATA DE CONSTITUIÇÃO, 1983, p. 1). Isto é, trata-se de uma organização paraeclesiástica, não ligada a nenhuma igreja ou denominação específica, marcada pelo perfil interdenominacional, e tem como principal objetivo o proselitismo entre atletas e através de atletas.

De uma tímida iniciativa, ADC viria a se tornar um movimento conhecido nacional e internacionalmente, pari passu ao crescimento do setor “evangélico” no país (PETROGNANI, 2015, p. 184). Nas palavras de Alex Dias Ribeiro, presidente do grupo de 1986 a 1996, ele era “considerado o melhor ministério esportivo do mundo pelo impacto que tem produzido na nossa comunidade e no mundo inteiro” (JORNAL DE ADC, dez/1994, p. 2). O protagonismo e o crescimento exponencial de Atletas de Cristo nas décadas de 1980 e 1990, além de seu contato com o que havia de mais novo em termos de mídia, foi também reconhecido na “mídia secular”. Em uma matéria de dezembro de 1999, o jornal O Estado de São Paulo referiu-se ao grupo: “A associação de Atletas de Cristo, com 4 membros em 1978, tem 6 mil hoje, além de

² Utilizamos o termo em seu sentido amplo, englobando protestantes históricos, pentecostais e neopentecostais.

homepage" (1999, p. 2).

Como buscaremos apontar neste artigo, esse processo de expansão de ADC e integração com a mídia modificou em parte a forma e a atuação do grupo e contribuiu para o seu reconhecimento por um público mais amplo. Apesar da ideia de evangelização de atletas em um nível local ter continuado a mesma nas décadas subsequentes, através da atuação no interior dos clubes e nos Grupos Locais, a integração da mídia modificou a dinâmica de funcionamento em outros aspectos. O perfil local foi ampliado pelo caráter nacional e até mesmo internacional, na medida em que os grupos passaram a ser conectados por meio do Jornal de ADC e, a partir de 1997, pelo website. Além disso, o caráter midiático, ou midiatizado, que passou a ser marca registrada dos ADC permitiu que o grupo fosse notado, modificando também consideravelmente a forma do seu intuito proselitista, que se voltou não mais apenas aos atletas, mas para os espectadores dos esportes. Na visão dos Atletas, o testemunho de fé poderia, com o auxílio da mídia, alcançar públicos cada vez maiores.

Destacamos aqui o papel que o Jornal de ADC exerceu no estabelecimento do "caráter midiatizado" do grupo, e que consiste na principal fonte analisada neste artigo. O periódico era mensal e chegou a ter uma tiragem de trinta e cinco mil exemplares, apesar deste número ter variado ao longo do tempo. Foi impresso durante 23 anos (1982-2005), contando com 239 edições. Seu financiamento era realizado pelas assinaturas anuais e doações dos envolvidos com o grupo; contudo, o fator determinante de sua produção foram as parcerias com empresas. Nos agradecimentos anuais, contidos na coluna "Até aqui nos ajudou o Senhor", figuram as empresas Gráfica Universal, sediada em Londrina e que imprimia os jornais; Jotaene, responsável pelo envio dos jornais a um custo mais baixo que o de mercado;

Alfa Editorial, que auxiliava com a editoração do material, além da Ascongraph.

Nota-se, portanto, que o fato de ser uma organização que se sustentava a partir de doações voluntárias justifica a instabilidade no número de publicações do Jornal, e também o fim do seu formato impresso, em 2005. O principal canal de comunicação dos Grupos Locais se tornou, como demonstraremos, o site do grupo, online desde 1997, no qual o jornal foi retomado no ano de 2013. O conteúdo do periódico, desde os seus primórdios, constituiu-se, de forma geral, como uma leitura religiosa da realidade esportiva, utilizando-se de uma linguagem adaptada ao meio, como forma de apresentar ensinamentos aos atletas. Inferimos, então, dialogando com as considerações de Aguiar (2004), que o periódico pode ser compreendido como uma evidência do papel central da mídia na experiência religiosa do grupo; o alcance proporcionado por esse meio midiático permitiu a expansão do grupo e a construção de uma identidade coesa.

O exemplo da Copa de 1994, citado anteriormente, indica o que buscamos afirmar quando nos referimos a essas novas proporções possibilitadas pela mídia e relatadas no Jornal de ADC. Isso se dá sobretudo a partir do momento em que ADC passa a reconhecer no esporte midiatizado uma forma de “alcançar multidões para Cristo”. A “edificação dos atletas na fé cristã” passou também a atuar como preparação para um testemunho de fé consciente em qualquer espaço midiático concedido aos atletas, como entrevistas, comemorações de gol, etc (RIAL, 2013, p. 19). A midiatização do esporte e em especial do futebol, no caso brasileiro, gerou, então, uma série de nuances as quais os Atletas de Cristo utilizaram para atingir seu propósito.

Identificamos o caso apresentado neste artigo como uma sobreposição entre dois importantes processos que marcaram o final do século XX no Brasil. A

midiatização da religião, em especial no que tange à expansão do segmento evangélico, se relaciona, então, com o processo de midiaturização do esporte, que já vinha se consolidando e ganhando uma nova feição a partir da década de 1970. Buscaremos apresentar o ponto de intersecção entre esses dois processos, na década de 1990, sobretudo a partir da ótica dos Atletas de Cristo, e a maneira como o esporte midiaturizado se relaciona com a construção de sua identidade. Para tanto, analisaremos matérias específicas de doze volumes do Jornal de Atletas de Cristo, contidos na série de edições publicadas entre 1994 a 2005.

Conceito de midiaturização

Em uma perspectiva “tradicional” ou “funcionalista”, predominante no Brasil entre os anos 1970 e 1990, a mídia era analisada como uma instituição desvinculada da cultura, sendo, assim, tida apenas como um meio para transmissão de mensagens (CUNHA, 2016, p. 1). A ênfase das pesquisas orientadas por esta visão era voltada aos efeitos exercidos por essas mensagens sobre indivíduos e instituições. Observa-se, contudo, que durante o final do século XX e início do século XXI, a mídia passou a desenvolver maneiras diferentes de interação com a sociedade. De apenas um meio de transmissão, ela passou a se integrar gradualmente à lógica de diversas outras instituições sociais, como a família, o trabalho, o esporte e a religião, por exemplo (HJAVARD, 2012, p. 64).

Tendo em vista esse processo de difusão e integração da lógica midiática, foram desenvolvidas novas perspectivas acerca do estudo da mídia, mais sensíveis aos seus impactos na contemporaneidade. Como resultado deste esforço apresenta-se o conceito de midiaturização, o qual é definido por Stig Hjavard, professor do

"Departamento de Mídia, Cognição e Comunicação"³, da Universidade de Copenhagen:

Por midiatização da sociedade, entendemos o processo pelo qual a sociedade, em um grau cada vez maior, está submetida a ou torna-se dependente da mídia e de sua lógica. Esse processo é caracterizado por uma dualidade em que os meios de comunicação passaram a estar integrados às operações de outras instituições sociais ao mesmo tempo em que também adquiriram o status de instituições sociais em pleno direito (HJAVARD, 2012, p. 64)

Segundo Hjavard o processo de midiatização se manifesta por meio de duas principais formas: direta e indireta. Quando ocorre de maneira “direta” a midiatização se dá em situações nas quais uma atividade antes não-mediada passa a ser mediada, ou seja, a atividade é realizada mediante a interação com um meio. Já a midiatização “indireta” ocorre quando uma determinada prática ou instituição social é cada vez mais influenciada, no que diz respeito à forma, ao conteúdo ou à organização, pelos símbolos ou mecanismos midiáticos.

Ambas as formas se mostram fundamentais para a compreensão do caso da formação identitária de Atletas de Cristo. Eles não apenas passaram a fazer uso do esporte midiatizado, mas também a ter a sua lógica institucional permeada pelo caráter midiatizado. Nesse sentido, o uso deste conceito nos parece útil no caso em questão, pois é justamente por meio da “lógica midiática” que a construção da identidade de Atletas de Cristo pode ser relacionada ao esporte midiatizado. Mas antes de nos atermos propriamente a essa ligação, cabe mapear brevemente o processo de midiatização do esporte e, como mencionado, as minúcias produzidas por ele, as quais os ADC utilizaram ao seu favor.

Midiatização do Esporte

³ “Department of Media, Cognition and Communication da University of Copenhagen” (Tradução nossa).

Visando compreender o processo de midiatização do esporte, optamos pelo viés analítico que entende o esporte como um fenômeno cultural, não nos atendo ao sentido alienante a ele atribuído, sobretudo pelas leituras frankfurtiana ou marxista ortodoxa. Para além da ideia de alienação, a ênfase cultural que propomos possibilita uma análise que se volta ao esporte como um veículo para questões simbólicas da sociedade, identidades culturais ou, no caso específico desta pesquisa, religiosas.

Atualmente, é quase impensável uma abordagem do esporte-espetáculo que não envolva a questão da mídia ou da midiatização. De uma forma geral, o surgimento e a consolidação dos meios de comunicação ocorreram de maneira simultânea à popularização de diversas modalidades esportivas. De fato, é possível observar que durante o século XX houve uma crescente espetacularização do esporte, isto é, o “ser espectador” tornou-se mais comum do que a prática em si; e a mídia teve, sem dúvidas, um papel fundamental nesse processo.

Autores como Kommers (2016, p. 28) e Gastaldo tendem a analisar o desenvolvimento da mídia e do esporte, em sua forma moderna, como processos diretamente interligados:

Mais do que fenômenos paralelos, esporte e mídia constituíram-se mutuamente. A característica “espetacular” (isto é, “para ser vista”) inerente às competições esportivas e seu poder de mobilização coletiva (pela metonímia que coloca nações ou bairros dentro de campos, pistas ou ringues) articulam-se perfeitamente com o surgimento de jornais impressos em rotativas, destinados a grande número de leitores, em pleno processo de expansão urbana na virada do século (GASTALDO, 2011, p. 41).

No mesmo sentido apontado pelos autores, nota-se que desde o desenvolvimento inicial de meios de comunicação, como o rádio e a televisão, o esporte teve um espaço considerável na grade de programação. Quando observamos o caso brasileiro, é possível atestar essa relação intrínseca. Como aponta Savenhago,

Religião e Esporte Midiatizado

em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, quando foi autorizada a veiculação de propagandas no rádio, a programação esportiva figurou como uma maneira eficiente de se atrair mais ouvintes (SAVENHAGO, 2011, p. 24). Do outro lado da mesma moeda, a difusão midiática do esporte contribuiu para o processo de profissionalização, também por conta de patrocinadores e o consequente aumento dos aportes financeiros, ou seja, o seu processo de capitalização do esporte, iniciado na primeira metade do século XX.

Essa relação influenciou também o suporte tecnológico dos meios de comunicação, cujo desenvolvimento foi estimulado pela transmissão esportiva. A transmissão ao vivo foi um estímulo para o aperfeiçoamento dos meios de comunicação, o que acabou por contribuir, por exemplo, para a consolidação do rádio no país. Como resultado desse processo, a transmissão esportiva, e em especial a do futebol, tornou-se um meio muito eficiente para a publicidade. O futebol passou a representar uma fonte importante de receita na “Era de Ouro do Rádio” (SAVENHAGO. 2011, p. 24). Não obstante, ela não se limitou ao rádio, mas acompanhou o desenvolvimento dos multimeios no Brasil.

No caso da televisão, uma das primeiras transmissões ocorridas no país, em 1948, registrou a partida de futebol entre Bangu e Tupi (SCAFUTTO, 2008, p. 1). Para além desse episódio experimental, o processo de consolidação da indústria cultural durante o período da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985) foi “liderado” pelo desenvolvimento da televisão e, no bojo dela, dos esportes. Os números nos permitem visualizar um panorama desse crescimento: em 1970, 56% da população tinha acesso à televisão; em 1982, cerca de 73% dos domicílios brasileiros tinham um aparelho (ORTIZ, 1988, p. 130). Essa mudança pôs fim à “Era do Rádio” e tornou a televisão o principal meio publicitário.

Podemos notar que não por acaso alguns dos marcos da história dos grandes meios de comunicação estão diretamente ligados à programação esportiva, o que explica em parte o grande sucesso desse tipo de programa. Segundo Singer, há três razões básicas para esse sucesso: “[O esporte] é um drama humano em um nível elementar, é de barata produção e é ao vivo” (SINGER apud ROWE, 2003, p. 78). Sem dúvida, esses atributos exercearam grande influência na adaptabilidade dos esportes à mídia, sendo explorados para muito além do momento da competição em si. As emissoras de televisão passaram a explorar também os bastidores dos esportes, selecionando melhores momentos e constituindo uma extensa programação em torno de comentários e especulações acerca de eventos esportivos, criando, assim, uma linguagem de espetáculo atrativa àqueles que assistem.

Mas para além destas questões, há de se destacar a importância da capacidade do esporte de divulgar marcas, empresas e, consequentemente, identidades. As ligações entre o esporte e o mercado vão muito além das placas na beira do campo e da venda de equipamentos dos atletas. A cobertura midiática e repercussão dos eventos esportivos têm a capacidade de transcender os sentidos do campo, em especial através do apelo a questões culturais e identitárias. Essas questões atuam, por sua vez, a favor do consumo de produtos e também a outros propósitos, como o nacionalismo, no caso dos militares e a vitória na Copa do Mundo de 1970, por exemplo. A competição é, portanto, mais que uma disputa pela vitória numérica, ou monetária, ela incorpora um conflito identitário; e grande parte do consumo de itens ligados ao esporte, bem como a grande audiência observada em eventos esportivos, é permeada por essa questão.

Quando tratamos do assunto esporte e identidade no caso brasileiro, destaca-se o caso do futebol. Qual é o brasileiro que nunca ouviu o jargão “Brasil, o país do

Religião e Esporte Midiatizado

futebol"? Como aponta Gastaldo, ele é resultado de um processo de pouco mais de 50 anos, o qual revela, por sua vez, a gradual consolidação do futebol como um dos emblemas da "identidade brasileira" (GASTALDO, 2006, p. 2). O estilo brasileiro de se jogar, a "malandragem", é, por exemplo, reconhecido como uma característica da brasiliade, que, como veremos, é um elemento marcante nas fontes analisadas.

Essa relação foi construída, em grande medida, a partir do discurso da imprensa esportiva, quando se reportava à Seleção brasileira, e de maneira ainda mais intensa durante as Copas do Mundo. "Em uma copa do mundo, os participantes não são meros 'times de futebol', mas 'seleções nacionais', uma espécie de 'encarnação simbólica' de cada nação participante do evento" (GASTALDO, 2006, p. 2). A vitória do Brasil na Copa de 1970 e a promoção de Pelé ao patamar de símbolo brasileiro é uma boa demonstração do fenômeno identitário ao qual nos referimos.

Essa identificação enquanto grupo também promove indivíduos; atletas que, por meio do discurso midiático, encarnam a identidade "malandra", pelo jeito de jogar ou, ainda, a identidade de herói nacional, quando associados aos grandes triunfos. Destaca-se, portanto, a capacidade do esporte midiatizado de transformar atletas em celebridades ou símbolos da identidade de um país ou grupo específico. A supervalorização das celebridades contribui, então, para a criação de "heróis", nos quais está representada a busca pela superação pessoal. Estes passam, assim, a ser um exemplo a ser seguido, fato amplamente utilizado pelos Atletas de Cristo, como buscaremos apresentar a seguir.

Esporte midiatizado e a propagação da identidade de Atletas de Cristo

A ideia de conquistar atletas para Cristo e prepará-los para testemunhar sua fé contém dois preceitos basilares para o que viria a ser a identidade do Atleta de Cristo:

1- a ideia de *distanciamento do mundo*, de mudança cultural e de estilo de vida, proveniente do contato com a fé cristã e consequente confronto com a cultura “mundana” veiculada no esporte; 2- a ideia de que essa mudança resulta em *testemunho*, a estratégia direta para a missão evangelística, ou o que denominamos “intenção proselitista”. Apesar desses preceitos não abarcarem, em sua formulação inicial, um “projeto midiático”, a experiência do grupo e o contato com o mundo do esporte midiatizado, descrito acima, fez com que a mídia se tornasse elemento fundamental para a concretização desses dois preceitos.

Em outras palavras, o atleta de Cristo deveria se destacar no meio esportivo por conta de sua conduta exemplar, oposta aos valores do “mundo”, como resultado de seu “encontro com Cristo”. No ambiente midiatizado que circundava os atletas, em especial aqueles que experimentaram maior fama, essa mudança de postura acarretaria diretamente em um testemunho, ampliado pela repercussão midiática. Por outro lado, à medida em que essa percepção da repercussão midiática se solidificou, os atletas passaram a ser orientados, tanto nos Grupos Locais, quanto no Jornal de ADC, a dar esse testemunho de maneira consciente: mediante gestos nas comemorações de gol, nas entrevistas ou no uso de adereços e de camisetas fazendo referência ao fato de serem cristãos.

Um exemplo dessa relação pode ser atestado em uma das marcas registradas dos Atletas de Cristo: a comemoração apontando para o céu com o dedo indicador, creditando o momento de conquista à Cristo. Nos meses que antecederam a copa do mundo de 1994, evento emblemático para ADC, por conta do elenco da seleção contar com seis atletas vinculados ao grupo (Jorginho, Taffarel, Paulo Sérgio, Mazinho, Zinho e Müller), ocorreu um caso peculiar envolvendo essa comemoração, que nos parece útil para demonstrar a relação entre a identidade do grupo e o esporte

Religião e Esporte Midiatizado

mediatizado. O jornal *O Estado de São Paulo* veiculava, no dia 30 de março de 1994, uma matéria com a seguinte manchete: "Brahma já contratou 14 jogadores; Dedo erguido na comemoração do gol associa imagem da Seleção à da cervejaria" (1994, p. 2). Pela primeira vez na história, dizia a matéria, os interesses comerciais de um produto usariam do gol como uma forma de divulgar patrocinador.

A jogada de marketing da Brahma, que achou uma brecha no contrato da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), a qual cedia os direitos da seleção brasileira à Coca-Cola, e aproveitou também da exposição midiática dos atletas, foi lida de maneira diferente pelos Atletas de Cristo. Como apontam nos Jornais de ADC, a comemoração do gol com o dedo em riste era, até então, vinculada a Deus pelos atletas. A apropriação desse gesto, fundamental na identidade do grupo por associar o momento ápice do esporte à figura divina, foi, então, interpretada como uma *disputa simbólica*. E é justamente nesse sentido que esse caso figura como um exemplo chave para a interpretação da relação entre a identidade de ADC e a midiatização do esporte.

A matéria do Jornal de ADC, a qual faz referência a esse episódio, traz o seguinte título: "Jorginho diz não a Brahma". "Nem todos se curvam ao 'deus Brahma' da grana preta. [...] Jorginho recusou a proposta milionária por entender que isso seria motivo de escândalo para muitos irmãos na fé" (JORNAL DE ADC, mai/1994, p. 4). A comemoração simbólica teria sido roubada pela marca, desviando o seu intuito de "transferir para Jesus a glória dos aplausos que recebia." (JORNAL DE ADC, mai/1994, p. 4). Ao negar a associação de sua imagem, e do símbolo cristão, a um símbolo "mundano", ligado a uma conduta devassa, Jorginho foi apresentado como exemplo de testemunho.⁴ Ao invés de carregar o símbolo de uma empresa, o jogador

⁴ O jogador já havia se tornado referência para o grupo, justamente pela sua mudança drástica de

carregaria o símbolo de Cristo.



Imagen 1 – Matéria do Jornal de ADC, maio de 1994.

Apresentar esses exemplos nas páginas do periódico do grupo cumpria uma espécie de “função pedagógica”, fixando os conteúdos abordados nos Grupos Locais (AGUIAR, 2004, p. 310). Isto é, mostrava aos demais atletas de Cristo o que era considerado uma conduta adequada a partir de casos práticos, os quais dialogavam com a realidade dos leitores. Esse intuito pedagógico nos permite relacionar o conteúdo do Jornal com as atitudes dos atletas. Nesse sentido, a leitura da realidade esportiva matizada pelo viés religioso/espiritual nos diz muito acerca da forma como os Atletas de Cristo analisavam sua realidade e como compreendiam suas próprias atitudes. Pensar essa relação nos permite, então, analisar, na ótica desse movimento religioso, a *dimensão simbólica* que a realidade esportiva continha.

A relação desta dimensão simbólica com o processo de midiatização do esporte

conduta. Antes conhecido por ser um jogador briguento, ao tornar-se cristão, e um atleta de Cristo, Jorginho mudou sua conduta em campo sendo, inclusive, premiado pela FIFA por seu *fair-play* (“jogo limpo”).

Religião e Esporte Midiatizado

começa a ficar evidente quando o Jornal de ADC passa a apresentar a ideia de testemunho como algo propriamente midiático. Apesar do caso de Jorginho demonstrar que o “espaço-símbolo” usado pela Brahma para anunciar seu produto já era ocupado pelos ADC, o elemento midiático não foi o foco do periódico, mas sim a instrução da conduta adequada. A saga da seleção brasileira e de seus seis atletas de Cristo na Copa de 1994, traria, por sua vez, exemplos nos quais esse espaço gerado pela midiatização do esporte seria apontado e utilizado conscientemente pelo grupo, e, no limite, marcaria sua identidade nos anos subsequentes.

A Copa de 1994

O discurso do grupo sobre a competição se delineava nesses termos: o Brasil inteiro podia imaginar que a vitória da seleção seria comemorada com o dedo em riste, o de Romário, Bebeto, Raí ou Zinho, fazendo alusão à propaganda da Brahma, evidentemente. O que poucos poderiam prever era uma final de Copa do Mundo decidida nos pênaltis, uma final em que os atacantes, as estrelas de ambas as seleções, italiana e brasileira, seriam incapazes de balançar as redes no tempo regulamentar. E como é sabido, em disputas de pênaltis, atacantes não fazem mais que a obrigação e quem tem a estrela são os goleiros. No caso brasileiro, o goleiro era Taffarel, que seguindo o exemplo de Jorginho também não assinou o contrato com a Brahma. Quem poderia imaginar que o tetra estaria nas mãos de Taffarel e que a foto da conquista seria estampada com ele, de joelhos e com as duas mãos apontando para o céu, mas não em referência à cerveja.

As matérias do Jornal constituíram, então, uma narrativa na qual Deus teria agido através dos Atletas de Cristo: “A esperança do tetra, que todos depositaram nos pés de Romário, estava agora nas mãos de Taffarel que depositou toda sua confiança no Senhor” (JORNAL DE ADC, ago/1994, p. 4). A proeminência de Taffarel, membro de

Atletas de Cristo, sobre o erro do atacante italiano Baggio “o budista”, que isolou a bola na cobrança final, foi lida sob o signo de “embate religioso”. A matéria “Cristo ou Buda” ilustra esta questão e exemplifica o elemento de confronto presente na teologia do grupo: “tudo terminou assim: Taffarel ajoelhado louvando ao Deus vivo, enquanto Baggio lamenta-se ao ter chutado para fora depois de confiar num Deus morto” (JORNAL DE ADC, jul/1994, p. 2). A reverência do goleiro, que se ajoelhou, dando o seu “testemunho” para milhões de telespectadores marcou, então, a posição que todo atleta de Cristo almejava – sendo enaltecida nas manchetes do grupo como um exemplo a ser seguido.

Como evidenciado anteriormente, desde o início, a competição era vista pelos Atletas como uma oportunidade de testemunho através da mídia. A resposta à pergunta “O que Deus tem a ver com a Copa do Mundo?” (JORNAL DE ADC, jul/1994, p. 2), a qual estampou o título do editorial de julho de 1994, foi respondida por Alex Dias Ribeiro com os números de espectadores do evento e com a ideia de que os seis membros do grupo no time brasileiro, sendo os *representantes de Cristo* na competição. O testemunho por meio dos meios de comunicação em massa era, por sua vez, a resposta que estava na ponta da língua dos atletas. Todos tinham a convicção da importância da mídia para o cumprimento de sua função como “embaixadores de Cristo”. Ou seja, pode-se notar a percepção dos atletas e do grupo acerca do processo de midiatização do esporte e do que isso significava para eles.

As copas e o Novo Milênio

Se Deus, por meio de ADC, teve ligação direta com a vitória em 1994, na Copa do Mundo de 1998 os fatos ocorreram de forma diferente. Mesmo com a presença de dois atletas de Cristo no elenco (Taffarel e César Sampaio), o Brasil foi derrotado na

final. Antes do evento, as matérias do Jornal indicavam a mesma expectativa de 1994: "calcula-se que 3 bilhões de pessoas estarão grudadas às telinhas pelo mundo a fora. Se tivermos atletas comprometidos com Deus atuando nos gramados, poderemos ver oportunidades únicas de testemunho para toda essa gente" (JORNAL DE ADC, mar/1998, p. 1).

Nesse sentido, mesmo com a derrota, o discurso se mostra semelhante ao de 1994; essa oportunidade de prestar o "testemunho", tanto através das atuações individuais dos atletas de Cristo, quanto das iniciativas proselitistas do grupo, como a produção do vídeo "O Brasil vai ganhar a próxima copa", vendido para mais de 80000 pessoas (JORNAL DE ADC, set/1998, p. 2), foram comemoradas como a "vitória de Deus", e como uma missão cumprida para os ADC. Como afirmou Ribeiro sintetizando a competição: "podemos afirmar que conquistamos na França uma enorme vitória para o Reino de Deus" (JORNAL DE ADC, set/1998, p. 2).

Mas mais do que uma manifestação da midiatização direta, isto é, na qual os atletas fazem "uso" da mídia para propagar sua mensagem, exemplificada na leitura das duas Copas do Mundo ocorridas na década de 1990, a relação de Atletas de Cristo com a mídia nos revela também indícios do processo de midiatização indireta, em que a lógica midiática passa a ser incorporada pela organização. A midiatização influenciou também a forma de conceber o grupo, ou, na linguagem adotada neste artigo, na sua identidade. Apesar da consciência da associação entre esporte midiatizado e a ideia de testemunho apresentar, em si, indícios da midiatização indireta, há também uma relação teológica diferente entre a mídia e a realização do "plano de Deus na Terra".

No editorial de dezembro de 1994, cujo título é "A geração do Apocalipse e sua grande missão", a mídia é apresentada como possível meio para a realização final do

plano divino, de propagação das “boas novas” para todas as nações (JORNAL DE ADC, dez/1994, p. 2). De acordo com o Jornal, nunca houvera oportunidade mais clara para os cristãos e para os próprios ADC, especificamente: “Nascemos na Era das Comunicações. O mundo é hoje uma grande aldeia global. [...] O esporte é uma linguagem universal. O futebol é o esporte mais praticado do planeta” (JORNAL DE ADC, dez/1994, p. 2). Todas essas seriam, então, condições mais que suficientes para a concretização da missão divina.

Nota-se, portanto, que o avanço da midiatização e seu potencial de testemunho se misturaram com o tom “milenarista” que dominava os últimos anos do século XX. A linguagem do “apocalipse” é, no caso de ADC, apresentada como indissociável da mídia. Como escreveu Alex Dias Ribeiro, ao cumprir a missão de testemunhar a todo mundo por meio das condições que se colocavam aos atletas cristãos da época, “teremos a chance de assistir ao maior espetáculo da terra: a volta de Cristo ao vivo e em cores, e entraremos para a história como a geração que virou a página mais importante da história da humanidade. A geração apocalipse” (JORNAL DE ADC, dez/1994, p. 2).

Novo milênio, nova página

A virada do milênio parece, contudo, ter arrefecido o entusiasmo que marcou a atuação do grupo nos anos 80 e 90, dando lugar a uma crise financeira e alterações substanciais na sua forma. Apesar dessas mudanças, nos anos que sucederam as copas de 1994 e 1998, a aparição na mídia continuou a figurar nas páginas do Jornal como um sinônimo de sucesso na missão proselitista. Com o passar dos anos e a modificação dos meios, como o desenvolvimento e popularização da internet, a atenção do grupo se voltou a novos formatos. É possível identificar, então, que a

Religião e Esporte Midiatizado

importância conferida pelos Atletas de Cristo à mídia, considerada o principal meio de propagação da mensagem cristã no “Novo Milênio”, resultou em uma constante preocupação do grupo em se manter “atualizado” em termos de suporte midiático. Destacamos, nesse sentido, a iniciativa dos Atletas de Cristo na internet; esta teve início em 1997 e hoje se apresenta como principal suporte midiático do grupo, substituindo a forma impressa do Jornal.

A relação do grupo com a internet antecedeu, como dito, a Copa de 1998. A edição de março de 1997 contava com o anúncio da inovação: “A maior velocidade que a Igreja primitiva conseguia atingir na propagação do Evangelho pelo mundo era a de um ‘camelo disparado’. Os tempos são outros, e para facilitar nossa parte nessa missão agora os Atletas de Cristo contam com um site na internet” (JORNAL DE ADC, mar/1997, p. 1). Nos anos subsequentes, essa iniciativa ganhou cada vez mais espaço no periódico, o que pode indicar a paulatina migração de suporte midiático. Um dos elementos que nos leva a inferir essa transição é a matéria “Voz do Leitor”. Ela constituía parte da estrutura fixa do Jornal de ADC e trazia mensagens de integrantes dos Grupos Locais, mas passou, na edição de fevereiro de 2000, a coabitar com a versão dos “Internautas” (JORNAL DE ADC, fev/2000, p. 2). No mês seguinte contou ainda com a matéria “Cibernaut@s de Cristo” (JORNAL DE ADC, mar/2000, p. 3).

Essa sessão exercia um papel fundamental para a coesão do Grupo, na medida em que colocava os Grupos Locais em “diálogo”, função que foi cada vez mais exercida pelo website. No ano de 2002 houve uma repaginação do site, que passou a ser hospedado no atual domínio, “www.atletasdecristo.org”. Dois anos depois, na edição de setembro de 2004 do Jornal, notamos a presença de mais uma matéria fazendo referência a esse processo de “atualização” do grupo: “Homepage de Cara Nova!” (JORNAL DE ADC, set/2004, p. 1). O anúncio do website apontava para seu perfil

“interativo” e a possibilidade de comunicação com outros atletas de Cristo, uma integração mais completa e dinâmica.

Não obstante, esse esforço de divulgação e atualização era também impulsionado pelos problemas enfrentados para a impressão e envio dos jornais e do próprio grupo em se sustentar financeiramente. Desde de 2001, a tiragem havia sido reduzida drasticamente de 35000 para 3000. Como apontado anteriormente, o motivo desta oscilação era o fato de ser sustentado por doações. Em uma matéria de Capa na edição de março de 1994 já apontava que apenas 10% dos assinantes do jornal pagavam pelos exemplares que recebiam (JORNAL DE ADC, mar/1994, p. 1).

Onze anos depois, em 2005, esse problema foi apresentado como o motivo do fim da impressão do periódico: “A falta de um número mínimo de assinantes para pagar sua produção, aliada à crise financeira que assolava Atletas de Cristo nos obrigaram a tirá-lo de circulação” (JORNAL DE ADC, mai/2005, p. 1). E apesar do momento auge dos Atletas de Cristo, os anos 1980 e 1990, não se repetir no século XXI, o jornal voltou a ser produzido em outubro de 2013 no formato online. Atualmente, o website é a principal plataforma midiática do grupo, juntamente com as páginas no Facebook, Instagram e Twitter, o que atesta a continuidade do papel da mídia, tão importante nos anos 1990, enquanto elemento estruturante da atuação do grupo.

Conclusão

Buscamos evidenciar brevemente neste artigo o processo de construção da identidade de Atletas de Cristo como um estudo de caso do processo de midiatização da religião. A especificidade do grupo em questão, de matriz interdenominacional e voltado especificamente a atletas, demandou, por sua vez, o relacionamento do

Religião e Esporte Midiatizado

processo de midiatização da religião com o da midiatização do esporte. As mudanças ocorridas no esporte, cada vez mais espetacularizado, encontrando mais espaço no suporte televisivo, foram fundamentais para a constituição identitária de Atletas de Cristo.

Nos termos apresentados anteriormente, o esporte midiatizado proporcionou uma série de nuances, as quais foram utilizadas pelo grupo. Um exemplo disso é o caráter simbólico da disputa esportiva, o qual foi usado amplamente, sobretudo a figura do “atleta-herói” como um exemplo a ser seguido. A posição ocupada por esse atleta famoso, capaz de influenciar multidões, foi entendida pelo grupo como uma possibilidade de “alcançar multidões para Cristo”, cumprindo o intuito proselitista do grupo mediante o *testemunho* nas mídias, seja por meio da forma da comemoração ou de sua atitude em campo.

Por mais utilitarista que a percepção de Atletas de Cristo sobre a mídia possa parecer, há uma relação que vai além do simples uso. A lógica midiática passou a pautar o movimento, inclusive em seu funcionamento. O Jornal de ADC, fonte analisada nesse artigo, exerceu um papel estruturante na orientação teológica e manutenção da unidade dos Grupos Locais, a qual foi paulatinamente migrada para o website a partir de 1997. Por outro lado, é no conteúdo dos jornais que se pode identificar que a repercussão midiática se tornou gradualmente sinônimo de êxito da missão, e, como vimos, passou a ser apresentada como um meio concreto de realização do plano divino na terra.

Fontes

Jornal Atletas de Cristo. Nº 108; Nº 110; Nº 111; Nº 142; Nº 154; Nº 160; Nº 177; Nº

178; Nº 200; Nº 203; Nº 231; Nº 239.

Ata Geral de Constituição de Atletas de Cristo no Brasil, 04 de janeiro de 1983.

O Estado de São Paulo. 30 de março de 1994.

O Estado de São Paulo. 25 de dezembro de 1999.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Reinaldo O. **Religião e esporte**: os atletas religiosos e a religião dos atletas. 2004. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado em Ciências da Religião. São Bernardo do Campo: UNIMESP.

BRITTOS, Valério Cruz; DOS SANTOS, Anderson David Gomes. **Processos midiáticos do esporte**: do futebol na mídia para um futebol midiatizado. *Comunicação Mídia e Consumo*, v. 9, n. 26, p. 173-190, 2013.

BELLOTTI, Karina Kosicki. **Mídia, religião e história cultural**. *Revista de Estudos da Religião*, n. 4, p. 96-115, 2004.

CUNHA, Magali do Nascimento. **Elucidações contemporâneas nos estudos brasileiros em mídia e religião: a perspectiva das mediações culturais e comunicacionais**. *Revista FAMECOS*, v. 23, n. 2, p. 1, 2016.

CUNHA, Magali do Nascimento. **“A Serviço do Rei”**. *Uma Análise dos Discursos Cristãos Midiatizados*. *Revista de Estudos da Religião*, p. 46-68, 2008.

LUCA, Tânia Regina. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, p. 111-153, 2005.

Religião e Esporte Midiatizado

GASTALDO, Édison Luis. **Comunicação e esporte:** explorando encruzilhadas, saltando cercas. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 39-51, mar. 2011.

GASTALDO, Édison Luis. **A pátria na “imprensa de chuteiras”:** futebol, mídia e identidades brasileiras. *Nações em campo: Copa do Mundo e identidade nacional*. Niterói: Intertexto, p. 87-102, 2006.

HJARVARD, Stig. **The Mediatization of Religion;** Theorising Religion, Media and Social Change. *Culture and Religion* 12;2, 119-135. 2011.

HJARVARD, Stig. **Midiatização:** teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *Matrizes*, v. 5, n. 2, 2012.

KROTZ, Friedrich. *Medialisierung: Fallstudien zum Wandel von Kommunikation*. Wiesbaden: VS Verlag für Socialwissenschaften. 2007. APUD: HJARVARD, Stig. **Midiatização:** teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *Matrizes*, v. 5, n. 2, 2012.

KOMMERS, Jorge. **Futebol como mídia:** relação entre futebol, televisão e patrocinadores. 2016. 93f. Monografia. Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O celeste porvir:** a inserção do protestantismo no Brasil. EdUSP, 2008.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira.** São Paulo, Brasiliense, 1988.

PETROGNANI, C. **Avanço neopentecostal no futebol brasileiro:** análise sócio-antropológica acerca das relações entre religião, futebol e espaço público no Brasil. *Epígrafe*, São Paulo, v. 8, n. 8, pp. 173-196, 2020

Futuro del Pasado, 6, 175-191. 2015.

ROWE, David. **Sport, Culture & Media**: The Unruly Trinity. McGraw-Hill Education (UK), 2003.

RIAL, Carmen. “**O ovo do diabo” e os jogadores de futebol como pastores neopentecostais**. Revista Instituto Humanitas Unisinos, v. 13, n. 424, p. 19-22, 2013. <[www.ihu.unisinos.br/entrevistas/521272-o-ovo-do-diabo-e-os-jogadores-de-futebol comopastores-neopentecostais-entrevista-especial-com-carmen-silvia-rial](http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/521272-o-ovo-do-diabo-e-os-jogadores-de-futebol-comopastores-neopentecostais-entrevista-especial-com-carmen-silvia-rial)> (Acesso em: 14/12/19)

RIAL, Carmen. **Rodar**: a circulação dos jogadores de futebol brasileiro no exterior. Horizontes Antropológicos, v. 14, n. 30, p. 21-65, 2008

SAVENHAGO, Igor José Siquieri. **Futebol na TV**: evolução tecnológica e linguagem de espetáculo. Verso e Reverso, v. 25, n. 58, p. 22-31, 2011.

SCAFUTTO, Nina. **Televisão e identidade**: imagens da cidade. ENCONTRO nacional da rede Alfredo de Carvalho, v. 6, 2008.

SANFELICE, Gustavo Roese. **A midiatização do esporte**. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires. 2009.

Imagens

Imagen 1 - Jornal Atletas de Cristo. Nº 108: maio de 1994. p, 4.

Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em Livros Didáticos (2008, 2011 e 2014): a causa Estadunidense enquanto comparação.

Vitor Emanuel Maia Ferreira*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v8i8p197-234

Resumo: Partindo das contribuições teóricas de Chartier (1991), Hall (2016) e Ricouer (2007) acerca do conceito “representação”, o presente trabalho utilizou como objeto 18 volumes de livros didáticos (e cada um destes de uma coleção distinta) aprovados e reeditados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) nos anos de 2008, 2011 e 2014 e destinados ao último ano do Ensino Fundamental. Procurou-se identificar nestes os tratos dispensados à experiência afro-brasileira no pós-abolição, especificamente no recorte das atividades do Movimento Negro Contemporâneo aqui por nós entendido como entre 1970 e 2000. Tal adoção temporal se justifica por permitir que outras variantes de resistência sejam identificadas para além do modo institucionalizado que tem seu início marcado tradicionalmente em 1978 com o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU). Ademais, estende-se o recorte de análise dos livros didáticos até 1960. Tal ação se justifica por permitir que nos atentemos para as atividades estadunidenses semelhantes que se intensificam sobretudo nas décadas de 50 e 60 e, assim, apontar de que maneira a narrativa didática a aborda. Concluído tal movimento, torna-se possível sustentar algumas propostas, como: preferências sobre o que é entendido como “movimento social”, o que se desdobra na continuidade de “valores” que eram forçosamente propostos pelo Regime Militar (1964-1985) vigente no período. Assim, pretende-se apontar para a afirmação de que o Movimento Negro Contemporâneo brasileiro carece de maior espaço nas coleções didáticas para que se atribua a luta do Movimento Negro maior sentido de longevidade e continuidade.

Palavras-Chave: Democracia Racial; Ensino de História; Livros Didáticos; Movimento Negro Contemporâneo; Pós-Abolição; Representação.

*Licenciado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: vitor1519029@gmail.com

A Lei 10.639/2003 como produto da “tendência democrática”: um convite a abertura da sociedade e do horizonte da pesquisa histórica.

Homologada no ano de 2003, a lei 10.639, que estabelece como obrigatória a inclusão da História da África e dos Africanos, bem como a luta dos negros no Brasil e a participação do sujeito negro na formação de elementos sociais, econômicos, políticos e culturais pertinentes à História do Brasil, aparece no bojo de uma série de medidas que visavam a construção e, portanto, a efetivação de uma sociedade democrática. No ano seguinte e a fim de que a proposta da citada lei fosse realmente aplicada, temos a elaboração das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, que estabelece eixos pedagógicos para o estabelecimento de um processo de ensino-aprendizagem que fosse de fato etnicamente plural e não mais uma irrefletida adição de uma temática no currículo escolar. Assim o sendo, resultaria a longo prazo na superação efetiva do racismo brasileiro.

Partindo do sentimento de desorientação emergente após dois conflitos mundiais, regimes totalitários, campos de concentrações e a queda do Muro em Berlim representaram desafios e reflexões nunca antes apresentadas na intensidade que a virada para o século XXI apresentou. Com isso, o “horizonte” não dispunha de “pilares” diretivos imediatos (sentidos de orientação) como outrora, o que implica no conceito “tendência democrática” (ABREU, RANGEL, 2015, p.07), (na qual ambas as medidas acima citadas se inserem) e que articula conceitos como “memória”, “cultura histórica” e “ensino de história”.

Assim, a fim de que se superasse essa aparente desorientação, apostava-se no reconhecimento da diferença e da alteridade justamente nos conceitos supracitados. Em outras palavras, no início de um movimento “democratizante”, valores

Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

anteriormente fixados coletivamente (nação, identidade e religião, por exemplo) passaram a ser tensionados na tentativa de que se equilibrassem as diferenças que outrora levaram aos traumáticos eventos do século anterior (RÜSEN, 2009, p.171).

O que se pretende aqui é destacar que tendo a lei 10.639/2003 e as “Diretrizes [...]” contemplado pautas que começam a emergir em 1990 e que passaram aencionar sentidos como “de cultura [...], assim como de identidade e relações étnico-raciais, começaram a se fazer presentes nas normatizações estabelecidas pelo MEC com o objetivo de regular o exercício do ensino” (ABREU, MATTOS, 2008, p.6) em um contexto onde o país caminhava vagarosamente para um processo de redemocratização, constata-se em devida subseção que a abordagem da temática africana e afro-brasileira não figura constantemente como elemento na espacialidade das 18 coleções¹ de livros didáticos analisados. O que permite que apontemos dois elementos: o primeiro é um claro descompasso entre a “legislação” (DCN’s e os Guias do PNLD dos anos de publicação do livro didático) e a prática. Levando assim ao seguinte elemento, que trata da necessidade de realização de pesquisas que levem como preocupação a experiência afro-brasileira e a consideração dos livros didáticos enquanto “fonte histórica”.

Deste modo, o presente trabalho se insere nesta mesma “tendência democrática” e leva como tema a ser pinçado nos livros didáticos um período muito adverso do Movimento Negro que será justificado e melhor explorado em próxima subseção.

O Movimento Negro Brasileiro em disputa: democracia racial, produção historiográfica e faces do compartilhamento de experiências.

1 A devida citação dos títulos será realizada de maneira apropriada em subseção do trabalho.

Escolher como recorte temporal as atividades do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo nos é caro por dois aspectos distintos: o primeiro reside no fato de que, como aponta Hebe Mattos em abertura da obra: “O mundo Negro: Relações raciais e a constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil”, percebemos o quanto as “disputas” em torno da memória do movimento, sobre o que ele foi, como se deu e suas características, dificultam a realização de trabalhos que abordem o tema (PEREIRA, 2013, p.21). Assim, tais disputas podem ser abordadas e apresentadas em relação com o segundo aspecto, que é a consideração do contexto autoritário brasileiro da mesma época.

Antes, torna-se necessário realizar uma breve justificativa sobre a periodização do que aqui se entende como Movimento Negro Contemporâneo (1970-1990) e, que destoa da marcação adotada pela historiografia tradicional do tema. Petrônio Domingues propõe que o Movimento se encontra sob essa formatação entre os anos 1978 e 2000, considerando como marco inicial a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978 no bojo do reaparecimento de outros movimentos sociais que começavam a se rearticular com o enfraquecimento do Regime Militar (DOMINGUES, 2007, p.117). Entretanto, buscou-se outra marcação por considerarmos que a utilização desta citada baliza “engessa” as possibilidades de análise sobre o tema, pois deixa de lado as formas não institucionalizadas de movimento -- o que pode restringir a atividade de indeterminados atores históricos na época. Ao considerarmos uma definição sobre o que é (e foi) o Movimento Negro, que passa a incluir atividades artísticas, religiosas, desde que “toda esta complexa dinâmica, ostensiva ou invisível, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro” (SANTOS, 1994, p.303), podemos incluir como tema da proposta não somente as atividades desenvolvidas pelo MNU, mas também o Centro de Cultura e Arte Negra

Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

(1972), Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (1976) e o Movimento Musical “*Black Rio*”, que se populariza no Rio de Janeiro na década de 70 (DOMINGUES, 2007, p. 112) junto com a campanha “Sou Negro” (HANCHARD, 2002, p.79,80) na mesma década e cidade do último, por exemplo. Assim, para que se possibilite uma apreensão plural do que pode ser entendido como “movimento” ou “resistência”, estendemos a definição do Movimento Negro Contemporâneo como sendo iniciado em 1970 até 2000.

Pretendendo realizar uma apresentação do Movimento na época, alguns elementos que o complexificam merecem ser apontados, como a estadia da noção de “democracia racial”; o contexto autoritário de uma Ditadura Militar; e o contato do Movimento Brasileiro com outras correntes filosóficas que levavam em consideração a situação do negro, sobretudo a estadunidense, e que em certa medida atestam a metáfora do “Atlântico Negro” (GILROY, 2001, p.57).

Este movimento reflexivo inicial em que se descreve algumas características do Movimento Negro brasileiro se faz necessário pois indica ao leitor elementos que podem (ou não) ser encontrados no momento de análise dos livros didáticos.

Recuando ao ato de criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), podemos entender o instituto como uma tentativa sistematizada para a elaboração de uma “transfiguração identitária” na vida do então negro brasileiro (bem como do indígena). O que merece destaque é a maneira como estas deixaram profundas marcas no pensamento do país. Cabe citar políticas como a ideia de “branqueamento”, citada por João Batista de Lacerda (1912); a “harmonia e igualdade” deduzida por Oliveira Vianna (1922 e 1932) e poucos anos mais tarde, em uma conturbada virada de século, a ainda hoje discutida, “democracia racial”, comumente

associada a obra de Gilberto Freyre “Casa Grande e Senzala” (1933), onde o autor “observa o Brasil da varanda da Casa Grande” (NICOLAZZI, 2010, p.268).

O “espectro” dessas políticas que pairaram (e que ainda revoam) sobre a realidade brasileira contribuíram, para além do “enraizamento” dessas proposições, no deslocamento da identidade do indivíduo africano e afro-brasileiro, sendo assim um fator adicional que dificulta a “mobilização” do povo negro do início até a segunda metade do século XX, como bem apontam algumas entrevistas de militantes do Movimento na época colhidas por Verena Alberti e Amilcar Pereira na obra: “Histórias do Movimento Negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC” (ALBERTI, PEREIRA, 2007).

Deste modo, se considerarmos o contexto de opressão característico dos Regimes Ditatoriais Militares, como o vigente no Brasil (1964-1985), encontros entre afro-brasileiros passaram a ser monitorados com cautela por parte dos organismos de espionagem e “segurança” ligados aos militares (GONZALEZ, 1982, p.30 e PEREIRA, 2013, p.138), justamente por serem lidos como movimentos que passaram a visar uma reorganização na sociedade para que se respeitassem devidamente as características culturais particulares do africano e afro-brasileiro.

Portanto, neste período as organizações com maiores dimensões (seja de membros, seja por circulação dos seus ideais, nos meios de comunicação disponíveis na época) eram de difícil estabilidade e, como consequência, o mapeamento póstumo das suas atividades por estudiosos se torna mais árduo. Isto justifica a criação do que mais tarde seria o MNU, em 1978, que teria um papel “centralizador” para assim obter uma melhor estrutura e articulação do Movimento Negro brasileiro. Por isso a importância de trabalhos como o de Amílcar Pereira (2007 e 2013), em que este realiza entrevistas que versam sobre as atividades do Movimento Negro no período

Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

ditatorial.

Associados a um discurso que propunha a reformulação das “camadas sociais”, estavam ligados os “dilemas raciais” em um movimento de resposta comum ao Regime Militar (PERREIRA, 2013, p.138). Segundo o documento do Serviço Nacional de Informações (SNI), do ano de 1978, as “manifestações do racismo negro” se encontravam próximas a documentos de possíveis “ameaças” comunistas (PEREIRA, 2013, p.172). Por dedução, as fantasias de um possível levante comunista e o Movimento Negro Contemporâneo passaram a representar significativas preocupações de um regime que se valeu da “homogeneização” do passado, das culturas e da consideração de uma “coletividade” (ARENNDT, 1975, p.362, 363) para governar. Portanto, discutir a questão racial definitivamente não era pauta militar.

Através da realização de entrevistas com participantes do Movimento Negro na segunda metade do século XX, como Frei David e Magno Cruz, Pereira constata a dificuldade de “se identificar como negro” no país, ou como as “categorias de cor”, como o “moreno, “mulatos”ou “pardos” (PEREIRA, 2013, p.107) dificultavam ainda mais o encontro com este “self” ou significavam “entraves para a mobilização política daquele segmento da população” (DOMINGUES, 2007, p.116). O intransponível questionamento levantado por Magno Cruz em uma destas entrevistas “o que é ser negro do Brasil? ” se materializa.

Tratando da dimensão “transnacional” (LÓPEZ, 2013, p.40) do Movimento e utilizando quadro elaborado por Domingues (2007, p.117, 118,119), temos, muito certamente devido à circulação de ideias entre Brasil e Estados Unidos, a apropriação e adaptação às condições exclusivas do afro-brasileiro do *“Black Power”* no país. Logo, expressões culturais significadas na musicalidade estadunidense (para nos atermos a

este tipo de exemplo) passaram a encontrar “seguidores”. Tal característica pode ser percebida em artistas como Toni Tornado e Wilson Simonal (NAKED, 2012, p.4). A excitação social e cultural como característica dos anos 1960 condicionou tanto a circulação de conteúdos que buscavam a exaltação de ser negro e ao mesmo tempo a denúncia da discriminação sofrida em seus países. Portanto, dedicar parte do presente trabalho para identificar nos livros didáticos a representação do Movimento Negro estadunidense se torna uma preocupação secundária que auxilia na observação das disparidades e semelhanças quando retratadas.

Ao dialogar com artigo escrito por Bourdieu e Wacquant (1999), Hanchard refuta o argumento proposto de que apenas categorias como “Estado” e “Cultura Nacional” poderiam servir de objeto estático para análises comparativas, e assim, segundo eles (Bourdieu e Wacquant), os demais movimentos que consideravam temáticas raciais eram meramente “exportados” do modelo afro-estadunidense; deste modo, ignoram-se as particularidades do Movimento afro-brasileiro. A discussão levantada por Hanchard nos é cara, pois permite apontar os limites justamente para o “nacional”, que aqui se entende como a condição de experiências particulares dos sujeitos, que foram brevemente expostas no início da presente seção, bem como indicar as contribuições do trânsito filosófico e político dos mesmos no aspecto transnacional ou diaspórico.

Tal indicação fomenta a discussão das táticas utilizadas pelo Movimento Negro Contemporâneo, levando em consideração a habilidade de reinvenção do grupo em contextos adversos (DOMINGUES, 2007, p.122). Isto reitera a necessidade de uma flexibilização da marcação do Movimento Negro Contemporâneo. Essa inovação se dá certamente pelo contato de ideias entre os afro-estadunidenses, afro-brasileiros e africanos, mas longe de como propõe Bourdieu e Wacquant, na simples

Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

adoção do “modelo” estadunidense.

A metáfora do “Atlântico Negro” proposta por Gilroy (2001) descreve um espaço transnacional de troca (em um amplo sentido) em que sujeitos se relacionavam e eram ligados pela diáspora. Esta múltipla dimensão de intercâmbio, como consequência, alimentou os mais diversos movimentos raciais pelo mundo. A característica da dupla consciência guardada no sujeito faz emergir a questão que se relaciona tanto ao continente africano como ao próprio Brasil (ROSA, 2011, p.20).

Interpretada deste modo, esta metáfora já é suficiente para desmobilizar os argumentos de Bordieu e Wacquat (1999) supracitados. Contudo, e afim de uma melhor organização, serão apontadas algumas das formas como os movimentos específicos dos Estados Unidos e Brasileiro “absorviam” e se comunicavam - deste modo transportando suas estratégias e práticas - e também que ideias eram incorporadas ou rechaçadas, bem como os limites do nacional e transnacionalismo (LÓPEZ, 2013, p.40). Tanto em sua tese de doutoramento, como no livro que se origina desta, Pereira (2010 e 2013) dedica uma seção específica para tratar justamente deste compartilhamento.

Através da circulação dos jornais associados a “imprensa negra”, constitui-se, a partir de 1930, uma instigante circulação de periódicos entre Brasil e Estados Unidos. Em mão dupla, estes auxiliavam no compartilhamento das experiências próprias dos negros nos dois países, bem como sua “visão” um do outro. Como exemplo, Pereira apropria-se do acervo de jornais importantes ainda em atividade, como o *The Baltimore Afro-American* (1896) e *Chicago Defender* (1906) e o brasileiro *Clarim d’Alforada* (1924).

A troca de exemplares do *Chicago Defender* e o Clarim se dá pela passagem em terras brasileiras do então editor do jornal estadunidense, Robert Abbot, que encontrou-se com José Correia Leite, responsável pelo Clarim (PEREIRA, 2013, p.151). Assim, a discussão sobre a pauta do “monumento à Mãe Negra” (importante reivindicação do Movimento Negro brasileiro na época), que viria a ser construído na cidade de São Paulo em 1920, chegou ao conhecimento dos estadunidenses por meio deste trânsito informacional (LEITE, 1992, p.79).

Outro ponto que merece nossa atenção é o levantamento que indica a presença de 61 matérias no *Chicago Defender* no período entre 1914 a 1978 e que sublinhava a “harmonia racial” brasileira (PEREIRA, 2012, p.152). Em outro recorte de análise, levando em conta as publicações do *The Baltimore Afro-American*, no período entre 1940 e 1942, houve 14 reportagens identificadas em que se problematizava a noção de “paraíso racial” (PEREIRA, 2012, p.153).

O que vale ressaltar é o modo como estes Movimentos se influenciavam e trocavam informações e, assim, desenvolviam novas práticas ou aprimoravam as suas próprias. Exemplo disso é que a partir de 1940 (aproximadamente) as visões edênicas sobre o Brasil pelos jornais estadunidenses passaram a ser contestadas, como mostra também matéria do *The Baltimore Afro-American* intitulada: “*Afro man meets Brazil prejudice*” que foi utilizada na seção “O mito debatido (1940-1965), do livro “*African American Reflections on Brazil’s Racial Paradise*” (1992) de David Hellwig (PEREIRA, 2012, p.153).

Por sua vez, o *Chicago Defender* em 1935 realçava as atividades do Movimento Negro brasileiro, em sua formatação denominada Frente Negra Brasileira (FNB) (DOMINGUES, 2007, p.121), sendo apresentado como a organização mais poderosa

Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

do país, chegando a exercer influência política (PERREIRA, 2013, p.155).

Por outro lado, o Clarim passou a dialogar com Mário Vasconcelos, um erudito das linguagens que passou a introduzir com maior clareza o movimento pan-africanista, relacionado com a “crescente” de Marcus Garvey. Assim, Vasconcelos “traduzia” as informações do movimento estadunidense, e o Clarim passa a ter uma seção intitulada “O Mundo Negro” (LEITE, 1992, p. 77,78,80 e 81), concretizando as “ideias vindas de lá”.

A partir de 1950, com a florescência de manifestações que chamavam atenção para o racismo nos Estados Unidos, em despontam personagens como Luther King, Malcom X e o Partido dos Panteras Negras, e com a dimensão pública que esses movimentos ganhariam, os estadunidenses, segundo registros dos jornais citados anteriormente, parariam de “olhar” para o Brasil para despender maiores energias no processo em andamento no próprio país nas lutas por liberdade nos países africanos (PERREIRA, 2013, p.158).

Os periódicos citados são uma das fontes possíveis que atestam a efetividade da ideia do compartilhamento de experiências entre os Movimentos brasileiros e estadunidense, seja para a “adoção” de certas táticas como o *“The Negro World”* de Garvey no Brasil pelo Clarim; para a divulgação das atividades em torno do monumento “da Mãe Negra”; para a movimentação da Frente Negra Brasileira (FNB), como exposto nos jornais estadunidense; ou também para contestar algumas ideias, como proposições de Garvey que segundo José Leite causaram algum estranhamento e que “ficou restrito” quando recebidas. (LEITE, 1992, p.80).

Dentro destas “dimensões”, local, nacional e transnacional, apontadas por

Hanchard (HANCHARD, 2002, p.80), o Movimento Negro Contemporâneo brasileiro construiu sua identidade. Ao mesmo tempo em que adotou táticas específicas e locais, compartilhava das preocupações transnacionais. Como exemplo, temos o Ilê Aiyê, que, Antonio Santos, um dos fundadores do grupo, em entrevista aponta as “acusações de serem falsos africanos” por desmembrarem a luta política da esfera cultural. Contudo, o mesmo ressalta o ato já político em se fundar um grupo baseado em tal proposta, o que faz com que este entrasse na “esteira” das demais possibilidades de formatação de Movimentos Negros (PEREIRA, 2013, p.222).

Assim, através destas complexas faces, o Movimento Brasileiro que pretendia denunciar o racismo enquanto prática institucionalizada, foi tomando traços que iriam permanecer até hoje (DOMINGUES, 2007, p.116).

Sobre os livros didáticos: apresentação aos volumes analisados; apontamentos sobre a rede mercadológica e breve justificativa a respeito da escolha dos objetos utilizados.

Inicialmente, cabe destacar dois elementos para melhor elucidação e para que se evite repetições no corpo deste texto: todos os volumes analisados são destinados ao último ano do Ensino Fundamental (nono ano) e destinados à disciplina História. O fato de ser quem vos escreve historiador talvez não seja motivo suficiente para justificar a escolha dos livros didáticos da disciplina. A lei 10.639/03 atribui à História (juntamente Educação Artística e Literatura) função medular no exercício de uma educação democrática (MOGILKA, 2003, p.26), apontando a disciplina como uma das responsáveis para a consolidação da cidadania do indivíduo. A respeito da escolha do ano escolar ao qual os livros se destinam, temos o fato de ser o “segmento da educação básica com maior número de estudantes matriculados” (ROZA, 2017, p.15). Ou seja, é onde os livros didáticos mais entram em contato com o seu consumidor

Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

final. E como prescreve o Parâmetro Curricular Nacional (PCN) (1998), é conteúdo obrigatório deste ano abordar o período utilizado aqui como recorte (BRASIL, 1998, p.70).

Ainda antes de apresentar ao leitor os resultados e análises levantadas, uma breve apresentação baseada no Guia do PNLD do ano referente à edição dos títulos será realizada. Isto, na tentativa de conceder uma maior familiaridade do leitor com a estrutura do objeto, seus autores e “valores” embutidos nas coleções.

Referente ao edital do PNLD do ano de 2008, em que foram analisadas quatro coleções, sendo uma delas “História Conceitos e Procedimentos”, de Ricardo Dreguer e Eliete Toledo, de responsabilidade da Atual Editora. Nela opta-se pela estruturação do livro por meio de “tópicos” permanentes (como, “O que vamos Estudar? ” e “Conceitos e Noções”), para que estes se articulem na então inovadora proposta pedagógica que condiciona o aluno a construir e reconstruir os conceitos apresentados de maneira independente. E atribuindo ênfase metodológica ao trato com a construção e reconstrução das mesmas conceitualizações.

Em “História em Projetos - a encruzilhada dos mundos: consertos e desconsertos nos séculos XX e XXI” (este que aparece com dois volumes da primeira e segunda edição) de Conceição Oliveira, Carla Miucci e Andrea Paula, da editora Ática, opta-se pelo pressuposto da História Integrada, que faz com que o livro se estruture através de uma “cadeia” temporal e, no meio, atividades dos temas considerados relevantes. As discussões apresentadas enfatizam os valores democráticos e utilizam temas paralelos como ética, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, saúde, trabalho e consumo.

Já em “Navegando pela História” de Silvia Panazzo e Maria Luísa Vaz, distribuído pela Quinteto Editorial, notamos uma estrutura padronizada, ao ver que as atividades (que apostam para exercícios interdisciplinares), imagens e box sempre se articulam em torno do texto principal. A coleção parte também dos pressupostos da História Integrada para organizar de maneira cronológica os temas e “subtemas” apresentados.

E, por fim, “Saber e fazer História”, por Gilberto Cotrim, da Editora Saraiva, que propõe a articulação de elementos da História do Brasil, da América e Geral, de maneira intercalada com títulos e subtítulos dentro destes capítulos. Box e imagens se fazem presentes como “objetos” paralelos ao texto principal. Ao apresentar conteúdos socialmente relevantes, o título busca fomentar e extrair um posicionamento ativo do aluno frente a narrativa proposta.

Referente ao edital do PNLD do ano de 2011, foram submetidas à análise quatro coleções, sendo: “História, Sociedade e Cidadania”, da editora FTD e autoria de Alfredo Boulos Júnior, nesta busca-se a evidência dos valores de se viver democraticamente e questões ligadas a direitos humanos. Sua estrutura se dá pela presença de imagens e alguns questionamentos através de textos introdutórios relacionados com o capítulo a ser desenvolvido.

Também “Novo História - conceitos e procedimentos” de Ricardo Dreguer e Eliete Toledo, da Atual Editora. O título parte e busca evidenciar a concepção da História Integrada, ao apontar experiências do vivido, do cotidiano (sobretudo nas atividades), a fim de evidenciar as renovações historiográficas ocorridas sobretudo no século XX e a coexistência de temporalidades nos processos narrados.

Em “Para entender a História” de Divalte Figueira e João Vargas, de

Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

responsabilidade editorial da Saraiva, que parte também da perspectiva da História Integrada e intercala a experiência brasileira sobretudo com a europeia e a latino-americana, em uma visão mais focalizada na “estrutura de classes” das sociedades.

Já em “Saber e fazer História” de Gilberto Cotrim, da editora Saraiva, estruturase os textos de maneira cronológica e demasiadamente factualista; enfatizando a organização das estruturas políticas e econômicas.

Por fim, “Vontade de saber História” de Marco Pellegrini, Adriana Dias e Keila Grinberg, da editora FTD. Estruturado a partir da cronologia da História Ocidental, o livro faz inserções de elementos díspares a esta história. Enfatiza-se o caráter social na construção do conhecimento e o aspecto das interações na elaboração deste.

Por fim, no PNLD de 2014, trataremos do volume “Encontros com a História” da editora Positivo, de Vanise Ribeiro e Carla Anastasia. O título se articula de maneira linear e cronológica, relacionando nesse traçado elementos da história do Brasil e Geral e centralizando processos políticos sem deixar, contudo, de apresentar novos atores e vertentes historiográficas recentes.

No volume “Estudar História - das origens do homem à era digital”, de autoria de Patrícia Braick, da editora Moderna, opta-se pela concepção da História Integrada, com destaque para a apresentação da história política e social de sociedades díspares da europeia. Destaca-se também, por vezes, elementos da “vida prática” dos indivíduos que se relacionam com os temas expostos.

No título “Projeto Araribá - História” da editora Moderna, que conta como editora chefe Maria Apolinário, parte-se de uma estrutura cronológica linear que conta como referência a “História Europeia” com intervalos de elementos da “História

do Brasil", o que permite a apreensão de semelhanças e diferenças entre os processos europeus e brasileiros. Ressalta-se também a abordagem sobre temáticas africanas e asiáticas.

"Para viver Juntos - História", de Ana Nemi e Anderson dos Reis, da Edições SM, parte para uma abordagem cronológica linear referenciada no tempo europeu, com intervenções de elementos da História do Brasil, da África e Ásia; contudo, busca propor que os eventos, mesmo ocorridos em espaços geográficos diferentes, podem (ou não) se articular de maneira simultânea.

Já em "Jogo da História nos dias de hoje", de Flávio Campos, Regina Claro e Miriam Dolhnikoff, da editora Leya, privilegiam-se aspectos cronológicos para enfatizar um "efeito processual" e de longa duração. Neste também se intercalam aspectos da História Geral (europeia), e elementos da História do Brasil, África e Ásia.

No volume "Saber e fazer História", de Gilberto Cotrim, da editora Saraiva, opta-se por uma abordagem linear, que enfatiza as estruturas políticas, intercalando temáticas da História Geral e com elementos da História do Brasil e da América.

"História, Sociedade e Cidadania", de Alfredo Boulos Júnior, da editora FTD, parte da noção de História Integrada e se organiza por meio de um quadro cronológico linear, em que evidencia-se o "debate" entre aspectos do nacional com o internacional dentro de uma abordagem historiográfica recente.

No último volume abordado, "Vontade de Saber História", de Marco Pellegrini, Adriana Dias e Keila Grinberg, da editora FTD, adota-se a concepção da História Integrada, que alterna elementos da História Geral (baseada na europeia) com temas específicos da História do Brasil.

Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

Expor de maneira breve a forma como o Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD)² opera também se apresenta como ação necessária, pois dá ao leitor dimensão do entorno do objeto. Este programa (PNLD) é vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que coordena a compra e distribuição dos livros didáticos através da abertura de um edital de chamada. Em um segundo momento, as coleções submetidas pelas editoras são avaliadas por uma “banca”. Esta avaliação é disponibilizada no formato de Guias para as Escolas e através destes, o corpo docente realiza a escolha e o pedido. Por fim, os livros são distribuídos pelos Correios através de recursos do FNDE.

Ocorrendo em “ciclos”, o PNLD realiza a troca dos livros (e materiais didáticos) de três em três anos, considerando os três ciclos de ensino previstos (básico, fundamental e médio). Deste modo, as obras do edital do ano de 2008 foram as primeiras destinadas ao Ensino Fundamental após a Lei 10.639/03, o que faz destas coleções um importante “termômetro”. A sequência escolhida (2011 e 2014) permite ainda perceber de que maneira as coleções submetidas em 2008 se modificam, atualizam entre um edital de abertura e outro e verificar se o critério estabelecido no ano referente impõe outros tratos com a temática. Permite perceber, também, de que maneira as obras “novas” (que não foram submetidas no edital de 2008) abordam, e se “renovam”, a temática afro-brasileira.

Ademais, aponta-se o fato de que não foi possível realizar a análise integral das coleções aprovadas nos editais dos anos supracitados. Infelizmente, pesquisas que envolvem livros didáticos lidam com a dificuldade de adquiri-los -- sobretudo os mais recentes, que são vendidos a preços elevados pela internet. O presente trabalho

² Informações retiradas do “Portal do Mec” na aba destinada ao PNLD. Para eventuais consultar ver em: <<http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao>>. Acesso: 14/01/2020.

Vitor Emanuel Maia Ferreira

utilizou de doações de outros professores, pesquisadores e bibliotecários para capitalizar um acervo de 18 coleções, que por sua vez possibilitou perceber a diversidade de tratamentos que o tema pode receber em coleções diferentes (do mesmo ano ou não). Ainda que não sendo integral, serve bem para um panorama da temática nas coleções didáticas nacionais, pois considera o livro didático como objeto volátil. É ao mesmo tempo fonte histórica, item da esfera pública (pois seu conteúdo resguarda “valores” do “coletivo”) e mercadoria. O autor reconhece a necessidade de um “escaneamento” integral para que se atribua ainda mais rigidez as propostas aqui levantadas. E tal ato será realizado em um próximo passo da presente pesquisa, indubitavelmente.

O Movimento Negro Estadunidense: preferências

Das 18 coleções submetidas à análise, 14 representam o Movimento estadunidense. Em oposição, não necessariamente nestes exatos 14 títulos representam o Movimento brasileiro e ignoram, como exposto, as assimilações entre estes. Deste modo, fica implícito nos títulos analisados determinadas preferências do que se entende por movimento racial. Consideremos alguns contrapontos que esta representação implica na brasileira: a presença de um de líder da causa (personificação); o segundo são os textos-base que apontam para a longevidade do racismo nos Estados Unidos (o que em certa medida serve para dar “base” a luta do Movimento) e por fim, a artificialização de um conflito entre os atores da causa.

A figura de Martin Luther King é constante ao se apresentar o tema. Por vezes, a causa aparece exclusivamente associada à sua figura. Destas 14 coleções, 7 apresentam sua representação isoladamente. Ao contrário, os outros personagens como Malcolm X e o Partido dos Panteras Negras não são representados sozinhos, o

Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

que permite a leitura que apenas a partir das atividades de Luther King foram possíveis outras abordagens de militância, o que é não é verdadeiro (AMARAL; PINHO; NASCIMENTO, 2014, p.186).

Dois momentos marcam esta personificação em Luther King. O boicote liderado por este a partir do ocorrido com Rosa Parks em 1955 na cidade de Montgomery, sendo apontado frequentemente como contextualização que faz emergir sua liderança.

Observe os documentos seguintes:



Doc. 12 | Em 1955, Rosa Parks, uma mulher negra, foi presa por ter-se recusado a ceder o seu lugar a uma passageira branca dentro de um ônibus. Essa foi a origem de um boicote ao transporte público discriminatório da cidade de Montgomery (Estados Unidos). O boicote, liderado por Martin Luther King, durou 381 dias e encerrou-se mediante um mandado da Suprema Corte, que tornava ilegal a discriminação racial no transporte coletivo. Nessa foto de dezembro de 1956, Rosa aparece sentada na parte dianteira do ônibus, anteriormente reservada aos brancos. Ela morreu em 2005 e foi muito homenageada.



13 | Nesta foto de 1963, policiais brancos...

(OLIVEIRA, MIUCCI, PAULA, 2007, p.190)

O “caso” Rosa Parks é representado como o início de uma série de disputas jurídicas e públicas que considerariam questões em torno do africano e afro-estadunidense. Estes debates, segundo a narrativa proposta pelas 7 coleções de livros didáticos mencionadas inicialmente, resultam em vitórias imediatas, como a Lei dos Direitos Civis do ano de 1964 (CAMPOS, CLARO, DOLHNIKOFF, 2012, p.254), e que a

longo prazo resultariam na eleição do primeiro presidente negro da história do país (OLIVEIRA, MIUCCI, PAULA, 2009, p.188).

Outro elemento que reafirma a noção de personificação em King é o seu famoso discurso "*I have a dream*" proferido em agosto de 1963 em Washington D.C. No título "Para viver Juntos - História" (NEMI, REIS, 2012), temos uma seção especial dedicada a reprodução de parte deste discurso (NEMI, REIS, 2012, p.130).

Em contraponto, e a título de conclusão deste aspecto sobre o Movimento Negro Estadunidense, percebemos uma disparidade representativa entre as causas (brasileira e a citada). As "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana", contudo, estabelecem na seção "Ações educativas de combate ao racismo e as discriminações" (BRASIL, 2004, p.19) eixos para o ensino da cultura africana e afro-brasileira nos apresentando como importante marco inicial o Quilombo dos Palmares e seus remanescentes, porém, tal elemento não é representado quando trata-se da luta africana e afro-brasileira; aparece em somente uma coleção (CAMPOS, CLARO, DOLHNIKOFF, 2012).

Ainda temos a presença de um importante recurso narrativo nos livros didáticos, que servem para atribuir a noção de "profundidade" nas disputas raciais. Me refiro à presença de textos-base que exemplificam e explicitam a longeva presença de um racismo enquanto política pública. Deste modo, tais textos servem como contextualização para o leitor da causa estadunidense. Como exemplo específico, o título "Novo História - Conceitos e Procedimentos" (DREGUER, TOLEDO, 2009) em que este "texto introdutório" nos é apresentado de explicitamente.

Como parte integrante do capítulo "Movimentos de contestação nas décadas

Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

de 1960 e 1970", temos o subtítulo "O preconceito racial nos Estados Unidos", que serve como contextualização do tema da próxima subseção, que irá discorrer sobre "Luther King e o pacifismo". No primeiro texto-base, discorre-se sobre alguns traços institucionais presentes no governo estadunidense, sendo expostas políticas como o "*separate but equals*", que "institui a segregação racial, determinando que brancos e negros ocupassem espaços separados nos meios de transporte e locais públicos e frequentassem escolas diferentes" (DREGUER, TOLEDO, 2009, p.179) e que se estendiam para relações de trabalho, onde negros ganhavam menos que brancos.

É interessante notar que a presença de ações políticas explicitamente racistas nos Estados Unidos (como a segregação de escolas e outros lugares públicos) facilita a presença de textos-base "contextualizadores" como os descritos, ao contrário do que houve no Brasil após o ato da Abolição em 1888. Portanto, a estadia da "democracia racial", encobre a práticas veladas de um racismo cruel, produzindo camadas como as "categorias de cor": "moreno, "mulatos" ou "pardos" - como breve exemplo (PEREIRA, 2013, p.107) - e que resultariam na visão do Brasil edênico para os negros como noticiado em jornais como o The Baltimore Afro-American (1896) e Chicago Defender (1906) (PEREIRA, 2013, p.153).

O último aspecto é a artificialização de uma oposição entre os principais atores da causa. Como já apresentado nesta subseção, Martin Luther King é apresentado em maior ocorrência do que Malcolm X e o Partido dos Panteras Negras. Recorrendo a Stuart Hall, que nos presenteia com o conceito de representação, porém relacionando-o com uma ideia racial, podemos perceber o quanto esta apresentação faz parte da construção social que é reforçada pelos dispositivos midiáticos ao longo do tempo (HALL, 2016, p.12). Assim, a estratificação do "lugar do negro" se consolida

no ideário, e segundo ele, temos a “estereotipagem como prática representacional” (HALL, 2016, p.224). Podemos apontar como preferência nos livros didáticos a associação entre esta causa e ideais “pacifistas”.

Associado ao caso Rosa Parks, como já exposto, King emerge como importante figura de liderança segundo “História - Sociedade e Cidadania” (BOULOS JÚNIOR, 2012), e que ainda “comandou uma campanha nacional de protestos pacíficos; a principal tática de luta [...] era o *sit-in*, isto é, os ativistas negros entravam em lugares reservados a brancos [...] e sentavam-se no chão, de onde, sem revidar agressões e xingamentos, negavam-se a sair (BOULOS JÚNIOR, p.223). Ou ainda em “Projeto Araribá - História” (APOLINÁRIO, 2010), temos associação de dois personagens “King, inspirado pelas ideias de não violência de Mahatma Gandhi, tornou-se líder do movimento pelos direitos civis em todo país” (APOLINÁRIO, 2010, p.181).

Deste modo, a personalidade de King e seus ideais são pintados como ordeiros, contradizendo as estratégias adotadas por Malcolm X e o Partido. Ainda na coleção e página supracitadas: “Outra vertente da luta dos negros foi a do grupo armado Panteras Negras, que propunha o poder negro (*Black Power*) por meio da violência” (APOLINÁRIO, 2010, p.181). As passagens utilizadas explicitam o “sentido” que estas narrativas pretendem propor ao seu usuário. Deixando pouco espaço para interpretações destoantes, o que mais uma vez reduz e polariza a atuação destes sujeitos em seu contexto.

Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

Radicalização do movimento negro

Apesar desses avanços, a situação dos negros nos Estados Unidos estava longe da igualdade pretendida. A superioridade branca ainda era bastante visível e controlava o poder político e econômico no país. Para combater o “poder branco”, surgiu o movimento Black Power que, a partir de 1967, passou a promover saques, incêndios e protestos violentos para atingir seus objetivos.

Movimentos como Black Power e Panteras Negras eram contrários à integração da comunidade negra com os brancos e defendiam a valorização da cultura negra. Inspiravam-se nas ideias do líder negro Malcolm-X, assassinado em 1965. Seus métodos radicais espalharam uma onda de violência racial que se aprofundou ainda mais em 1968, após o assassinato de Martin Luther King, em 4 de abril, e de Bob Kennedy, em 5 de junho, candidato à Presidência dos EUA e identificado com a causa negra.

A explosão da luta racial no país acelerou a aprovação de uma série de novas leis a favor dos direitos civis dos negros. Na atualidade, embora persista uma mentalidade racista, houve uma grande mudança no comportamento político estadunidense e, em janeiro de 2009, tomou posse o primeiro presidente negro dos Estados Unidos, Barak Obama.

(ANASTASIA, RIBEIRO, 2012, p.167)

No trecho retirado da coleção “Encontros com a História” (ANASTASIA, RIBEIRO, 2012), denota-se o alastramento do aspecto violento do movimento como uma reação ao assassinato de importante líderes (Malcolm X em 1965 e King em 1968). Isto não é apontado quando Malcolm é apresentado, dando a sensação de que ele incitava a violência: “passou a promover saques, incêndios e protestos violentos para atingir seus objetivos” (ANASTASIA, RIBEIRO, 2012, p.167). Portanto, vemos a estratificação do ideário representativo do negro na polarização entre o negro “violento” e o “bom” (HALL, 2016, p.224). Se pensarmos de maneira quantitativa, temos em constância a imagem de King (em 14 coleções), Malcolm X (em 8 coleções) e o Partido dos Panteras Negras (em 4 coleções). A disparidade numérica na presença destes indica preferências na ideia de “movimento social” a serem enquadradas na estratificação representativa proposta por Hall.

As estratégias adotadas por todos estes atores citados, por mais diversas que

sejam, contribuíram para a melhoria da vida dos afro-estadunidense em alguma medida. Não cabe, portanto, à narrativa do livro didático criar esta polarização artificial entre estas lideranças.

Movimento Negro Brasileiro Contemporâneo: omissões

Após a realização de uma apresentação, eixos reflexivos são traçados de maneira simultânea: inicialmente, os principais personagens associados ao Movimento; se representados de maneira isolada em relação aos demais movimentos que se organizavam na mesma época no país; elementos que indicam o contato com outras correntes filosóficas, políticas e culturais que também levavam em consideração a questão do racismo (nos Estados Unidos especificamente).

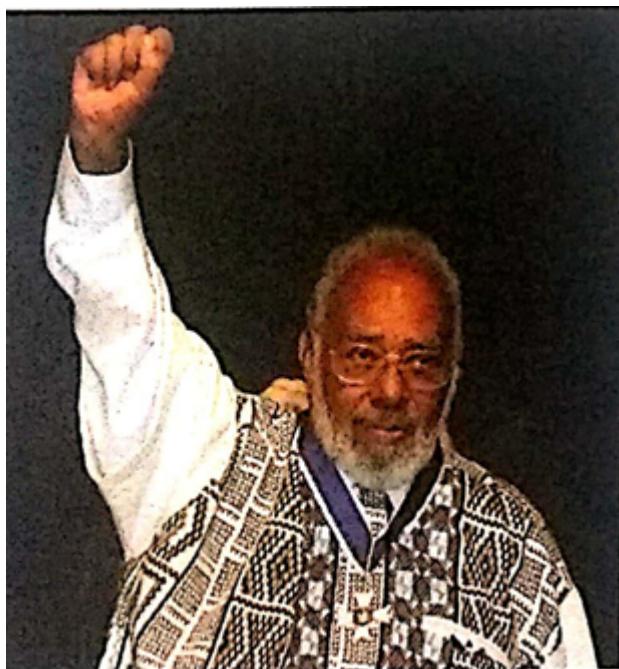
Antes de desenvolver estas reflexões, vale realçar que das 18 coleções, apenas 3 destas fazem menções específicas ao Movimento Negro Contemporâneo, sendo elas: “Jogo da História nos dias de hoje” (CAMPOS, CLARO, DOLHNIKOFF, 2012), “Novo História -conceitos e procedimentos” (DREGUER, TOLEDO, 2009) e “Vontade de Saber História” (DIAS, GRINBERG, PELLEGRINI, 2009).

Tendo sido importante articulador e representante da causa sob a formatação da segunda “fase” (1945-1964) do Movimento Negro onde destoam as atividades do Teatro Experimental Negro (TEN), criado no Rio de Janeiro em 1944 (DOMINGUES, 2007, p.109), Abdiás Nascimento recebe atenção destas coleções. O texto-base que é ilustrado por ele em “Jogo da História nos dias de hoje” (CAMPOS, CLARO, DOLHNIKOFF, 2012), dentro do capítulo “A era da contestação”, acompanha e descreve a profunda trajetória do militante.

O citado texto-base menciona as atividades do Movimento Negro Brasileiro

Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

desde sob o signo da Frente Negra Brasileira (FNB), instituída em 1931 e a criação da Associação Cultural do Negro (ACN) de 1954. Como já citado, o texto-base inclui menção ao duro golpe representado pela ascensão militar em 1964 e descrito por Lélia Gonzalez (GONZALEZ, 1982, p.30). Aponta também que apenas após 1975 o Movimento voltou a se rearticular, difundindo então entidades que consideravam a causa negra brasileira, como o Instituto Brasileiro de Estudos Africanos, o Centro de Cultura e Arte Negra e o Instituto de Pesquisa Negra (IPCN) e mais tarde, a institucionalização do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978. O texto-base indica, portanto, claro compasso entre as recentes discussões, podendo assim ser possível identificar traços dos estudos utilizados no presente trabalho como referencial.



(CAMPOS, CLARO, DOLHNIKOFF, 2012, p.258)

Identificar no texto-base a presença de datações de importantes marcos do Movimento Negro Brasileiro se constitui como elemento importante na narrativa do

livro didático, pois na falta de textos que apresentem a longa caminhada de preconceitos infligidos sob a população africana e afro-brasileira, as datas demonstraram o quanto longo este tema se faz como pauta social e cultural, indo contra a noção artificial de “democracia racial”.

Já na coleção “Novo História - conceitos e procedimentos” (DREGUER, TOLEDO, 2009), ressalta-se o desejo de homogeneização cultural através da força e na crença do conceito citado acima, imposto pela Ditadura Militar Brasileira. Segundo o texto-base de parte do capítulo “Brasil: Ditadura e resistência”, “os que procuravam discutir o tema da discriminação ou do preconceito eram censurados e tachados de “impatrióticos” pelo regime (p.196). Assim, os ativistas da época buscavam realizar encontros nas casas uns dos outros a fim de trocarem referências.

Ainda no mesmo texto-base, aponta-se para tentativas de rearticulação do Movimento através da criação do Instituto de Pesquisa e Cultura Negra (IPCN) em 1975. Os responsáveis pelo Instituto “defendiam a utilização das estratégias dos ativistas norte-americanos” (DREGUER, TOLEDO, 2009, p.196). Podemos apontar dois elementos que se associam com o referencial teórico aqui utilizado. Primeiro, temos a exemplificação da metáfora do “Atlântico Negro” (GILROY, 2001), onde as lutas raciais estadunidense e brasileira encontraram um referencial comum a ser compartilhado, reforçando o traço transnacional destas disputas. Outro elemento é a aplicação da crítica elaborada por Hanchard (2002), que constitui um argumento que desarticula a ideia de Bourdieu e Wacquant de que os movimentos por igualdade que não os estadunidenses eram meros receptáculos de estratégias.

O texto apresenta a reorganização do Movimento Negro brasileiro como consequência da retomada das manifestações contra o Regime. Mesmo não citando

Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

os movimentos culturais, estudantis e sindicais, o Movimento Negro é colocado de maneira implícita nesta “corrente” de abertura iniciada em 1974 (GASPARI, 2004, p.21) na qual os movimentos se rearticulam.

Por fim, o texto apresenta as disparidades ideológicas por parte dos integrantes:

...racial.
Nos anos 1980, os diferentes grupos passam a destacar e valorizar a cultura afro-brasileira, formada pela mistura de elementos de origem brasileira e africana. Essa forma de luta sofria críticas de outros setores do movimento negro organizado, de acordo com os quais as práticas culturais isoladamente não resultavam em mudanças efetivas. Esses setores pregavam a necessidade de realizar ações práticas efetivas, como a organização de boicotes, piquetes e movimentos de desobediência civil.

(DREGUER, TOLEDO, 2009, p.196)

Por mais que a menção do trecho apresentado seja em demasia imprecisa ao se referir a grupos que passaram a apostar na valorização de elementos culturais da cultura afro-brasileira, podemos levantar a interpretação das diversas formas adotadas pelo Movimento Negro Brasileiro de se alcançar seus objetivos. Como o movimento *Black Rio*, que adotou elementos da música *soul* estadunidense para produzir uma música brasileira (DOMINGUES, 2007) ou o Bloco do Ilê Aiyê, que foi

criticado por seu método de resistência focado no sentido cultural (PEREIRA, 2010, p.168). Assim, o texto-base fica aberto para que se explore o contexto plural do Movimento Negro brasileiro e diálogos com a definição proposta por Joel Rufino dos Santos, que nos apresenta a presença de duas definições para o Movimento Negro brasileiro: a primeira, em seu sentido mais limitado, ou “exclusivamente o conjunto de entidades e ações dos últimos cinquenta anos, consagrados explicitamente à luta contra o racismo” (SANTOS, 1994, p.287). E a segunda, mais abrangente, que inclui atividades artísticas, religiosas, armada e etc, desde que “toda esta complexa dinâmica, ostensiva ou invisível, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro” (SANTOS, 1994, p.303).

Na última coleção, “Vontade de Saber História” (DIAS, GRINBERG, PELLEGRINI, 2009), temos uma breve menção ao Movimento brasileiro em uma seção especial contida no capítulo “O mundo durante a Guerra Fria”, em subtítulo destinado a tratar dos “Movimentos de contestação”. No box, traça-se o paralelo da tendência rebelde iniciada nos anos 1960 e 1970 (onde se destaca as manifestações de maio de 1968 na França) nos países europeus, e a realidade brasileira, apontando para o contexto da ditadura militar que reprimia as disparidades ideológicas e citando as publicações de Luiz Carlos Maciel no jornal “O Pasquim”.

Ainda no texto apresentado, no início da década de 1970, “outro movimento contracultural ganhou força no Brasil: o chamado Movimento Negro, que procurou organizar a comunidade negra brasileira para lutar contra o racismo” (DIAS, GRINBERG, PELLEGRINI, 2009, p.146). Se associarmos esta breve menção em uma linha da box ao texto-base apresentado anteriormente, percebemos o quanto a narrativa da box vai de encontro com “as táticas” que não acreditavam em uma assimilação entre elementos de ambas as culturas. Deste modo, ao enquadrar o

Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

Movimento Negro brasileiro no campo da contracultura, podemos apontar um diálogo com a proposição de reformulação da sociedade inspirado nas pautas de Malcolm X e o Partido dos Panteras Negras expostas em anterior subtítulo, o que possibilita ressaltar novamente a troca de referências entre os ativistas.

Considerações finais

A "tendência democrática" no campo político resulta em ações que pretendiam, dentre outras coisas, pluralizar o Ensino de História em sua prática, sendo antiga pauta do Movimento Negro brasileiro consciente da importância de uma Educação emancipadora (GOMES, 2012, p.728). Se reconhece através desta análise que os livros didáticos a partir da Lei 10.639/03 passam a abordar (mesmo que insuficientemente, considerando que o tema deveria estar em todas as coleções, e não em 14 das 18 analisadas) as lutas raciais -- seja no Estados Unidos ou no Brasil.

Como se viu, a narrativa dos livros tende a uma militância "mais pacifista" (sendo Luther King ator presente), desprestigiando as táticas tão válidas quanto as adotadas por Malcolm X e o Partido dos Panteras Negras. Ou seja, mesmo abordando um tema que verse sobre luta antirracista, a narrativa didática encapsula a subjetividade e o lugar de atuação do afro-estadunidense.

Tratando do período de 1970 a 1990 brasileiros, vemos a preferência em apresentar outros movimentos que reaparecem no período de distensão, como o sindical e estudantil. Se a justificativa é que o Movimento negro "não existia" no início de 1970, demonstra-se aqui a definição ampla que inclui suas atividades culturais e religiosas. Por outro lado, temos a conceitualização "institucional" marcada em 1979

Vitor Emanuel Maia Ferreira

com o MNU. Não há, portanto, justificativa “metodológica” para não se representar a luta africana e afro-brasileira. Não se pretende aqui polarizar estas definições, mas demonstrar que elas podem ser complementares quando se pretende tencionar o lugar do Movimento brasileiro na narrativa didática e na memória nacional.

Mas o cerne se encontra nas disparidades entre as representações do Movimento brasileiro e estadunidense.

Primeiro, vemos a maior presença da causa estadunidense do que a nacional, o que pode ser explicado pela continuidade de “valores” pretendidos pelo regime militar. Cito os constantes debates sobre “o milagre econômico” e o suposto “golpe comunista”. No país da “democracia racial”, não é difícil de se crer que pouco se reflita coletivamente sobre a vida do afro-brasileiro no período; tema ainda mais específico.

Segundo, a falta de um “mártir” para a causa brasileira, mesmo com a intensa atividade de Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez, por exemplo. A História é um dos elementos responsáveis pelo processo de consagrar sujeitos à exaltação (MELO, 2008, p.70). Portanto, cabe à narrativa didática construir estes indivíduos na sua devida importância, da mesma forma como os livros analisados representam Luther King.

Por fim, a ausência de políticas explicitamente racistas no Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, é outro elemento que dificulta a evidenciação da causa do Movimento Negro brasileiro em qualquer contexto. Sendo o racismo motivo de mobilização do Movimento, onde sua representação se ancoraria caso não se evidenciasse a crueldade do racismo brasileiro? Portanto, cabe à figura do intelectual (totalidade de atuação) relembrar, inquirir e evidenciar os motivos do Movimento Negro brasileiro.

Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DOS LIVROS DIDÁTICOS

ANASTASIA, Carla Maria Junho, RIBEIRO, Vanise. **Encontros com a História.** Ilustrações Jose LuisJuhas [et.al.]. 3.ed. Curitiba: Positivo, 2012.

APOLINÁRIO, Maria Raquel [editora responsável]. **Projeto Araribá: História.** Org:Editora Moderna. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2010.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História - Sociedade & Cidadania, 9º ano.** São Paulo:FTD, 2009.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História: sociedade e cidadania – Edição reformulada, 9º ano.** 2.ed. São Paulo: FTD, 2012.

BRAIK, Patrícia Ramos. **Estudar história: das origens do homem à era digital.** 1.ed. São Paulo: Moderna, 2011.

CAMPOS, Flavio de, CLARO, Regina, DOLHNIKOFF, Miriam. **Jogo da Histórianos dias de Hoje, 9º ano.** São Paulo: Leya, 2012.

COTRIM, Gilberto. **Saber e fazer história, 8ª série.** 4. ed. rev. São Paulo: Saraiva,2005.

COTRIM, Gilberto, RODRIGUES, Jaime. **Saber e fazer História, 9º ano: mundocontemporâneo e Brasil República.** Ilustrações das vinhetas Alex Silva; mapas Selma Caparroz. 6.ed. São Paulo: 2009.

COTRIM, Gilberto, RODRIGUES, Jaime. **Saber e fazer história, 9º ano.** 8. ed.SãoPaulo: Saraiva, 2012.

DIAS, Adriana Machado, GRINBERG, Keila, PELLEGRINI, Marco César. **Vontade de**

Saber História, 9º ano. São Paulo: FTD, 2009.

DIAS, Adriana Machado, GRINBERG, Keila, PELLEGRINI, Marco César. **Vontade de Saber História, 9º ano.** 2. ed. São Paulo: FTD, 2012.

DREGUER, Ricardo, TOLEDO, Eliete. **História: conceitos e procedimentos, 8ªsérie.** Cartografia Mário Yoshida. 1.ed. São Paulo: Atual, 2006.

DREGUER, Ricardo, TOLEDO, Eliete. **Novo História: conceitos e procedimentos, 9º ano.** Cartografia Mário Yoshida. 2. ed. São Paulo: Atual, 2009.

FIGUEIRA, Divalte Garcia, VARGAS, João Tristan. **Para entender a história, 9ºano.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NEMI, Ana Lúcia Lana, REIS, Anderson Roberti dos. **Para viver juntos: história, 9ºano: ensino fundamental.** 3.ed. São Paulo: edições SM, 2012.

OLIVEIRA, Maria da Conceição Carneiro de FERRARESI, Carla Miucci, SANTOS, Andrea Paula dos. **História em Projetos. 1.ed.** São Paulo: Ática, 2007.

OLIVEIRA, Maria da Conceição Carneiro de, FERRARESI, Carla Miucci, SANTOS, Andrea Paula dos. **História em Projetos. 2.ed.** São Paulo: Ática, 2009.

PANAZZO, Silvia, VAZ, Maria Luísa. **Navegando pela História: construção das sociedades contemporâneas: projetos de cidadania, 8ª série.** São Paulo: Quinteto Editorial, 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENKT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, instrumento de poder.** Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1975.

Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BITTENCOURT, Circe. **Livros didáticos entre textos e imagens**. In: BITTENCOURT, C. (org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2004.

BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loïc (1999). **The Cunning of Cultural Imperialism**. Theory, CultureandSociety, vol. 16, nº 1, pp. 41-58.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais/Temas Transversais**. Brasília:

MEC/SEF, 1998a.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais/História**. Brasília: MEC/SEF, 1998b.

_____. **Congresso Nacional. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da matéria "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências**. Diário Oficial[da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 jul. 2002. Seção 1. p.3. Disponível em: <<http://www.in.gov.br>>.

_____. **Parecer CP/CNE n.3/2004, de 14 de agosto de 2004**. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. Brasília/DF, 2004a.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**

na Educação Básica. Ministério da Educação. Brasília: Secad, 2004b.

_____. **Guia de livros didáticos – PNLD 2008.** Brasília: MEC/FNDE, 2007a.

_____. **Guia de livros didáticos – PNLD 2011.** Brasília: MEC/FNDE, 2010a.

_____. **Guia de livros didáticos – PNLD 2014.** Brasília: MEC/FNDE, 2013.

_____. **Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2008.** Brasília: MEC/FNDE, 2007b.

_____. **Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2011.** Brasília: MEC/FNDE, 2010b.

_____. **Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2014.** Brasília: MEC/FNDE, 2013b.

CANDIDO, Antônio, (1964). **A estrutura da escola.** In: PEREIRA, Luiz, FORACCHI, Marialice M. Educação e sociedade. São Paulo: Nacional, p. 107-128.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação.** Estud. av. vol.5 no.11 São Paulo Jan. /Apr. 1991

_____. **A história cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa (Portugal): Difel, 1990.

_____. **A mão do autor e a mente do editor.** São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

_____. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na europa entre os séculos XV e XVIII.** Editora Universidade de Brasília, 1994.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Tempo [online]. 2007, vol.12, n.23, pp.100-122. ISSN 1413-7704.<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.** Rio de Janeiro: Maia &Schimidt Ltda., 1933.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada** / Elio Gaspari. - São Paulo: Companhias Letras, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e Educação: ressignificando e politizando a raça. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012.

GONZALEZ, Lélia. **Lugar de negro** / Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg. - Rio de Janeiro: Marco Zero. 1982.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência.** 34. ed. Rio de Janeiro: Ucam, 2001.

HALL, Stuart. **Cultura e representação** / Stuart Hall; Organização e Revisão Técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. - Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio: Apicuri, 2016.

Vitor Emanuel Maia Ferreira

HANCHARD, Michael. **Política Transnacional Negra, Antiimperialismo e Etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loic Wacquant: Exemplos da Interpretação Equivocada.** Versão revisada para Theory, Culture and Society, 7 de janeiro de 2002. Tradução de Angela Melim. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 1, 2002.

História do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC / org. Verena Alberti e Amilcar Araújo Pereira. - Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

HOBSBAWM, Eric. **Tempos Interessantes: uma vida no século XX.** São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

LEITE, José Correia & Cuti (1992). **E disse o Velho Militante José Correia Leite.** São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura.

MATTOS, Hebe. **O Ensino de História e a Luta contra a Discriminação Racial no Brasil.** In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. P. 127-136.

MENDES, Breno. **A representância do passado histórico em Paul Ricouer: linguagem, narrativa, verdade.** Hist. historiogr. • ouro preto • n. 19 • dezembro • 2015 • p.88-106 • doi: 10.15848/hh.v0i19.912. Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres / [organização Ana Paula Brandão]. - Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. **Senhores da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda**

Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

metade do século XIX. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008.

MOGILKA, Maurício. O que é educação democrática? - Contribuições para uma questão sempre atual. /Maurício Mogilka. Curitiba: Editora da UFPR, 2003.

MULLER, Tânia Mara Pedroso. Livro didático, Educação e Relações Étnico-raciais: o estado da arte. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 77-95,maio/jun. 2018

NAKED, Rafaela Capelossa. Identidades em diáspora: O movimento black no Brasil. Revista Desenredos, Teresina, PI, ano IV, n.12, jan./fev./mar. 2012.

NASCIMENTO, Abdias do, 1914-2011. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado / Abdias Nascimento. - 1.ed.- São Paulo: Perspectivas, 2016.

NICOLAZZI, Fernando. À sombra de um mestre: Gilberto Freyre leitor de Euclides da Cunha. História [online]. 2010, vol.29, n.1, pp.254-277.

PEREIRA, Amilcar Araújo. “O Mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995) / AmilcarAraujo Pereira. – 2010.

. O mundo negro: relações raciais e a constituição domovimento negro contemporâneo no Brasil. / AmilcarAraujo Pereira. - Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emilia Borges; MENEGAZZO, MariaAdélia. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar. Revista Brasileira de Educação. Set /Out /Nov /Dez 2004.

Vitor Emanuel Maia Ferreira

Políticas da diversidade: (In)visibilidades, pluralidade e cidadania em umaperspectiva antropológica / organizadoras Denise Fagundes Jardim [e] Laura CecíliaLópez. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora daUnicamp, 2007.

ROSA, Alexandre Reis. **Do Encontro das Águas ao Atlântico Negro: organização, difusão de frames e os limites do ativismo transnacional no movimento negro brasileiro/** Alexandre Reis Rosa. 2011.

ROZA, Luciano Magela. **A história afro-brasileira pós-abolição em livrosdidáticos.** Tese de doutorado, Belo Horizonte, 2014.

. **Abordagens do Racismo em Livros Didáticos de História (2008-2011).** Educ. Real. vol.42 no.1 Porto Alegre jan./mar. 2017

ROZA, Luciano Magela. **Entre sons e silêncios: apropriações da música no livrodidático no ensino de História afro-brasileira.** Dissertação de Mestrado, pela UFMG,2009.

SANTOS, Joel Rufino. **“Movimento negro e crise brasileira”, Atrás do muro danoite; dinâmica das culturas afro-brasileiras.** Joel Rufino dos Santos e Wilson doNascimento Barbosa, Brasília, Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994, p.157.

SAID, Edward. **Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993.** Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

resenhas

A Batalha pela memória: o papel dos anarquistas nas Revoluções Russa e Ucraniana

Davi Luiz Paulino *

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v8i8p236-243

Resumo: A presente resenha tem por objetivo abordar a obra Os Anarquistas Russos, os Soviets e a Revolução de 1917, de Alexandre Skirda, propondo inseri-la no debate historiográfico acerca das Revoluções Russa e Ucraniana e tratando, principalmente, do papel desempenhado pelos anarquistas e suas referidas organizações. Partindo disso, o autor analisará temas como o desenvolvimento das comunidades camponesas russas sob o regime czarista, a constituição do pensamento anarquista e a referida atuação dos libertários durante as revoluções. O livro de Skirda dialoga com a historiografia tradicional sobre a Revolução Russa, propondo um novo olhar para atuação dos diversos grupos que participaram desse processo e amparando-se metodologicamente, a nosso ver, na concepção braudeliana de História, preocupada em compreender o impacto das estruturas de longa duração no contexto revolucionário, ao mesmo tempo em que aborda a ação dos trabalhadores e camponeses.

*Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Contato: davi.paulino92@gmail.com

A Batalha pela memória: o papel dos anarquistas nas Revoluções Russa e Ucraniana

SKIRDA, Alexandre. Os Anarquistas Russos, os Sovietes e a Revolução de 1917. Tradução: Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Intermezzo Editorial, 2017. 384 p.

No período que marcou o centenário da Revolução Russa e Ucraniana de 1917, apareceram inúmeras obras com o intuito de atualizar o debate acerca desse processo, contribuindo para resoluções de questionamentos e combate a preconceitos sobre o acontecimento no Leste da Europa.

É nesse contexto que a Intermezzo Editorial, junto com o Instituto de Estudos Libertários e o Centro de Cultura Social de São Paulo, editaram a obra *Os Anarquistas Russos, os Sovietes e a Revolução de 1917*, do historiador ucraniano Alexandre Skirda. Filho de pai ucraniano e de mãe russa, o autor, nascido em 1942, tem estudos sobre a História do Anarquismo que variam das experiências russa e ucraniana quanto em análises mais globais do movimento libertário. Dentre as obras, ressaltamos *Autonomie individuelle et force collective, les anarchistes et l'organisation de Proudhon à nos jours*, que faz um profundo balanço histórico das experiências anarquistas desde Pierre-Joseph Proudhon até sua publicação em 1987.

O livro de Skirda nos remete a pensar a História da Revolução Russa em uma perspectiva braudeliana, ou seja, a partir da experiência da longa duração, dado que o autor parte, intencionalmente ou não, de uma análise das estruturas seculares da sociedade russa, mostrando suas permanências no decorrer do processo estudado por ele.

Essa perspectiva metodológica fica mais evidente quando nos deparamos com o primeiro capítulo – *As tradições democráticas e igualitárias da Rússia antiga – que não*

Davi Luiz Paulino

busca um retorno ao passado¹. dito igualitário, mas sim mostrar que essas características estariam presentes no contexto da Revolução de 1917. Alexandre Skirda não constrói um julgamento do passado: sua concepção de história se aproxima de Olivier Dumoulin, que apresenta o ofício historiográfico como tendo “por dever desmistificar, e é nisso que os trabalhos históricos trazem sua contribuição para o debate cívico e constituem uma necessidade.” (DUMOULIN, 2017, p. 41)

Continuando a abordagem ao primeiro capítulo, percebemos como o historiador segue seu estudo aprofundando a análise das tradições democráticas russas. Primeiramente, investiga os fundamentos da estrutura da *vetché*² e como sua função garantia uma perspectiva democrática à população, dado que “todos os problemas fundamentais eram submetidos à *vetché*, particularmente a eleição do príncipe.” (SKIRDA, 2017, p. 15)

Outra forma organizacional abordada pelo autor é o *mir*³ que, segundo ele, deu aos camponeses a liberdade para tratar de seus próprios negócios e até mesmo a livre associação entre suas comunas.

Skirda insere o *mir* na conjuntura czarista da Rússia da seguinte forma:

Com efeito, nesse império repousando sobre a servidão de sua população, subsistia uma estrutura social e econômica autônoma no mundo camponês, fundado sobre a posse coletiva da terra, a *obchtchina*, e a partilha dos produtos do trabalho comum; isso sobre a base de uma autoadministração coletiva dos membros do *mir*, palavra tendo uma tripla significação bem simbólica em russo: “comuna”, “paz” e “mundo”. (SKIRDA, 2017, p. 29)

A significação simbólica que o autor estabelece para essa organização elucida sua

¹ Eric Hobsbawm em seu Era dos Extremos parte da concepção de que os anarquistas russos queriam um retorno a Rússia do medievo, tese que foi refutada por Skirda no seu livro.

² A *vetché* assemelhava-se a uma assembleia que abarcaria todos os membros da cidade.

³ *Mir* corresponde à comuna.

A Batalha pela memória: o papel dos anarquistas nas Revoluções Russa e Ucraniana

importância para a sociabilidade do campesinato russo, que se ancorava na autonomia das comunas. O autor esclarece também que historiadores pró-bolchevique, como Eric Hobsbawm, entendiam que a manutenção da pequena propriedade pelos camponeses representava uma prática pequeno-burguesa que seria rompida a partir da aliança com o operariado, sendo este um genuíno agente revolucionário. Entretanto, ele mostra que a base organizativa do *mir* preconizava a posse coletiva da terra, portanto, ela pertencia à aldeia/comunidade trabalhada por todos os membros da comuna.

O caráter de participação coletiva tanto na *vetcha* quanto no *mir* esteve presente nas lutas dos trabalhadores nas revoluções de 1905 e 1917, principalmente na organização dos sovietes (conselhos), que não eram diretamente “fruto de geração espontânea, eles não emanavam do nada, eram só a forma urbana do *mir* mais adaptada a uma nova situação.” (SKIRDA, 2017, pp. 54-55)

O campesinato continua sendo objeto de reflexão no segundo capítulo da obra, mas dessa vez o autor o aborda a partir do anarquismo russo desde Bakunin a 1917. Mikhail Bakunin enxergava no camponês um enorme potencial libertário que contribuiria para a revolução social e poria fim ao burocratismo czarista. Skirda demonstra que, para os anarquistas, as comunas camponesas não poderiam permanecer isoladas, mas deveriam conectar-se aos esforços dos operários urbanos, ou seja, se ancorariam em bases federalistas.

Os anarquistas, em uma perspectiva de longa duração, pensavam a reorganização da nova sociedade a partir das permanências do *mir* e proporiam a economia reposada sobre unidades de produção, a indústria estaria ligada com a agricultura e a produção com o consumo. Essas seriam as bases do comunismo libertário de matriz

kropotkiana.

O autor aponta que esses princípios anarquistas garantiram ao movimento um constante crescimento entre as massas:

O movimento conhece um crescimento exponencial: em 1903, há 12 organizações em 11 cidades; em 1904, 29 grupos em 27 lugares de habitação do Noroeste, do Sudeste e Sul do país; em 1905, há 125 grupos e federações em 110 cidades e localidades; em 1906, 221 em 155 cidades, e em 1907, apogeu do movimento, 255 formações em 180 localidades. No total, durante o período 1903-1910, a ação dos anarquistas manifesta-se em 218 locais de habitação, 51 governos e 7 regiões recobrindo os três quartos do império. Federações coexistem com grupos e círculos, agrupando respectivamente várias centenas e várias dezenas de membros. Há três centros importantes: Bialystock, Odessa e Ekaterinoslav; mas grupos e federações recobrem o conjunto do império. (SKIRDA, 2017, p. 67)

O apontamento feito por Skirda contribui para rompermos com a perspectiva de que o movimento anarquista na Rússia não tinha importância entre as organizações de classe e também com a perspectiva de que o próprio movimento não teria organização. São esses militantes anarquistas que estarão presentes junto aos trabalhadores nas Revoluções Russa e Ucraniana.

Outra contribuição desse capítulo é refletir sobre o papel dos anarquistas nos processos de 1917, dado que obras clássicas da historiografia com pretensões à imparcialidade acabam por colocar as ações revolucionárias como obra de um único agrupamento⁴.

O processo de 1917 contou com a participação anarquista. Segundo Alexandre Skirda houve, nas vésperas da revolução, 40 organizações libertárias espalhadas por 21 cidades que representavam aproximadamente 40.000 militantes. Os

⁴ CARR, Edward Hallet. *The Bolshevik Revolution: 1917-1923*. 3vols. New York: W. W. Norton & Company, 1985. O título já contesta a abordagem imparcial proposta pelo próprio autor.

A Batalha pela memória: o papel dos anarquistas nas Revoluções Russa e Ucraniana

anarcossindicalistas tinham força em comitês de fábricas e usinas, sindicatos de padeiros, metalúrgicos, e estivadores; pregavam aos trabalhadores o controle direto dos meios de produção, partindo de uma organização pela base e não através do Estado, mesmo o de roupagem proletária.

É nesse embate entre o anti-estatismo e estatismo que Skirda adentra o terceiro capítulo em que analisa a confrontação dos bolcheviques com os anarquistas. O historiador alega que o conflito estabeleceu-se em torno da questão Estado/Comuna, já que os anarquistas preconizavam a construção da nova sociabilidade a partir das comunas de sovietes autogovernadas e federadas entre si, e os bolcheviques prezavam pela organização do Estado proletário.

A questão do controle operário é amplamente trabalhada pelo autor, passando pelas diferentes concepções. Ele aponta que os anarquistas lutaram pela autonomia das massas e a organização autogestionária da produção pelos conselhos de fábricas e usinas, enquanto os bolcheviques acreditavam que o atraso socioeconômico do país só poderia ser solucionado por uma centralização da produção por meio do Estado, que resultou por minar a autonomia dos trabalhadores em relação às decisões.

A partir desse antagonismo, o autor mostra que tem início uma campanha de difamações contra os anarquistas com intuito de denegrir a imagem do movimento libertário, legitimando assim a política bolchevique. O adjetivo “anarcobandido” começou a ser disseminado na literatura bolchevique, as organizações anarquistas começaram a serem taxadas de contrarrevolucionárias e perseguidas e até a experiência autogestionária da *Makhnovtchina* foi acusada de se aliar aos grandes proprietários de terras (*Kulaks*) e as potências estrangeiras com o intuito de por fim a

revolução, calúnia refutada por Skirda em sua obra.

A posição dos anarquistas em relação aos bolcheviques era “eliminar da terra a ordem da comissariocracia e das tchecas e instaurar uma livre federação panrussa de uniões de trabalhadores e das massas oprimidas.” (SKIRDA, 2017, p. 108)

Com essa definição chegamos ao último capítulo do texto de Alexandre Skirda, que aborda a hegemonia do Partido Bolchevique sob os trabalhadores do campo e da cidade. Para ele, as tradições dos camponeses e operários que se ancoravam na questão da coletividade foi suprimida pelo partido que, a partir de então, passou a definir em uma cúpula de revolucionários profissionais os rumos das massas na edificação do “Estado proletário”, que Skirda denominou *Partidocracia*. Cabe ressaltar que o autor expõe um pensamento profundo acerca das lições da experiência anarquista na Revolução de 1917, demonstrando que ela contribuiu para em evidência as práticas libertárias que já eram oriundas das massas, deixando aos anarquistas justamente o papel de manter vivas essas concepções.

Para concluir, é necessário dizer que a obra de Alexandre Skirda não termina em seu texto. Ele reuniu diversos documentos e testemunhos que representam metade do livro; nessa parte, podemos ter acesso a resoluções propostas pelos grupos anarcossindicalistas, a denúncias da repressão bolchevique que os anarquistas sofriam, a diversos textos que abordam grandes experiências autogestionárias como Kronstadt e à Makhnovtchina, além de comentários de autores clássicos do anarquismo russo e internacional sobre essa experiência, nos deixando contribuições importantes para pensar a revolução social, a autogestão e também seus problemas.

Alexandre Skirda não encerra uma análise; pelo contrário, seu texto é

A Batalha pela memória: o papel dos anarquistas nas Revoluções Russa e Ucraniana

justamente a abertura para estudos futuros que contribuam para evidenciar uma história que foi escamoteada e difamada ao longo dos anos. Esse é um dos maiores méritos do autor.

Referências Bibliográficas

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. Tradução de J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2014.

CARR, Edward Hallett. **The Bolshevik Revolution: 1917-1923**. 3vols. New York: W. W. Norton & Company, 1985.

DUMOULIN, Olivier. **O papel social do historiador**: da cátedra ao tribunal. Tradução: Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o Breve Século XX: 1914-1991. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SKIRDA, Alexandre. **Os Anarquistas Russos, os Soviets e a Revolução de 1917**. Tradução: Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Intermezzo Editorial, 2017.



FAZER AQUILO QUE NINGUÉM MAIS FAZ: ENTREVISTA COM JOSÉ CARLOS SEBE BOM MEIHY

Por
Letícia Oliver Fernandes
Matheus de Paula Silva
Pedro José de Carvalho Neto

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v8i8p245-282

José Carlos Sebe Bom Meihy

Entrevistar é, em sua essência, um desafio. Pelo lado do entrevistado é construir uma narrativa sobre si; colocar-se perante a desconfortável presença de um gravador ou uma câmera; ser confrontado com perguntas que talvez não queira responder. Pelo lado do entrevistador, é criar as condições propícias para o conforto de seu entrevistado; preparar uma ampla pesquisa e desenvolver questões certeiras; saber lidar com os possíveis embates que podem surgir no momento único que é a entrevista. E quando nos propomos a entrevistar aquele é uma das grandes referências da História Oral no Brasil, que, em cerca de 5 mil entrevistas, dedicou-se não só a contar a vida de pessoas, mas também a refletir sobre a teoria e o método que envolvem esta ação?

Nossa conversa com José Carlos Sebe Bom Meihy se deu no mesmo dia em que o Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO-USP) completou 28 anos. Nesta data, 7 de novembro, a comemoração acontecia no Departamento de História da USP. O professor, na conferência final do evento, lembrou o objetivo que o levou a fundar o núcleo: fazer aquilo que ninguém mais faz. O encontramos em meio a abraços e agradecimentos emocionados de alunos que atravessaram seu caminho ao longo dos anos. Subimos, acompanhados de alguns deles, até sua sala no Departamento, que abriga também o NEHO – confluência que é simbólica do quanto entrelaçada está sua trajetória à do núcleo, o que por sua vez explica o entusiasmo com o qual nos falou sobre ele e suas propostas teórico-metodológicas. O entusiasmo, na realidade, é algo que caracteriza a postura do professor na forma de contar as mais diversas e divertidas histórias – sobre si, sua família, sua experiência em sala de aula, as entrevistas que já realizou... – e que, durante a entrevista, marcou a sua fala de uma maneira que a transcrição literal para o registro escrito não dá conta de traduzir integralmente.

José Carlos Sebe Bom Meihy

Foi acompanhado de nossos ouvidos, olhares e perguntas que o professor nos contou sobre a infância em um colégio interno no interior de São Paulo; sobre a escolha do curso de História; sobre a experiência de ser professor na USP na década de 1970; sobre seus projetos de pesquisa ao longo dos anos, sobre o processo de enveredar-se pela História Oral; sobre seu modo específico de pensá-la; e, também, sobre o reconhecimento de uma necessidade de reflexão sobre a intersecção deste campo com a produção audiovisual. Em uma hora e meia de conversa, muito se descobriu e muito ficou a ser descoberto. Esperamos que a leitura seja inspiradora, mas que também plante dúvidas e assim suscite nos leitores o ímpeto de conhecer mais a História Oral e suas vertentes brasileiras e estrangeiras.

Revista Epígrafe: A gente queria que o senhor começasse contando sua vida anterior ao ingresso na academia, sua formação escolar, e em que medida essa formação influenciou na escolha do curso de história.

José Carlos Sebe: Nós temos 4 ou 5 dias? [risos] Bem resumidamente, eu sou filho de libaneses da primeira geração nascida no Brasil. Ser filho de “turcos” impõe, de saída, um enredo complicado, com implicações identitárias, questões que passam pela língua falada em casa, por costumes tradicionais que vão desde comidas, modos de vestir, obediência a valores diferentes da cultura dominante, enfim, de escolhas de que desafiam a vida de núcleos bi-culturais. Tive sempre que me deparar com triagens e adaptações que questionavam meu padrão de pertencimento, e isto ia desde clubes de futebol, rumo político, até a escolha de carreiras, tudo me provocava.

Nasci em uma cidade do interior de São Paulo, em Guaratinguetá, no dia 15 de março de 1943. Ser de uma geração nascida durante a Segunda Guerra também

José Carlos Sebe Bom Meihy

demandou enquadramentos, aliás, isso sugere reflexões mais apuradas, em particular porque àquela altura o Brasil já estava envolvido no conflito mundial. Curioso como pouco se fala da história recente do Brasil e como seguimos sem levar em conta as implicações e os vínculos geracionais. Nasci em "Guará", porque lá moravam meus avós maternos, e a prática familiar recomendava que as filhas dessem à luz na casa dos próprios pais. Meu núcleo específico – pai e mãe – estava estabelecido em Taubaté, também no Vale do Paraíba e isto assume fundamental importância porque ambientou um envolvimento com a cultura caipira, com matrizes populares ricas e influentes. E não apenas em nível popular, pois um autor como Monteiro Lobato se impôs como marco qualificador de certa crítica nacional e ele colocou em juízo o tipo social, caipira. Não é sem razão que figuras como Renato Teixeira, nosso sertanejo maior, se conjugava Mazzaropi, e nem faltavam destaques do rock como Celly e Tony Campelo, expressões da jovem-guarda. E tudo junto... Vale supor assim que todo aquele espaço urbano me era mais um fator de complicação identitária, pois além da trama doméstica familiar, tinha também que me posicionar frente ao ambiente cultural da região. A presença da tradição sertaneja me foi muito envolvente, reveladora de ajeites com outros sotaques nacionais... Confesso que até o meu jeito de falar precisou ser adequado aos enquadramentos futuros...

Revista Epígrafe: Mas como era sua família nuclear?

José Carlos Sebe: Eu sou filho do meio, entre uma irmã e um irmão, ela mais velha. Crescemos no comércio do meu pai que tinha uma loja no Largo do Mercado. Papai era um homem muito decidido; com 13 anos, chegou ao Brasil para vencer na vida, e para ele vencer na vida queria dizer ficar economicamente bem, ter alguma posição social. Vivi em um meio familiar muito bem estruturado segundo valores tradicionais, conservadores, árabes cristãos. Sou filho de uma mãe que amava extremamente o

José Carlos Sebe Bom Meihy

marido e fazia absolutamente tudo pelo projeto do patriarca. Por lógico, essa trama implicava governo paterno e impunha obediências complexas. E nesse emaranhado, meu pai se fazia senhor de uma proposta de vida muito claramente definida, com papéis sociais bem delineados. Desde muito cedo, portanto, ficava evidente que o plano familiar enredava o futuro dos filhos. Estou dizendo que a conjuntura parental projetava para os descendentes uma continuidade comercial. Meu irmão, já falecido, e minha irmã, ainda viva, obedeceram à sina familiar, mantiveram os negócios: loja e depois hotel. Evidentemente tais preceitos me colocavam como alguém potencialmente problemático, porque não queria permanecer no comércio, gostava de outras coisas; desde garoto me tornei muito crítico dos modelos sugeridos por certa tradição.

Revista Epígrafe: Mas quais as consequências disso em sua formação? Como foram seus avanços escolares, por exemplo?

José Carlos Sebe: Não entendia muito do que se passava, mas sempre tinha algum palpite sobre tudo, dava opiniões sempre conflituosas. Acho que poderia me enquadrar no perfil do “filho problema de família emigrante”. Esse tipo de rebeldia crônica me levou para um colégio interno, alternativa encontrada pelos meus pais para que eu tivesse uma boa educação e fosse mais disciplinado. Boa educação escolar posso dizer que tive, porque passei os anos do ginásio no Colégio São Joaquim, em Lorena, também no Vale do Paraíba. Essa escola era modelar para certa elite que se desenhava com bom preparo educacional. A formação escolar bem rigorosa era comandada por padres salesianos que prezavam muito línguas estrangeiras, conhecimentos gerais, e, para tanto, mantinham um currículo humanístico articulado – aprendi latim, tinha aulas canto orfeônico, estudei filosofia

José Carlos Sebe Bom Meihy

desde cedo. O colégio, além de tudo, tinha boa biblioteca com destaque para textos religiosos cristãos, muitas biografias de santos...

Acontecia que por minha irredutível atitude de adolescente rebelde, quando chegavam as férias de fim de ano, meus pais optavam por me deixar mais tempo no colégio, e apenas iam me buscar um ou dois dias antes do Natal. Sim, minha permanência era alongada pela justificativa do trabalho intenso nos negócios e pelo temor de ressurreições de minhas sanhas de adolescente. Durante esse lapso de tempo, entre o fim das aulas e a ida para casa, me restava ficar solitário, sem colegas, junto com os padres com quem apenas ia aos ofícios religiosos...

Revista Epígrafe: E como era sua vida no colégio durante esse tempo de isolamento? Que fazia para preencher a ausência de aulas?

José Carlos Sebe: As férias de verão eram longas, começavam em fins de novembro e iam até começo de março. No meu caso específico, nos dias de dezembro, ficava só e com o tempo livre, absolutamente sem compromissos. Era eu e eu... Sozinho em um colégio imenso, sem poder sair, sem companhia para conversar. Confesso que a primeira experiência, no primeiro ano, me foi difícil, mas acostumei, e já no ano seguinte gostava, e, daí para frente, ao longo do segundo semestre imaginava a próxima temporada como “dono do colégio”. Lembro-me da vastidão daqueles pórticos enormes, dos amplos dormitórios com os colchões enrolados, do refeitório tão grande e das mesas vazias, e eu sozinho com eventuais empregados ou pessoal que trabalhava em obras de reparos... Acho que aprendi nessa situação a virtude, beleza, e o significado da solitude. E fui gostando cada vez mais de ser senhor do meu tempo, ainda que restrito aos muros do colégio...

José Carlos Sebe Bom Meihy

Eu, naqueles dias, tive que me organizar para passar o tempo. Foi então que os muitos livros da biblioteca se integraram ao meu jeito de filtrar o mundo. Eu lia o máximo que conseguia, e assim, com muita curiosidade, virava páginas e páginas de biografias, de histórias de vida, leituras que deixavam passar por mim a experiência suposta de diferentes santos. A hagiografia se tornou recurso instigador de meu imaginário. Ah, difícil significar o sentido dessa aventura em minha formação. Diria numa licença quase poética que percorri a ladainha vasta, as narrativas sobre muitos santos! E eles me salvavam, creia. Isso acabou me influenciando muito, definitivamente... Primeiro pelo próprio fantástico composto pela fabulação católica tão cheia de diabos e anjos, milagres e castigos, sofrimentos atrozes, ressurreição, vida e morte, subida aos céus, descidas aos infernos, transcendências... Acho, portanto que não é por acaso que vivo cuidando de histórias de vida, mantendo a preocupação com entendimento do paradoxo "indivíduo na história"... Ah! É lógico que não me ocupo de história de heróis, mártires religiosos, cientistas de relevo... Nem dos personagens sem contextos sociais, como se fossem exceções. Estou atento à vida dos cidadãos comuns, aos nexos entre público e privado, às explicações de seres em seus meios ampliados, mas comecei diferente. Devo dizer ainda, pensando a base de minhas pesquisas, que li a Bíblia com muito zelo, mas com cuidado além do espírito meramente religioso. Aquela coisa de Caim e Abel, de maldições severas e obediências irrestritas em nome de fé cega, as predestinações... Aquilo tudo me encantava e, ao mesmo tempo, alargava minha capacidade de pensar além dos fatos narrados. Ficava enredado naquelas tramas todas, e isso ia entrando em mim como convite à boa narrativa. Contar, contar bem um caso passou a ser uma proposta. Aos poucos, fui eu compondo histórias sobre os outros, exercitando explicações, elaborando possibilidades para as tais "minhas histórias dos outros"... Eu lembro que me divertia bastante quando olhava para os meus colegas e imaginava a vida deles

José Carlos Sebe Bom Meihy

fora dos muros escolares... Eu arquitetava possibilidades, inventava papéis e personagens complementares. Olhava para alguém e pensava, bem, o pai dele deve ser alemão e a mãe nordestina; este deve ter irmão problemático e uma tia rica... Ia inventando enredos todos sempre muito criativos e referenciados pela presença dos personagens com os quais convivia. Se tivesse que definir o significado das leituras no colégio interno, diria que fui marcado pelas tramas, pelo sentido subjetivo das histórias. E também pela proximidade dos protagonistas. Isso tudo, aliás, determinava uma ambiguidade que se explicou décadas depois: a relação do remoto longínquo com o presente. Despontava o fascínio pela memória...

Revista Epígrafe: Então foi no colégio interno que resolveu ser historiador? Sua escolha foi precoce?

José Carlos Sebe: No fundo eu sempre fui muito “buscador de explicações” e as queria bem claras, bem contadas, articuladas e comunicativas. Queria saber como é que as coisas aconteciam e como elas justificavam as atitudes das pessoas. Ah, prestava atenção nos modos narrativos. E isso acabou reforçando essa tendência que eu tinha de me interessar por biografias e histórias de vida, e daí para a “literaturização” foi um salto só. Com essa tendência estabelecida e tornada proposta de vida, fui me afastando cada vez mais do projeto familiar que, aliás, estava em marcha e com resultados bem constituídos. Papai sabia o que queria, tinha seu comércio e logo superou a fase de mascate, abriu a própria loja, e anos depois montou uma pequena rede de hotéis. Diria que colhi dele o exemplo para a luta, o empenho pelo trabalho, mas meu caminho era outro. Queria estudar, ler, tomar conhecimento de versões e fatos ampliados, queria o mundo.

José Carlos Sebe Bom Meihy

Saindo do colégio, tornei-me estudante de escola pública, estadual. Fiz o curso clássico, destinado a quem se interessava por Ciências Humanas. Diria que, frente ao inevitável papel das famílias emigrantes, tive certa aprovação familiar para estudos, mas a expectativa permitida era que eu fizesse Direito. De início, meu desejo era fazer Sociologia – veja que estamos falando dos anos de 1960, de um período de renovação das intensas demandas sociais, das agitações. Nesse panorama, Sociologia dimensionava um apelo vibrante, com remessas que traziam mais para a realidade imediata do que a gente podia pensar, por exemplo, em curso de curso de História, Letras, ou de Filosofia. A bem da verdade, devo garantir que gostava muito de todas as alternativas. Aconteceu que na minha cidade, Taubaté, não havia o curso de Sociologia, e então me restou prioritariamente História. Eu já tinha meus autores favoritos – principalmente em Literatura – e, mesmo na inocência crítica comum aos moços do interior, gostava bastante de teoria... Não me foi difícil conciliar minha escolha pessoal, História, com a indicação paterna, Direito. Tendo sido aprovado nos dois vestibulares, fazia um curso pela manhã e outro à noite. Em 1968 me formei pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Taubaté e no ano seguinte virei bacharel em Ciências Jurídicas.

Logo me identifiquei com o curso de História. Lembro-me do impacto da leitura dos primeiros textos do pessoal dos *Annales*, da segunda geração, à qual todos rendiam tributos, em particular a Fernand Braudel, Georges Duby, Pierre Chaunu, Robert Mandrou. O fato de ler francês ajudou muito e me permitia voar em amplitude mais universal, muito além das recomendações curriculares. Tenho claro o impacto do texto de Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*. Ganhei o livro de presente e o devorei os dois volumes, publicados pela Dom Quixote, de Lisboa. Imagine: eu em Taubaté, aprendendo a pensar o tempo de Felipe II... E lembro-me com nitidez da máxima de Braudel “A história é serva de seu tempo”...

José Carlos Sebe Bom Meihy

Diria mais, *O Mediterrâneo* tornou-se o livro mais importante para minha transformação, divisor de águas. Ao ver que o autor diluía a biografia de Felipe II transformando-a em solução para analisar a largura do ambiente histórico, do mundo europeu, dissolveu-se em mim o significado diminuto de pensar o indivíduo pelo indivíduo ou me contentar com biografias apologéticas.

Revista Epígrafe: Mas e o curso? Como eram os professores, as disciplinas, o currículo?

José Carlos Sebe: Eu fui gostando mais e mais do curso, um pouco independente das possibilidades de uma faculdade modesta. Aprendi logo que muito decorreria de meu empenho individual. Valeram-me, então, a boa formação do colégio interno. Ao mesmo tempo, não foi complicado distinguir-me em uma escola pequenininha do interior, onde todo mundo trabalhava o dia inteiro e eu tinha mais tempo e uma base algo melhor... Tempo e gosto! Evidentemente, eu não via a hora de acabar a faculdade de Direito, porque achava as disciplinas técnicas muito aborrecedoras, uma chatice mesmo: processo civil, processo penal, direito processual trabalhista... Na verdade, no curso de Direito eu gostava de Teoria Geral do Estado, História do Direito e Filosofia do Direito. Mas, em termos de notas, sempre fui muito bem, mesmo sem entusiasmo.

No curso de História, pelo contrário, meu empenho era absoluto e a paixão só crescia. Além disso, tive uma professora marcante, Sônia Siqueira, que dava aula de História Ibérica. E Ibérica, além do impacto braudeliano, me trazia certa aura idealizada do mundo árabe, da invasão islâmica, da Reconquista, da constituição do mundo barroco... Aquelas tramas todas me cativaram de maneira fecunda. Isso se deu logo de saída, desde as primeiras aulas. Lembro-me bem do impacto do conceito

José Carlos Sebe Bom Meihy

de Sergio Buarque “território-ponte”, espaços de passagem, de intersecção... Bem, era o que queria estudar. E tinha todo aquele debate sobre a organização de um projeto católico, de Fernando e Isabel, da conquista ultramarina, das grandes navegações. Eu adorava esses temas e acabei ainda aluno por ser chamado a ajudar essa professora, como assistente em Taubaté. Veja que estamos falando especificamente dos anos de 1960, exatamente de 1964 em diante.

Revista Epígrafe: E como era o ambiente político da Faculdade, havia discussão sobre o contexto nacional?

José Carlos Sebe: Por certo, ainda que isto seja muito pouco valorizado, também no interior, a movimentação política exercia alcance e impunha controle. De maneira sensível, as questões ideológicas transpareciam nas duas faculdades que cursava, ainda que de formas bem diversas. No curso de História, pela própria natureza da matéria, a insatisfação era mais exposta e os professores tinham que redobrar cuidados, pois havia “olheiros”. O temor de agitação política merecia atenção dos organismos controladores locais, até porque desde 1967 a cidade aspirava transformar suas faculdades em universidade. A par disso tudo, o movimento estudantil se insinuava, fato que fazia com que meu lado contestador ganhasse alguma força. Dava-se, então, um conflito entre ser bom aluno, apontar a docência – nos cursos ginásiais – como destino, e ter uma imagem mais de esquerda. Esta aparente contradição dimensionava também meu papel familiar e de jovem atuante em uma cidade do interior.

Em 1968 tudo foi agravado, o ambiente político inflamou-se atingindo diretamente o ensino público, colocando em relevo a questão educacional. Eu estava em uma escola que experimentava um regime novo, uma autarquia municipal, e isso nos situava no debate amplo. A USP foi vitimada por cassações decorrentes do AI-5 e

José Carlos Sebe Bom Meihy

para o circuito universitário aquilo pesava de maneira danosa e consequente, pois mexia com a autonomia universitária.

Como jovens interessados na cultura formal, prestávamos atenção no destino de alguns pesquisadores de destaque, e lembro-me da fragilidade dos vínculos trabalhistas dos docentes, pois, por serem funcionários públicos, os professores eram passíveis de serem dispensados, sem condições de defesa. E a questão contagiava todo sistema. No Departamento de História da USP, por exemplo, houve baixas importantes como o da professora Emilia Viotti da Costa e de outros como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, José Arthur Gianotti, Mário Schenberg, Ada Natal Rodrigues... Então, não havia como não nos afetar, direta ou indiretamente. Por essa altura, eu já estava terminando o quarto ano quando a professora Sônia Siqueira – que também era docente na USP –, com intenção determinada, perguntou-me se não queria continuar os estudos depois de formado. Basicamente seria para eu tentar uma pós-graduação na USP. Isso me soou como música fina, sinfonia irresistível. A palavra pesquisa me seduzia, me provocava, e eu fiquei empolgado com a possibilidade de fazer pesquisa em arquivos, de me aprofundar nos temas que me chamavam a atenção.

Revista Epígrafe: Foi assim que fez a opção pelo tema de mestrado?

José Carlos Sebe: Achava que então era chegada a hora de testar algumas preferências desenhadas ao longo do tempo. Gostava, por exemplo, muito de Literatura e mantinha – como, aliás, até hoje – um olho bem aberto para os vínculos entre um campo e outro, entre Literatura e História. Também estava aberto para os embates culturais, aos enfrentamentos das grandes tradições como o cristianismo, o islamismo e o judaísmo. A chamada “questão ibérica” me atraía cada vez mais e, de

José Carlos Sebe Bom Meihy

um modo geral, buscava perceber o efeito desses encontros projetados no Brasil colonial... Com essa possibilidade de pesquisa, eu me interessei pelo teatro judaizante no Brasil colonial. Pois é, sempre senti atração por assuntos complicados, disputas e sutilezas culturais, mas queria mais do que identificar situações, ver os fundamentos.

Foi a professora Sônia que me fez ler uma peça do teatro colonial, texto que fecundou aquele meu momento. Minha escolha recaiu em Antonio José da Silva, personagem conhecido como “o judeu”, nascido no Rio de Janeiro em 1705 e morto em 1739. Pouca gente valoriza um escrito dele que se tornou chave para mim, as *Obras do Diabinho da Mão Furada*. Nela, a trama de um tipo de tentador, um diabinho, que por meio de subterfúgios apresentava alternativas para a superação do controle do mundo cristão, inquisitorial. O enredo da peça é muito sutil e cuida de mostrar como o inquieto diabinho, que tinha as mãos furadas para vazar as brasas colocadas por castigos, atuava para distrair o público e ensinar os judeus como driblar a vigilância inquisitorial. O uso de palavrões, gestos obscenos, servia como metalinguagem e isto me valeu como pressuposto para consideração analítica. Fiz uma leitura atenta desse texto, pensando que se tratava de um artifício cripto-judaizante, ou seja, de uma “palestra” sobre os modos de contorno ou disfarce do controle inquisitorial.

Minhas reflexões sobre literatura e biografia ajudaram a inscrever aquela peça na chave analítica conhecida como “tecido fáustico”, segundo a tradição dos textos que cuidam de pactos com os habitantes dos infernos. E no caso, demandava ver como Peralta – este é o nome da figura maléfica – ensinava, nos palcos, as estratégias de vivência das práticas judaicas, como varrer de fora para dentro, como disfarçar a dietética recomendada e fazer a alimentação religiosa, como trocar a camisa às sextas-feiras. Devo dizer que ao ler o processo inquisitorial de Antonio José, aprendi a

José Carlos Sebe Bom Meihy

inerência dos fatos da vida na produção artísticas, ou autobiográficas, das pessoas. Literatura, História, biografia: encontros. Estava em fase de conclusão do mestrado, já com a redação bem adiantada, quando se deu o convite para que eu pulasse a etapa do mestrado e fosse direto para o doutorado. Foi o que aconteceu. Aproveitei, mais tarde, em 1981, parte da pesquisa sobre o *Diabinho* e publiquei o texto *A literatura como defesa: o exemplo do teatro de Antônio José da Silva*¹, no Boletim Informativo do Centro de Estudos Portugueses, daqui da USP.

Revista Epígrafe: E o que aconteceu com este tema? Integrou-se em suas novas pesquisas?

José Carlos Sebe: Ao passar para o doutorado, fui motivado a pensar questões mais amplas, menos pontuais. Firmava-se em mim a proposta de entendimento da complexidade do processo colonial mediado por instituições relevantes. Veja: nós estamos falando do tempo da contracultura, dos anos rebeldes e de agitação, dos efeitos do que se conhece como “anos dourados”. Eu comecei a me encantar com toda essa beleza de possibilidades de estudos que desafiavam percepções consagradas. Naquele momento era impossível não pensar a projeção de temporalidades, ou seja do passado remoto e sua projeção naquele presente. E tínhamos todo impacto das questões braudelianas da “longa duração”. Por lógico, não queria perder o cenário cultural e então comecei a pensar sobre o barroco como estilo de vida, com projeção inclusive na formação da nossa cultura. Houve um professor que foi capital para toda minha geração: Eduardo d’Oliveira França. Posso dizer que o impacto de um livro do professor França me causou espanto fértil, O

¹ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. A literatura como defesa: o exemplo do teatro de Antônio José da Silva. *Boletim informativo do centro de estudos portugueses*, v. 7, n.19, jan./ dez. 1981.

José Carlos Sebe Bom Meihy

*Poder Real em Portugal e as Origens do Absolutismo*². Juntamente com a força das pesquisas inquisitoriais promovidas pela professora Sônia, estava indicado um novo caminho.

Tudo se trançava de maneira provocativa. Eu vislumbrava perceber, então, como se traduzia entre nós o barroco. Como se mesclaria uma cultura européia, de corte, num espaço colonial como o nosso, com desafios catequéticos dos indígenas, com a presença de enorme contingente escravo negro, com uma mestiçagem latente... E era urgente definir um tema de estudos. Pensei em algumas alternativas até que cheguei em uma que me encantou mais: a Companhia de Jesus, os jesuítas. Em obediência à antiga procura de entendimento da superação das fronteiras, dos tais “territórios ponte”, buscava uma instituição que atravessasse experiências localizadas.

Devo dizer que sou leitor do padre Antonio Vieira. Aliás, esta é uma leitura da vida inteira. E outra vez, por tendência à biografia, notei que a trajetória dele implicava muitos temas que me atraiam: os sermões, a colonização religiosa, traços familiares desafiadores da ordem – sim, considerei o fato dele ser neto de escravos em Portugal – e, sobretudo, o projeto da Companhia de Jesus. Foi assim que elaborei um plano em duas partes: primeiro abordaria o projeto jesuítico nos primeiros anos da colonização brasileira; depois reflexões sobre o Padre Vieira. À época não era fácil fazer pesquisa em arquivos fora do Brasil. Não havia tantas bolsas de estudos disponíveis e eu estava em início de carreira. Parti então da monumental obra de Serafim Leite, com a *História da Companhia de Jesus no Brasil*³, com a leitura dos

² FRANÇA, Eduardo d’Oliveira. *O Poder Real em Portugal e as Origens do Absolutismo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1946.

³ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugália/Civilização Brasileira, 1945.

José Carlos Sebe Bom Meihy

quinze volumes – considerações históricas, institucionais, contabilidades, escolas –, eu me sentia instigado a pensar o reverso o peso do Brasil na Companhia de Jesus, e me ocupei de imaginar uma empresa colonizadora com um potente plano de ação que afetava indígenas, negros, judeus.

As cartas jesuíticas se transformaram em fonte básica para tentar análise do avesso da conquista dos loiolanos. Eu me afeiçoei às cartas jesuíticas! Eu achava que seria possível ver mais do que o plano jesuítico, que havia possibilidade de perceber os “colonizados”. É lógico que me encantava ver toda aquela produção de documentos epistolares: como alguém da selva, dos poucos colégios, de rincões escondidos, escrevia aquelas coisas... Como é que as cartas chegavam na Europa, quem as lia... Tudo isso! Envolvido nessas questões, o tema da resistência, o estabelecimento de estratégias de convívio entre as partes se me apresentou como desafio.

Por esse tempo, já no doutorado, fui convidado a substituir a professora Sônia e assim ingressei, em 1970, como professor assistente tanto na faculdade em Taubaté como na USP. Combinava ainda minhas atividades iniciadas como professor no antigo sistema ginásial com a nova função docente. A correria da vida exigia desdobramentos. Além de professor em duas cidades separadas por 150 quilômetros, estava recém casado.

Revista Epígrafe: O que representou a USP para você, para alguém saído de uma escola do interior do estado?

José Carlos Sebe: A USP para mim foi como a descoberta de um novo planeta. Imagine o que representou sair do interior sem ter sido aluno dos grandes mestres, sem ter participado diretamente dos principais debates da instituição e, de repente,

José Carlos Sebe Bom Meihy

estar na USP. E olhe que falamos dos anos iniciais da década de 1970, com toda aquela caça às bruxas – sendo que algumas das principais “bruxas” estavam exatamente lá. Isso era algo meio dramático, pois se abria para mim um espaço muito prometedor no plano pessoal, mas ao mesmo tempo era um desafio de largura inimaginável. Eu na USP, a USP em mim... E sentia-me muito responsável para suprir vazios de formação...

Até então, eu era um diletante, minhas pretensões se esgotavam em fazer minha pesquisa de pós-graduação e dar aulas. Percebi logo que a pesquisa continuada me seria uma missão interminável. Tive apoios importantes, ainda que pontuais, devo dizer. Logo me liguei mais ao professor França e fui bem-recebido por um colega que fez a diferença: Sebastião Witter. De tal forma me liguei ao Witter que, tendo afinidades não acadêmicas, resolvemos instruir nossos debates em um projeto de entrevistas sobre o mundo do futebol. Bom retomar este ponto porque tivemos que fazê-lo no Museu da Imagem e do Som, em São Paulo. Isto porque as coisas da cultura popular ou de massa não se adequavam ao gosto uspiano. Imaginem...

Desde o começo, ficou subjacente à minha presença, ao meu papel inicial como docente e pesquisador na USP o fato de eu não ter sido uspiano de raiz. Além dos professores Sônia, França e Witter, restava enfrentar um certo preconceito departamental onde havia uma natural afiliação, acalentada inclusive pelo sistema de Cátedras, pelo qual o poder se assumia, delegando, por exemplo, ao chefe de cadeira a escolha de seus assistentes. Acabei por me integrar ao Departamento, na disciplina que então se chamava História da Civilização Ibérica.

Poderia dizer que estava determinado a continuar lá, independente de boa ou má aceitação. Foi um exercício recíproco de trocas, mas o resultado tendeu ao positivo. Eu ingressei como “professor assistente voluntário”, uma figura que

José Carlos Sebe Bom Meihy

desapareceu das relações trabalhistas... Essa condição funcional vigorou quando houve as cassações e, sem concurso, tal categoria foi implementada como forma de aliviar demanda dos professores estabelecidos. Isso foi em 1971 e fiquei trabalhando sem salário até 1974, quando foram admitidos novos contratos. Resta dizer que corria no folclore do Departamento uma definição de “alto” e “baixo clero”. Alto era o grupo composto pelos nomes reconhecidos, afiliados dos catedráticos. Baixo eram os demais, quase sempre – como eu – representantes de novas espécies: um japonês, um negro, alguns judeus e eu, árabe...

Revista Epígrafe: E como caminharam suas pesquisas?

José Carlos Sebe: Eu ia, então, juntando o antigo gosto pela literatura, a possibilidade de pensar uma sociedade barroca desde sua formação, as aberturas para reconsiderar o papel dos judeus, escravos e, sobretudo dos indígenas. Tentava assim definir uma colonização barroca luso-brasileira. A originalidade de nossa condição social, a combinação de grupos que interagiram sob a égide de uma violência não reconhecida, tudo isto me atraia. Por certo já estavam apresentadas as teses contra o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre e eu me aproveitei dessas críticas para pensar o que acabou por ser o título do meu doutorado: *A presença do Brasil na Companhia de Jesus*⁴. Na inocência desse meu começo como historiador, pretendia mostrar que o Brasil jesuítico fora uma agência importante para os propósitos da Companhia, mas teve que se modificar, que perder certas prerrogativas, para subsistir com sucesso na colônia. Não havia como negar um rebaixamento do Brasil como espaço para a elite loiolana e dessa forma que servimos de local onde alguns doentes como Anchieta, ou mulatos como Vieira poderiam viver.

⁴ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Presença do Brasil na Companhia de Jesus: 1549-1649. 1976. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

José Carlos Sebe Bom Meihy

Era um sonho, imagine. Foi algo que se supõe quando a gente tem vinte e poucos anos de idade, né? Eu pensava: "quero estudar o avesso da perspectiva eurocêntrica, preciso dizer sobre a presença do Brasil na Companhia de Jesus". Isso sem acesso à documentação distante, sem quase nada. Então me vali das Cartas Jesuíticas como forma de ver como os inacianos se comunicavam, quais termos usavam para significar abstratos valores cristãos para os indígenas que tinham códigos de comunicação tão diverso. Como seria traduzido, por exemplo, o Deus uno e trino cristão? "Trovão" bastaria para aproximar um conceito tão complexo? Foi quando brilhou a noção de "abrasileiramento". E pensava: "isso é presença do Brasil, modificando toda a teologia cristã católica, permitindo aberturas". Por certo, não consegui o que pretendia. Defendi o doutorado com duas certezas: a proposta era boa, mas não consegui produzir um texto correspondente ao sonho.

Revista Epígrafe: Como sua proposta se relacionava com debates daquela época?

José Carlos Sebe: Vigorava por aqueles dias o debate sobre a existência de um barroco nosso, diferenciado. O crítico literário Wilson Martins, por exemplo, estava publicando os ensaios que comporiam a *História da Inteligência Brasileira*⁵ e abria a longa sequência de análises perguntando "qual o momento inaugural da Literatura Brasileira?". Em 1958, o professor Antonio Cândido já havia proposto que a autêntica literatura brasileira apenas teria começado com os mineiros no ambiente da conjuração, e que, para se constituir como Literatura, era preciso haver um sistema, articulações integradas, ou seja: autor, produtor, consumidor e mercado, e, em meio a tantas vozes potentes, na modéstia de minhas inquietações, ficava-me perguntando: "mas, e na minha tese, e eu, como ficaria minha proposta?". Persistia, enfim, a pergunta que não me acalmava e que precisava responder: "afinal de contas,

⁵ MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1976.

José Carlos Sebe Bom Meihy

se houve presença do Brasil na Companhia de Jesus, tinha literatura brasileira, não é possível que não tivesse!". Para resolver este dilema, voltei ao Padre Vieira, em particular aos Sermões e às Cartas. Eu ficava encantado com o Padre Vieira: suas alegorias, os argumentos engenhosos, os meandros narrativos e afirmativas institucionais.

A alternativa que me restou foi escrever um pouco sobre o "imperador da língua portuguesa", como o chamou Fernando Pessoa. Produzi alguns textos sobre Vieira, em particular um ensaio introdutório para as cartas *Escritos Instrumentais sobre os índios*⁶. Dando dimensão a este tema recorrente em minha produção, mais tarde orientei alguns trabalhos do pós-graduação sobre Vieira. Entre os meus artigos mais significativos, estão: *O espírito científico da Companhia de Jesus na Colonização Brasileira*⁷, *Vieira Utópico: Sor Juana Distópica*⁸ e um artigo bem polêmico, *A escravidão negra e indígena segundo os Sermões: Padre Antônio Vieira*⁹.

Revista Epígrafe: Como foi sua experiência como professor universitário?

José Carlos Sebe: Em termos profissionais, me firmei como docente no Departamento de História, tanto em Taubaté como na USP, com tempo parcial de trabalho em ambos. Sempre me dei bem com a sala de aula e acho que isto se deveu a dois motivos principais: 1) estamos falando de um tempo em que as aulas eram muito teatrais, e sempre cuidei bastante do preparo do "meu teatro docente"; 2)

⁶ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Ensaio Introdutório sobre o Padre Vieira. In: Antonio Vieira. (Org.). *Escritos Instrumentais sobre os Índios*. São Paulo: Loyola, 1992.

⁷ _____. O espírito científico da Companhia de Jesus na Colonização Brasileira. *Revista História*, Taubaté, v. 1, 1972.

⁸ _____. RAGÃO, Maria Lúcia. Vieira Utópico: Sor Juana Distópica. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RAGÃO, Maria Lúcia (Org.). *América: Ficção e Utopias*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

⁹ _____. In: NOVIKOFF, Cristina; GRISPUN, Mírian Paura S. Z.; DUTRA, Robson (Org.). *Desafios da práxis educacional: interdisciplinaridade, estética e ética*. Rio de Janeiro: Editora PontoCom, 2013, p.37-56.

José Carlos Sebe Bom Meihy

procurava sempre inovar com textos de Literatura – usava, por exemplo, poemas de Fernando Pessoa para discutir “o mar português”, ou peça do Dias Gomes para falar do “Santo Inquérito” e, nesta senda, me valia de cinema, do cantor popular... A sala de aula, naqueles tempos, era espaço importante para a formação dos alunos e havia certa ênfase no desempenho do docente. E eu me fascinava, eu era fascinado por aquele teatro/aula!

À medida que conhecia o Departamento, passado o momento da estréia, ia me aprofundando nos problemas que afetavam nosso trabalho. Aos poucos começava a perceber algo que me inquietava em termos curriculares e que dizia respeito à disciplina História Ibérica. De certa maneira, as interpretações esperadas de Ibérica eram as que servissem de pressuposto para o entendimento da História do Brasil e da América. Os temas coloniais e o momento do império serviam mais a fixação da orientação eurocêntrica, colonizadora, do que para mostrar a formação de uma cultura nova, brasileira, ou da originalidade latino-americana. E o limite temporal denunciava isso. Os programas de Ibérica acabavam nos processos de independências.

Revista Epígrafe: E como ficava a disciplina de Ibérica no conjunto das demais?

José Carlos Sebe: A Cadeira de Moderna e Contemporânea e a de Brasil eram regidas pelo professor França e Sergio Buarque, respectivamente. E sempre foram muito prestigiadas, ainda que também houvesse bastante reconhecimento do professor Eurípides Simões de Paula, que cuidava de História Antiga e de temas voltados ao Oriente. Mas a centralidade era Moderna e Contemporânea e Brasil. E tudo girava em torno dos nomes que tendiam a ser centrais, que eram afinal: homens brancos, de famílias ilustres... A quebra dessa postura hegemônica, por exemplo na Cadeira de Moderna, só se deu nos anos de 1980 com a entrada da Laura de Mello e Souza,

José Carlos Sebe Bom Meihy

então a primeira mulher desse setor. Devo dizer que havia uma vantagem em considerarem Ibérica como algo complementar: tínhamos mais liberdade e foi assim que me permitiu usar novos materiais de ensino – usava muito slides de arte.

Foi nesse ambiente que resolvi, imaginem, dar um curso de Ibérica só com textos de Literatura, e de sobra questionava os documentos oficiais e procedia a paralelos com a historiografia convencional. Os alunos adoraram! A tal “boa aula” – a boa aula, a aula preparada, polida – funcionava. Como o critério de divisão de turmas era alfabético, de “A” a “Z”, as turmas que eram divididas se rivalizavam na preferência de professores e com a permissão de trocas, eu sempre tive salas cheias. Muito cheias. E isso me dava uma alegria enorme... Não apenas no nível da vaidade, como no nível de uma proposta pedagógica. Ia juntando argumentos e a cada dia pensava mais: “eu tenho que mudar essa percepção de História Ibérica”. Isso, aliás, no fundo, significava atuar em uma visão geral de todo o Departamento de História.

Foi quando comecei a puxar as questões da Guerra Civil Espanhola que, outra vez, se emendava na antiga busca de entendimento de uma história mais totalizante... E era uma proposta apaixonante, sempre foi, e, subjacente a esta “atualização”, subsistia a questão do cinema, da literatura, do teatro, como recurso. Com o apoio inestimável da colega Maria Luiza Tucci Carneiro e ajuda de outros companheiros da área, nós conseguimos mudar esse programa... Mas a mudança não se deu do dia para a noite, começamos com programas alternativos. E tínhamos que abordar a colônia, inclusive o tal barroco brasileiro. Aí ocorreu uma coisa muito engraçada. Eu dava aula de Ibérica Moderna e resolvi pedir como trabalho de avaliação do curso entrevistas com portugueses e familiares que viviam no Brasil para ver questões de memórias e defesa do programa português. Basicamente, queria ver como os emigrantes contavam a história da colonização, como viam por exemplo o impacto da

José Carlos Sebe Bom Meihy

Inquisição, das instituições metropolitanas projetadas na colônia. Dava-se dessa forma, de maneira intuitiva, abertura tanto para pensar mais tarde o uso da história oral como para ingresso em estudos sobre memória. O resultado foi surpreendente: a classe se empolgou. Sobretudo, de repente, permitia-se no programa avaliar a relação de tempo passado/ presente... Fiquei muito interessado nisso.

Revista Epígrafe: Essas mudanças foram para frente?

José Carlos Sebe: Houve uma consequente mudança curricular no Departamento. E aí entraram as disciplinas optativas que no caso de Ibérica Moderna eram alternadas com os cursos regulares, permitindo lecionar outras disciplinas. Foi quando pensei “é agora, vou dar uma optativa!”... e peguei logo história da arte que, imagine, havia deixado de fazer parte de nossas ofertas no currículo do Departamento. Intercalando as obrigatórias – semestre sim, semestre não – comecei a fazer uma experiência de cursos sobre Ibérica Contemporânea, em particular com aspectos ligados à Guerra Civil Espanhola. Em meio a isto fiz uma experiência de teatro e História, todo um curso girando em torno dos *Fuzis da Senhora Carrar*, da peça do Brecht, e foi muito bom. E a partir disso, passando de optativa para curricular, comecei a dar o primeiro curso de Guerra Civil Espanhola, com uma pergunta bastante inquietante: por que é que os intelectuais brasileiros não participaram do Segundo Encontro de Escritores Antifascistas, em 1937? Essa pergunta decorreu da leitura de *Memórias de la Nostalgia*, de María Tereza León, que era mulher do Alberti, Rafael Alberti, o poeta, que tinha feito uma viagem pela América Latina em 1935 e tinha passado pelo Brasil. Levantei notícias e textos dos escritores brasileiros como [Manuel] Bandeira, Jorge Amado, Mário de Andrade, Érico Verissimo, Monteiro Lobato, e vi que havia grande produção de poemas, contos, romances, traduções de autores que, de diferentes formas, remetiam aos acontecimentos da Espanha, em especial a [Federico] García Lorca –

José Carlos Sebe Bom Meihy

aliás, este fenômeno foi comum em toda América Latina. Há alguns anos atrás organizei uma coletânea de artigos sobre a Guerra Civil e publiquei um texto analisando tais manifestações¹⁰...

Revista Epígrafe: Só gostaríamos de esclarecer um ponto nesta parte sobre a trajetória. Em 1981, pelo seu currículo, a gente viu que o senhor fez a sua livre docência, que foi sobre a história da pobreza em Taubaté, de 1889 a 1945. Onde se encaixa esse trabalho na sua trajetória?

José Carlos Sebe: Exatamente nesse panorama da contracultura. Eu queria fazer história do povo, eu não aguentava mais a exclusividade da ênfase dada nos grandes heróis e fatos magníficos. Sem desprezar autores importantes e reconhecidos – eu mesmo tenho um livro sobre Monteiro Lobato –, mas queria participar de uma história do povo. Aliás, quero até hoje, busco uma história do povo, das pessoas comuns. Então, neste afã iconoclasta, eu queria fazer história do povo, da pobreza. Por lógico, havia algo pessoal nessa trama, eu queria render tributo à história do meu espaço, do local onde me fiz historiador...

Revista Epígrafe: E suas outras posições de pesquisa? Quais foram seus interlocutores mais significativos?

José Carlos Sebe: Eu sempre trabalhei com alunos de todos os níveis: graduação ou pós-graduação. Os alunos sempre foram meus interlocutores diretos e preferentes. É claro que frequentava as reuniões dos professores, participava dos debates, congressos e demais atividades, mas minha ação direta sempre foi com os alunos, voltada para o interesse docente/ discente e para o envolvimento de pesquisas partilhadas. Em termos práticos, em mim presidia a necessidade de atualizar o

¹⁰ MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). *Guerra Civil Espanhola - 70 anos depois*. São Paulo: Edusp, 2011.

José Carlos Sebe Bom Meihy

conteúdo da disciplina Ibérica, atualizar os conteúdos, percebê-la mais e melhor no quadro de uma “história total”. E consegui oficializar a mudança dos conteúdos exatamente em 1982.

Esse ano, 1982, aliás, foi vital para o meu futuro por três motivos: um primeiro porque pedi tempo integral na USP; outro, porque resolvi deixar minha vida em Taubaté e mudei com minha família para São Paulo; terceiro porque optei por uma experiência internacional. Autorizado no tempo integral, residindo em São Paulo, senti-me apto a concorrer a uma bolsa de pesquisa no exterior. Como já havido ouvido falar de história oral, era lógico que me aprofundasse no tema. Por anos vinha desenvolvendo entrevistas com espanhóis residentes no Brasil, sobre a Guerra Civil Espanhola e mirava nos soldados brasileiros que foram lutar na Espanha – entrevistei os sobreviventes e disto resultou o livro *A revolução possível*¹¹. Possuía também as experiências com portugueses emigrantes, a respeito da memória do processo colonial. Houve também o projeto que o professor Witter, no começo dos anos 1980, no Museu da Imagem e do Som de São Paulo sobre futebol no Brasil, o *Memória do Futebol Brasileiro*. Também no MIS levei avante mais um projeto, sobre Memória do Vale do Paraíba...

Revista Epígrafe: E como se deu sua iniciação no campo da história oral?

José Carlos Sebe: Diria que tudo começou de maneira estranha, primeiro pelas entrevistas com espanhóis e portugueses, depois comecei a pensar em história de vida, como no caso do projeto do futebol. Não íamos direto ao tema futebol, mas sim sobre a vida das pessoas. Resolvemos integrar pessoas que “não falavam”, como as mulheres torcedoras, os bandeirinhas, os goleiros negros – em particular, nos detivemos na situação do [Moacyr] Barbosa, culpado por perdemos a Copa do Mundo

¹¹ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *A Revolução possível*. São Paulo: Xamã Editora, 2009.

José Carlos Sebe Bom Meihy

de 1950. E isso foi vigorando, até que chegou em 1982, eu já tinha essas experiências com entrevistas, havia feito algumas leituras e até já tínhamos um grupo de estudos que, contudo, ainda era informal... Estava nisto quando, em 1982, recebi um convite da Universidade de Stanford para fazer pesquisas e dar aulas por um ano. Era uma bolsa bem generosa e me deu oportunidade de ir com a família para os Estados Unidos. Fui, passei esse ano, voltei, e já com a vontade de implementar algo em história oral... Como havia convivido com alguns intelectuais norte-americanos, pensava muito na relação entre a carreira deles, suas escolhas temáticas e isso, além da análise da produção historiográfica de cada um. Estava dado o passo inicial...

Revista Epígrafe: Como foi recebida a sua proposta de história oral no Departamento?

José Carlos Sebe: Foi complicado, pois falamos de história oral em um departamento onde sempre se prezou muito o peso da escrita. Percebi logo que não bastava falar ou propor projetos sem fundamentação teórica ou diálogo com outras pessoas de lugares diferentes, mas que falavam da mesma coisa. Então eu escrevi o primeiro *Manual de História Oral*¹², que em um ano vendeu 2.500 exemplares; fizemos uma segunda edição ampliada, terceira edição ampliada, quarta edição ampliada, quinta edição ampliada! Aí eu falei “chega de ampliar”, e parti para um novo texto mais completo: *História oral, como fazer, como pensar*¹³, já teorizando toda essa questão da história, esquematizando o que é história de vida, o que é história oral temática, o que é história oral testemunhal, o que é tradição oral... E neste embalo, aproveitando o antigo grupo de estudos, fundamos, em 1991, o NEHO. O NEHO, Núcleo de Estudos

¹² MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

¹³ _____; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: Como fazer, como pensar*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

em História Oral... Aliás, o grupo fez hoje 28 anos de existência, sabe? Hoje é um dia muito especial para mim!

Revista Epígrafe: E de que se constitui o NEHO?

José Carlos Sebe: O pressuposto do NEHO é o convívio. Convívio com o diferente, então nós tínhamos pai de santo, pastor evangélico, índio, mulheres da alta sociedade, tudo junto! E pesquisas... A gente avançou para a questão da música, para a questão da arte, e eu sempre aproveitei esse fato de ser meio “alternativo-marginal” do Departamento. Fundamos o NEHO, o NEHO foi muito bem, os cursos de história oral, a fundação da Sociedade Brasileira de História Oral... Ah, mas logo no primeiro, segundo ano já saí, porque eu prefiro ficar com os alunos do que ficar discutindo com os meus pares... Me aposentei em 2000, fiz concurso no Rio, passei, detestei sair da USP para ir para uma universidade carioca. Foi muito traumático pra mim, eu adoro a USP, tanto que estou aqui até agora, e grato!

O NEHO foi uma experiência pedagógica que nasceu informal e informal ficou. Nós não temos uma linha escrita sobre regras, admissão, nada disso. Com alunos, não só da USP, aberto a todos os interessados, a gente tinha reuniões quinzenais onde abordávamos temas sobre oralidade e pesquisas na área. Em nossas reuniões, todos falavam sobre seus projetos, havia um texto de discussão e, em complemento, colocávamos um projeto em discussão aberta. Isso funcionou por 28 anos. E hoje nós estamos em 17 estados, temos 51 livros publicados com a nossa prática. E tudo nasceu dos alunos.

Revista Epígrafe: E os cursos de história oral ministrados pelo senhor e pelo NEHO?

José Carlos Sebe: No primeiro curso que eu ofereci, como disciplina optativa, tivemos 120 alunos, isto em uma sala para 90 – o pessoal sentava no chão. Não deixava de

José Carlos Sebe Bom Meihy

haver um paradoxo: como um curso de história oral num Departamento de História?! De toda forma a aceitação foi se fazendo. Quando fundaram a USP Leste, quiseram levar a história oral para lá, mas resolvemos que não, optamos por ficar no Departamento de História, no departamento do documento escrito. Concluímos: é aqui que a gente tem que dialogar. O NEHO é resultado disso. Foi nesta linha que começamos a produzir livros provocativos, estruturando o que entendemos por história oral. Os livros de teoria, os manuais, foram se sucedendo. A história oral é um processo em trânsito. Muita coisa ainda tem para acontecer. Do lado do NEHO, diria que o mais acabado texto é *Memórias e Narrativas: história oral aplicada*, que escrevi junto com Leandro Seawright, pela Editora Contexto¹⁴.

Revista Epígrafe: Em termos práticos, de pesquisas de campo, como foi sua atuação?

José Carlos Sebe: Em 1992, eu fiz um projeto experimental que não está publicado, mas que me marcou muito, fomos – os alunos do curso de história oral e eu – à favela São Remo, bem aqui atrás da USP, ver como os moradores contavam sobre o “descobrimento do Brasil”. A meta era pensar como analfabetos narravam a nossa história. E minha intenção era perceber quais mecanismos atuavam na memória de pessoas que não tinham passado pelo processo de aprendizado formal, escolar. Buscava algo mais do que o tema, queria pensar como atuava a memória de transmissão oral, e preocupava-me entender como passar do suporte oral para o escrito. Por esta altura, em 1993 ganhei outra bolsa de estudos, desta vez para ir para a Universidade de Miami onde passei um ano dedicado a fazer entrevistas com

¹⁴ No momento da publicação desta entrevista, este livro ainda se encontrava no prelo.

José Carlos Sebe Bom Meihy

intelectuais brasileiros que atuavam nas universidades americanas. Foi o que fiz e isto resultou em um livro chamado *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*¹⁵.

De volta ao Brasil, na USP, os alunos cobraram um empenho mais objetivo, sobre temas sociais relevantes para a nossa realidade. Estávamos vivendo um momento em que os noticiários registravam muitos suicídios de índios e uma aluna me desafiou: "já fez trabalho sobre os brasilianistas, agora tem que fazer um trabalho sobre os brasileiros". A minha velha paixão pelos índios, aquela devoção lá de trás, recrudesceu. Graças a um convite de uma universidade de Dourados, para ministrar um primeiro curso de história oral fora da USP, resultou no livro *Canto de morte Kaiowá: história oral de vida*¹⁶. Para surpresa minha, na ocasião o livro foi muito bem recebido, porque, enfim, os jornais diziam que os índios queriam se matar, queriam se exterminar, e eu achava que havia algo mais, e para entender melhor essa história seria preciso um contato mais íntimo... E foi só chegar à reserva para ver que não era nada disso. Vimos que os índios queriam ter voz, e o jeito era chamar a atenção do público, pela mídia, expondo os suicídios. Era um número absurdo de suicídio de indígenas que se auto-imolavam. A idéia deste livro era dar ênfase às histórias, sem grandes mediações ou análises. Isto foi uma espécie de novidade, pois na tradição historiográfica, o povo não fala, não tem protagonismo. Bastou isto para que houvesse críticas do tipo "isso não é história, isso é literatura, jornalismo". O livro enfim, fez um belo caminho e foi, inclusive, indicado na categoria de jornalismo para o Prêmio Jabuti.

¹⁵ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *A Colônia Brasilianista: História Oral de Vida Acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990.

¹⁶ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Canto de morte Kaiowá: história oral de vida*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

José Carlos Sebe Bom Meihy

Durante o ano que passei na Universidade de Miami, intensifiquei minha amizade com Robert Levine. Sempre fomos amigos, mas o convívio próximo facilitou vários projetos comuns. O mais consequente deles, certamente, foi o que fizemos sobre Carolina Maria de Jesus. A quatro mãos, escrevemos o *Cinderela Negra*¹⁷, que foi de certa forma um livro redentor, capaz de trazer de volta a figura tão mal compreendida da “escritora que saiu do lixo”. A proposta inicial pretendia ver o que aconteceu com os favelados trinta anos depois da publicação do *Quarto de Despejo*¹⁸. Fomos atrás dos personagens citados no livro, achamos as pessoas, entrevistamos, fizemos duas versões, uma para o público brasileiro e outro para o norte-americano. Até hoje os livros servem de referenciais, estão em muitos cursos sobre mulher negra na América Latina, sobre pobreza, lixo. Aí sim, tratamos de um trabalho de história oral, mas de história oral híbrida, entrevistas com diálogos textuais...

Revista Epígrafe: O senhor começou fazer história oral na virada da década de 1980 para 1990, pelo o que senhor está dizendo. Nesse meio tempo, essas entrevistas que o senhor fazia conversavam com alguns modelos de história oral que existiam no Brasil, como o do CPDOC [Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, ligado à Fundação Getúlio Vargas], que foi criado já na década de 1970, ou do LABHOI [Laboratório de História Oral e Imagem, ligado à Universidade Federal Fluminense], da década de 1980?

José Carlos Sebe: Não! A nossa era uma proposta totalmente diferente, completamente diversa... Diria que nós brigamos, mas sempre muito amorosamente. Gosto muito de todos os colegas que trabalham com história oral, a gente se dá

¹⁷ _____; LEVINE, Robert. *Cinderela Negra: A Saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

¹⁸ JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1960.

José Carlos Sebe Bom Meihy

civilizadamente, ninguém atira em ninguém. Mas a nossa proposta é outra. Eu sempre acreditei que a história oral brasileira não nasceu no CPDOC. O CPDOC é – sempre foi – um centro de documentação, então eles produzem documentos. A história oral que eles produzem é bem constituída, bastante trabalhada, mas não é essa minha proposta. Minha proposta é mais subjetiva, menos histórica no sentido da busca de posicionamentos afirmativos. Interessa, para a linha que advogo, muito mais a mentira, a distorção, a variação, a fantasia, o imaginário. Esta disputa pela paternidade da história oral brasileira é um pouco a luta por hegemonia, o que é uma bobagem. E o que aconteceu foi o seguinte, em 1975, uma entidade norte-americana, já dentro daquele projeto de superação das ditaduras da América Latina, financiou uma missão que tinha como propósito promover a história oral. Essa equipe era composta inclusive por pesquisadores mexicanos... E o CPDOC foi o centro hospedeiro. Para atender o público, convidaram professores do Brasil inteiro, inclusive da USP. Houve, então, o tal curso de história oral, mas pouco resultou. De volta para seus postos, nada mudou, não acontece nada. A explicação para tanto é que a história oral é fruto da democracia, ela é um componente político, nada poderia mudar, projetos não poderiam avançar, pois não havia liberdade de expressão. Tudo era regulado, o medo estava instalado. Só onde tem liberdade de fala, de imprensa, pode-se ter projetos de história oral. E durante as ditaduras nós não tivemos história oral. Nossa história oral é fruto da abertura política. E não poderia ser de outra forma...

Revista Epígrafe: Como o senhor contaria, então, a origem da história oral brasileira?

José Carlos Sebe: A história oral brasileira nasceu de fora para dentro, ou seja, colonizada pelos europeus que dão os modelos. Em termos práticos, nasceu com exilados brasileiros. Sempre que posso, saúdo o nosso primeiro libelo de história oral,

José Carlos Sebe Bom Meihy

publicado em 1976, por iniciativa de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e Jovelino Ramos, com registros de Herbert de Souza, Márcio Moreira Alves, Abdias do Nascimento e outros tantos¹⁹. Depois desta “versão masculina”, de forma bem ostensiva aparecia a resposta feminina intitulada *Memórias das mulheres no exílio*²⁰, publicado editora Paz e Terra, em 1980. É preciso dizer que havia o modelo do CERU [Centro de Estudos Rurais e Urbanos, ligado à USP], que realmente inovou com a professora Maria Isaura Pereira de Queiroz que foi, aliás, pioneira em tratar metodologicamente com histórias de vida e com o uso de gravador. Independente disto, porém, nos no NEHO procuramos sempre um caminho próprio. Só para citar exemplo, estamos trabalhando agora – e fomos os primeiros no Brasil – com história pública, objetos biográficos, memória de analfabetos e, sobretudo, com história oral aplicada.

Revista Epígrafe: Falando nisso, quais são para o senhor os próximos passos da história oral?

José Carlos Sebe: Acho que o caminho agora é evoluir da história oral para questões da memória de transmissão oral. E não parar aí, pois o passo seguinte é trabalhar com mecanismos que permitam acesso amplo ao conhecimento. Novelas, cinema, rodas de histórias são alternativas possíveis, viáveis e próximas. Eu no momento estou trabalhando com cinema documentário. Estou trabalhando diretamente como Silvio Tendler e participei da elaboração de alguns produtos que devem entrar nos grandes circuitos. Fizemos um sobre Carlos Zéfiro e a questão da pornografia durante a Ditadura, de como se driblava a censura com os manuais do Carlos Zéfiro. E estamos desenvolvendo um filme que será estreado em março próximo, sobre a

¹⁹ CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). *Memórias do exílio, Brasil 1964-19*. Editorial Arcádia, 1976.

²⁰ COSTA, Albertina de Oliveira; Lima, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma; MORAES, Maria Tereza Porciúncula (Org.). *Memórias das mulheres no exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

José Carlos Sebe Bom Meihy

biografia do próprio Tendler que, no fundo é uma reflexão sobre como um documentarista trabalha um documentário sobre si próprio. Bem instigante...

Revista Epígrafe: Indo nessa linha, o Brasil tem uma história com documentário de entrevista que é muito significativa, talvez o Eduardo Coutinho seja o maior expoente desse tipo de cinema...

José Carlos Sebe: Foi exatamente isto que me fez aproximar do Sílvio Tendler. Queria entender qual a relação da entrevista feita pelo cineasta de documentário e a história oral? Sempre quis ir além da resultante história oral e escrita. É bom lembrar que o próprio Coutinho disse que lia livros de história oral. A relação entre documentário e história oral é íntima e se confunde no sentido da história pública. Veja que entre as duas alternativas atua a presença das máquinas. Eu pessoalmente, estou muito atrasado nisso, pois quando eu comecei apenas me valia de entrevistas gravadas com simples máquinas. Ainda que eu continue preferindo essa solução, muitos evoluíram para o audiovisual. E os documentaristas souberam se aproveitar dos temas históricos e do jeito que teorizamos entrevistas. Não tenhamos dúvidas, os documentaristas fazem, em termos de discussão abrangente, o que nós historiadores não fizemos. Logicamente, num espaço sadio de discussão temos que admitir tudo. A história profissional, dos especialistas, tem que continuar. Mas, pensando no alcance nacional, amplo, temos que louvar o cinema. O documentário brasileiro é maravilhoso! Veja só, o Silvio faz a crítica à alimentação antes do [Michael] Moore, nos Estados Unidos, não é? O Eduardo Coutinho, com *Cabra Marcado para Morrer, As Canções...*

Revista Epígrafe: Na passagem da gravação da entrevista para a transcrição, quais são os critérios para a escrita da oralidade?

José Carlos Sebe Bom Meihy

José Carlos Sebe: Veja, para o NEHO a base de tudo é o conceito dos irmãos Campos [Augusto e Haroldo de Campos] sobre *transcrição*, que elabora os critérios de passagem de um código (oral) para outro (escrito). E no caso do documentário, passa também pela transformação para o audível ou para o visual. No caso da história oral é importante ter claro que não se trata apenas de entrevistas, depende de um projeto. Todo projeto tem que explicitar determinados procedimentos

Revista Epígrafe: Como somos uma revista de graduação e história oral é uma coisa que a gente vê pouco nas disciplinas do Departamento...

José Carlos Sebe: Veem muito, imagina o que era isso 30 anos atrás...

Revista Epígrafe: Ah, com certeza... Sabemos que definições são muito restritas, mas pensando em quem está lendo, o que seria história oral, o que o senhor entende por história oral?

José Carlos Sebe: História oral é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto, definindo qual é a comunidade de destino, a problemática do grupo que vai ser estudado e como é que isso vai ser estudado, quais os procedimentos para estudar isso. Organizar redes, por exemplo. A experiência masculina é uma, a experiência feminina é outra, não é? A experiência feminina, da mulher, mãe, é uma; de uma mulher que não tem família constituída, é outra. Nós vamos entrando nessas filigranas da micro-história.

Revista Epígrafe: E nesse sentido, o que é a transcrição?

José Carlos Sebe: A transcrição é um processo de desnaturalização de situações que estão postas, mas que não se transformaram em objeto de atenção. Nós estamos aqui, certo? Daqui a pouco todos vamos embora, mas se eu resolvo escrever sobre o

José Carlos Sebe Bom Meihy

nosso encontro eu vou produzir alguma coisa que, por enquanto, está nessa situação natural, e aí vou dizer: "olha, eu conversei com o Pedro, que estava com camisa cor de rosa"... Eu começo a *transcriar*, eu vou pegar o que estava em estado natural e que pode não acontecer; posso não entrevistar ninguém, mas se eu pegar a mulher que vai passar ali daqui a pouco e entrevistá-la, eu estou *desnaturalizando* uma situação. O papel da história oral, da transcrição, é: eu primeiro vou produzir esse suporte gravado, gravado só do som, ou gravado visual, e a partir disto eu vou então produzir um outro nível de reflexão, que é a análise, que é o motivo pelo qual nós estamos aqui... Por que é que a Letícia disse isso e você perguntou aquilo? Então eu estou criando uma *outra* situação. Agora a transcrição, eu me transcreto. Eu sou historiador, estou no Departamento de História, tenho que produzir reflexões, suportes para reflexões, certo? Isto é transcriar. Agora, depois que vocês me entrevistaram, vocês vão ter que passar isso do oral para o escrito. É outro nível de transcrição.

Revista Epígrafe: Para além do que está dito no áudio...

José Carlos Sebe: Você vai entrevistar um índio e colocar os erros gramaticais, ou um japonês, eu tenho muita essa experiência... Ou um alemão, que fala "eu peguei a vestido e depois eu quebrei o garrafa"... Quer dizer, chega um ponto em que você não pode, você tem que... Aí entra toda a questão literária, né? De produzir um texto com os referenciais dados... Você não pode inventar, você tem uma economia de palavras que você pode usar, que são as palavras usadas, certo? Mas eu tenho que interferir nesse texto. E aí que os historiadores que se dizem anti-positivistas, se tornam *muito* mais positivistas que os positivistas, porque "ah, mas não foi assim que ele disse!" Não foi assim? Eu falei baixinho [fala baixinho], eu aumentei a voz [aumenta a voz],

José Carlos Sebe Bom Meihy

como é que eu vou por isso? O resultado está aqui, está aqui no texto, não é? Isso que é transcriar.

Revista Epígrafe: Se o senhor quiser falar sobre isso – não sabemos até que ponto o senhor quer falar sobre isso –, mas quais são as diferenças, no fim das contas, entre a história oral proposta pela pelo NEHO e a proposta pelos outros centros de história oral do Brasil, como o CPDOC e o LABHOI.

José Carlos Sebe: Bem, veja, o CPDOC tem esta proposta produzir documentos a partir do que eles chamam de depoimentos. Nós não trabalhamos com depoimento que é coisa policial, jurídica e que remete a verdade. Só isso aí já nos distancia. Tem uma diferença a mais, um diferencial ainda maior, que é: nós vamos onde a pessoa está. O CPDOC é um prédio, ele tem um sistema de som... Agora você pensa, trazer a senhora Mariazinha da Silva da favela para dar *um depoimento* no CPDOC. Eu já fiz entrevista em cinema, igreja, prostíbulo, ônibus, avião, na UTI, entende? É *tudo* muito diferente. Nossas diferenças são formais e, também, de procedimentos: trabalhamos essencialmente com pessoas comuns; eles preferem personalidades da elite. E para nós é importante os procedimentos éticos. Até onde a gente pode perguntar? Até onde podemos avançar no silêncio para uma mãe que teve o filho assassinado, entende? Até onde eu posso ir? Então nós temos uma coleção de procedimentos muito diferenciados. Eu, particularmente... Nós, o NEHO, não estamos procurando a *verdade histórica*.

Para mim interessa muito mais as variações... Eu vou dar um exemplo que pode esclarecer isso. Eu fui entrevistar uma dessas sonhadoras analfabetas – são senhoras, sempre acima de 60 anos – ela nasceu em Quixeramobim, no Ceará, e foi direto para Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, e nunca saiu de lá. Eu estou

entrevistando essa senhora e eu pergunto... Bem, tem toda uma técnica, você vai, você visita, você volta, conversa... “Com o que a senhora sonha?”, “ai! outro dia eu sonhei que eu tava num barquinho, uns homens *bonitos* que remavam para cá, eles cantavam muito, e eles tinha uma camisa listrada, e a gente passava por debaixo da ponte!” – era Veneza! – “Mas como que a senhora...?”, “Ah! Não sei, eu sonho sempre com isso, isso volta” “Mas como, minha senhora? A senhora não saiu de Quixeramobim?”, “Não, eu não saio nem aqui do bairro, eu tenho medo! Na minha casa todo ano tinha uma folhinha...” – um calendário com a imagem de Veneza, isso ficou na cabeça dela. Então, isso me interessa. Eu não tenho prova disso, eu não tenho nada! Dê uma olhada num livro meu, que está publicado de graça na internet, chamado *Aventuras Oníricas*²¹... E isso é uma coisa que o NEHO faz, nós exploramos, nós inventamos, nós queremos fazer o nosso lema: vamos fazer o que os outros não estão fazendo. “Ah! Mas isso não é história”, “Ah! mas não é literatura” [bate as mãos uma na outra para sinalizar que não se importa]. Está aqui, todo mundo está lendo. É o que me interessa.

Revista Epígrafe: E nesse projeto de história oral, a análise é necessária ou não?

José Carlos Sebe: Depende do âmbito do projeto. Há correntes que entendem que a narrativa dos “colaboradores” já encerra uma análise, uma racionalização da própria experiência. Nesses casos, a publicidade já se constitui em análise. Há também os que querem a interferência analítica dos “autores” ou dirigentes do projeto. É aí que atua a questão da análise. A boa aplicação das fórmulas propostas pelo NEHO nos leva aos chamados “procedimentos”. Nós trabalhamos com redes, por exemplo, criamos uma rede de homens, outra de mulheres implicados em dada situação. Imaginemos um

²¹ MEIHY, José Carlos Sebe Bom; LEMOS, Anna Paula; TRIANI, Felipe; OLIVEIRA, Joaquim Humberto C. de (Org.). *Aventuras oníricas: experiências pedagógicas em narrativas, textos e imagens*. Salvador/Duque de Caxias: PontoCom/UNIGRANRIO, 2015.

José Carlos Sebe Bom Meihy

projeto sobre violência doméstica onde teríamos uma rede de agressores e outra de vítimas, é sempre a partir do cruzamento dos argumentos, do trabalho com o contraditório que propomos análises.

Revista Epígrafe: Então sempre que se fala de análise temos que pensar em interferência dos colaboradores?

José Carlos Sebe: Eu pessoalmente tenho prestado atenção nas chamadas “boas histórias”, estou gostando cada vez mais de contar uma história bem contada, deixar a história comover, se impor no prazer da audiência. Diria, aliás, que isto é uma tendência como se nota pela ganhadora do prêmio Nobel faz com o livro *Vozes de Tchernóbil*²², da escritora Svetlana Alexiévitch, são histórias sem as reclamadas análises... É isso que a história pública quer fazer, contar uma história que tenha aceitação compreensiva por fatias maiores de consumidores. O *leitor* tem que perceber, entende? Eu tenho que tratar o leitor, o receptor, a partir da dificuldade que ele teria em proceder uma conclusão própria, isto é, a não ser que seja uma proposta que realmente vise discutir determinados temas.

²² ALEXIÉVITCH, Svetlana. *Vozes de Tchernóbil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

A HISTÓRIA PÚBLICA QUE QUEREMOS: ENTREVISTA COM RICARDO SANTHIAGO

Por

**Letícia Oliver Fernandes
Matheus de Paula Silva
Pedro José de Carvalho Neto**

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v8i8p283-331

Desde nossa primeira edição, mantemos a tradição de entrevistar professoras e professores consagrados no mundo acadêmico, seja na área de história ou em correlatas. Em todos esses anos, já passamos por especialistas de História da África, História da América Latina, História do Brasil Colonial, História Medieval, História Moderna, além de Arquivologia, Ciência Política e Direitos Humanos. Mas, há algum tempo, temos nos questionados sobre a necessidade de tratar assuntos que estão em efervescência nas discussões historiográficas. Assim, apresentamos uma nova seção da Revista Epígrafe, dedicada a entrevistas temáticas.

Para nosso primeiro tema, escolhemos um “fantasma” que ronda o nosso campo nos últimos anos: a história pública. Com a mudança do panorama político no Brasil e o crescente questionamento da produção científica nacional, principalmente nas áreas de humanas, a História como detentora de um certo conhecimento sobre a sociedade, vem sendo colocada em xeque. Seria a história pública uma forma de lidar com os novos revisionismos da História? A história pública é a resposta ao nosso constante questionamento sobre a democratização do conhecimento histórico? Pode essa disciplina ser um novo campo de atuação para o historiador de formação?

Essas e outras perguntas nos levaram a procurar Ricardo Santhiago, que desde 2011 desenvolve trabalhos voltados para a história pública, tendo publicado, entre outros textos, dois livros sobre o tema: História pública no Brasil: Sentidos e itinerários (Letra e Voz, 2016), com Ana Maria Mauad e Juniele Rabêlo Almeida, e Que história pública queremos? (Letra e Voz, 2018), em coautoria com Ana Maria Mauad e Viviane Trindade Borges. Ele é formado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e tem mestrado e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), ambos com temas relativos à história oral. É, também, pós-doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

e professor do Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), na Zona Leste de São Paulo, local para o qual dedica suas pesquisas atualmente.

Agradecemos ao professor Ricardo pela gentil recepção, pela divertida conversa que tivemos em novembro de 2019 e por toda a ajuda durante o processo de feitura da entrevista. Ao final, apresentamos uma bibliografia selecionada da produção do autor.

Revista Epígrafe: A gente queria começar com sua formação, um pouco da sua história de vida, como você foi parar na história pública, uma vez que sua formação é jornalismo, não é?

Ricardo Santhiago: É curioso, por exemplo, vocês me pedirem pra dar essa entrevista para uma revista de graduação em história ou ser chamado para participar de algum evento que tenha a ver com ensino de história, porque ensino de história é alguma coisa que eu não experimentei de nenhum dos lados, nem como estudante, nem como professor. Acho que isso tem a ver também com esse meu percurso que quem olha de fora pode achar um pouco errante, mas eu acho que faz todo sentido. Nem utilizo palavras como transição, mudança, passagem, porque sou muito mais da prática do que da disciplina, sabe? Entendo os como e porquês de todas as disciplinas se formarem, mas penso muito mais a partir da prática.

Eu estudei Jornalismo. Comunicação Social era o nome do curso na PUC [Pontifícia Universidade Católica], que é uma universidade –era naquele momento, e em grande medida continua sendo – com um pendor humanista muito forte. Oferecia uma formação humanista bem interessante, complexa, diversificada. Por outro lado, era também uma universidade que, apesar de privada, tinha várias carências

infraestruturais. Acho que uma coisa somada a outra – a ausência de laboratórios superequipados, modernos, e essa tradição humanista e humanística da PUC – e esse jeito mais artesanal de lidar com o jornalismo fizeram com que eu e minha turma tivéssemos uma formação muito mais... Considero ter feito muito mais um curso de humanidades, do que um curso de comunicação mais estrito. Lembro claramente, inclusive, que as disciplinas mais ligadas à técnica jornalística eram as que me interessavam um pouco menos. Gostava muito das disciplinas de literatura, de edição de texto, de teoria da comunicação, de filosofia da ciência.

Lembro que tinha um curso especificamente – não me lembro quem ensinava esse curso –, era uma disciplina chamada “cultura contemporâneas”. Era na sexta-feira, no segundo período, então vocês já imaginam que, por várias razões, essa não era a disciplina predileta dos meus colegas. Num primeiro momento, até fiquei um pouco decepcionado porque era um daqueles cursos em que o professor literalmente leva o seu tema de pesquisa para os alunos. Mas eu acabei gostando muito, porque uma das leituras que me foi dada naquele momento – numa sexta-feira, do segundo período, do primeiro semestre da comunicação, em um curso ensinado por uma antropóloga –, foi um livro de uma psicóloga social, a Ecléa Bosi. O livro é *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*¹. Tive contato com esse livro muito rapidamente, e foi realmente um dos livros mais importantes na minha formação, na minha definição profissional, para dizer o mínimo.

Desde cedo, desde aquele momento, eu pensava: “bom, tenha alguma coisa aí que eu achei interessante, que eu preciso...”. Naquele momento eu não sabia muito o que era, não sabia muito por que ele me interessava tanto, mas aquela experiência

¹ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

de leitura permaneceu em mim e permanece até hoje. Inclusive acabei de publicar um ensaio, um texto sobre a Ecléa². Aquilo ficou em mim e fui fazendo meu caminho.

Ao longo da minha formação, eu não fiz várias coisas que um estudante de jornalismo precisava fazer, inclusive estágio. Mas fiz outras coisas; por exemplo, iniciação científica. Essa foi uma outra coisa muito importante para mim. Fui atraído em primeiro lugar pela própria indefinição do que era iniciação científica – uma coisa que, em uma graduação de ciências sociais aplicadas, não tem muita gente interessada. Também atraído, obviamente, pela possibilidade de ter uma bolsa, que naquele momento foi muito importante. Tive bolsa para desenvolver essas duas pesquisas na graduação, que foram importantes pessoalmente. Uma primeira foi um estudo que já tinha muito a ver com essa coisa que depois se transfere para a história pública, a preocupação com a interação, com o que é que acontece quando os dois lados da mesa se encontram. Fiz um estudo sobre cartas de leitores, um dos pouquíssimos estudos sobre esse tema aqui no Brasil, até porque praticamente não existem mais essas seções. Nisso a gente estava em 2001, 2002, e por várias razões era um tema interessante naquele momento. Depois fiz uma pesquisa sobre o Itamar Assumpção, compositor que eu tanto admirava e continuo admirando, que também foi certamente uma das primeiras pesquisas sobre o Itamar – depois surgiram muitas outras. E fiz um trabalho de conclusão de curso que era uma história, vamos dizer assim, de um festival de música popular acontecido em 1985.

O meu principal interesse naquele momento era a música, particularmente estudar música popular brasileira no meio último século, pós anos 1950, pós Bossa Nova. Esse é meu tema de pesquisa e de vez em quando tenho que lembrar isso. Eu me considero um historiador da música popular brasileira e o resto é decorrência.

² SANTHIAGO, Ricardo. Lições de Ecléa. In: HERMETO, Miriam; AMATO, Gabriel; DELLAMORE, Carolina (org.). *Alteridades em tempos de (in)certeza: Escutas sensíveis*. São Paulo: Letra e Voz, 2019, p. 165-178.

Ricardo Santhiago

Acho bom que seja assim, porque todo esse caminho trilhado, esse caminho de descoberta da história como disciplina, da história oral como um método e como uma prática, da tentativa de construção dessa história pública que nós queremos, está amparado não numa especulação pura e simples, mas está amparada na necessidade de buscar fontes e formas de comunicação para o meu assunto de pesquisa, que é a música popular brasileira.

Acredito que, a essa altura, eu já tinha alguma ideia de que queria ser uma espécie de mistura de professor universitário, pesquisador e produtor cultural. E acho que essas três coisas também permanecem em mim. Logo que saí da universidade, comecei a trabalhar com produção cultural e fiz várias coisas interessantes, de produção musical, produção de eventos literários. Coisas que permanecem em mim e que estão por aí. Semana passada fui a assistir um show de lançamento de um CD da Tetê Espíndola e da Alzira Espíndola chamado *Recuerdos*, em que elas trazem um pouco das primeiras escutas de música pantaneira, com um repertório que elas já tinham visitado antes. E descobri que no meio do repertório tem uma parceria da Alzira Espíndola com a Cora Coralina chamada *Rio Vermelho*, que acho que é uma das músicas mais bonitas do disco e que foi uma encomenda minha, há mais de dez anos, para um desses projetos literários. É legal ver que de um jeito ou de outro esse trabalho permanece.

Então, trabalhei uns anos com produção cultural, o que talvez tenha me dado uma cancha interessante pra depois organizar muitos eventos acadêmicos. Não sei se tem a ver com isso, mas esse trabalho me deu uma cancha interessante em termos de conhecer um pouco, por exemplo, de legislação de direito autoral; do que você precisa fazer quando vai fazer um evento público de música, um debate de literatura; onde busca autorização para isso e para aquilo; como você desenha um projeto no

Ricardo Santhiago

qual tem que prever produtos, um cronograma executável, um orçamento que preveja inclusive de recursos humanos. Também fui trabalhando com pessoas de outras especialidades: com equipe de divulgação, com equipe de sonorização, com artista, com músico, com iluminador. Aprendi muito fazendo isso.

Paralelamente, fui vendo o que rolava em termos daquilo que eu queria fazer de fato, que era um mestrado. Eu tinha um projeto na cabeça que poderia – eu achava – ir para qualquer lugar; eu achava que poderia realiza-lo como um jornalista fazendo jornalismo literário; dentro da sociologia da cultura; da história. Percebi estudando o trabalho do Itamar Assumpção, ainda na graduação, que tinha uma coisa ali que merecia ser explorada, e à medida que me aproximei do meu objeto, das falas públicas do Itamar, entendi que ele enunciava uma questão importante, uma das questões centrais para o meu trabalho, que é a liberdade artística. Muitas das coisas que estudei e escrevi até hoje têm a liberdade pessoal, intelectual e artística como um tema central. O Itamar enunciava essa especificidade: o que era ser um artista negro no Brasil e o que significava lidar com uma série de estereótipos associados ao artista negro. Achei essa uma questão muito forte, e comecei paralelamente a me aproximar da Alaíde Costa, uma cantora negra, também de música brasileira. Vocês conhecem?

Revista Epígrafe: Não.

Ricardo Santhiago: Ela é descrita como uma precursora da Bossa Nova, mas o que posso dizer é que bem antes do movimento da Bossa Nova se consolidar, se firmar, a Alaíde já perseguia uma estética muito próxima dele. Como intérprete, se contrapunha a uma série de artistas que a precediam, que tinham um canto muito impostado, um repertório muito dramático, ligado ao bolerão latino-americano. Ela ia por um outro caminho, o que fez com que o caminho dela própria fosse bem mais acidentado. O lugar dela, como alguém fundamental naqueles primeiros momentos

Ricardo Santhiago

da Bossa Nova, também não foi por muito tempo um lugar reconhecido, e achei que havia uma questão racial e social que conectava tudo isso; uma questão espinhosa em se tratando de um dos espaços sociais supostamente imunes ao racismo e à discriminação, que é o mundo das artes, e a música. Então continuei achando que tinha caroço nesse angu. E falei: "bom, é isso que eu vou estudar". É um caminho longo, mas vocês vão ver que ele fecha. Aí quando a gente quer estudar um assunto o que a gente faz?

Revista Epígrafe: Pesquisa!

Ricardo Santhiago: Comecei a fazer pesquisa bibliográfica como a gente fazia antigamente, o que significava ir à biblioteca, pesquisar palavras chaves e ficar sentado a tarde inteira lendo. Hoje em dia não há a possibilidade de nos defrontarmos tanto com o acaso, com o inesperado, que é alguma coisa que sempre acontece numa biblioteca. Acabei encontrando uma pesquisa, um trabalho que eu não vou lembrar o nome, orientado pelo [José Carlos] Sebe [Bom Meihy], feito por uma autora chamada Eloísa Neves³, que era uma história oral de mulheres negras no Carnaval paulistano. Me interessei pelo trabalho, mas, mais do que isso, descobri que aquilo que eu tinha lido em *Memória e Sociedade* era também um método de pesquisa que eu podia acionar para resolver esse meu problema. Um dos trabalhos que essa autora, Eloísa, citava era um trabalho de uma autora americana chamada Daphne Patai, que eu li imediatamente. Você já a conhecem?

Revista Epígrafe: Não.

³ SILVA, Eloísa Maria Neves. História de vida de mulheres negras: estudo elaborado a partir das escolas de samba paulistanas. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

Ricardo Santhiago: Ela também não é uma historiadora, mas é uma pesquisadora que trabalha com assuntos extremamente diversificados. Naquela época, no início dos anos 1980, ela estudava literatura brasileira – na verdade desde o fim dos anos 1960. No começo dos anos 1980, ela fez duas longas visitas ao Brasil e entrevistou 60 mulheres brasileiras, o que foi um trabalho absolutamente inovador naquele momento. Fez longas entrevistas de história de vida com 60 mulheres brasileiras, no Rio de Janeiro, no Recife e em João Pessoa. Foram as três principais cidades que ela visitou. E escreveu um livro em 1988 a partir dessa pesquisa, chamado *Brazilian Women Speak: Contemporary life stories*⁴, justamente o livro citado naquela dissertação. Fui atrás desse livro, fui atrás de um outro livro organizado pela Daphne, chamado *Women's Words*⁵. Aí foi que aconteceu essa grande descoberta. Eu falei: de fato existe um ferramenta da qual posso me apropriar, e com a qual vou resolver parte dos meus problemas, porque vou recuperar ou reativar a habilidade básica do jornalista, que é a entrevista, mas podendo ouvir de um outro jeito, com muita atenção; podendo ter um processo de leitura sofisticado dessas entrevistas, dessas falas; em um processo de pesquisa participativa unindo comunicação, história e memória; em um processo de leitura que vai me permitir incorporar no meu estudo não só a minha perspectiva sobre meus temas e objetos de pesquisa, mas no qual vou poder desenvolver realmente um diálogo com meus objetos, os meus entrevistados – que depois eu vou entender como autoridade compartilhada. Então a descoberta desse trabalho da Eloísa me levou ao livro da Daphne Patai, que junto com o trabalho da Ecléa Bosi me formam mais do que qualquer outra coisa. Daphne e Ecléa têm muitas coisas em comum no trabalho delas, muitas coisas diferentes e

⁴ PATAI, Daphne. *Brazilian Womens speak: contemporany life stories*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1988.

⁵ GLUCK, Sherna Berger; PATAI, Daphne. *Women's Words: The Feminist Practice of Oral History*. Nova York: Routledge, 1991.

Ricardo Santhiago

únicas também, mas uma coisa que eu sempre digo a respeito de ambas é da recusa de manualizar ou de ritualizar o próprio trabalho – entender a história oral como um processo, claro que orientado por um conjunto de instruções, mas que comporta a criatividade, o inesperado, a invenção. Acho que isso tem o maior valor.

No meio de tudo isso, eu já tinha criado com um colega um arquivo digital de histórias de vida, em 2002, chamado “Cantos Brasileiros”. A nossa questão era entender o que era a música paulistana feita naquele período. Era um site e um arquivo digital mesmo, com entrevistas – fiz cerca de 100 entrevistas naquele momento, e fiz uma primeira, que foi uma entrevista morna. Fui lá, preparei a pauta, deu tudo certo. Mas não tive grandes descobertas. Em seguida, influenciado pela leitura do livro da Ecléa, eu falei “será que dá para fazer uma entrevista meio diferente? Vamos ver o que é que rola”. Foi uma aposta, porque eu não sabia muito bem o que era essa entrevista “meio diferente”. Mas eu fui. Marquei essa entrevista com a Alzira Espindola, num bar, na Vila Madalena, e me lembro que foi uma entrevista que valeu a pena. Fui com uma pauta muito simples: será que dá para ouvir mais do que falar? Será que dá para fazer menos perguntas fechadas e tentar entender como essa pessoa vai construir a própria história diante de mim? Não sei se pensei com essas palavras, mas essa foi a minha aposta. E eu lembro que cheguei naquele bar e a primeira pergunta que fiz foi: “bom, você começou sua carreira com seus irmãos no grupo Luz Azul lá no fim dos anos 1960, né?”. E ela me respondeu: “é” [risos]. Naturalmente, não era essa a minha expectativa. Agora, se o meu estado mental fosse o da entrevista imediatamente anterior, aquela que foi razoável, eu teria partido para a próxima pergunta. Decidi não partir para a próxima pergunta. Ela falou “é” e a gente teve um momento de silêncio, que na minha experiência naquele momento durou muito, na minha rememoração desse momento também durou

muito, mas que provavelmente durou de fato dois ou três segundos [risos], o que é muito durante uma entrevista. E ela então passou a me contar uma história maravilhosa do jeito que eu jamais tinha ouvido, até então. Foi uma entrevista muito bonita, muito emocionante. Sabe aquele fluxo da memória que a gente quer de fato encontrar nos nossos narradores? Alzira me proporcionou isso naquela tarde. Acho que essa aposta, essa opção muito mais pela escuta do que pela intervenção, que seria um outro tipo de intervenção, me proporcionou isso. Então, quando eu pego o livro da Daphne Patai, que chama tudo isso que eu já vinha gostando e que, em certa medida, eu já vinha praticando, e vejo que ela chama tudo isso de história oral, bom, então eu digo que esse é meu lugar. Eu estava certo.

A partir disso eu procurei o Sebe, para fazer esse meu trabalho de mestrado, que se chamou *Entre a harmonia e dissonância: História Oral de vida de cantoras negras brasileiras*⁶. E vocês estão vendo que eu disse que procurei o Sebe; eu não procurei exatamente o campo da história. Mas entendi também que o trabalho que o Sebe vinha fazendo naquele momento abria uma janela, no campo da história, para questões socialmente vivas; abria uma janela para a pesquisa participativa em história; abria uma janela para a comunicação pública. A Daphne já trazia naquele livro um espírito público muito forte. Ela era uma estudiosa de literatura. Ficamos muito próximos e somos até hoje, e depois ela me disse: “eu não fiz aquele livro para ganhar *tenure*, para ganhar uma promoção na universidade. Ele não valeu para nada disso para mim. Eu fiz aquele livro para mostrar para as mulheres do meu país, que pouco ou nada conheciam sobre o Brasil, como que é que era a vida das mulheres brasileiras nesse país supostamente tão longínquo”. Então, o que falava mais forte

⁶ SANTHIAGO CORRÊA, Ricardo. *Entre a harmonia e dissonância: História Oral de vida de cantoras negras brasileiras*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

nela era essa possibilidade, por meio da história oral, por meio da gravação, da ampliação das vozes das pessoas, de gerar um debate público. E eu acho que é isso o que me interessa. Acho que todos os nossos trabalhos, por mais importantes que sejam, dentro da longa história do conhecimento vão ser reduzidos a no máximo, na melhor das hipóteses, no caso dos grandes de qualquer área e de qualquer tempo, uma notinha de rodapé. Eu gosto muito de ter essa perspectiva, bem realista. Não acho que ela desencoraja, pelo contrário. Ela me encoraja a valorizar o prazer intelectual que faz parte da atividade de pesquisa, de criação, de descoberta. E também a compreender que o que é realmente significativo em um trabalho como o que eu faço é poder gerar um debate público sobre uma questão que faz diferença no presente. Enxerguei isso no trabalho da Daphne Patai; enxerguei isso imediatamente em seguida no trabalho do Sebe.

De fato, o primeiro livro do Sebe que eu li foi o *Manual de História Oral*⁷. Naquele momento ele me ajudou muito, porque me ensinou a redigir um projeto de pesquisa em história oral. E foi com esse projeto de pesquisa e com muita leitura e preparação que eu estudei lá [no Departamento de História da USP]. Fui estudar o Caio Prado Júnior, o Sérgio Buarque de Holanda, o Marc Bloch... Não tive graduação em história, mas corri atrás, e eu acho que a gente faz isso o tempo todo – a gente corre atrás. Hoje ainda muita gente me pergunta como a gente pode fazer a formação em história pública, como a gente pode fazer história pública se não foi preparado para isso. A gente corre atrás, né? A gente não foi preparado para tudo e é bom que seja assim, inclusive. Eu corri atrás, escrevi meu projeto com base no *Manual de História Oral*, me inscrevi para a prova, estudei a sério, escrevi a mão fichamentos de todos esses livros, passei e fiz o mestrado. O que mais vocês querem saber?

⁷ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 2002.

Revista Epígrafe: Como você chegou no Doutorado? Porque no doutorado você vai investigar de fato a história da história oral e vai fazer um sanduíche com a Daphne Patai, na University of Massachusetts. E mudou para a Sara [Albieri, orientadora do doutorado] também.

Ricardo Santhiago: Bom, eu estava fazendo esse trabalho de mestrado. O que você tem que fazer no mestrado? Você tem que cumprir um conjunto de créditos e tem que escrever uma dissertação. Aí, na medida dos seus interesses, das possibilidades, você vai se envolvendo com uma série de outras coisas, que em geral são mais interessantes que os créditos e que a dissertação. Tudo o que não é obrigatório é mais interessante, né? [risos]. Então, você vai participando de grupo de pesquisa, você vai participando de um monte de coisa. E eu fui participando de uma série de coisas. O Sebe tinha esse grupo chamado NEHO, Núcleo de Estudos em História Oral, que eu acho que existe até hoje.

Revista Epígrafe: Sim, existe.

Ricardo Santhiago: Quando eu estava lá, eu me interessei realmente pela história oral, e comecei rapidamente a me envolver com esse campo, até mais do que o necessário. Porque o necessário para mim era instrumentalizar aquele conjunto de saberes, de técnicas, de ferramentas para fazer minha pesquisa e resolver meu problema. Fiz isso, fiz meu mestrado. Acho que ele é, em primeiro lugar, um bom trabalho de história oral; em segundo lugar, é um trabalho que circunscreve um objeto legítimo para a pesquisa em história. Eu acho que as entrevistas são bem-feitas, acho que elas são adequadamente analisadas a luz da problemática e da discussão historiográfica sobre o tema. Então eu acho que é um trabalho ok, e eu não tenho o menor problema em dizer isso, porque eu acho que uma das qualidades de todo pesquisador – e digo a todos os meus alunos, pois já dei e continuo dando aulas

de metodologia de pesquisa –é saber avaliar o próprio trabalho. Saber que todo mundo faz coisas regulares, também. Eu sei que fiz coisas boas, coisas medianas, então essa capacidade de ler a contribuição do seu próprio trabalho para uma área, acho uma das coisas mais bonitas e necessárias em um pesquisador. Por várias razões você nem sempre vai fazer o melhor trabalho, mas se você consegue enxergar isso, já é um ganho e já é um dado.

Em 2007 eu participei pela primeira vez de um encontro de história oral, na Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, e desde então comecei a me envolver mais de perto com essa área. Na época em que participei do NEHO, por exemplo, alguns colegas se queixavam da falta de espaços de difusão para os próprios trabalhos. Se queixavam, por exemplo, do fato de só haver uma revista de história oral no Brasil, e que talvez não fosse tão permeável a todas as perspectivas de trabalho. Bom, hoje eu não concordo com uma coisa nem com outra, mas então, “aí, não tem revista para onde mandar os trabalhos...”. Que que a gente faz?

Revista Epígrafe: Cria uma revista!

Ricardo Santhiago: Isso. E quando eu penso nas coisas que fiz, chego à conclusão de que fiz porque elas não existiam. Eu queria ler uma biografia da Alaíde Costa e não tinha. Nenhum dos meus trabalhos surge a partir de uma pesquisa formal, ou daquela figura do historiador que vai para o arquivo e que começa a ler os documentos e em algum momento encontra um problema de pesquisa. Todas as minhas questões, tudo o que eu fiz foi com base na leitura de uma lacuna. Recentemente eu estava muito afim de ler uma biografia de uma compositora lésbica chamada Dora Lopes. Sabia que não tinha nada publicado, aí perguntei para um colega que é pesquisador e ele me disse já estão escrevendo. Falei “ufa, que bom, não vou ter que escrever essa biografia” [risos]. Dora Lopes tem uma história fascinante,

foi uma das primeiras artistas lésbicas, na música, que assumiu publicamente a própria homossexualidade. Estou louco para ler esse livro – e se ele não existisse, talvez eu pensasse em escrever, entendeu? Então, eu acho que é assim que a gente trabalha. Eu, pelo menos.

Criei junto com a Ana Maria Dietrich essa revista chamada *Oralidades* e participei de três edições. Foi uma revista linda. Editamos três números muito bonitos, juntos, para essa revista, e depois acabamos nos desligando da equipe editorial. Ela continuou, não sei em que condições. Mas pelos três primeiros números, que foram bem interessantes, eu me responsabilizo. Interessantes porque tivemos textos de fora da perspectiva do NEHO, que é uma perspectiva de história oral entre outras. A gente publicou a tradução de um texto do [Alessandro] Portelli⁸, , um texto da Chiara Vangelista⁹, fizemos entrevistas, abrimos espaços para entrevistas dos outros, abrimos espaços não só para artigos mais convencionais, mas artigos curtos, mais provocativos, dos quais eu gosto bastante.

E, no meio dessa e de outras coisas, percebi que faltava alguma coisa no campo da história oral – um olhar para o outro e para si mesmo. Eu ia a alguns congressos e de vez em quando percebia que havia uma espécie de permanente reinvenção da roda, de retomada de temas já superados. Achei que o campo precisava olhar para si mesmo como um problema. Então fui isso que eu decidi fazer no meu doutorado, que foi um tema entre vários outros que eu poderia ter escolhido. Decidi fazer isso aí, decidi procurar a Sara Albieri. Ela ainda dá aula lá?

Revista Epígrafe: Sim.

⁸ PORTELLI, Alessandro. História, Memória e Significado de um massacre nazista em Roma. *Oralidades*, São Paulo. n. 3, p. 153-176, jan./jun. 2008.

⁹ VANGELISTA, Chiara. Histórias de Vida e Controle Social: Experiências de pesquisas. *Oralidades*, São Paulo. n. 3, p. 15-28, jan./jun. 2008.

Ricardo Santhiago: A Sara foi uma pessoa muita pessoa muito interessada no projeto naquele momento, abriu a possibilidade e fez o convite para eu desenvolvesse esse trabalho a partir do ponto de vista da história intelectual, ou daquilo que ela chamava naquele momento de história da cultura intelectual. Então, fiz o que eu achei que faltava fazer. Em primeiro lugar, não fazer uma investigação genealógica da história oral, porque vários pesquisadores já tinham feito isso a partir dos seus próprios lugares de fala e de produção discursiva. O Sebe já tinha escrito artigos sobre a origens da história oral no Brasil, nos quais ele lançava luz sobre os caminhos mais, digamos assim, politizados da área, mais socialmente comprometidos, politicamente engajados. Os vários pesquisadores do CPDOC já tinham escrito artigos, textos sobre a origem da história oral no Brasil, pensando no curso de formação que professores americanos deram aqui no Rio de Janeiro no começo dos anos 1970. Eu achava que todas essas eram histórias possíveis, mas pontos de vistas sobre uma grande malha de ideias, de possibilidades. Então foi isso que eu resolvi fazer. Me apoiei muito na história da cultura intelectual, mas também muito na semiótica da cultura, e cheguei a uma interpretação que entende a história oral no Brasil como um grande conjunto de textos, nos quais algumas matrizes formaram princípios composicionais para todas essas misturas que geram as diferentes maneiras de lidar com a história oral no presente.

Revista Epígrafe: Para terminar sua trajetória, a gente queria saber se o período nos Estados Unidos foi importante, porque você fez parte do doutorado lá, e talvez tenha encontrado novas perspectivas lá que não teria encontrado aqui.

Ricardo Santhiago: Encontrei um grande exemplo intelectual que foi a Daphne Patai, na verdade uma redescoberta. Eu a conheci e procurei por causa do trabalho dela de história oral, mas eu redescobri como uma pessoa que estudou, estuda e

Ricardo Santhiago

comenta de maneira absolutamente responsável e arguta a cultura intelectual americana e seus problemas. Então eu procurei a Daphne por uma coisa e descobri que ela me ajudava em muitas outras, me ajudava a... Conheci um livro dela, *What price utopia?*¹⁰, com ensaios que analisam todo o cenário de politização do ensino superior e da pesquisa acadêmica nos Estados Unidos. Esse sanduíche para os Estados Unidos foi uma relação institucional com a UMASS [University of Massachusetts], uma relação afetiva com a cidade, para a qual eu voltei muitas vezes depois, mas sobretudo uma relação com a Daphne, que realmente se tornou um modelo de pesquisadora, de intelectual, por conta dessa forte capacidade de organização, de comunicação das próprias ideias, mas sobretudo – difícil falar sobre isso –, pela autonomia que ela sempre estimulou, uma possibilidade de abertura, de diálogo franco, de questionamento, muito positivo para o meu trabalho. É uma pessoa muito importante para mim.

Revista Epígrafe: E como – e quando – você entrou em contato com a história pública?

Ricardo Santhiago: Dentro do âmbito da história oral a gente está pensando em qual o próximo passo na pesquisa, em como é que a gente transforma uma pesquisa narrativa em uma pesquisa participativa. Eu achava que essa era a questão naquele momento. Como a gente comunica também. E uma questão que sempre me incomodou muito no discurso da história oral foi a devolução. A devolução das pesquisas para a comunidade....

Revista Epígrafe: Que é uma coisa que o NEHO fala bastante, né?

¹⁰ PATAI, Daphne. *What price utopia?*. Lanham: Bowman & Littlefields Publishers, 2008.

Ricardo Santhiago: Bastante. Outros grupos e autores também falam, mas, de fato, existe uma ênfase ali. Sempre me incomodou porque sempre achei um discurso com uma certa dose de hipocrisia. Porque quando as pessoas falavam – hoje acho que nem tanto – de devolução como um compromisso ético, de devolver a pesquisa à comunidade estudada, o que elas faziam de fato era: algumas davam uma cópia da gravação e do texto do entrevistado; algumas davam uma cópia do livro para o entrevistado; outras, segundo elas mesmas, iam mais longe e destinavam o pagamento de direitos autorais à comunidade que estudaram. Não sei muito bem o que é esse gesto de devolver a entrevista, transscrito ou gravado, ou dar uma cópia do livro ou da tese. Eu não acho que isso é devolução. Não achava e continuo não achando. Eu acho que isso é o mínimo, isso simplesmente faz parte da obrigação de qualquer pessoa. Se vocês não me mandarem o link dessa entrevista eu vou achar que tem alguma coisa errada, que vocês perderam meu e-mail ou alguma coisa assim, porque é uma coisa absolutamente vital. “Ah, nós doamos os direitos autorais...” Aí eu comecei a fazer uns cálculos [risos]. Bom, digamos que um livro acadêmico venda 400 exemplares, o que é bastante, a trinta reais. O que é o montante de pagamento de direito autoral por isso? Que diferença verdadeira esse montante faz para um grupo em situação de vulnerabilidade, por exemplo? Enfim, comecei a me fazer esse tipo de pergunta e achei que a melhor devolução pública que a gente pode fazer é aquilo que eu já disse: tentar amplificar os nossos trabalhos de maneira a fazer com que eles despertem ou pesem no debate público, sobre questões sensíveis, sobre questões urgentes. Foi aí, então, que eu achei que a História pública também seria uma espécie de próximo passo: de transformar uma história narrativa em participativa; de transformar uma ideia de devolução não em uma coisa tão simplória e que muitas vezes se reveste de um discurso supostamente superior

em planos morais, mas que é a obrigação de todo pesquisador, devolver e dar uma cópia.

Foi por aí que eu achei a história pública interessante. Numa dessas idas aos Estados Unidos, comprei algum livro sobre *Public History* e, passeando lá pela UMASS conheci o programa de história pública, que é bem conhecido, bem importante, um programa bem antigo. Literalmente passei pela porta e vi a sala do programa e tinha uns folders. Peguei e guardei. história pública

Bom, tanto o Sebe quanto a Sara orientaram meus trabalhos, mas eles sobretudo abriram um espaço para que eu pudesse propor coisas, tanto no âmbito do NEHO, tanto no âmbito de um grupo que a Sara organizou depois. Então, lá em 2010, eu comecei a pensar em um curso de História pública e em 2011 a gente realizou o curso. Eu organizei, pensei esse curso, mas muito em diálogo com colegas, sobretudo a Juniele Rabelo de Almeida. Organizamos um curso de uma semana sobre história pública. Um curso sobre o qual a gente não tinha muitas expectativas, mas um curso que atraiu muita gente. E essa atração dizia alguma coisa sobre essa percepção que eu tinha, que eu descobri que era uma percepção compartilhada. Foi em fevereiro de 2011, na USP, a universidade de vocês, no famoso Auditório da História [Auditório Fernand Braudel], que estava praticamente lotado naquela semana, na qual a gente reuniu vários pesquisadores que eu fui identificando. “Bom, isso aqui tem ‘jeitão’ de História pública”, então a gente trouxe a Ana Maria Mauad do LABHOI [Laboratório de História Oral e Imagem, da Universidade Federal Fluminense], o Paulo Nassar da ECA, que trabalhava com memória empresarial, que era um campo de trabalho importante para o historiador – mas tenho ouvido que hoje não é mais –, da preparação de livros comemorativos, por exemplo. Trouxemos a Valéria Dias, da Agência USP, para falar um pouco para falar da coisa da preparação

Ricardo Santhiago

de textos de divulgação. Foi uma semana de atividades bem legais, que gerou aquele primeiro livro, que chamou *Introdução à História Pública*¹¹, que ficou organizado pela Juniele e pela Marta Rovai, no qual a Sara tem um capítulo, que se chama “História Pública e consciência histórica”, que é um capítulo super lido e citado até hoje. Eu publiquei um textinho sobre publicação de história oral. Foi a primeira coisa que a gente fez no calor da hora, que também amplificou a discussão do curso para leitores maiores e, a partir disso, uma rede naturalmente se formou. Então em 2012 a gente formou a Rede Brasileira de História Pública e desde então temos feito vários encontros, atividades e publicações no meio disso.

Revista Epígrafe: Você falou que não queria muito definir as coisas...

Ricardo Santhiago: Não tem problema, você pode pedir para eu definir e aí eu falo que não quero definir [risos].

Revista Epígrafe: Como nosso leitor é o aluno de graduação, que provavelmente não teve contato com o que é a história pública...

Ricardo Santhiago: O que é história pública? Eu tenho muita dificuldade em definir o que é história pública.

Revista Epígrafe: A gente trouxe uma definição, se você quiser, do *National Council on Public History*: “a história pública descreve as numeradas e variadas formas com que a história opera no mundo”¹².

¹¹ ALMEIDA, Juniele Rabelo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2011.

¹² “Public history describes the many and diverse ways in which history is put to work in the world”. Tradução nossa. Disponível em: <https://ncph.org/what-is-public-history/about-the-field/>. Acesso em 28 de dezembro de 2019.

Ricardo Santhiago: Talvez seja uma definição boa por ser uma definição extremamente ampla e vaga [risos]. A primeira definição de história pública que foi cunhada foi a do Robert Kelley, que foi um perito, que trabalhava na Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, nos anos 1970, foi o criador do primeiro programa de História pública. A primeira definição que ele fez era: "história pública é o emprego do historiador e do método histórico fora da academia"¹³. Essa definição continua válida e é muito atraente. E foi meu primeiro contato com a história pública. Ele era um perito, que a gente chama de historiador expert, especialista em direito aquífero, questões ligadas à água na Califórnia. O Robert Kelley e um conjunto de historiadores teve a percepção – uma percepção que não era tão difícil de se ter naquele momento – de que o mercado de trabalho do historiador estava em crise. E por que estava em crise? Porque as universidades americanas tinham formado um número grande de doutores e o mercado de trabalho não tinha a capacidade de absorver todos eles. Uma situação que a gente nunca viu antes no nosso cenário [risos]. Diante disso, o Robert Kelley e uma série de outros historiadores americanos tiveram, de fato, um trabalho importante no sentido de explorar as possibilidades de o historiador atuar, não só na sala de aula, mas em outros espaços. Embora essa ideia tenha ficado muito ligado à essa ideia de divulgação história, de história popular, criação de produtos consumíveis, palatáveis para públicos mais amplos, essa foi uma ideia capitaneada por um cara que não estava ligado a essa ideia de grande público, de atingir grandes massas, de facilitar o discurso – muito pelo contrário –, de distribuir ou compartilhar a autoridade, mas que, com o tempo, essa é a mensagem que a história pública vai passando.

¹³ KELLEY, Robert. Public History: Its Origins, Nature, and Prospects. *The Public Historian*, vol. 1, n. 1, p. 16-28, 1978.

No finalzinho dos anos 1970, são criados vários cursos, vários programas de pós-graduação, muitos deles, inclusive, com um discurso, uma ambição, até antiteórica, no sentido de que a história pública supostamente representaria uma superação da teoria, ou de que a história pública abriria mão da teoria em favor de uma maior comunicação com as pessoas. Depois o próprio movimento revê esse pressuposto, essa atitude que eu estou chamando de antiteórica ou anti-intelectual. Esses cursos são criados em diversas universidades, com perfis diferentes, para criar historiadores para trabalhar tanto em museus, na preparação de exposições, no mercado editorial, nessas empresas de consultoria histórica, de memória empresarial, e assim por diante. Então essa ideia da atuação do historiador fora do espaço da sala de aula informa muito uma definição mais majoritária do que é história pública, então. E eu acho que, de fato, essa é uma das maneiras de pensar a história pública.

Em um texto que eu escrevi e foi publicado em 2016¹⁴, que é resultado de uma fala que eu fiz dois anos antes na UFF, eu buscava também complexificar um pouco esse entendimento de história pública, considerando que esse era um entendimento entre outros e vendo, principalmente, que a gente deveria e não poderia reduzir essa história pública a essa dimensão divulgadora. Eu acho que eu falei agora a pouco que a história pública é um caminho para chegar em dois lugares: a comunicação pública e a pesquisa participativa. Então, eu tinha e tenho isso em mente ainda. Qual que é o nosso ponto de partida? Vamos olhar para o que está sendo nomeado como história pública. E aí eu cheguei a essa, que não é nem uma tipologia, nem um regramento – longe disso! –, que é um entendimento de que existem quatro discursos que se apropriam dessa expressão. Esse discurso de que a história pública é uma história

¹⁴SANTHIAGO, Ricardo. "Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil". In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (org.) *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23-35.

Ricardo Santhiago

pública *para* o público, um tipo de história feito para o grande público, que vai muito nessa chave da ocupação de novos espaços, que não é da sala de aula, na facilitação da linguagem; uma história feita *pelo* público, que seriam as histórias feitas por coletivos, grupos de memória, comunidades que assumem então a tarefa, muitas vezes sem aquilo que a gente chama de rigor no uso do método histórico, de produzir as próprias histórias ou memórias, um tipo de história pública fortemente ligado à produção de memória, na verdade; a história pública feita *com* as pessoas – que hoje em dia é o que mais me interessa –, dentro da chave da autoridade compartilhada e da produção colaborativa; e a relação da história *e* público, porque assim como eu acho que a história não pode ser reduzida a essa função divulgadora, também acho que a história pública é mais do que um rótulo conceitual a partir do qual a gente pode pensar os usos públicos da história e do passado. Então, se eu escrevi isso, é porque eu de fato acho bem difícil de oferecer uma definição certeira do que seja uma história pública. Eu sei que tem história e que tem público envolvido ali, mas a maneira como as duas coisas se relacionam pode variar muito. Essas definições, se é que são desejáveis, ainda estão em aberto, precisam ser trabalhadas. E eu acho que a gente precisa explorar um pouquinho mais o que é a história pública, especialmente a feita por nós, dentro da nossa cultura intelectual, institucional, política. O discurso da história pública é muito envolvente, muito sedutor. Eu acho que a gente está numa fase – eu falei outro dia e gostaram – inspiracional. Eu acho que a gente ainda precisa praticar muita história pública para saber o que a gente está fazendo ou qual história pública queremos.

Revista Epígrafe: Bom, você disse está estudando história pública desde 2011. Por que você acha que só agora isso está sendo colocado em pauta nas universidades? É uma questão que as pessoas estão comentando e que está

chegando em um lugar em que as pessoas não falam disso, como o Departamento de História da USP.

Ricardo Santhiago: Bom, o curso de 2011 aconteceu no Departamento de História da USP. Se a gente quer falar em espaços consagrados de produção do conhecimento histórico, desde os anos 1990 o LABHOI faz um tipo de produção de história, de memória e de história oral ligado a um dos programas de pós-graduação mais prestigiados do Brasil, fortemente associado com a ideia de história pública. Em 2011, a gente criou a Rede Brasileira de História Pública em um evento na Universidade Federal de Minas Gerais. Então, eu acho tudo isso muito significativo para dizer também que, ao contrário de outras paisagens, de outros cenários nacionais no qual a história pública foi puxada a partir de fora, no nosso país, por mais que nessa pergunta esteja embutida a ideia de um certo atraso, de uma certa demora, não sei se está, foi a universidade, foram os lugares, os programas de pós-graduação que estão entre os mais consolidados do Brasil que puxaram essa discussão. Acho que essa origem responde também pelo fato de a história pública no nosso país não estar ocupando um lugar marginal como ocupa em outros cenários, e de estar também dinamizando debates no ensino de história, na teoria da história, de maneira mais ou menos explicitada.

De fato, acho que ainda existe muita coisa a se avançar, mas eu acabei de vir de um concurso para professor para uma vaga de história pública e patrimônio cultural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que acabou de criar um bacharelado em História Pública; tem um mestrado em História Pública que também foi criado na Universidade Estadual do Paraná, na Unespar. Eu acho que as coisas estão acontecendo no seu próprio tempo. Algumas coisas propiciaram o agrupamento de uma série de pesquisadores interessados em história pública no começo dos anos

2010, várias coisas. Em primeiro lugar, a ampliação do sistema de universidade no Brasil; a abertura de novos cursos e outros tipos de abertura. Por exemplo, uma das coisas que acho que ficaram marcadas foram a criação da Lei de Acesso à Informação e a criação da Comissão Nacional da Verdade e, até mais do que a criação da Comissão Nacional da Verdade, o que ela repercutiu em termos criação de comissões locais em Estados – porque a Comissão Nacional da Verdade ela, em primeiro lugar, não teve a participação de historiadores, a não ser nos grupos de trabalho assessores, e, em segundo lugar, ela publicizou pouco o seu próprio trabalho, a não ser no seu relatório final. Outras comissões locais, estaduais, municipais, comissões locais em universidades, em sindicatos, em uma série de organizações, essas tiveram um trabalho muito mais público, muito mais participativo.

Então, existia uma espécie de clima absolutamente propício para a chegada da história pública. E havia também até um clima econômico, de expansão do mercado de bens culturais. Depois o clima muda, depois vem retração. E aí a história pública também muda: se antes ela estava muito mais preocupada em como criar novos produtos, em uma investigação até mais formal, em como desenvolver novas linguagens, como usar o podcast, nessa dinâmica da busca de novas linguagens, eu acho que a partir de um certo momento, antes de 2016, em 2015, 2014, a gente percebe o grande potencial político que a história pública começa a ter. Se ela surge em um momento de grande esperança, de grande abundância, inclusive de recursos, ela acaba se desenvolvendo, sendo ainda mais impulsionada, em um momento de retração de investimento, no qual, então, os pesquisadores, os historiadores começam a pensar e começam a assumir esse caráter como uma maneira de intervir na memória pública para de certa forma conter ou dialogar com o avanço dessas ideias revisionistas, negacionistas, entre outras coisas; como uma das muitas possibilidades de tentar fortalecer, dentro da atividade do historiador, uma cultura

democrática. Eu acho que isso é uma modificação que a gente tem. E talvez, não sei, isso seria uma hipótese. Parece que nos dois últimos anos mais alunos de graduação, como vocês, estão tendo acesso a esse discurso.

Revista Epígrafe: É possível falar em tendências dentro do campo de História Pública? Você disse “para, pelo, com” e a relação entre história e público, essas já poderiam ser definidas como tendências?

Ricardo Santhiago: Eu acho que elas podem ser definidas como tendências, mas eu acho que a grande tendência é a do entrecruzamento, pelo menos eu gostaria que fosse [risos], entre essas diferentes dimensões. É isso, eu acho que a prática da história pública pode se beneficiar muito de tudo aquilo que se pensa chave da demanda social, dentro da chave dos usos do passado, eu acho que isso tem o diálogo entre a discussão teórica e entre a prática, o fazer da história pública, essa é a grande tendência. Gostaria que fosse.

Revista Epígrafe: Já que você falou de revisionismo, a pergunta é: como a história pública pode atuar frente aos atuais revisionismos que a história tem sofrido, tal como a visão positiva da Ditadura Militar brasileira que tem crescido?

Ricardo Santhiago: É uma questão espinhosa, no seguinte sentido: a história pública tem uma certa ambiguidade, ou uma certa contradição, porque de um lado, ela abraça as vozes e os diferentes sujeitos e grupos sociais, mas isso não significa delegar ou abrir mão de uma certa autoridade do historiador enquanto intérprete privilegiado dos processos históricos. Isso significa, acredito, que a primeira coisa que o historiador deve fazer é tomar esses fenômenos revisionistas ou negacionistas como um objeto de análise, como de fato tem sido feito, e explica-lo, compreendê-lo, para depois história propor qualquer tipo de intervenção. Que tipo de mediação

Ricardo Santhiago

qualificada se pode promover, se pode oferecer, se pode fomentar? Acho que tudo isso depende desse primeiro momento de leitura e análise. Eu digo tudo isso com um certo receio e cuidado porque acredito que uma das ilusões que a história pública nos coloca é a ilusão de que nós podemos nos colocar de igual para igual nesse grande mercado das memórias, nesse grande varejão de discursos. Isso é muito difícil. Você pode fazer um podcast lindo, extremamente interessante e informativo, você pode abrir um canal no YouTube, como já existem canais, ou então você pode fazer uma série de diálogos públicos visando desfazer erros e falsificações. Mas que tipo de alcance esses produtos ou essas iniciativas vão ter? Se avaliamos os números de acesso, o público atingido quantitativamente a gente vai concluir que, em certa medida, está perdendo essas muitas batalhas. Em termos de avaliação do impacto qualitativo, o mistério é total – e é por isso que tenho falado da importância de estudos de recepção e percepção pública. Mas precisamos conhecer também, melhor, as fórmulas utilizadas por esses difusores, divulgadores, criadores de outras interpretações do passado, e também pelos falsificadores deliberados – fórmulas que não essas mediadas pelo historiador – antes de mais nada. Não para imitá-las, mas para combate-las melhor, inclusive em sua forma, inclusive no seu caráter empobrecedor. Qual o passo mais viável, por enquanto? Muitas práticas de história pública associadas à educação, à sala de aula mostram que mais provavelmente esse é o passo mais efetivo e eficaz para combater qualquer tipo de revisionismo.

Revista Epígrafe: Você está colocando o historiador – e você está utilizando a palavra historiador – como intérprete privilegiado. Quem você acha que é profissional da história pública? É necessariamente o historiador de formação ou não? Você não é um historiador de formação, você é um jornalista. O jornalista também tem um espaço na história pública? Pensando que os grandes livros de divulgação são escritos por jornalistas, quer dizer, tem a Lilia Schwartz, mas tem também o Laurentino

Gomes, o [Leandro] Narloch, que são jornalistas, então eles estão pautando também uma discussão para o grande público.

Ricardo Santhiago: Essa pergunta tem várias camadas. Eu não sei se eu me considero tanto um jornalista. De acordo com a regulamentação proposta pela ANPUH [Associação Nacional de História], eu já sou denominado de historiador. Por muito tempo eu pensei nisso, em quem é esse profissional que às vezes a gente chama de historiador público – um termo, inclusive, do qual eu não gosto. Mas, em primeiro lugar, não sei se existe um profissional da história pública, não sei se a história pública deveria ser um destino ou uma profissão, ou se deveria, por outro lado, ser muito mais um lugar de passagem ou uma espécie de possibilidade ao alcance de todo e qualquer historiador. Eu acho que dessa maneira me agrada mais entender a história pública, sobretudo como uma atitude, como a Ana Mauad inclusive sugere. Então essa dimensão atitudinal é a que mais me interessa. Inclusive porque eu posso ser um historiador absolutamente tradicional, que privilegia um diálogo com os meus pares, mas ter momentos nos quais eu desenvolvo um trabalho de divulgação, participação.

Segunda coisa: eu acho que pensar em quem é o profissional da história pública significa e pode significar abrir mão de uma das coisas mais valiosas e valorosas que a história pública possibilita – e que até exige –, que é o trabalho de colaboração, ou de cooperação entre diferentes profissões. Isso é uma coisa em que eu acredito verdadeiramente. E é uma coisa que responde a uma das principais aflições, tanto de professores que são apresentados com a demanda de “ensinar história pública”, quanto a aflição de alunos que estão finalizando a graduação e não se sentem adequadamente preparados para “enfrentar” o mercado de trabalho que não seja aquele mercado de trabalho situado dentro do sistema educacional. A gente tem,

Ricardo Santhiago

inclusive, discutido muito em que medida pensar a reflexão sobre a história pública deveria encaminhar não a uma formação mais técnica, a momentos mais técnicos dentro da formação de alguém que vai trabalhar com história em âmbitos públicos. Eu tenho lá minhas dúvidas se a gente deveria fazer isso. Tenho dúvidas se, em primeiro lugar, a gente deve abrir mão de uma formação humanista em prol de uma formação mais técnica e profissionalizante; em segundo lugar, mesmo se a gente optar por uma formação mais profissionalizante ou por momentos mais profissionalizantes, tenho minhas dúvidas em relação a como e quais seriam esses momentos: quais seriam as competências técnicas, digamos assim, que poderiam e deveriam ser ensinadas, sendo que muitas delas estão fadadas à obsolescência, sendo que muitas das linguagens que a gente praticava há dez anos estão superadas e muito provavelmente acontecerá a mesma coisa com aquilo que acharíamos essencial ensinar nos dias de hoje. Vale a pena um curso de história ter a produção de podcasts, por exemplo, dentro da sua grade, ou isso faria parte justamente da busca do próprio aluno na construção crítica de sua própria formação e, depois, na construção crítica do próprio profissional? Eu acho que o trabalho de colaboração responde tanto a essa pergunta sobre formação quanto à pergunta sobre quem é o profissional da história pública. Não acho que exista algo que a gente deveria chamar de historiador público; acho que existe um fenômeno, um acontecimento chamado história pública, que é justamente o resultado de um processo altamente compartilhado, dialogado. Toda pesquisa é fruto de um processo de construção social, isso é verdade, mas na história pública isso se radicaliza e deve se radicalizar. Essa é uma aposta que a gente precisa fazer.

Por outro lado, você perguntou sobre os jornalistas historiadores e falou que a maior parte dos livros de divulgação histórica, os chamados livros históricos, são produzidos não por historiadores de formação mas por jornalistas. Isso é verdade.

Ricardo Santhiago

Uma das primeiras coisas que eu falei e escrevi, que está naquele livro *Introdução à História Pública*, é que existem nichos que não estão sendo ocupados pelo historiador e que o historiador precisa se preparar melhor para eles. No que diz respeito à escrita, não tenho a menor dúvida. Se o seu interesse é escrever livros de divulgação de história, você precisa aprimorar sua escrita, estudar teoria literária, estudar teoria da narrativa, estudar comunicação jornalística, inclusive. Se eu disser para você, como algumas pessoas dizem, que o historiador que tiver passado por um curso de escrita criativa vai conseguir alcançar o mesmo patamar de reconhecimento, as mesmas possibilidades que o Laurentino Gomes tem, digamos assim, vou estar mentindo, porque existem muitos outros compromissos ligados à ocupação desses espaços, mas, resumindo toda a história, o que eu acho é isso: se você deseja perseguir uma certa linguagem, tem que se aperfeiçoar nela. E esse tanto é um caminho percorrido e alcançado por uma busca pessoal, não institucionalizada, em programas de formação específicos, quanto a partir de processos de colaboração. E sobre essa coisa de jornalista e historiador, assim como existem trabalhos de história que são bons e trabalhos de história que são ruins, também existem jornalistas/historiadores bons e jornalistas/historiadores ruins. Eu comecei falando que eu sou um historiador ou um pesquisador da história da música brasileira. A historiografia da música brasileira não existiria sem os grandes jornalistas que antes mesmos dos historiadores, assumiram a história da música feita no Brasil como um objeto de pesquisa, e fizeram isso muito bem. Considerar a categoria jornalista como uma categoria que por definição, por natureza, vai produzir um trabalho superficial, deficiente, predatório para a cultura histórica, é de fato uma falácia genética.

Revista Epígrafe: Professor, não ficou claro, em relação a quem é o praticante, porque parece que quando a gente falou dos historiadores, pareceu que eles eram os

praticantes da história pública, e quando falamos dos jornalistas, parecem que eles não são praticantes de história pública. Existe essa distinção? Me parece que mudou quando você começou a falar dos jornalistas... Aí, adicionando mais uma pergunta, quando a gente pensa em nessas várias iniciativas como o Nerdologia, o Xadrez Verbal, Café História – bastante conhecidos do público amplo – que são convededores de uma discussão historiográfica mais complexa e conseguem levar esses debates para o grande público, eles também podem ser considerados como praticantes da história pública?

Ricardo Santhiago: Essa é uma pergunta difícil, para a qual a gente não tem resposta ainda. Eu, pelo menos, não tenho. Alguém que não é um profissional, um escritor que escreve um romance histórico, é um historiador público? Não sei. Alguém que está em casa, que é simplesmente um leitor voraz e está fazendo um podcast bem informado, está escrevendo um texto de divulgação bem informado, é um historiador público? Não sei. O que eu acho é que a prática da história pública é maior que o historiador. E prefiro pensar menos no historiador e mais na história pública, menos em quem é que está fazendo e mais no que é que está sendo feito. Acho que isso é mais interessante de fato: pensar a história pública como uma prática e como um acontecimento social, que é alimentado por muita gente: dos historiadores às pessoas que estão em suas casas e acessando a hemeroteca digital da Biblioteca Nacional por seu próprio prazer, pela sua própria fruição. história pública

Revista Epígrafe: Qual a relação da história pública com outras áreas da história que não são exatamente a história tradicional, mas que estão ligadas ao público, essa questão de ir até as pessoas, trazer as pessoas para a discussão da história, que é a história local, a história oral e também a biografia? Onde se encaixam

essas áreas dentro da história pública? Seriam elas maneiras de fazer a história pública?

Ricardo Santhiago: Vou começar pela história oral e história local. Não à toa, a porta de entrada para a história pública para muitas das pessoas que hoje se identificam com essa nomenclatura foi a história oral. Acho que não à toa em muitos sentidos. A Linda Shipes, quando veio aqui para o Brasil e deu uma palestra no nosso II Simpósio Internacional de história pública, falou uma coisa interessante: disse que a história oral é uma espécie de protótipo da história pública, ou é uma espécie de história pública a dois. Eu gostei muito dessa imagem, acho ela muito sugestiva, porque de fato a história oral radicaliza os aspectos mais significativos da história pública. E acho que ela faz isso, inclusive, com a história. A Marieta de Moraes Ferreira, que é uma das pessoas por quem eu mais tenho admiração, historiadora e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, escreveu um texto no qual ela argumenta que a história oral é uma espécie de bússola para todos os desafios do historiador, não só para quem trabalha de fato com fontes orais, mas para todo e qualquer historiador, porque ela levanta questões que são pertinentes à prática e à pesquisa histórica como um todo. A relação com a fonte, a comunicação, inclusive. No caso da história pública isso também é verdadeiro. A história oral faz isso com mais acento, no sentido de que a gente mantém, durante o processo de pesquisa de história oral, um diálogo que não é abstrato. É um diálogo concreto, é um diálogo próximo, com alguém que é informante da nossa pesquisa, mas que também é o receptor potencial dos achados da nossa pesquisa. É uma pessoa que inclusive vai nos fazer cobranças, vai nos apresentar demandas. É uma pessoa que inclusive compartilha uma certa linguagem, um conjunto de fórmulas que é interessante eu ter em mente quando eu quiser comunicar a minha pesquisa não só para um público de

Ricardo Santhiago

especialistas, mas também para a comunidade, para o grupo que originou a pesquisa – não só para os sujeitos diretamente participantes, mas para o grupo como um todo. É uma relação muito próxima e instrutiva. Muitos dos conceitos centrais com os quais a gente trabalha hoje em história pública também advêm da história oral, principalmente o conceito de autoridade compartilhada, que é um divisor de águas. O Michael Frisch, analisando nos anos 1980 fontes orais, percebe que elas possuem de fato uma natureza compartilhada, que são fruto do trabalho tanto de um pesquisador, um profissional que detém a *expertise* sobre um determinado assunto, quanto da sabença de um entrevistado, de um narrador que não possui aquela *expertise*, mas que possui a experiência. Com cada um dando seu quinhão é que se chega a uma história oral que seja significativa tanto para uma parte quanto para outra, e acho que é isso que a gente busca no trabalho de história pública.

No tocante à história local, acho que uma das coisas mais interessantes que a história pública traz é uma certa sensibilidade no reconhecimento de discursos outros que não o discurso de especialista, voltando a essa questão. Quando a gente fala de uma história local, fala também de todo um conjunto de indivíduos, de grupos, de instituições que zelam pela própria memória, que constroem a sua própria memória, como os famosos memorialistas que existem, resistem e fazem os seus trabalhos até hoje. Neste momento, eu sou professor da Universidade Federal de São Paulo, de um *campus* que está em construção, que é o *campus* da Zona Leste, em Itaquera, que é fruto de reivindicações históricas das comunidades locais, que lutam desde os anos oitenta pela instalação da universidade pública na Zona Leste de São Paulo. Conseguiram a USP-Leste e continuaram lutando por uma universidade federal. E *paripassu* com essa luta, sempre houve a reclamação por um espaço de memória na região que justamente registrasse a memória dessas lutas, ou, de modo mais amplo, a memória das lutas da Zona Leste em São Paulo, dos movimentos de educação, de

Ricardo Santhiago

moradia, de saúde, e assim por diante. Com o protelamento de todas essas iniciativas de criação de memoriais, de museus, de centros de memória, a comunidade não ficou esperando. Ela se movimentou também. Um dos trabalhos que estou fazendo agora é o de criação de um centro de memória, o Centro de Memória da Zona Leste, que a esta altura precisa rever sua função, já que várias das atividades de pesquisa e cultura que se espera de um centro de memória foram assumidas por memorialistas, por grupos que se encontram em igrejas ou, mais recentemente, por coletivos de memória da cidade de São Paulo – Ururay, coletivo Memória e Resistência, o CPDOC Guaiianazes – todos os grupos que trabalham dentro de uma perspectiva de autogestão, de gestão horizontal, de compromisso público, de construção de um saber público. E aí, quando você chega com a universidade pensando em implementar um centro de memória, a primeira coisa que você precisa fazer é justamente ter esse momento de dar um passo atrás e perceber quais são as marcas de uma ação historiadora pública que estão vicejando nesses espaços. Essa é uma lição que a história pública traz para os trabalhos de história local.

Em relação à biografia: acho que ela se coloca em um lugar um pouco diferenciado, até porque ela foi e ainda é um dos produtos, um dos formatos, mais afeitos à atuação pública do historiador. Também porque a biografia é um nicho editorial muito consolidado, que, pela sua própria natureza, também atrai atenção pública. Eu arriscaria dizer que boa parte dos livros que foram publicados por historiadores acadêmicos em editoras comerciais foram biografias – é uma hipótese. Se ela for verdadeira, talvez se possa sugerir também que os momentos em que o historiador acadêmico que não tem uma prática pública permanente consegue, de certa forma, “furar a bolha” são os momentos em que ele se engaja em formatos mais consolidados – e a biografia é um deles. Além disso, acho que uma das características

Ricardo Santhiago

interessantes de história pública envolvendo biografia é o potencial que esses trabalhos têm de se valer da vida do indivíduo para trazer para uma discussão pública temas socialmente relevantes.

Também gostei dessa pergunta porque agora mesmo estou fazendo uma biografia. Fiquei um tempo mais afastado da pesquisa em história da música brasileira e agora há pouco a retomei tortuosamente por conta de um projeto de história oral e história pública sobre artistas da Zona Leste e me encontrei, ou me reencontrei, com a figura de uma cantora e compositora que foi muito popular nos anos 1960 e 1970, a Miriam Batucada. Miriam foi uma sambista que, assim como eu, nasceu na Mooca, e que alcançou uma forte popularidade no final dos anos sessenta, quando a TV Record dava seus últimos suspiros como uma emissora lançadora de grandes talentos musicais, depois dos festivais. A Miriam se notabilizou nesse período, teve uma carreira importante no início dos anos 1970, em 1971 gravou um disco com Raul Seixas, Edy Star e Sérgio Sampaio que se tornou um disco *cult* na música brasileira, e depois passou por um longuíssimo período de ostracismo, morrendo em uma situação de profunda solidão. O corpo da Miriam foi encontrado 21 dias depois da sua morte. Eu me defrontei com essa história e achei essa história trágica muito significativa para lidar com questões da cultura contemporânea, com questões que dizem respeito ao rápido descarte das pessoas e dos artistas, com questões que dizem respeito também às diferentes maneiras de lidar com a sexualidade historicamente – porque ela era uma artista homossexual, lésbica, que tinha um conflito muito forte, muito pronunciado, com o entendimento e o exercício da sexualidade. E achei que essa figura seria um tema muito interessante para uma biografia que colocasse essas coisas em perspectiva. É isso que eu acho mais importante, é nisso que eu acho que vale a pena realmente apostar.

Estou escrevendo um livro sobre a Miriam, mas não sei se é exatamente uma biografia *sobre* a Miriam Batucada ou se é um livro *junto* com a Miriam Batucada, em que a história dela está me permitindo abrir um diálogo sobre essas questões, sobretudo a respeito do peso que as discriminações em função do gênero e da sexualidade trazem para alguém em busca da própria liberdade pessoal e da própria liberdade artística. Nesse sentido, é uma pesquisa de participação. E é uma pesquisa que também tem outras dimensões de história pública que acho interessante mencionar. Uma delas é o fato de que eu estou entendendo esse produto, que vai ser esse livro, não como a ponta final da pesquisa nem como o ponto de partida do meu trabalho. Em geral, você vai fazendo uma pesquisa silenciosamente, vai comunicando alguns aspectos dela, e chega em um certo momento em que você apresenta a totalidade dos resultados – num livro, digamos.

Estou tentando construir isso em um outro sentido. Em primeiro lugar, porque eu preciso também construir o público desse, digamos assim, produto. Acho que muito do discurso da história pública está permeado pela ideia de que os públicos existem, ao passo em que eu acredito que eles também são construções, são acontecimentos. Tenho lá minhas dúvidas se *existe* um certo tipo de público que vai simplesmente consumir os produtos que eu, como historiador profissional público, vou disponibilizar no mercado. Talvez eu tenha que participar ativamente na construção desse público, mais do que na confecção de produtos que “conduzam” ou que “carreguem” consciência histórica para um público que já existe. A construção da consciência histórica anda *paripassu* com a construção do próprio público. Aliás, confesso que tenho ficado um pouco incomodado com a ideia da história pública sendo apresentada com essa metáfora do conduto. Não: você está construindo junto, construindo inclusive o público, que tem uma dimensão acontecimental que não

existe fora desse jogo, dessa dinâmica. No caso da Miriam, eu tenho percebido isso muito claramente, em escala muito pequena. Por exemplo, eu me tornei administrador da página do Facebook que tinha sido criada em homenagem à Miriam Batucada por um fã dela. Me aproximei dele, ele fez esse convite, e tem sido uma experiência muito interessante verificar como as pessoas se relacionam com a figura dela, trazendo lembranças, conexões imprevistas, que me ajudaram muito na interpretação e na construção de significados a partir das fontes que eu tinha. Uma outra coisa que fiz ao longo da pesquisa foi fazer chamadas públicas também usando essa rede social, com pequenos anúncios: "Você conviveu com a Miriam Batucada? Você conheceu a Miriam Batucada? Você tem alguma lembrança da Miriam Batucada? Se você tem, escreva para gente". Eu recebi muitos retornos, muito além do que eu esperava. Muitos que, do ponto de vista informacional, são insignificantes: pessoas que a viram passar na rua um dia, que assistiram a um show, que escrevem para dizer "Eu sei onde ela morava, ela morava na rua tal". Esse é o tipo de informação básica que um biógrafo já sabe. Eu estava buscando inclusive outro tipo de informação e cheguei a ela - por exemplo, a duas pessoas que se tornaram absolutamente fundamentais, que eu não teria alcançado não fosse essa estratégia não usual de colocar esses anúncios na rede social. Mas, voltando, cheguei a algumas dezenas de pessoas que não têm, supostamente, nada a me dizer do ponto de vista informacional mas têm tudo a me dizer à medida que trazem um tipo de memória carregada pelo envolvimento com essa personagem. E esse é o tipo de envolvimento, de manifestação, do qual eu não quero abrir mão, e no qual estou profundamente interessado, como pesquisador da cultura e da memória e cromo criador de uma discussão pública. Claro que estou interessado na ponta final, que vai ser um livro bonito, com uma fotografia na capa, com um texto bem cuidado – espero que eu seja capaz de fazer isso –, mas estou interessado também em o que é que acontece com

as pessoas quando elas são apresentadas a determinadas questões, perguntas, que podem ser o que o livro traz ou que podem ser simplesmente essa chamada: "você viveu com ela, você conviveu com ela?". Uma outra coisa que queria dizer, ainda em relação a essa biografia, é que penso que quando você assume uma atitude pública não pode simplesmente suspendê-la no meio do processo, assumir uma atitude pública só até a página dois. Não dá para, por exemplo, colocar esses anúncios e simplesmente ignorar as pessoas que não te oferecem um material com uma certa qualidade informacional esperada. Assim como esse, existem outros desafios que só se descobre no próprio fazer da pesquisa, dos quais eu acho que você não pode abrir mão.

Uma das coisas que aconteceram nesse processo com a Miriam foi a doação de todo o acervo dela para mim, vindos da irmã dela, única herdeira, que doou tudo o que estava em seu poder. Daí, se você recebe um acervo como esse, o que vai fazer com ele? Vai mantê-lo privado como esteve privado por vinte e cinco anos? Esse projeto da Miriam Batucada é um bom exemplo de um projeto que poderia existir fora da perspectiva da história pública como uma biografia absolutamente convencional, que não considerasse essa dimensão de envolvimento do público, que resultasse tão somente em um livro, mas é uma biografia que está considerando tudo isso e que vai, por exemplo, redescobrir no meio de todo esse acervo um conjunto de mais de cinquenta canções inéditas da Miriam que nunca foram gravadas. E então o que você faz com isso? Como é que você faz para reinjetar vida em todo esse material?

Uma das outras coisas que está atrelada a esse livro é a produção de um disco. Eu já produzi disco na vida? Não. Não sei fazer isso. Mas estou produzindo um disco, com um parceiro que é produtor musical. Reuni 18 artistas, procurei colaboradores

Ricardo Santhiago

para interpretar, cantar, arranjar, e aí a gente vai construindo. Dá para prever de antemão, em um curso de história, que um dia você vai se defrontar com isso? Isso é o tipo de coisa que só se resolve com essa aposta na colaboração, na colaboração multiprofissional, que é a grande chave.

Revista Epígrafe: Tem tudo a ver com o que você está falando, acho que tem tudo a ver com o que você falou durante toda a entrevista, mas é uma dúvida. A gente leu um dos textos desse livro que você falou, o *Introdução à História Pública*, o capítulo da Jill Liddington. Ela fala da importância justamente dessa dimensão de participação da história pública, que simplesmente o fato de você exibir um filme histórico na televisão não necessariamente constitui uma atividade de história pública. E você falou muito dessa questão da interatividade que marca muito a História Oral, você falou da biografia, você falou dessas iniciativas da Zona Leste sobre a construção de memória. A gente queria fechar um pouco mais, para entender um pouco melhor que tipo de atividade pode constituir a história pública nesse sentido de garantir essa condição da participação. Nesse sentido de entender que disputar uma narrativa, apenas oferecer outra narrativa contrária, oferecer uma outra opção, não necessariamente constitui a história pública por não ter sido algo construído conjuntamente.

Ricardo Santhiago: Talvez um caminho para a gente entender isso melhor seria entender que as pessoas às quais nós nos dirigimos são sujeitos e intérpretes também ativos daquilo que está sendo produzido pelos demais. Elas vão receber e assimilar um produto à luz de todo o seu repertório, de todas as suas concepções, de todos os seus preconceitos, de seu estado emocional, político, financeiro, em um determinado momento. E essas coisas não são levadas em conta porque de fato não existe maneira de fazer isso quando a gente cria um produto que se dirige a uma

audiência ampla e sem rosto. Ao mesmo tempo, muito do que produzimos e se denomina como história pública é dirigido a um público cativo – a nós mesmos, ou a um público especializado, já inclinado a se interessar por aquilo, que tem essa disposição de ir em busca daquele conteúdo. Quando você simplesmente lança um produto, é o nicho que já se interessa por aquilo que vai se mobilizar, em função da dimensão textual, paratextual, dos signos que você está manejando, dos descritores que você está inserindo no seu vídeo no YouTube, das hashtags que está incluindo, da iconografia que está ativando na capa do seu livro. Isso é absolutamente natural, claro. Mas nossa ação fica um tanto quanto limitada se continuarmos apostando apenas nisso.

Acho que a maneira de furar o bloqueio é justamente a aposta no processo e no acontecimento, lançando mão de estratégias das mais diversas. Em uma mesa em que eu estive com a Juniele Rabêlo e a Ana Mauad, falamos de artesania, falamos de estratégias de guerrilha. A gente aprende muito com tudo aquilo que existe para além dessa comunicação histórica mais refinada, mais centrada no produto. Existe uma espécie de fascínio pelo produto que a gente precisa pelo menos matizar: um certo fascínio com a possibilidade de se engajar em grandes produções editoriais ou televisivas que supostamente vão alcançar outros públicos, mas que na verdade estão condicionadas pela gramática de cada um desses meios. Não adianta decidir ser consultor histórico de uma minissérie televisiva e tentar, com a melhor das intenções, elevar o conteúdo informativo ou então trabalhar pra oferecer não uma narrativa unívoca mas um debate entre interpretações. Dificilmente vai acontecer. Existe uma gramática dos meios que orienta também como é que o historiador, como um profissional entre outros, se comporta. Apostar em outros campos e modos de produção menos centrados no produto talvez seja mais promissor.

Sempre que eu percebo que estamos caminhando muito no sentido desse fascínio pelo produto, tento olhar para outras coisas – para as intervenções urbanas e para a arte relacional, por exemplo. Gosto muito de lembrar, por exemplo, o trabalho de um coletivo chamado 3Nós3, que foi um coletivo de arte urbana atuante no final dos anos setenta e início dos oitenta. Uma das ações mais conhecidas que eles fizeram se chama *Ensacamento*. De um dia para o outro, pegaram vários sacos plásticos, de lixo, e ensacaram monumentos públicos pela cidade. É uma ação que do ponto de vista de investimento financeiro, do ponto de vista de elaboração estética, exige muito pouco ou quase nada. Mas do ponto de vista do significado daquela ação...! O próprio grupo construiu uma narrativa sobre isso, em torno da ideia de dar visibilidade aos monumentos a partir da ação contrária, a do ensacamento, mas, obviamente, lendo essa ação de intervenção urbana em um período de grande repressão, entende-se aquele ensacamento também no nível metafórico, se não metonímico. Uma ação extremamente simples – embora muito arriscada –, mas simples do ponto de vista dos materiais e métodos, que teve uma eficiência comunicacional e uma eficácia de sentido tão grande. Será que a gente pode também pensar em uma história pública de guerrilha? Esta é uma pergunta – não tenho resposta para isso, não.

Revista Epígrafe: Isso lembra muito quando houve uma manifestação indígena em que eles jogaram tinta vermelha em cima do Monumento às Bandeiras, você considera isso como uma ação da história pública, como um processo ou um acontecimento dela?

Ricardo Santhiago: Esse foi um evento fantástico, com mobilização prévia e que também mobilizou para reflexões sobre identidade e representatividade na história, na memória, no patrimônio. E acho que esse foi um gesto muito interessante, muito

Ricardo Santhiago

acertado. Muito mais interessante, a meu ver, do que a remoção de monumentos, do que a substituição de nomes, porque não apaga a história da memória. Pelo contrário, coloca uma nova camada memorial e narrativa. Não apaga que, em certos momentos, grupos majoritários consideraram digno louvar certas figuras que hoje julgamos inteiramente reprováveis. Em vez de apagar, você coloca uma nova camada sobre aquilo – nesse caso literalmente, com tintas – e é o que vai gerar um debate público ainda mais forte.

Revista Epígrafe: Você falou que tem uma gramática da cena editorial e a nossa pergunta é justamente nesse sentido: o que na divulgação histórica tem tido destaque? Essas vozes dissonantes, que talvez sejam o alvo da história pública, elas têm espaço na grande cena editorial? Tendo visto a sua participação no conselho editorial de uma editora, como é possível inserir novos temas em uma cena na publicação de livros, na divulgação de história por meio de livros?

Ricardo Santhiago: Existem graus diferentes de autonomia. O exemplo que mencionei, de um historiador que é consultor de uma minissérie histórica, é um caso no qual seu grau de autonomia é muito reduzido. Sempre gosto de pensar em grau, não em autonomia plena nem em controle irrestrito. Existem graus de independência e existem, também, frestas, meios de se valer, de se apropriar e de enganar a gramática desses meios. Por que uma biografia é um recurso interessante? É um gênero que já atrai a atenção de um número maior de pessoas. Daí você pega a biografia de alguém e dentro dessa biografia pode trabalhar com certos temas sensíveis; você pode escrever a biografia de uma figura notável e trazer também à cena todas aquelas pessoas que participaram da vida dela, mas que estavam em volta, nos bastidores, nas coxias.

Ricardo Santhiago

E daí acho que a gente chega a uma palavra fundamental, que é a de negociação. E a gente não precisa ter medo dela. Quando a gente faz uma entrevista de história oral, está negociando com o nosso entrevistado. Quando a gente faz um trabalho de uma memória de um certo grupo, está negociando com esse grupo. E a gente também negocia com o mercado, com os meios institucionalizados de produção, de difusão, de circulação..

Lembrei agora, por exemplo, um texto que a Verena Alberti escreveu em uma época em que o Programa de História Oral do CPDOC [Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas] estava sendo muito demandado para construir histórias institucionais de grandes empresas. E a Verena tem esse texto que eu acho muito importante, chamado *Vender história? A posição do CPDOC no mercado das memórias*¹⁵. Ela constrói uma argumentação sobre a importância de construir histórias institucionais como uma parte da história econômica, da história política também do Brasil, mas também tem um outro capítulo aí. "Você quer contratar algum órgão para escrever a história da sua empresa? Quer associar uma marca de prestígio acadêmico a um produto comemorativo dos cinquenta anos da sua empresa?". "Muito bem, mas em troca o acervo que eu produzir é nosso". E o acervo é público. E com aquele acervo público, você pode evidenciar as inconsistências naquele discurso institucional. São pequenas coisas, mas no pequeno a gente também consegue ganhar. "Eu faço isso, mas vai uma outra coisa no pacote".

Revista Epígrafe: Nossa último bloco de perguntas é sobre perspectivas futuras. Primeiro, em relação à área. Hoje, quais são os grandes desafios para a realização da

¹⁵ ALBERTI, Verena. *Vender história? A posição do CPDOC no mercado das memórias*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996.

história pública? Atualmente, quais são as possibilidades de atuação em história pública?

Ricardo Santhiago: Acho que nosso esforço de reflexão focalizou, até agora, muito mais a história do que o público. Eu acho, ou pelo menos torço, para que cada vez mais estudos de recepção da história, de percepção pública da história, de consumo de história, floresçam. Para que a gente tenha, cada vez mais, uma consciência compartilhada justamente sobre quem é que está recebendo essas ações de história pública, quem é que está participando delas, quem é que pode vir a participar delas. Existem vários modelos para se fazer isso, existem várias metodologias para se fazer isso, e eu espero que essa seja, de fato, uma tendência do ponto de vista da pesquisa. As duas coisas andam juntas, mas a gente tem olhado muito mais para o eixo da produção do que para essa dimensão da recepção e principalmente da interação. Acho que essa é uma área fascinante para o futuro.

Do ponto de vista da atuação em história pública, acho que a gente também está em um momento de grandes redefinições. Eu gostaria de compartilhar do otimismo das pessoas que estão propondo ações e formações em história pública pressupondo que existe um mercado de trabalho para o historiador público, dentro daquela mesma perspectiva que alimentou o Robert Kelley nos Estados Unidos nos anos 1970: “já que não existe espaço de trabalho dentro da universidade, vamos explorar outros mercados”. A questão é que a gente não sabe se esses mercados de trabalho existem, especialmente em um momento como este em que a gente vive, um momento de ataque a qualquer tipo de expressão livre do saber, do conhecimento, da cultura. Então, eu na verdade repito o que disse antes: o público está por ser construído, e se falei isso antes de um ponto de vista um pouco mais conceitual, agora estou falando de um ponto de vista muito mais prático. Mas não é uma solução, não. É um desafio:

como é que a gente pode construir esse público? Pessoalmente, eu acho que é a partir da educação, do diálogo em situações educacionais formais ou não formais, da pesquisa participativa, da pesquisa-ação... É o que a gente consegue fazer no momento. Gostaria de dizer que existe, mas acho que infelizmente não existe um mercado de bens culturais absolutamente pujante que possa abrigar todos aqueles que estão entusiasmados com a prática da história pública. Não acho isso totalmente desanimador – só que existe todo esse esforço anterior de construção, que não é possível dispensar.

Revista Epígrafe: Você já falou um pouco das leituras que foram fundamentais para sua formação, mas tem alguma leitura, especialmente em história pública, que você considera que precisa ser lido se alguém quiser seguir nessa área? O que, para o jovem historiador, o estudante de graduação que vai ler a Epígrafe, qual você acha que é a leitura que ele deve fazer em história pública?

Ricardo Santhiago: Acho que tem que ler tudo. A história pública não prescinde e não pode prescindir de tudo aquilo que um historiador precisa ler, e que todos vocês já têm na sua formação regular. Não existem tantas leituras sobre história pública, pelo menos em português. Existe meia dúzia de livros e talvez isso seja bom. Eu convido, na verdade, os leitores da Epígrafe a lerem esses textos, mas também convido os leitores a escreverem novos textos sobre história pública a partir dessas leituras; a partir das suas experiências durante o curso de graduação, no bacharelado, na licenciatura. Minha sugestão ou meu convite é muito mais à participação nesse empreendimento, que é a prática da história pública, a reflexão da história pública, que estão sempre em processo, em construção. Então, convido muito mais à participação do que à leitura. E convido também à ampla leitura do mundo lá fora: precisamos ler o que está sendo veiculado nas bancas de jornal, se é que essas

bancas ainda existem, precisamos consumir os produtos populares, por exemplo, para entender quais são os recursos, quais são as fórmulas das quais esses produtos se valem... Acho que a gente precisa assistir um filme biográfico sobre a Hebe¹⁶ no cinema para entender como é que você pode usar um filme biográfico, sobre uma figura de grande apelo popular, para trazer – mesmo que dentro do seu limitadíssimo grau de autonomia – uma discussão sobre um tema inesperado. Inclusive, nesse caso, o que faz o filme interessante é a discussão que está para além do filme. Li muitos comentários de pessoas frustradas porque foram ao cinema para assistir a uma biografia e se defrontam, então, com uma narrativa com tudo aquilo que elas menos querem saber nesse momento: a “existência”, digamos assim, de homossexuais, de censura e repressão, de misoginia e violência dentro das casas de lindas famílias... Aprendo muito, também, com isso. E acho que a gente tem que aprender cada vez mais. É isso: entender que todas essas formas culturais estão se comunicando e têm que ser compreendidas pelo historiador.

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA¹⁷

Livros

SANTHIAGO, Ricardo (Org.). ***História oral e arte: Narração e criatividade***. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANTHIAGO, Ricardo. ***Solistas Dissonantes: História (oral) de cantoras negras***. São Paulo: Letra e Voz, 2009.

¹⁶ Refere-se ao filme *Hebe – A Estrela do Brasil* (2019), que, no momento em que a entrevista foi realizada, encontrava-se em cartaz nos cinemas brasileiros.

¹⁷ Usamos como critério a) textos em português; b) que versam, de maneira teórica, sobre História oral e história pública.

SANTHIAGO, Ricardo; et al. ***Narrativas e Experiências: Histórias orais de mulheres brasileiras.*** São Paulo: D'Escrever, 2009.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHAES, Valéria Barbosa de (Org.). ***Depois da utopia: A história oral em seu tempo.*** São Paulo: Letra e Voz/Fapesp, 2013.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHAES, Valéria Barbosa de (Org.). ***Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral.*** São Paulo: Letra e Voz/Fapesp, 2011.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHAES, Valéria Barbosa de. ***História oral na sala de aula.*** Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SANTHIAGO, Ricardo; MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo (Org.). ***História pública no Brasil: Sentidos e itinerários.*** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANTHIAGO, Ricardo; MAUAD, Ana Maria; BORGES, Viviane Trindade (Org.). ***Que história pública queremos? What public history do we want?*** São Paulo: Letra e Voz, 2018.

Artigos

SANTHIAGO, Ricardo. Da fonte oral à história oral: Debates sobre legitimidade. ***Saeculum***, v. 18, p. 33-46, 2008.

SANTHIAGO, Ricardo. Ele foi meu muro: Liberdade artística e liberdade narrativa em uma metaentrevista pública. ***Revista Memória em Rede***, v. 10, p. 83-111, 2018.

SANTHIAGO, Ricardo. História oral e as artes: Percursos, possibilidades e desafios. ***História Oral***, v. 16, p. 155-187, 2013.

SANTHIAGO, Ricardo. História oral e jornalismo de grande extensão: Esboço para um diálogo. ***Revista PJ:Br***, v. 8, p. 8d, 2007.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. *Tempo e Argumento*, v. 10, p. 286-309, 2018.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHAES, Valéria Barbosa de. A Zona Leste de São Paulo e a história oral: História pública, políticas de memória e pesquisa acadêmica. *Patrimônio e Memória*, v. 13, p. 152-178, 2017.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHAES, Valéria Barbosa de. Japoneses, brasileiros e judeus: A história oral nos estudos de imigração no Brasil. *Tempos Históricos*, v. 19, p. 481-510, 2015.

Capítulos de livros

SANTHIAGO, Ricardo. À escuta de narrativas femininas: História oral e a expansão da experiência. In: CORDEIRO, Rosineide; KIND, Luciana (Org.). *Narrativas, gênero e política*. Curitiba: CRV, 2016, p. 85-100.

SANTHIAGO, Ricardo. A pergunta que não se faz: Algumas ideias sobre história oral e canção. In: _____ (Org.). *História oral e arte: Narração e criatividade*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 163-184.

SANTHIAGO, Ricardo. Comunidades de escuta e compartilhamento: História pública, história oral e situações educacionais. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (Org.). *História pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 145-156.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: SANTHIAGO, Ricardo; MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo (Org.). *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 23-36.

SANTHIAGO, Ricardo. História oral e história pública: Museus, livros e a "cultura das bordas". In: SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHAES, Valéria Barbosa de (Org.). **Depois da utopia: A história oral em seu tempo.** São Paulo: Letra e Voz/Fapesp, 2013, p. 131-140.

SANTHIAGO, Ricardo. 'If you know Portuguese you know what this is': O papel da tradução na história oral do Brasil. In: SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHAES, Valéria Barbosa de (Org.). **Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral.** São Paulo: Letra e Voz/Fapesp, 2011.

SANTHIAGO, Ricardo. Lições de Ecléa. In: HERNETO, Miriam; AMATO, Gabriel; DELLAMORE, Carolina (Org.). **Alteridades em tempos de (in)certeza: Escutas sensíveis.** São Paulo: Letra e Voz, 2019, p. 165-178.

SANTHIAGO, Ricardo. Palavras no tempo e no espaço: A gravação e o texto de história oral. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). **Introdução à História Pública.** São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 97-108.

SANTHIAGO, Ricardo. Pode-se falar de uma história pública brasileira?. In: Ana Maria Mauad; Ricardo Santhiago; Viviane Trindade Borges. (Org.). SANTHIAGO, Ricardo; MAUAD, Ana Maria; BORGES, Viviane Trindade (Org.). **Que história pública queremos? What public history do we want?** São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 323-338.